

FABIANA APARECIDA DE ALMEIDA

**Narrativas preservacionistas na cidade:**  
a trajetória da defesa do patrimônio histórico de Juiz de  
Fora através de manifestações populares na década de  
1980

Dissertação apresentada ao Programa de Pós  
Graduação em História, área de concentração:  
Narrativas, Imagens e Sociabilidades, da  
Universidade Federal de Juiz de Fora, como  
requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Olender

Juiz de Fora  
2012

## AGRADECIMENTOS

A ideia original era fazer um agradecimento tradicional a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, participaram dessa dissertação. No entanto, um simples “obrigada” não seria o bastante para agradecer às pessoas que mais do que colaboradores, foram fundamentais para esse trabalho:

- Ao professor Dr. Marcos Olender, que muito mais do que orientador foi um verdadeiro parceiro e amigo. Serei eternamente grata pelo carinho, envolvimento, sugestões e paciência que ele dispensou durante toda a elaboração desse trabalho;

- Às professoras Dras. Célia Borges e Márcia Chuva, que através de sugestões durante o exame de qualificação, colaboraram para um melhor aproveitamento do tema estudado;

- Aos entrevistados: Beatriz Domingues, Guilherme Bernardes, Henrique Simões, Humberto Nicoline, Jorge Arbach, Jorge Sanglard, Maria Elisa Barone, Ramon Brandão e Walter Sebastião, que saíram de suas rotinas para nos receber com carinho e atenção e que dividiram conosco parte de suas memórias e de suas histórias. Sem a ajuda de cada um, nossa dissertação perderia muito em conteúdo;

- Aos meus pais (Simone e Waltencir) e ao meu noivo Thiago por terem aguentado com paciência todas as minhas “crises”, e a minha afilhada Eduarda pela ajuda na hora dos estudos (ou melhor, por ter permitido que eu estudasse). Amo muito vocês;

Além das pessoas, esse trabalho também não teria se realizado sem a ajuda de várias instituições e seus funcionários;

- À UFJF, que, através de uma bolsa de monitoria tornou possível aumentar meus campos de estudo;

- À Biblioteca Murilo Mendes, especificamente ao Setor de Memória e à Heliane Casarin, da qual saiu grande parte das pesquisas realizadas nos jornais;

- Ao Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora, da qual tenho um carinho especial;

- Ao Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora;

- Ao Arquivo Noronha Santos e ao IPHAN;

- À Divisão de Patrimônio da Prefeitura de Juiz de Fora (DIPAC);

- À Divisão de Comunicação da Prefeitura de Juiz de Fora (DICOM).

Por fim, agradeço aos professores do Programa de Pós Graduação em História e aos professores do Departamento de História que com suas aulas e conhecimentos me ajudaram a conseguir o título de Mestre em história; à secretária da pós graduação Ana Mendes por sempre esclarecer todas as dúvidas (mesmo as óbvias) e a todos os colegas de curso e de vida que sempre opinaram e me apoiaram nos momentos certos (inclusive estando presente na minha defesa).

Como esses dizeres ainda não demonstram toda a minha gratidão, resolvi terminar então da forma ainda tradicional: muito obrigada a todos.

## RESUMO

A presente dissertação pretende analisar os movimentos populares que ocorreram em Juiz de Fora para a preservação de seu patrimônio histórico e cultural, principalmente aqueles da década de 1980, quando tais manifestações foram mais intensas, acompanhando o processo de abertura política e social que o Brasil passava com os anos finais da Ditadura Militar. A partir dos conceitos de “memória”, “lugar de memória”, “esquecimento coletivo” e “amnésia social” abordaremos tais movimentos separando-os naqueles que não conseguiram obter as preservações almejadas (casos do Colégio Stella Matutina, da sua Capela e da Casa do Bispo) e aqueles que tiveram sucesso no seu intento (como aconteceu com a edificação da antiga Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas e com o Cine-Teatro Central). A partir desses movimentos tentaremos também perceber porque esses imóveis em especial despertaram nas pessoas sentimentos que as fizeram lutar pela sua preservação. Faremos ainda um retrospecto da preservação na cidade, relacionando-a com as mudanças sofridas no cenário nacional, bem como com o desenvolvimento de uma estrutura institucional e legal local.

**Palavras-chave:** Preservação. Memória e patrimônio. Movimentos sociais. Juiz de Fora.

## ABSTRACT

This thesis aims to analyze the popular movements that occurred in Juiz de Fora to preserve its historical and cultural heritage, especially those of the 1980s, when such events were more intense, watching the process of political liberalization and social that Brazil spent with the final years of military dictatorship. From the concepts of "memory", "place of memory", "collective forgetfulness" and "social amnesia" we will discuss such motions separating them from now on those who could not get the preservations so expected (cases of Stella Matutina College, its Chapel and Bishop's House) and those who have succeeded in their intent (such as the building of the former Textile Company Bernardo Mascarenhas and the Cine-Teatro Central).

From these movements will also try to understand why these properties in particular aroused feelings in the people who made them fight for its preservation. We will also look back on the preservation in the city, linking it to the changes undergone in the national perception as well as with the development of an institutional framework and legal site.

**Keywords:** Conservation, memory and heritage, social movements, Juiz de Fora.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1: Foto do movimento “Mascarenhas Meu Amor” .....	p. 35.
Foto 2: Manifestação do Grupo Teatro Universitário para a preservação do Cine Teatro Central .....	p. 46.
Foto 3: Manifestação para a melhoria do sistema de saúde. Detalhe para a faixa ao Fundo escrito “Mascarenhas Meu Amor” .....	p. 46.
Foto 4: Fazenda da Tapera ou Fazenda do Alcaide-Mor .....	p. 67.
Foto 5: Fazenda do Juiz de Fora .....	p. 69.
Foto 6: Esquema da Fazenda Velha .....	p. 77.
Fotos 7 a 13: Fotos complementares à foto 6 .....	p. 77, 78.
Foto 14: Avenida Rio Branco na década de 1960 .....	p. 83.
Foto 15: Avenida Rio Branco anos 2000 .....	p. 83.
Foto 16: Antigo Colégio Stella Matutina e a Capela ao lado .....	p. 86.
Foto 17: Gravura existente na nova sede do Colégio Stella Matutina .....	p. 92.
Foto 18: Vista do Palácio Episcopal .....	p. 93.
Foto 19: Vista do jardim em frente ao Palácio Episcopal .....	p. 94.
Foto 20: Manifestação em defesa ao Palácio Episcopal .....	p. 100.
Foto 21: Destruição do Palácio Episcopal .....	p. 100.
Foto 22: Abaixo-assinado para a preservação do Palácio Episcopal .....	p. 103.
Foto 23: Manifestação em frente ao Palácio Episcopal para sua preservação .....	p. 103.
Foto 24: Demolição do Palácio Episcopal .....	p. 109.
Foto 25: Capela Galeria de Arte. Década de 1980 .....	p. 117.
Foto 26: Show de Hermeto Paschoal na Capela em junho de 1984 .....	p. 119.
Foto 27: Leilão na Capela .....	p. 120.
Foto 28: Ensaio de balé na Capela em outubro de 1983 .....	p. 120.
Foto 29: 1º Encontro de Letristas em setembro de 1984 .....	p. 120.
Foto 30: Capela Galeria de Arte. 1986. Detalhe para os vitrais destruídos .....	p. 122.
Foto 31: Demolição interna da Capela Galeria de Arte. Fevereiro de 1986 .....	p. 122.
Foto 32: Protesto em frente a Capela Galeria de Arte. Março de 1986 .....	p. 128.
Foto 33 e 34: Antes e durante a demolição da Capela do Stella Matutina .....	p. 129.
Foto 35: Palacete Santa Mafalda. Século XIX .....	p. 134.
Foto 36: Cartão postal da Escola Normal. 1906 .....	p. 136.
Foto 37: Grupos Centrais. Década de 2000 .....	p. 143.

Foto 38: Frente do Teatro Juiz de Fora ou Teatro Novelli .....	p. 144.
Foto 39: Vista do palco do Teatro Polytheama .....	p. 145.
Foto 40: Construção do Cine Teatro Central (CTC) .....	p. 146.
Foto 41: Nova fachada do CTC projetada por Hugo Arcuri .....	p. 147.
Foto 42: Painéis com representantes da música mundial .....	p. 148.
Foto 43: Ornamentação interna do CTC .....	p. 148.
Foto 44: Inauguração do CTC .....	p. 149.
Foto 45: Manifestação do grupo Teatro Universitário em dezembro de 1982 .....	p. 154.
Foto 46: Fim da manifestação e chegada da Rádio Patrulha .....	p. 154.
Foto 47: Mandala com os lustres no centro do teto do CTC .....	p. 167.
Foto 48: CTC fechado para reformas .....	p. 167.
Foto 49: Visitas guiadas ao CTC .....	p. 167.
Foto 50: Reinauguração do CTC .....	p. 167.
Foto 51: Usina de Marmelos .....	p. 172.
Foto 52: Cia Têxtil Bernardo Mascarenhas em 1888 .....	p. 173.
Foto 53: Busto de Bernardo Mascarenhas na Praça Antônio Carlos .....	p. 174.
Foto 54: Desenho da ampliação da Bernardo Mascarenhas .....	p. 175.
Foto 55: Divisão da área da Cia Têxtil Bernardo Mascarenhas .....	p. 175.
Foto 56: Visita de grupos culturais à Bernardo Mascarenhas .....	p. 183.
Foto 57: Manifestação pró – Bernardo Mascarenhas .....	p. 186.
Foto 58: Varal de Poesia .....	p. 186.
Foto 59: Encontro com Tancredo Neves com representantes do movimento pró- - Mascarenhas .....	p. 187.
Foto 60: Movimento “Mascarenhas Meu Amor” .....	p. 190.
Foto 61: Movimento “Mascarenhas Meu Amor” .....	p. 190.
Foto 62: Movimento “Mascarenhas Meu Amor” .....	p. 191.
Foto 63: Lançamento do livro de Jorge Arbach na Bernardo Mascarenhas .....	p. 194.
Foto 64 e 65: Bernardo Mascarenhas antes e depois da reforma em 1986 .....	p. 195.
Foto 66: Incêndio na Bernardo Mascarenhas em 1992 .....	p. 197.
Foto 67: Praça Antônio Carlos e Bernardo Mascarenhas .....	p. 198.
Foto 68: Prédio da Bernardo Mascarenhas em 1900 e em 2011 .....	p. 198.
Foto 69: Colégio Magister .....	p. 214.
Foto 70: Casa Marajoara .....	p. 214.
Foto 71: Manifestação pelo tombamento do Castelinho do Bairu .....	p. 214.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	p. 11.
<b><u>CAPÍTULO 1: O patrimônio entre conceitos: o “lembrar” e o “esquecer” nas narrativas preservacionistas</u></b> .....	p. 20.
- 1.1. O estabelecimento dos Lugares de Memória .....	p. 21.
- Memória .....	p. 21.
- Lugares de Memória .....	p. 26.
- Lugares de memória e patrimônio cultural .....	p. 30.
- 1.2. O esquecimento das coisas do passado: os perigos da Amnésia Social .....	p. 32.
- Amnésia Social e esquecimento coletivo .....	p. 36.
- Amnésia social e o patrimônio cultural de Juiz de Fora .....	p. 38.
- 1.3. Os movimentos sociais na defesa do patrimônio de Juiz de Fora .....	p. 41.
<b><u>CAPÍTULO 2: A descentralização do patrimônio: as mudanças sofridas no campo da preservação a partir da década de 1970 e seus reflexos em Juiz de Fora</u></b> .....	p. 48.
- 2.1. As transformações na política preservacionista brasileira: a valorização do popular e do imaterial .....	p. 49.
- As mudanças da década de 1970 .....	p. 52.
-2.2. A Trajetória da preservação em Juiz de Fora .....	p. 58.
<b><u>CAPÍTULO 3: A perda dos referenciais de memória: a demolição de bens que foram alvo de ações preservacionistas em Juiz de Fora</u></b> .....	p. 65.
- 3.1. A Fazenda Velha: “o mais belo, o mais expressivo e o mais notável documento vivo da história local” .....	p. 66.
- A história da Fazenda Velha .....	p. 66.
- A ameaça de perda do casarão e a tentativa da sua preservação .....	p. 69.

- 3.2. Stella Matutina: “*um edifício que honra o progresso local*” ..... p. 81.
  - A história do Colégio Stella Matutina ..... p. 83.
  - A desapropriação e a venda do colégio e da capela ..... p. 86.
  - As tentativas de preservação do antigo colégio ..... p. 87.
  
- 3.3. Palácio Episcopal: “*um resquício de civilidade numa cidade brutalizada*” . p. 92.
  - A venda do Palácio e as primeiras tentativas para a sua preservação..... p. 95.
  - Novas ameaças em 1985 e os movimentos pró-preservação ..... p. 99.
  - O trágico desfecho do Palacete ..... p. 108.
  
- 3.4. A Capela do Stella Matutina: “*Espaço sagrado das artes*” ..... p. 116.
  - O fim da galeria de arte e a perda da Capela ..... p. 121.
  - Após as demolições ..... p. 129.

**CAPÍTULO 4: Cidade preservada, cidade lembrada: a preservação da memória de Juiz de Fora através de seu patrimônio histórico** ..... p. 132.

- 4.1. Os Grupos Centrais ..... p. 132.
  - A casa que D. Pedro II recusou ..... p. 132.
  - O uso do Palacete para a educação: a transferência da Escola Normal e a criação dos Grupos Escolares ..... p. 135.
  - A ameaça de demolição do Palacete ..... p. 137.
  
- 4.2. “O Central é Nosso: a efervescência não pode parar” ..... p. 143.
  - O Cine Theatro Central e a cidade de Juiz de Fora ..... p. 143.
  - O Central como cinema ..... p. 150.
  - O Movimento para a preservação do cine teatro ..... p. 151.
  - Tombamento municipal ..... p. 155.
  - Luta após o tombamento ..... p. 159.
  - O tombamento nacional (1994) ..... p. 161.
  - A aquisição do teatro pela UFJF e a nova reforma ..... p. 166.
  
- 4.3. “MASCARENHAS MEU AMOR”: o maior exemplo da “efervescência cultural” de Juiz de Fora nos anos 80 ..... p. 169.

- O pioneirismo de Bernardo Mascarenhas .....	p. 169.
- A fábrica de tecidos .....	p. 171.
- As ampliações da fábrica .....	p. 174.
- O tombamento do conjunto fabril .....	p. 176.
- A transformação da “Fábrica de Tecidos” em “Fábrica de Cultura”: a campanha “Mascarenhas Meu Amor” .....	p. 180.
- A grande passeata do movimento .....	p. 188.
- A aquisição e a utilização da antiga fábrica .....	p. 191.
- O incêndio de 1991 e as reformas posteriores .....	p. 196.
- A Bernardo Mascarenhas como lugar de memória .....	p. 198.
<b>CONCLUSÃO</b> .....	p. 200.
<b>ANEXOS</b> .....	p. 215.
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	p. 227.

## INTRODUÇÃO

Distinguindo-se do resto do contexto mineiro e de sua tradição barroca, Juiz de Fora ingressou eufórica nos tempos modernos. No lugar dos conservadores sinos das catedrais chamando os católicos às rezas, os apitos das progressivas fábricas convocando-os para trabalhar.<sup>1</sup>

Assim se caracterizava Juiz de Fora nos fins do século XIX e início do século XX. Seu desenvolvimento industrial intenso, (que lhe rendeu inclusive a alcunha de “Manchester Mineira”), sua boa localização, (próxima a Capital do Império e depois da República – Rio de Janeiro), e a facilidade de escoamento da produção cafeeira da região, (através da estrada União e Indústria e da Estrada de Ferro D. Pedro II), a tornou um polo urbano regional e também a cidade escolhida por muitos fazendeiros como local de residência. Esse fato em particular fez surgir imensos casarões em toda sua extensão, desenvolvendo assim, seu perímetro urbano. Aqui também foi instalada a primeira Hidrelétrica da América Latina; uma das mais importantes fábricas de tecido da região, a Cia Têxtil Bernardo Mascarenhas e, a partir da vinda dos imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos, passou a ostentar, por iniciativa desses, outras pequenas indústrias. O desenvolvimento juiz-forano foi tão intenso nas últimas décadas do século XIX, que, segundo Nelson Lage Mascarenhas, “*Juiz de Fora se engrandecera, se enfeitara, tinha requintes de luxo. Os homens abastados da terra construía palacetes na cidade e dividiam o tempo entre as fazendas, por ocasião das colheitas, a Corte e não raro à Europa*”<sup>2</sup>. A maioria desses palacetes foi construída as margens da Estrada do Paraibuna, depois chamado Rua Direita e mais tarde Avenida Rio Branco. Essa reta, traçada pelo engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld era, nos dizeres de Patrícia Falco Genovez, a “*alma da cidade*”, uma vez que grande parte da vida urbana do município se concentrava em suas margens, como a Igreja Matriz, as Repartições Municipais e o principal largo da cidade que depois virou parque, o Parque Halfeld.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> SILVA, Teresinha V. Zimbrão. Murilo Mendes: registros de uma Belle Époque. In: Neves, José Alberto Pinho; et. ali. (orgs.). **Juiz de Fora**: história, texto e imagem. Juiz de Fora: Funalfa, 2004. p. 102.

<sup>2</sup> MASCARENHAS, Nelson Lage. **Bernardo Mascarenhas**: o surto industrial de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Aurora, 1954. p. 108.

<sup>3</sup> GENOVEZ, Patrícia Falco; et. ali. **Núcleo histórico e arquitetônico das ruas Halfeld e Marechal Deodoro (parte alta)**: nota prévia de pesquisa. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 1998. p. 11.

Com uma significativa parcela da população composta por ricos fazendeiros de café e industriais, a cidade passou ainda por um intenso desenvolvimento cultural e intelectual no início do século XX. Por ser considerada a “capital cultural de Minas Gerais”, foi apelidada também de “Atenas Mineira” (por Arthur Azevedo), sediando, a partir de 1909, a Academia Mineira de Letras<sup>4</sup>. Os filhos das famílias mais abastadas iam estudar no estrangeiro e como essas famílias frequentavam não raramente a cidade do Rio de Janeiro, trouxeram para Juiz de Fora toda a grandeza e luxo que a capital da República ostentava. A cidade possuía diversas construções apalacetadas, sobretudo na principal rua da urbe, atual Avenida Rio Branco, tão luxuosas como as existentes no Rio de Janeiro e também na Europa. Esses casarões contavam a história do desenvolvimento social na região, pois boa parte dos senhores do café das redondezas viviam em Juiz de Fora.

A importância histórica de tais casarões, porém, não era unânime entre os intelectuais da cidade. Paulino de Oliveira, importante jornalista e historiador, achava que Juiz de Fora, na década de 1970, já não possuía mais nenhum imóvel histórico digno de preservação, pois todos aqueles que possuíam alguma historicidade já haviam sido demolidos. Em reportagem ao jornal “*Diário Mercantil*”, Paulino enumerou os casarões que julgava históricos e que não existiam mais: o antigo Colégio São José, que dataria de 1832; o Solar dos Penido, datado de 1854 e a casa do boticário Josué Antônio de Queirós que ficava na esquina da rua Rei Alberto com a Avenida Rio Branco e que teria sido a primeira casa do bairro Alto dos Passos. Esta última edificação foi também sede da Fazenda de Antônio Dias Tostes e talvez pertencido a Antônio Vidal, ambos considerados importantes para a fundação de Juiz de Fora. Depois teria virado a botica do Queirós, uma das primeiras da cidade, e posteriormente pertencido a Rubens Campos, neto de Queirós e fundador do Jornal “O Dia”, onde Paulino havia trabalhado. A propriedade, segundo o historiador, seria histórica por datar do século XVII, talvez até mais velha que a Fazenda do Juiz de Fora, e por ter hospedado pessoas ilustres, como o Duque de Caxias e seu exército maior na passagem desses pelo arraial na intervenção do movimento revolucionário de 1842. Paulino completou dizendo que os únicos imóveis históricos ainda existentes no município estariam próximos ao perímetro urbano da cidade e não dentro desse, referindo-se a Fazenda da Tapera e a Fazenda Ribeirão das Rosas<sup>5</sup>. Sobre essa última, João Carlos Amaral disse: “*Perto do bairro*

---

<sup>4</sup> SILVA, T. V. Z. Op. Cit. p. 101.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Paulino de. *A demolição do Stella Matutina*. **Diário Mercantil**. 27 de janeiro de 1978.

*Grama existe a Fazenda do Ribeirão, onde pernoitou o Imperador D. Pedro I, em 8 de janeiro de 1831, na sua histórica viagem a Minas Gerais. A construção deve datar do século XVIII*.<sup>6</sup>

O arquiteto Arthur Arcuri também não encontrava na cidade nenhum “*prédio que o Patrimônio Histórico e Nacional julgasse digno de ser tombado*”, nem mesmo o Museu Mariano Procópio, onde apenas o seu acervo era preservado pela lei federal (decreto lei n. 25 de 1937).<sup>7</sup>

Nesses discursos, podemos perceber algo muito comum no pensamento recorrente no país até meados da década de 1970: a preservação só deveria ocorrer em imóveis pertencentes ao período de formação da nação, ou seja, datados do período colonial e alguns do período imperial. Essa ideia foi muito difundida nos primeiros anos de atuação do então SPHAN, onde buscou-se principalmente uma maior preservação de imóveis do século XVIII. O patrimônio era legitimado pelo distanciamento temporal que possuía. Silvana Rubino, em sua dissertação de mestrado, ao trabalhar com os projetos de preservação anteriores ao decreto-lei nº 25, mostrou através do discurso do deputado pernambucano Luís Cedro<sup>8</sup> na Câmara dos Deputados, que o “*culto ao passado*”, “*ao amanhecer de nossa história*” fazia parte do pensamento brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Eis o discurso:

O culto ao passado, senhores, não deve limitar-se à comemoração, como nós costumamos fazer das grandes datas nacionais, em discursos de sessões magnas, no hasteamento da bandeira nas repartições públicas e no ócio dos feriados nacionais. Comemoremo-lo também por outros modos menos platônicos,

---

<sup>6</sup> AMARAL, João Carlos. Os casarões aos poucos vão caindo e a cidade vai perdendo a sua memória histórica. **Diário Mercantil**. 12 e 13/fev./1978.

<sup>7</sup> Idem. As falas de Paulino de Oliveira e Arthur Arcuri devem ser, porém, entendidas em um contexto em que Juiz de Fora não possuía ainda uma lei de preservação municipal (essa só passou a existir em 1982). Arcuri deixou claro que, em sua opinião, na cidade não havia imóveis que gerasse interesse de preservação por parte do Patrimônio Artístico Nacional. Esse quadro não era exclusivo de Juiz de Fora. Somente após os Compromisso de Brasília e Salvador, na década de 1970, é que se começou a falar, no Brasil, de preservação a níveis estadual e municipal. Até então a única forma de se tornar um bem no país era através da instituição federal (IPHAN) e para que isso ocorresse o imóvel precisava possuir uma importância não só para a história local, mas também para a nacional. Voltando a fala de Paulino, percebemos que o historiador, ao destacar a importância do imóvel conhecido como “Botica dos Queirós” chamou a atenção para pontos que a faziam ter uma importância nacional e não municipal, porém, isso já não havia importância porque o imóvel já havia sido demolido.

<sup>8</sup> Luís Cedro foi autor de uma proposta de defesa ao patrimônio histórico nacional, defendido por esse na Câmara dos Deputados em 1923. A proposta constituiria em selecionar os imóveis através de seus critérios de arte e história (e apenas esses critérios) que teriam ampla lente no interesse nacional. O projeto foi defendido pelo poeta Augusto de Lima, representante de Minas Gerais na Câmara. RUBINO, Silvana. **As fachadas da história**: as origens, os antecedentes e os trabalhos do SPHAN: 1936-1967. 1992. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp. p. 36.

como o de evitar a destruição desse patrimônio que nos deixaram os antepassados. Estudemos nele o amanhecer de nossa história, que na “narração fiel” do compêndio, em geral opulentos de dados e castíssimos de linguagem, pouco nos fala à sensibilidade e à imaginação<sup>9</sup>.

Ao falarmos de Juiz de Fora, o que começou a preocupar, principalmente a partir da década de 1970, professores, historiadores, artistas, jornalistas e também a população da cidade era o desaparecimento das referências de memória do município. A partir dessa época, a cidade passou por uma série de demolições em suas ruas e avenidas que ajudaram a modernizá-la, mas que também fizeram desaparecer praticamente todos os casarões que ficavam as margens da Avenida Rio Branco e que serviram de moradia para os Barões do Café que ajudaram a desenvolver a cidade. Grande parte dessas destruições ocorreram pelo fato de Juiz de Fora ser incluída no *Programa Nacional de Apoio as Capitais e Cidades de Porte Médio*, na década de 1970, que, ao gerar investimentos para que a cidade se desenvolvesse, acabou ajudando na demolição de imóveis antigos para a construção de prédios comerciais e residenciais.

Nesse contexto, começaram a aparecer os lugares de memória da cidade. De acordo com Pierre Nora, os lugares de memória só surgiriam quando a memória não mais existisse, quando ela fosse “*esfacelada*”.<sup>10</sup> Dentro dessa perspectiva, buscaremos, ao longo desse estudo entender como foram sendo criados os lugares de memória em Juiz de Fora e em quais contextos eles aconteceram. No entanto, para entender como surgiram esses lugares de memória em Juiz de Fora, trabalharemos primeiro com a ideia de memória. Essa, a nosso entender, seria fundamental para a preservação do patrimônio histórico, pois seria através dela que se elegeria o que deveria ser digno de preservação ou não. Pegando emprestado as palavras de Nívea Bracher, a memória funcionaria “*como um instrumento biológico-cultural de identidade, conservação e desenvolvimento para um progresso humanizado*”.<sup>11</sup> E foi sobretudo para preservar a memória da cidade que ocorreram, na década de 1980, principalmente, movimentos populares para a preservação de alguns imóveis de Juiz de Fora.

O jornalista Jorge Sanglard destacou que a cidade, após os anos 1980, passou por uma fragmentação de sua memória, pois, com as modificações urbanas sofridas nas

---

<sup>9</sup> Discurso de Luís Cedro citado por RUBINO, Silvana, op. cit. p. 36-37.

<sup>10</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC/SP, 1993, n. 10, dez. p. 7.

<sup>11</sup> BRACHER, Nívea. Síntese do enfoque atual para preservação como embasamento da declaração. In: **Processo de Tombamento Palácio Episcopal n. 03647/1982**. 1982. Juiz de Fora: PJF/DICOM.

duas décadas anteriores, como a abertura de avenidas e a construção de edifícios, aquela cidade antes caracterizada como operária, pioneira e industrial havia desaparecido. “*O que se tem hoje são fragmentos dessa cidade*”.<sup>12</sup> A descaracterização dessa Juiz de Fora “*pioneira*” começou a incomodar seus habitantes depois de um evento em especial: a ameaça de demolição da antiga sede do Colégio Stella Matutina no fim da década de 1970. A partir desse momento específico, um grupo de intelectuais e artistas locais perceberam que se nada fosse feito, a cidade perderia um edifício que fazia parte de sua história educacional e também parte da memória coletiva de seus habitantes. Nesse momento, começou-se uma campanha, principalmente através dos jornais que circulavam na cidade, para conscientizar a população da importância do imóvel. Como veremos no capítulo 3, o edifício foi demolido, mas gerou repercussões significativas. Após essa demolição foi criada a *Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage* – Funalfa – para tratar de assuntos culturais no município; realizou-se a Primeira Semana de História e a exposição *Juiz de Fora – Ontem*, ambas organizadas para discutir e mostrar a rica cultura que a cidade possuía; em 1982 foi criada a primeira lei de patrimônio municipal (lei 6108 de 13 de janeiro) e talvez a consequência mais importante: “acordou” a população da cidade que até aquele momento estava assistindo sua terra natal ser destruída “de camarote”. Depois da demolição do Stella, parte dos habitantes da cidade deixou de ser plateia e passou a ser protagonista na conservação de sua história.

### **A estrutura da dissertação**

Em um primeiro momento, a presente dissertação seria constituída de três capítulos. No entanto, durante o agrupamento das ideias, optamos por fazê-la com quatro capítulos para que os objetivos não se misturassem.

Os dois primeiros capítulos, mais concisos, nos ajudarão a amadurecer as ideias que nos acompanharão nos dois últimos, dedicados aos movimentos preservacionistas de Juiz de Fora. No capítulo 1 desenvolveremos melhor as ideias de “memória” e “lugar de memória”, juntamente com os conceitos de “esquecimento” e “amnésia social”, sendo esse último percebido em Juiz de Fora uma vez que as demolições dos casarões antigos e outros prédios significativos da cidade contribuíram para que a sua população “esquecesse” de parte de suas memórias, entrando assim, em um processo de amnésia

---

<sup>12</sup> Depoimento de Jorge Sanglard concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 24 de fevereiro de 2011.

social, como havia destacado Luiz Alberto do Prado Passaglia. Por fim, abordaremos também o conceito de movimento social, uma vez que o ponto principal de nosso trabalho é a análise dos movimentos sociais pró-preservação em Juiz de Fora.

No capítulo 2 trataremos das mudanças que a questão da preservação no Brasil passou a sofrer a partir da década de 1970 para em seguida mostrarmos como essas mudanças afetaram Juiz de Fora. Nesta década, em decorrência do crescimento econômico, cultural e social que o Brasil vinha sofrendo desde a década de 1950, o IPHAN precisou se adaptar a esse novo quadro e mostrar que preservação e desenvolvimento poderiam andar de mãos dadas. Para realizar tal feito, a sua área de atuação foi alargada através dos Compromissos de Brasília (1970) e de Salvador (1971), onde decidiu-se que Estados e Municípios também ficariam responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e cultural existente em suas alçadas. A esse quadro deve-se juntar também a importância que passou a ser dada ao patrimônio de origem popular e imaterial, a partir da década de 1980, como os modos de fazer, as festas e rituais que, assim como o patrimônio edificado, também ajudariam a preservar a memória e a identidade nacional. A partir desse momento, o critério de autenticidade do bem deixou de ter como base a anciandade desse para abordar suas referências históricas-culturais, criando assim, um apego por parte da população ao patrimônio de sua cidade.<sup>13</sup>

Dentro desse contexto de expansão da atuação de preservação aos Estados e Municípios, foi criada em Juiz de Fora a lei 6108 de 13 de janeiro de 1982, que tratava das questões da preservação do município. Tal legislação, pioneira no Estado, surgiu na época que a questão da preservação estava sendo discutida no município em decorrência das perdas que esse vinha sofrendo, como foi mostrado acima. As análises desenvolvidas nesse capítulo, por fim, nos ajudarão a entender a importância que tal legislação teve para a preservação da cidade.

Nos capítulos 3 e 4, mostraremos como ocorreram os movimentos sociais em pró da preservação em Juiz de Fora. Optamos por trabalhar a década de 1980 com mais ênfase por entender que essa foi uma década onde explodiram os movimentos sociais não só em Juiz de Fora, mas também no Brasil, como aqueles que lutaram por melhores condições de moradia, saneamento básico, eleições diretas para presidente da república

---

<sup>13</sup> SILVA, Daniel Roberto dos Reis. **De Cine-Teatro à Alma da Cidade**: Cine Teatro Central e a construção de discursos da categoria patrimônio na cidade de Juiz de Fora. 2007. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPG em Sociologia e Antropologia. p. 37.

e, no nosso caso, a preservação do patrimônio. Tais movimentos ocorreram em decorrência da abertura política que acontecia nos anos finais da Ditadura Militar e mostravam que as pessoas queriam melhores condições políticas, sociais e também culturais. Segundo o arquiteto Jorge Arbach, a censura nos anos de ditadura havia sido tão dura que quando ocorreu a abertura era prazeroso participar de qualquer agitação social que aparecia. Esse fato explica em parte a grande participação nos movimentos sociais ocorridos nessa época em todo o Brasil.<sup>14</sup>

Nesses dois capítulos não seguimos uma ordem cronológica dos movimentos, e sim, dividimo-os entre os movimentos que não conseguiram a preservação dos imóveis em questão e os movimentos que conseguiram a sua preservação. O capítulo 3 se dedicará a esse primeiro grupo com a análise de dois imóveis em especial: o Palácio Episcopal, ou Casa do Bispo, demolido em 1985 e a Capela do Stella Matutina ou Capela Galeria de Arte, demolida em 1986. No entanto, esse capítulo, começa com duas manifestações que não ocorreram durante a década de 1980 mas que foram fundamentais para os movimentos pró-preservação na cidade: a tentativa de se tombar, através do então SPHAN a Fazenda Velha, ou Fazenda do Juiz de Fora, local que teria sido a residência do juiz que teria dado nome a cidade e a tentativa de se impedir a demolição do antigo Colégio Stella Matutina (do qual a Capela fazia parte). Usamos a palavra “tentativa” porque não passaram disso. Em relação ao movimento pró Fazenda Velha, considerado a primeira iniciativa de preservação em Juiz de Fora, o imóvel chegou a interessar o então SPHAN e seu diretor, Rodrigo Mello Franco de Andrade, mas antes que a preservação fosse concretizada, o casarão foi demolido pelo proprietário em 1942. Já o colégio do Stella Matutina foi vendido e demolido em 1978 (a Capela ainda ficou em pé durante 10 anos porque foi vendida a um comprador diferente), mas essa demolição, como foi mostrado acima, foi a principal responsável por todas as discussões sobre a preservação que ocorreram na cidade na década seguinte. Pela importância dessas duas iniciativas, deixamos um pouco de lado a cronologia implantada para mostrarmos que a luta pelo patrimônio é anterior a década de 1980 em Juiz de Fora.

Por fim, o capítulo 4 tratará dos movimentos que conseguiram a preservação dos imóveis. Mais uma vez saímos um pouco da cronologia usada para falar do movimento para a preservação do prédio onde hoje funciona a Escola Estadual Delfim Moreira.

---

<sup>14</sup> Depoimento de Jorge Arbach concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 16 de dezembro de 2010.

Com receio da destruição desse, um grupo de ex-diretoras, professoras e alunos dos Grupos Escolares, que funcionavam no palacete, se uniram para impedir a demolição do imóvel (não se lutou pelo tombamento desse, apenas para que ele não fosse demolido). Essa iniciativa nos chamou a atenção por ser anterior a tentativa de preservação do Colégio Stella Matutina (aconteceu em 1977 e o Stella é de 1978) e por ter sido vitoriosa, mostrando que com a participação da população e com vontade política (uma vez que o Estado não permitiu a venda do imóvel) Juiz de Fora poderia preservar a sua história.

Já na década de 1980 ocorreram duas importantes mobilizações sociais a favor da preservação do patrimônio de Juiz de Fora: a preservação do Cine Theatro Central – CTC- e a transformação da antiga fábrica de tecidos Bernardo Mascarenhas em um Centro Cultural. Os movimentos ocorreram praticamente ao mesmo tempo (o do CTC começou no fim de 1982 e a Mascarenhas data de 1983 mas seu tombamento é de 1982) e levaram as ruas da cidade um número surpreendente de pessoas que aderiram as causas incentivadas, primeiramente, por um grupo de artistas e intelectuais da cidade. Com o decorrer dos movimentos, percebeu-se que a fábrica Bernardo Mascarenhas e o CTC passaram a ser uma exigência da comunidade e os seus desfechos não podiam ser diferentes: ambos foram preservados, e a antiga fábrica virou um Centro Cultural. Nesse capítulo, buscaremos entender o que esses dois imóveis possuíam em particular para fazer um grupo maior de pessoas lutarem pela sua preservação, quais interesses estavam em jogo e se a preservação do CTC e a transformação da Bernardo Mascarenhas em Centro Cultural satisfizes aqueles que lutaram em pró deles.

Em um contexto mais geral, apesar de percebermos algumas diferenças entre os imóveis que foram preservados e os que não foram, como o próprio interesse político por trás dos tombamentos, destacaremos o que todos esses imóveis possuíam de especial a ponto de serem alvos de movimentos sociais. De acordo com Eunice Ribeiro Durhan, certos bens são privilegiados pelos significados que acumulam durante sua história. Esses bens, de acordo com a autora, “*merecem um esforço especial no sentido de preservá-los e coloca-los à disposição da população para usos futuros*”<sup>15</sup> e será a partir desse ponto que tentaremos entender a importância desses imóveis para Juiz de Fora.

---

<sup>15</sup> DURHAM, Eunice Ribeiro. Texto 2. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 31.

Gostaríamos de terminar essas notas introdutórias fazendo referência a alguns tipos de fontes utilizadas e as quais tivemos a sorte de poder contar: os jornais, os processos de tombamento e o depoimento de pessoas ligadas aos movimentos. Em relação ao primeiro, Maria Helena Capelato já havia destacado que “*em cada página [dos jornais] nos deparamos com aspectos significativos da vida de nossos antecessores, que permitem recuperar as suas lutas, ideias, compromissos e interesses*”.<sup>16</sup> Através da análise dos jornais pudemos entender como aconteceram os movimentos sociais aqui estudados, percebendo inclusive, qual a posição que a imprensa adotou em relação aos fatos, o que é muito importante, pois sabemos que a imprensa é uma forte formadora de opinião pública.

A análise dos processos de tombamento dos bens analisados (tanto os tombados como os não tombados) nos ajudou a entender todos os trâmites do processo: quem estava envolvido, como ocorreram as discussões em torno da proteção e como funcionava o aparato burocrático por trás da preservação de um imóvel na época estudada. Já sobre os depoimentos, entendemos que eles constituíram a parte mais rica de nosso trabalho uma vez que as pessoas entrevistadas fizeram parte dos movimentos pró-preservação, ponto central dessa análise. Suas histórias e lembranças nos ajudaram a entender como os movimentos surgiram e como era o pensamento difundido na época, fatos esses que não conseguiríamos com a análise apenas de fontes escritas.

A estrada que o historiador percorre desde o nascimento de uma ideia até sua conclusão em um texto é longa e tortuosa. No entanto, poder contar com um acervo completo e em bom estado de conservação e com a generosidade de pessoas que não se importaram com o fato de suas histórias e suas memórias serem compartilhadas com outras, nos fornece atalhos indispensáveis nessa trajetória. E esse foi o caso desse trabalho.

---

<sup>16</sup> CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto. p. 13.

## **CAPÍTULO 1: O PATRIMÔNIO ENTRE CONCEITOS: o “lembrar” e o “esquecer” nas narrativas preservacionistas**

*“A memória (...) é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.”*  
(Michael Pollack)

A primeira iniciativa de preservação do patrimônio histórico e artístico de Juiz de Fora foi uma modesta ação do professor Lindolfo Gomes no final da década de 1930, que consistiu em tentar preservar, através do SPHAN, a chamada Fazenda do Juiz de Fora. O imóvel acabou sendo demolido antes de se efetivar seu tombamento, mas a atitude do professor gerou um interesse pelo patrimônio da cidade.

Marcada pelo seu pioneirismo industrial, Juiz de Fora presenciou um crescimento urbano e econômico bastante acelerado principalmente entre o final do século XIX e a década de 1930. A partir dos anos 1970, com sua inclusão no *Programa Nacional de Apoio as Capitais e Cidades de Porte Médio* e também com a implantação de uma universidade federal na cidade, esse crescimento foi retomado só que dessa vez o núcleo urbano de Juiz de Fora passou a ser bem afetado através das demolições de vários casarões da Avenida Rio Branco, pertencentes outrora aos coronéis do café da região e que davam à cidade um ar de nobreza. No local desses casarões foram surgindo edifícios residenciais e comerciais que faziam a cidade se modernizar, mas também a fazia perder grande parte de seu rico e imponente cenário urbano original e grande parte de sua história.

Para entendermos melhor esse processo de perda que passou a ocorrer com mais frequência nas décadas de 1970 e 1980, e a partir daí, as ações para a preservação do patrimônio cultural na cidade, tema central de nossa dissertação, utilizaremos duas ideias principais: a dos “Lugares de Memória”, usado por Pierre Nora e a de “Amnésia Social”, abordada por Myrian Santos e depois usada por Luiz Alberto do Prado Passaglia, arquiteto e primeiro técnico contratado, em fins da década de 1970, para tratar da questão da preservação em Juiz de Fora. Por fim, faremos uma pequena abordagem sobre o conceito de movimentos sociais que empregaremos ao longo do trabalho como forma de justificar porque algumas manifestações para a preservação do patrimônio de Juiz de Fora puderam ganhar essa denominação e outras não.

## 1.1 - O ESTABELECIMENTO DOS LUGARES DE MEMÓRIA

### Memória

Segundo o dicionário, memória seria “*a faculdade de reter as ideias adquiridas anteriormente*”, seria “*lembrança; reminiscência*”.<sup>17</sup> Através da memória, o homem conseguiria lembrar e transmitir às gerações vindouras fatos históricos ou pessoais, revivendo assim momentos passados que não mais se repetirão. A memória também “*mantém viva a nossa história e abre a possibilidade de autoconhecimento*”.<sup>18</sup> Em uma abordagem mais fisiológica, a memória seria a consequência do processo de aprendizagem por qual todo ser humano passa. Mas em uma abordagem social, ela seria a responsável por possuímos a sensação de pertencer a algum lugar e será essa a ideia que usaremos em nossa análise, uma vez que a memória será entendida como “afeto”, como elaboração dos sentidos do passado que ocorrem a partir das relações entre o “eu” e o “outro”, se tornando uma memória social.

Dentro da discussão sobre memória destacaremos alguns autores que entendemos serem essenciais para a análise que aqui pretendemos fazer. Entre esses autores está Jacques Le Goff, que entendia a memória como uma “*propriedade de conservar certas informações*” que nos remeteria “*em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas*”.<sup>19</sup> Alguns aspectos da memória, no interior de qualquer ciência, evocariam, para o autor, “*traços e problemas da memória histórica e da memória social*”,<sup>20</sup> por isso a importância de abordar a memória de diferentes pontos de vista.

Arno Wehling e Maria José Wehling enfatizam que historicamente, o nascimento da memória social estaria ligado a quatro hipóteses: o crescimento da massa urbana européia que trouxera a “*nítida sensação de perda dos ‘bons velhos tempos’ e de esvaziamento da tradição*”, sendo a memória social um “*esforço de recuperação do passado pela consciência coletiva*”; a percepção, a olhos europeus, que “*as comunidades ditas primitivas à luz do evolucionismo tinham seus próprios instrumentos*

---

<sup>17</sup> BUENO, Silveira. **Silveira Bueno**: minidicionário da língua portuguesa. São Paulo: FTD, 2000.

<sup>18</sup> REISEWITZ, Lúcia. Citado por RODRIGUES, José Eduardo Ramos. Importância e responsabilidade dos Conselhos Municipais de patrimônio cultural. In: MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; ARAÚJO, Guilherme Maciel; ASKAR, Jorge Adbo (orgs.). **Mestres e conselheiros**: manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009. p. 27.

<sup>19</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p. 423.

<sup>20</sup> Idem, ibidem.

*mnemônicos de cunho social*”; o fortalecimento do historicismo em sua fase científicista, que buscava “*através da história, da sociologia ou da antropologia uma verdade definitiva que só o método científico poderia dar*”; e por fim, o rompimento com as tradições metafísica e idealista, surgindo uma memória “*imersa na temporalidade e inteiramente relativa a ela*”.<sup>21</sup>

Já Maurice Halbwachs, seguidor da escola sociológica francesa, que tentava chamar a atenção para o estudo das sociedades, trabalhou muito com a sociologia da memória. Em sua análise, defendeu a ideia da memória estar vinculada às relações sociais dos indivíduos, uma vez que os grupos sociais (tendo em primeiro lugar a própria família) seriam os responsáveis por transmitir suas lembranças a seus descendentes. Os fatos sociais, nessa visão, interfeririam nos modos de lembrar da sociedade, pois as lembranças dependeriam do grupo de convívio do indivíduo e a linguagem seria o instrumento socializador da memória.<sup>22</sup> A construção de tal memória seria realizada socialmente e as lembranças dos indivíduos seriam sempre coletivas, de tal forma que suas memórias dependeriam do contato que teriam com o grupo social que as produziu. A sociedade estaria inserida no indivíduo e as memórias e lembranças poderiam aparecer ou reaparecer ao serem recordadas por outros homens, sendo assim, produtoras de relações sociais.<sup>23</sup> Como destacou Leonardo Mesentier, a memória social seria formada ao longo de várias gerações de indivíduos que estariam envolvidos em uma mesma estrutura social. A construção dessa memória implicaria inclusive “*na referência ao que não foi presenciado*” e devem contar com suportes físicos para que seja transmitida de uma geração a outra.<sup>24</sup>

Halbwachs acreditava que na base de toda recordação existiria uma “*intuição sensível*”, ou seja, um estado de consciência individual onde estariam nossas recordações particulares e que foi usado por ele para “*distingui-lo das percepções onde entram elementos do pensamento social*”. Essa intuição, segundo o autor, seria registrada em dois momentos da vida: na infância e na fase adulta. No entanto seriam apenas intuições de uma importância menor. Na infância, as nossas lembranças não estariam ligadas a nenhum grupo social, pois nesse período o indivíduo ainda não seria

---

<sup>21</sup> WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. Memória e história: fundamentos, convergências, conflitos. IN: WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José; et. ali. **Memória social e documento**: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: UNI-RIO/Mestrado em Memória Social e Documento, 1997. p. 12;15-17.

<sup>22</sup> Ibidem, p. 53-56.

<sup>23</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004. p. 38.

<sup>24</sup> MESENTIER, Leonardo Marques de. **Patrimônio Urbano, construção da memória social e cidadania**. Disponível em: <<http://www.artigocientifico.com.br/uploads/artc-1151514709-69.pdf>>. Acesso em 28/set./2011. p. 3.

considerado um ente social. Porém, as memórias das crianças seriam condicionadas pelo grupo familiar que pertenceriam através das lembranças contadas pelos parentes. Com esse fato, a dimensão coletiva da memória já começaria a ser formada, mesmo sendo esta uma dimensão restrita ao familiar. Já na fase adulta, as lembranças dos indivíduos estariam relacionadas aos fatos ocorridos com o maior número de membros dentro de seu grupo social, ou seja, com aquele grupo mais próximo a ele. Os fatos que só ocorreram com ele ou com um número menor de indivíduos com quem se relacionaria, passariam despercebidos e tenderiam a ser esquecidos. Nesses termos, a memória individual se constituiria através da memória coletiva dos grupos mais próximos do seu convívio, ela se lapidaria através da memória do grupo. As memórias individuais seriam para o autor um ponto de vista sobre a memória coletiva e esse ponto de vista iria se modificando conforme a posição que o indivíduo ocuparia dentro do fato.<sup>25</sup>

Dentro dessa discussão, o pensamento de Michael Pollak em relação à memória se torna interessante. O autor defendia que tanto a memória individual quanto a coletiva seriam constituídas por dois tipos de acontecimentos: aqueles vividos pessoalmente e os “*vividos por tabela*”. Esses últimos seriam aqueles acontecimentos que ocorreriam no grupo ou na sociedade a qual o indivíduo pertence e se tornaria significativo porque mesmo esse não tendo participado do fato, o seu envolvimento com o grupo participante o tornaria envolvido com tal ação.<sup>26</sup> Pollak, partindo de Halbwachs, também acreditava que a memória seria algo seletivo, pois nem tudo ficaria registrado, apenas os fatos mais significativos para cada grupo. A memória seria assim, “*um fenômeno construído*”, seria “*um elemento constituinte do sentimento de identidade*”.<sup>27</sup>

Outra distinção feita por Halbwachs seria a existente entre a história e a memória coletiva. Para o autor, a primeira começaria quando acabaria a segunda e haveria duas diferenças marcantes entre ambas: a história se dividiria em períodos de tempo, enquanto que esse fato seria inexistente na memória coletiva, pois essa, “*por definição, não ultrapassa os limites desse grupo. Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: há na realidade, dois grupos que se sucedem*”.<sup>28</sup> A história seria única enquanto que a

---

<sup>25</sup> HALBWACHS, M. Op. cit. ps. 41 a 55.

<sup>26</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: 1992, v. 5, n.10, p. 201. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.fgv.br/ojs>>. Acesso em: 9 de maio de 2011.

<sup>27</sup> Idem, p. 204 a 207.

<sup>28</sup> HALBWACHS, M. Op. cit. p. 86.

memória coletiva seria plural, uma vez que existiriam vários grupos sociais distintos. Quando a memória de um acontecimento não encontra mais suporte em um grupo, deve-se escrever a história, a única forma de salvar as lembranças.

É porque geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la, pura e simplesmente. Assim, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse oportunidade de encontrar por muito tempo ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservem algumas lembranças. Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais suporte em um grupo (...) o único jeito de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem.<sup>29</sup>

A história, conclui o autor, ligaria o passado ao presente, mas não poderia recriar as correntes de pensamentos coletivos que só existiram no passado.<sup>30</sup>

Pierre Nora compartilhou e desenvolveu essa mesma ideia. Para esse, a memória e a história seriam completamente opostas: a primeira seria viva, carregada por grupos vivos, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento e a segunda seria a reconstrução do que não existiria mais. A memória seria sempre atual e vivida no presente, a história seria a representação do passado. A memória se alimentaria de lembranças vagas, particulares ou simbólicas, a história precisaria sempre de uma análise crítica. A memória levaria a lembrança para o sagrado e a história a tornaria prosaica. A memória emergiria sempre de um grupo que a une, a história pertenceria a todos e a ninguém.<sup>31</sup> No entanto Nora destacou que mesmo opostas, a história precisaria da memória para ser construída. Os clarões de memória seriam a “*finalização de seu desaparecimento no fogo da história*”.<sup>32</sup> Quando, segundo o autor, a memória é “*inelutavelmente tragada pela história, não existe mais um homem-memória, em si mesmo, mas um lugar de memória*”.<sup>33</sup>

---

<sup>29</sup> HALBWACHS, M. Op. cit. p. 85.

<sup>30</sup> HALBWACHS, M. Op. cit. p. 84 a 93.

<sup>31</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC/SP, 1993, n. 10, dez. p. 9.

<sup>32</sup> Idem, p. 14.

<sup>33</sup> Idem. p. 21.

Myrian Santos por sua vez, caracterizou a memória como “*a capacidade de lembrar do passado*”, mas destacou que novos estudos sobre o tema têm enfatizado que “*não existiriam memórias individuais e sociais, mas atos de lembrar e esquecer, que devem ser considerados práticas ou ações humanas constituídas socialmente*”.<sup>34</sup> A memória não representaria a ida ao passado e sim a presença desse no presente “*através de dilemas éticos e morais*”.<sup>35</sup> Santos diferenciou também dois grupos de autores que entenderam a memória como fenômeno coletivo: aqueles que consideraram as memórias individuais determinadas por “*construções coletivas*” e aqueles que se referiram à memória como “*tradição*”, onde a manutenção dos aspectos do passado seriam expressadas através de sentimentos, hábitos, etc. Dentre os autores inseridos no primeiro grupo, Santos destacou os nomes de Halbwachs; Frederic C. Bartlett e U. Neisser (que estudou o passado levando em conta o contexto social de cada pessoa, uma vez que esse contexto interferiria no que o indivíduo iria lembrar).<sup>36</sup> Dentro do segundo grupo estariam: Geertz, que via na tradição o guia para os atores sociais; Marcuse e Foucault que percebiam que o passado seria lembrado através de hábitos e construções sociais que envolvessem uma dominação de poder; e W. Benjamin, que destacou dois tipos de memória: o ato voluntário de lembrar o passado e a lembrança involuntária, sendo que a memória pura só existiria de forma involuntária na sociedade que a viveu.<sup>37</sup>

Toda a importância dada ao social que discutimos acima se estende também quando falamos de patrimônio cultural, pois esse pode ser considerado como uma herança coletiva. Nas palavras de Mesentier:

O patrimônio cultural edificado pode ser pensado enquanto suporte da memória social, ou seja, os edifícios e áreas urbanas de valor patrimonial podem ser tomados como um ponto de apoio da construção da memória social, como um estímulo externo que ajuda a reativar e reavivar certos traços da memória coletiva em uma formação sócio-territorial.<sup>38</sup>

---

<sup>34</sup> SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. n. 19. p.125-127.

<sup>35</sup> Idem, p. 129.

<sup>36</sup> Idem, p. 130 a 135.

<sup>37</sup> SANTOS, M. Op. cit, p. 136 a 143.

<sup>38</sup> MESENTIER, L. M. Op. Cit. p. 3.

Leonardo Castriota, também enfatizou o patrimônio como algo coletivo, pertencente a comunidade, ao estado, ao país, à humanidade,<sup>39</sup> e faria parte da memória de todos nós, possuindo a função social de consolidar uma identidade coletiva. Assim, segundo Maria Julieta Nunes de Souza, preservar é manter, conservar e remeter a memória. Preserva-se para que as gerações futuras possam ter um pouco do passado,<sup>40</sup> sendo que esse passado estaria inserido em um sistema cultural mais amplo. No Brasil, a memória coletiva da nação, de acordo com Alayde Mariane, “*definiu-se estreitamente vinculada à recuperação de uma história, de uma produção cultural acumulada e de uma estética brasileira, como traços distintivos da alteridade e universalidade que se queria firmar*”,<sup>41</sup> ou seja, o verdadeiro patrimônio brasileiro, o patrimônio que identificava toda a sua coletividade, seria aquele que remetesse ao Brasil e que o tornaria único. O patrimônio faria referência à lembrança e seria uma forma de memória consolidada, pois o local em que estaria inserido determinaria a memória das pessoas que ali viviam ou vivem.

A percepção de patrimônio como memória consolidada acabou sendo também um dos motivos que levou Juiz de Fora a presenciar, sobretudo a partir da década de 1970, movimentos sociais que lutaram pela preservação do patrimônio da cidade. As ações de artistas, intelectuais e também de pessoas de outros grupos sociais, que serão melhor discutidas nos próximos capítulos, foram movidas em parte pela memória que algumas edificações ameaçadas de demolição ajudaram a consolidar na cidade. Tais imóveis não eram importantes apenas para a paisagem histórica de Juiz de Fora, eles estavam cheios de histórias que passaram a fazer parte da memória coletiva do município. A ameaça da demolição desses locais específicos despertou em vários cidadãos um sentimento de perda de suas próprias memórias e isso os fez perceber que algo deveria ser feito.

### **Lugares de memória**

Antes de entrarmos na discussão dos lugares de memória propriamente, gostaríamos de deixar claro qual o sentido de “*lugar*” a qual nos referimos. Não se trata apenas de um lugar físico, mas sim de um lugar mais caracterizado simbolicamente,

---

<sup>39</sup> CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: valores e sociedade civil. In: MIRANDA, M. P. S.; ARAÚJO, G.M.; ASKAR, J. A. Op. Cit. p. 42.

<sup>40</sup> SOUZA, Maria Julieta de. Preservação do patrimônio arquitetônico: uma trajetória. In: CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira; SOUZA, Maria Julieta Nunes de (orgs.). **Art déco e patrimônio arquitetônico**. Juiz de Fora: Clíoedel/ UFJF. p. 17.

<sup>41</sup> MARIANE, Alayde. Memória popular e registro do patrimônio. **Revista do IPHAN**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999. n. 28. p. 158.

como foi discutido por Pierre Nora. Segundo o autor, os “*lugares de memória*” seriam lugares nos três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional.

Um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada na lembrança. Os três aspectos coexistem sempre.<sup>42</sup>

Como foi exposto anteriormente, para o autor, a memória e a história não poderiam ser consideradas sinônimos, pois a primeira era trazida por grupos vivos que sempre estariam evoluindo. Nesse sentido, o ponto de partida da memória seriam os lugares onde uma nação, etnia ou sociedade passaram a ter lembranças em comum, lembranças essas que os fariam se reconhecerem como um todo. Como exemplo, o autor citou os lugares monumentais (conjunto arquitetônico, igreja, etc.), os lugares símbolos (locais de festas, peregrinações) e os lugares funcionais (onde funcionariam associações, sindicatos, entre outros). Esses lugares seriam onde as sociedades registrariam voluntariamente as suas recordações e existiriam quando houvesse a referência ao coletivo. Para Daniel Pinheiro e Maria Nascimento, usando Gaston Bachelard, para um espaço qualquer se transformar em “lugar” (nesse sentido usado por Nora), precisaria ter um sentimento de pertencimento. Os autores destacaram ainda que, a partir do momento que esses “lugares” adquirissem o significado de domínio coletivo, passariam a ter também seu valor reconhecido pela comunidade<sup>43</sup>, passariam a ser um “lugar” coletivo, um “lugar de memória”.

Nora, no entanto, percebeu o surgimento desses lugares de memória como algo negativo, pois esses só foram criados porque a memória foi “*esfacelada*”. Só haveriam “*locais de memória porque não há mais meios de memória*”.<sup>44</sup> Esse fato ocorreu devido a aceleração da memória que acabou por distanciar a memória verdadeira (aquela guardada pelas sociedades primitivas) da história, que seria como a nossa sociedade

---

<sup>42</sup> MARIANE, A. Op. Cit. p. 21-22.

<sup>43</sup> PINHEIRO, Daniel R. C.; NASCIMENTO, Maria Aneisilany G. Imagens de Jaguaribara submersa: patrimônio cultural, lugar e espaço na arquitetura da cidade. In: MARTINS, Clerton (org.). **Patrimônio Cultural**: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Rocca, 2006. p. 157.

<sup>44</sup> NORA, P. Op. cit. p. 7.

(condenada ao esquecimento) vem trabalhando seu passado. “*Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história*”.<sup>45</sup> Os lugares de memória seriam acima de tudo restos de memória, por isso a criação de museus, arquivos, monumentos, etc., que seriam os marcos de outras épocas que só existiriam porque essas épocas foram esquecidas. Em suas palavras:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais(...). Se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos.<sup>46</sup>

Andréas Huyssen, ao constatar que as memórias específicas de grupos políticos, raciais, etc. estariam cada vez mais em emersão, passou a discutir se nas sociedades contemporâneas ainda seria possível a existências de formas de memória consensual coletiva. Ao citar Nora em seus estudos, Huyssen destacou que nessas sociedades há o reconhecimento de uma perda de identidade nacional e até comunitária, mas essas perdas acabariam sendo recompensadas de alguma forma, como por exemplo, na criação de lugares de memória. “*Os lugares de memória, em Nora*”, compensariam “*a perda dos meios de memória*”.<sup>47</sup> Para o autor, a memória vivida pela sociedade seria ainda, “*ativa, viva, incorporada no social, isto é, em indivíduos, grupos, nações e regiões. Estas são as memórias necessárias para construir futuros locais diferenciados num mundo global*”.<sup>48</sup>

Outros autores também trabalharam com a ideia de lugar de memória formulada por Nora. Pollak destacou a existência de lugares ligados a lembranças tanto individuais como coletivas e lugares de apoio à memória, como os monumentos ou locais de

---

<sup>45</sup> Idem, p. 8.

<sup>46</sup> NORA, P. Op. cit. p. 13.

<sup>47</sup> HUYSSSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p.19, 29.

<sup>48</sup> Idem, p. 36.

comemoração. Quando uma lembrança se mantém em determinado lugar, esse acaba se tornando inclusive formador da memória.<sup>49</sup> Para Jacy Seixas, toda memória hoje em dia seria “*uma memória exilada, que busca refúgio na história*”, restando-lhe assim “*os lugares de memória*”. Essa aproximação entre memória e história, para a autora, seria o que Nora chamou de “*memória historicizada*” e que traria dois efeitos: uma extrema produtividade, com a afirmação de novas cidadanias, e uma vulnerabilidade teórica, como se a memória só existisse na teoria sob os refletores da história. Nessa análise, os lugares de memória “*representariam menos uma ausência de memória ou a manifestação de uma memória historicizada do que a irrupção afetiva e simbólica da memória em seu diálogo sempre atual com a história*”.<sup>50</sup>

Ana Paula Goulart Ribeiro tentou entender a construção dos lugares de memória através da mídia. Segundo a autora, nas últimas décadas, “*a imprensa fez, cotidianamente, o registro factual da história do país*”, onde os jornais “*participaram ativamente dos principais acontecimentos*” nacionais e internacionais, mas foram, ao mesmo tempo, selecionando e silenciando fatos, estruturando assim a memória da nação. A memória oficial passou a ser a divulgada nos meios de comunicação em massa e esses também contribuíram para a construção da opinião pública sobre os fatos narrados<sup>51</sup>. Voltando um pouco ao pensamento de Huyssen percebemos que esse autor também destacou que a comercialização da memória pela mídia acabou gerando amnésias, pois os fatos divulgados amplamente nos meios de comunicação<sup>52</sup> seriam tão superficiais que acabariam sendo esquecidos com a publicação de novos fatos.

Em Juiz de Fora, através da análise dos jornais de maior circulação na cidade na época estudada, percebemos claramente a postura que a imprensa adotou diante das discussões sobre a preservação. Os movimentos pró-preservação foram amplamente divulgados nos jornais, através da cobertura das manifestações, de entrevistas de artistas que participaram do movimento, de vários artigos que chamavam a atenção para os imóveis e de fotos em grandes formatos para destacar a causa. Segundo Henrique Simões, diretor de teatro que esteve a frente do movimento para a preservação da antiga fábrica da Cia Têxtil Bernardo Mascarenhas, o apoio dos jornais, em especial do

---

<sup>49</sup> POLLAK, M. Op. cit. p. 202.

<sup>50</sup> SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre a questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 42 a 44.

<sup>51</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornais: memória ou amnésia? In: **Revista Tempo e Presença**. 1999, n. 305, maio/jun. p. 28-30.

<sup>52</sup> HUYSSSEN, A. Op. Cit. p. 25.

*Tribuna de Minas* foi essencial para divulgar o movimento e fazer com que ele atingisse as proporções que atingiu.<sup>53</sup> Em sua análise, a grande divulgação feita pelo jornal, fez a população se interessar pela causa e apoiá-la.<sup>54</sup> Mas os jornais publicavam também o outro lado da história. Algumas reportagens trouxeram entrevistas com os proprietários dos imóveis que foram demolidos na qual esses apresentavam os motivos que os levava a serem contrários ao tombamento de tais bens. No entanto, as reportagens de página inteira, dando destaque aos movimentos e o tom de lamentação e indignação nas matérias que cobriram as demolições da Casa do Bispo e do Colégio e Capela do Stella Matutina, em especial, não deixaram dúvidas quanto a posição da imprensa. Não podemos perder de vista também, o fato de que muitos jornalistas eram participantes ativos dos movimentos preservacionistas na cidade e usavam seu meio de trabalho para defender suas ideias. Entretanto, independente de qualquer fator, podemos concluir que a visibilidade que a imprensa deu aos movimentos proporcionou que uma parcela da sociedade (aquela que não estava inserida nos meios culturais) tomasse conhecimento do que estava se passando na cidade, podendo assim, formar sua opinião a respeito.

### **Lugares de memória e patrimônio cultural**

Ao longo dos anos, as políticas de preservação foram elegendo determinados lugares como narradores/testemunhas da história, da cultura ou da arte das diferentes regiões. Esses locais foram criados porque determinadas lembranças estavam desaparecendo, surgindo assim, a necessidade de se preservar aquilo que estava entrando em extinção.

Os elementos da cidade estariam ganhando atributos de lugares de memória. Esses locais ou objetos elegidos como “lugares de memória”, adquiriram esse status através de atribuições dadas por grupos que se identificavam com determinado bem e que acabavam dando a esse um valor simbólico e o fazendo ser digno de preservação. As manifestações realizadas para destacar determinados lugares acabaram por preservar a memória do grupo que se inseria no contexto do objeto em questão, mas também contribuíram para a preservação de um modo geral, ajudando a contar a história do país, do estado, da cidade e da comunidade ao seu redor.

Ecléa Bosi, citando o pensamento de Bartlett, destacou que as lembranças seriam criadas através do ponto de vista cultural e ideológico específico de cada sociedade ou

---

<sup>53</sup> O movimento pró-preservação da Bernardo Mascarenhas será melhor trabalhado no capítulo 4.

<sup>54</sup> Depoimento de Henrique Simões concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 5 de abril de 2012.

segmento dessa que as criaram.<sup>55</sup> As lembranças de um imóvel antigo poderiam ser importantes para determinado grupo social (que viveu aquele contexto) e não representar nada para outros grupos (que viveram em outras épocas, locais ou que possuíam posições sociais diferentes). Flávio Carsalade reitera, porém, que o simples fato de algum imóvel representar algo para um grupo específico já o torna importante suficientemente para ser preservados para a sociedade no geral.<sup>56</sup> No contexto de Juiz de Fora, percebemos que, nos movimentos sociais em prol da preservação de determinados imóveis da cidade, a participação de pessoas que estiveram envolvidos de alguma forma com o imóvel foi frequente. Para exemplificar, podemos destacar três processos onde esse fato ocorreu: o apelo feito por ex-alunas do colégio Stella Matutina para a preservação desse, uma vez que elas estudaram anos naquele local e gostariam que ele se perpetuasse fisicamente na história do município; a participação em passeatas de antigos operários da Cia Têxtil Bernardo Mascarenhas (ou parentes desses) para a preservação da antiga fábrica onde trabalharam; e a assinatura em abaixo-assinados contra a demolição do Cine Theatro Central de antigos espectadores de filmes que ali eram exibidos. Aqui porém, entra em jogo um conflito de interesses. O valor afetivo que os imóveis possuíam para os integrantes dos movimentos se chocava com o valor econômico que os mesmos representavam para seus proprietários. Esses últimos foram contrários ao tombamento dos imóveis por entenderem que a medida acarretaria em um ônus que não teriam condições de suportar. No ponto de vista dos proprietários, o valor afetivo destacado pelos participantes dos movimentos pró-preservação, não se justificava, pois os imóveis representavam para eles apenas uma fonte de renda. Se para aquelas pessoas que participaram dos movimentos, o valor dos imóveis se ligava, como já dito, a sua importância histórica e afetiva para com a própria cidade e seus habitantes, para os proprietários e a especulação imobiliária, seu valor era simplesmente o econômico.

Hoje em dia, com a maior difusão das questões patrimoniais e culturais e com o maior conhecimento por parte das pessoas leigas sobre a política de preservação, movimentos como os que aconteceram em Juiz de Fora na década de 1980 poderiam despertar o interesse de mais pessoas que não possuíssem nenhuma relação particular com os imóveis em questão. Porém, a participação popular nos movimentos que aqui

---

<sup>55</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. 4ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994. Op. cit. p. 64-65.

<sup>56</sup> CARSLADE, Flávio de Lemos. A ética das intervenções. In: MIRANDA, M. P. S.; ARAÚJO, G. M.; ASKAR, J. A. Op. Cit. p. 79.

serão analisados, não esteve restrita a pessoas que possuíam algum vínculo pessoal com os imóveis. Houve pessoas favoráveis a preservação de tais bens simplesmente por eles serem considerados símbolos da cidade e ajudarem a contar a história dessa. Nesse ponto, podemos fazer um paralelo com a construção da memória coletiva, pois pessoas sem memórias particulares de determinado local acabaram apropriando essa memória por estarem inseridas em um mesmo grupo social, fazendo aquele fato se inserir nas suas lembranças. Seria essa a força da memória coletiva em uma sociedade. Ela ajuda a formar opiniões o tempo todo por constituir fator importante a ser considerado pelo homem. Como disse o arquiteto Jorge Arbach, “*é importante as pessoas saberem o que a cidade tem. Conhecer seus diamantes. Se for garimpar pela cidade, se interessa cada vez mais*”.<sup>57</sup>

## **1.2. O ESQUECIMENTO DAS COISAS DO PASSADO: OS PERIGOS DA AMNÉSIA SOCIAL**

O conceito de amnésia social nos abre um campo muito grande de possibilidades de discussões, mas ele se liga intimamente a outro conceito: esquecimento. Mircea Eliade já havia destacado que, esse seria um equivalente do sono, “*à perda de si mesmo, ou seja, à desorientação, à ‘cegueira’*”.<sup>58</sup> Quando alguém sofre de amnésia, passa a ser desprovido de memória, não consegue lembrar de fatos cotidianos da própria vida, simplesmente os esquece. Mas se alguém está em processo de “amnésia social”, os fatos da vida não são esquecidos, mas a sua história social acaba perdida. Le Goff destacou que a amnésia seria “*uma perturbação no indivíduo que envolve perturbações mais ou menos graves na presença da personalidade*”, mas poderia ser também “*a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva*”.<sup>59</sup>

A construção da memória, como foi discutido anteriormente, passaria por um processo de seleção feito por um grupo social qualquer e nessa seleção acabar-se-ia elegendo os locais que seriam lembrados e também os que seriam esquecidos. Aquilo que determinado grupo julga digno de ser lembrado por outras gerações é mantido em um processo denominado por Pollack de “*enquadramento de memória*” e o mesmo

---

<sup>57</sup> Depoimento de Jorge Arbach concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 16 de dezembro de 2010.

<sup>58</sup> ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986. p. 105.

<sup>59</sup> LE GOFF, J. Op. Cit. p. 425.

serve de material para a escrita de uma determinada história. Já os acontecimentos tidos sem importância por esse grupo são relegados e fadados ao esquecimento. Portanto, o que foi selecionado para ser lembrado ou excluído, dependeu de quem contou e escreveu a história, qual grupo social o narrador e o escritor pertenciam.<sup>60</sup>

Nos dizeres de Le Goff:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.<sup>61</sup>

No entanto, nos últimos tempos, tem-se tornado cada vez mais frequente na historiografia a presença dessas outras “memórias” até então subjugadas, pertencentes a grupos sociais que até então não possuíam voz. Foi dessa forma que, a história vista de baixo e a micro-história se destacaram nos últimos tempos, por mostrarem fatos históricos por um outro ponto de vista.

Segundo Andreas Huyssen, foi depois da década de 1960 que emergiu no Ocidente novos discursos de memórias que carregavam o lastro da descolonização africana e asiática e dos movimentos sociais que buscavam histórias alternativas e revisionistas.<sup>62</sup> O grande evento trabalhado por Huyssen para exemplificar suas pesquisas foram as lembranças da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto. A partir da segunda metade do século XX, o que se percebeu na Europa e nos EUA foi uma busca pela preservação de alguns lugares fadados ao esquecimento até aquele momento. Um exemplo significativo foi a discussão em torno da preservação do antigo Campo de Concentração Alemão de Auschwitz, na Polônia, tombado pela ONU em 1979 como Patrimônio Mundial da Humanidade, pois mesmo sendo um conjunto arquitetônico que carregava uma lembrança dolorosa, principalmente pelos judeus, foi preservado por incentivo da Alemanha, como medida adotada para mostrar, explicitamente, uma parte vergonhosa da história do país. No Brasil, também temos exemplos de tentativas sistemáticas de esquecimento da história como quando, após a proclamação da República, por exemplo, foram queimados alguns arquivos referentes a escravidão por

---

<sup>60</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: 1992, v. 5, n. 10. p. 206.

<sup>61</sup> LE GOFF, J. Op. cit. p. 426.

<sup>62</sup> HUYSSSEN, A. Op. cit. p. 10.

iniciativa de Rui Barbosa, em tentativa de apagar os atos cruéis do período escravista.<sup>63</sup> Por outro lado, nas últimas décadas, vários grupos de afrodescendentes vem se empenhando no resgate da história desse período e na identificação e valorização de “lugares de memória”, como na luta pela preservação de antigos sítios de comunidades quilombolas e nos debates promovidos sobre as consequências ainda hoje presente dessa escravidão.

Essas questões envolvendo memória e esquecimento nos mostra que ambos os conceitos acabam se interligando. O que não foi eleito para ser lembrado acabará sendo esquecido. Seixas já dizia que “*temos a sensação de viver sob o império da memória e de seu correlato, o esquecimento*”.<sup>64</sup> Para Mário Chagas, as instituições que trabalham com patrimônio possuem um discurso sobre a realidade que acaba possuindo “*som e silêncio, cheio e vazio, presença e ausência, lembrança e esquecimento*”. A preservação seria dessa forma, justificada pela “*iminência*” da perda de um determinado bem, da mesma forma que se justificaria a memória pela “*ameaça do esquecimento*”. No entanto, a memória e o esquecimento, a preservação e a destruição, não seriam totalmente opostas, eles “*complementam-se e sempre estão ao serviço do sujeito que [os] constroem [...] através de práticas sociais*”.<sup>65</sup> Já na visão do escritor argentino Jorge Luiz Borges, a memória não seria a reprodução exata do passado. Ela seria a reconstituição imaginativa de persistências e esquecimentos. O passado seria o fixador de referências e o amnésico seria justamente a perda dessas referências passadas. Assim, a história pode até ser construída a partir de zonas de esquecimentos, mas ela também apresenta-se disponível à lembrança. Renegar o passado para viver apenas o presente seria o mesmo que “*viver em amnésia*”.<sup>66</sup> Huyssen, ao citar Freud, disse que para esse a memória e o esquecimento seriam indissolúveis. Apesar do “Pai da Psicanálise” escrever essa máxima pensando nos processos psíquicos, o autor acredita que eles seriam compatíveis também com toda uma sociedade de consumo, porém, nessas sociedades “*o medo do esquecimento dispara o desejo de lembrar, (ou seria) o contrário?*”.<sup>67</sup>

---

<sup>63</sup> RUBINO, S. Op. cit. p. 30.

<sup>64</sup> SEIXAS, J. Op. cit. p. 37.

<sup>65</sup> CHAGAS, Mário. **Memória e poder**: dois movimentos. Cadernos de Sociomuseologia. n. 19. p. 43-44.

<sup>66</sup> BAENDERECK, Bruno. **História e amnésia**. UNESP. Disponível em: <<http://www.unifacef.com.br/referência>>.

<sup>67</sup> HUYSSSEN, A. Op. cit. p. 18-19.

Huyssen chamou atenção também para outro fenômeno difundido nas sociedades após 1960: a função anestésica da mídia. A crítica do autor recaiu principalmente na forma em que a mídia tornava a memória cada vez mais disponível, o que seria um perigo para a cultura, uma vez que fatos culturais significativos poderiam ser relegados ao esquecimento com a divulgação/publicação de outros fatos mais recentes. Em sua análise, as memórias comercializadas seriam ainda “*memórias imaginadas*”, fáceis de serem esquecidas. Já as “*memórias vividas*” pelo indivíduo e/ou pelo seu grupo social perpetuariam infinitamente.<sup>68</sup>

Em Juiz de Fora, a memória dos movimentos pró-preservação foi bastante “valorizada” pela mídia local, como já foi destacado, mas outro aspecto também deve ser observado. Ao recolhermos depoimentos de alguns participantes dos movimentos que serão aqui trabalhados, percebemos que para todos, a memória daqueles ainda estava muito viva em suas lembranças. No decorrer de suas falas, os entrevistados foram lembrando de acontecimentos pessoais que o faziam lembrar dos movimentos e vice-versa. Isso serviu para nos mostrar como essas manifestações foram importantes para a época que aconteceram. A riqueza de detalhes específicos nos despertou para a forma particular que cada um percebeu e associou os movimentos, mas houve também aquelas lembranças que estavam presente na memória de todos, como foi o caso de um momento do movimento que queria transformar a antiga fábrica de tecidos Bernardo Mascarenhas em um centro cultural, que perpetuou através de uma foto lembrada por vários entrevistados, e que acabou se tornando uma imagem/memória coletiva do ato. (Ver foto 1).



FOTO 1: Foto do Movimento “Mascarenhas Meu Amor”.  
Fonte: *Tribuna de Minas*. 31 de maio de 2005. Foto do arquivo do jornal.

<sup>68</sup> HUYSEN, A. Op. cit. ps. 18 e 20 a 26.

## **Amnésia social e esquecimento coletivo**

Myrian Santos, ao trabalhar com memória e esquecimento, destacou duas ideias principais que entendemos serem importantes para a análise que nos propormos a fazer: a questão da amnésia social, onde fatos sociais importantes seriam “apagados” do convívio das pessoas por causa principalmente, das tecnologias modernas, e a questão do esquecimento coletivo, que seria, de certa forma, necessário para que as sociedades possam adquirir/construir novos fatos sociais, esquecendo-se de outros menos importantes. Ambos seriam gerados a partir do progresso e da modernidade, porém a amnésia social teria um efeito mais devastador nas sociedades que o esquecimento coletivo.

A amnésia social,<sup>69</sup> segundo a autora, cresceria à “*medida que nos defrontamos com máquinas, que agora não só trabalham como têm memórias cada vez mais complexas e elaboradas*”. O progresso, explicitado a partir dessa dimensão tecnológica, acabaria auxiliando a gerar essa amnésia que se tornaria coletiva ao atingir a todos que se inserem em um mesmo círculo social de convivência. Esses indivíduos modernos, ou seja, aqueles que vivem em uma sociedade capitalista, industrial, burocrática, de consumo e com meios de comunicação em massa, seriam vistos, por alguns estudiosos, como seres vazios de sentimentos, de experiências de vida, de laços pessoais e de capacidade para julgamentos. Eles seriam desprovidos de memória, pois suas “*experiências de vida foram substituídas por informações*” e suas “*lembranças do passado se constituem em recuperação de dados*”. Nessa perspectiva, “*os suportes materiais da memória, que poderiam estar presentes na vida cotidiana, serem referenciais do passado e servirem de vínculos de solidariedade entre gerações, foram gradativamente substituídos por objetos de consumo efêmeros e descartáveis*”.<sup>70</sup> Em busca de um progresso econômico e social, condenou-se todo um universo cultural que seria associado ao atraso. As sociedades que vivem um processo de amnésia social vivem também em “*um mundo onde a competitividade, racionalidade e informatização substituem sentimentos, práticas coletivas e vínculos interpessoais presentes em antigas comunidades*”, e o grande problema seria que essas sociedades, que não conhecem suas experiências do passado, “*se tornam incapazes de sentir, julgar e defender seus direitos*”. Para a autora, a tradição, a memória e os traços do passado representariam

---

<sup>69</sup> Apesar de Myrian Santos usar o termo “amnésia coletiva”, optamos aqui por usar “amnésia social”, tal como foi usado por Luiz Alberto do Prado Passaglia, para diferenciar esse termo do conceito de “esquecimento coletivo”.

<sup>70</sup> SANTOS, M. S. Op. cit, p. 122.

uma “defesa da humanidade na luta por autodeterminação e liberdade”, por isso seriam tão importantes.<sup>71</sup> Santos destacou ainda o pensamento de alguns autores que defenderam essa posição. Entre esses estavam Marcuse e Foucault, que compartilhavam a ideia de que a amnésia social tornar-se-ia um pesadelo, pois estabeleceriam “*um corte radical entre lembranças e esquecimentos, eliminando qualquer possibilidade de compreensão deste conflito simultaneamente ao processo de construção social*”.<sup>72</sup>

Já no que concerne à questão do esquecimento coletivo, a autora lembrou que alguns sociólogos possuiriam uma visão diferenciada da modernidade. Para esses, o progresso não implicaria em alienação ou amnésia, e sim no encontro de várias culturas, principalmente através das tecnologias de comunicação, gerando assim, um enriquecimento social, ao proporcionar um intercâmbio cultural entre as nações. O esquecimento coletivo entraria naturalmente nesse processo porque, a memória seria “*compreendida a partir de um processo seletivo que envolve tanto o lembrar quanto o esquecer*”. Esquecer alguns fatos seria necessário para que outros, mais importantes, pudessem ser lembrados. “*O esquecimento de determinados aspectos [serviria] para que outros sobrevivam*”.<sup>73</sup> Entre os autores usados por Santos para exemplificar a utilização desse conceito estariam Halbwachs, que percebia o esquecimento coletivo como “*mero esquecimento de determinados aspectos para que outros se estabeleçam na constituição da sociedade*”.<sup>74</sup>

Em suas conclusões, Santos utiliza a importância das duas abordagens explicitadas acima: por entender a memória como construção social, não acredita que vivemos em um período de amnésia social, porém, concordou que a forma das sociedades de lembrar e compreender o seu passado se modificou e que o esquecimento social envolveria mais do que um mero processo de seleção ou manutenção social.<sup>75</sup> Em suas palavras,

A compreensão do pesadelo não se configura em termos de sua defesa ou rejeição apaixonada, mas através da consideração de que os indivíduos interagem entre si e com o seu meio, e, portanto, lembram-se e esquecem-se, em complexas e contraditórias formas,

---

<sup>71</sup> SANTOS, M. S. Op. Cit. p. 122, 123.

<sup>72</sup> Idem, p. 140.

<sup>73</sup> Idem, p. 123.

<sup>74</sup> Idem, p. 133, 136.

<sup>75</sup> Idem, p. 124.

as quais só em sua especificidade histórica adquirem um significado mais amplo.<sup>76</sup>

No contexto de nossa abordagem, concordamos com as conclusões levantadas por Santos em relação a ambos os conceitos, porém, se abordarmos o processo de renovação urbana que ocorreu em Juiz de Fora, principalmente a partir da década de 1970, podemos falar que a cidade sofreu sim um processo de amnésia social em decorrência das destruições de inúmeros casarões antigos em nome do progresso e desenvolvimento da cidade. Tais casarões ficavam sobretudo na Avenida Rio Branco (incluindo nessa lista o Palácio Episcopal e o antigo colégio e capela do Stella Matutina, imóveis esses que serão analisados no capítulo 3), que era a principal via de escoamento do centro da cidade, a partir da popularização de um discurso da modernização necessária dessa área valorizada do município para atender as dinâmicas e as características de uma cidade de porte médio em pleno desenvolvimento, como era o caso de Juiz de Fora. No entanto, tal processo toma um novo rumo quanto se ameaça demolir do antigo colégio Stella Matutina, que serviu como uma espécie de estopim para a sensibilização tanto de parcela significativa da sociedade quanto da administração pública para a necessidade da preservação de determinados bens culturais. A partir desse momento, podemos afirmar que se desenvolveu na cidade, por um lado, uma política de preservação, e por outro, movimentos sociais com esse mesmo interesse.

### **Amnésia social e o patrimônio cultural de Juiz de Fora**

A relação existente entre a amnésia social e o patrimônio de Juiz de Fora foi trabalhado por Luiz Alberto do Prado Passaglia em seu livro “*A preservação do patrimônio histórico de Juiz de Fora*”. Nesse, o arquiteto demonstrou ser essa amnésia o resultado de todo um processo de falta de incentivo e importância dada às questões culturais por parte dos governos e também por parte da população. Na década de 1980 foi realizado na cidade, um pré-inventário arquitetônico, coordenado por ele, com o objetivo principal de “*construir um repertório, a partir do qual pudéssemos analisar o que foi a produção arquitetônica em Juiz de Fora, desde os seus primórdios*”.<sup>77</sup> Passaglia destacou em seu citado livro que a importância desse levantamento não foi apenas para ajudar a cidade a preservar seu passado histórico, mas também fazer com

---

<sup>76</sup> Idem, p. 125.

<sup>77</sup> PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. **A preservação do patrimônio histórico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: PJF/IPPLAN, 1982. p. 20.

que a amnésia social não se desenvolvesse com mais força no município, uma vez que, segundo o arquiteto “*com o processo de crescimento que motivou um alto grau de alteração e de perda dos referenciais vinculados à formação sócio-cultural do município*”, algumas áreas da cidade estavam perdendo remanescentes históricos significativos.<sup>78</sup>

Dentro da análise de Passaglia, uma maneira de não se sofrer a amnésia social seria sensibilizar as diversas classes sociais e econômicas para a preservação do patrimônio. Em sua impressão, haveria pouco interesse das “*classes ligadas às funções essenciais de produção econômica*” em preservar os patrimônios naturais e culturais da nação, dos estados e dos municípios. Recairia sobre os setores intelectuais o envolvimento à sua defesa, porém, esses setores não possuiriam vínculos suficientes com as “*bases da sociedade para propiciar qualquer avanço significativo no encaminhamento destas questões*”.<sup>79</sup> Até o momento da elaboração do pré-inventário, o que se teria feito pela preservação ocorreu por incentivo do Estado e de algumas associações civis, mas o ideal para ele, seria que houvesse também o interesse de outras classes econômicas e da população no geral. A participação de todos os segmentos econômicos, políticos e sociais para a cultura do país faria o processo de reconhecimento e valorização do patrimônio cultural e natural acontecer quase que espontaneamente. “*Dizer que preservar não é uma atividade prioritária e, a partir daí, justificar a inexistência de recursos compatíveis, isto vem a corresponder a uma visão desarticulada do funcionamento de uma sociedade*”. A interação de todos esses fatores seria então “*fundamental para superar as disritmias do sistema*”.<sup>80</sup>

Passaglia concluiu afirmando que “*a ausência de referências espaço e tempo causam sensíveis desequilíbrios na medida em que são fatores que nos tornam capazes de adaptar física e socialmente a vida*”. No entanto, o desaparecimento dos “*lugares de memória*” de uma localidade e a perda dos referenciais das comunidades, acabam gerando uma “*amnésia social*”, que pode ser

o resultado da deterioração de determinadas estruturas internas da organização social, afetando diretamente o emocional, onde a ausência de afetividade para com as coisas do cotidiano poderão

---

<sup>78</sup> PASSAGLIA, L. A. P. Op. cit. p. 9.

<sup>79</sup> Idem, p. 167.

<sup>80</sup> Idem, p. 168.

também ser consideradas como o produto de uma outra miséria – a cultural.<sup>81</sup>

A série de demolições ocorridas em Juiz de Fora a partir da década de 1970 proporcionaram essa miséria cultural na cidade. Foi ocorrendo um esvaziamento cultural nessa com a perda de referências importantes para a sua história. Com essa ameaça, um grupo de intelectuais, entre eles vários jornalistas, professores e artistas da cidade, começaram a se organizar para tentar salvar alguns imóveis símbolos de Juiz de Fora, como ocorreu com o antigo colégio e capela Stella Matutina e o Palácio Episcopal.

Outro ponto que gostaríamos de ressaltar na fala de Passaglia seria a questão da “*ausência de afetividade*”. Esse afeto às coisas do passado será recorrente em nossa análise por percebemos que os movimentos para a preservação de imóveis em Juiz de Fora esteve muito ligado ao sentimento que seus participantes tinham para com o imóvel em questão. Esse detalhe nos lembra uma questão levantada por Célia Borges ao trabalhar com a questão do lugar sagrado. A autora lembrou que alguns lugares adquirem um estatuto especial por terem sido palco de algum evento ou fato marcante, assim, a esses locais, seriam atribuídos alguns valores afetivos. A apropriação desses locais se daria pelos ideais e pelo imaginário dos grupos que o apropriaram<sup>82</sup>. Acrescentamos que essa apropriação ocorreu também pela afetividade desses grupos com o lugar em questão. Antônio Arantes, ao falar sobre preservação, disse acreditar que haveria uma vontade coletiva em se preservar experiências comuns e esse fato expressaria um desejo de manter laços de continuidade com o passado. Nesse sentido, a preservação seria pensada como trabalho seletivo de reconstrução e destruição do passado, pois, todo grupo humano transformaria um espaço físico em um “*lugar*”, um “*lar*”, pedindo assim, a sua preservação. O que não se identificaria com esse grupo seria fadado ao esquecimento, à destruição,<sup>83</sup> se aproximando assim, do conceito de esquecimento coletivo que discutimos acima.

Nesse contexto, o afetivo acabaria falando mais alto: aquilo que despertaria algum sentimento na comunidade seria preservado, aquilo que seria irrelevante para essa, seria esquecido. Como disse Willi Bolle, o que se procura preservar em primeiro

---

<sup>81</sup> Idem, Ibidem.

<sup>82</sup> BORGES, Célia Maia. A memória e o espaço sagrado: os colonos e a apropriação simbólica dos lugares. In: **Locus**. Juiz de Fora: UFJF, 2011, v. 16, n.20. p. 127, 130.

<sup>83</sup> ARANTES, Antônio Augusto (org.). **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 8.

lugar, não seriam “*objetos ou artefatos, obras arquitetônicas ou urbanísticas*”, mas aquilo que estaria mais próximo do cidadão, “*uma memória corporal e fisionômica, uma memória da percepção, do jeito de olhar e de andar*” e todas essas coisas estariam ligadas à percepção de um espaço.<sup>84</sup> Nos capítulos seguintes veremos claramente que a ameaça a determinados bens de Juiz de Fora despertou nas pessoas um sentimento de afeto que fez com que essas tentassem impedir sua destruição. O afetivo teria despertado a atenção das pessoas para a preservação da mesma forma que esse também, ou melhor, a ausência desse, teria levado ao status de miséria cultural, como destacou Passaglia. Por falta dessa afetividade para com as coisas do passado foi necessário construir os lugares de memória em Juiz de Fora. Para Daniel Silva o que Passaglia quis alertar foi que a cidade não estava apenas esquecendo o seu passado, mas estava esquecendo que o estava esquecendo, assim, “*seria necessário lembrar desse esquecimento como primeiro passo para se alterar o quadro apresentado*”.<sup>85</sup>

### **1.3. OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA DEFESA DO PATRIMÔNIO DE JUIZ DE FORA**

Um dos objetivos de nosso trabalho foi refazer a trajetória dos movimentos sociais de Juiz de Fora ocorridos a favor da defesa do patrimônio da cidade, sobretudo durante a década de 1980, para podermos entender melhor todo o processo de formação de tais manifestações e os motivos que fizeram as pessoas participarem dessas. Entretanto, para que esse objetivo seja alcançado proveitosamente, cabe aqui explicarmos o que estamos chamando de movimentos sociais.

Para Ana Maria Doimo, o conceito “movimento social”, foi criado por volta de 1840 para designar o surgimento do movimento operário europeu, sendo desenvolvido posteriormente, no seio do marxismo para “*representar a organização racional da classe trabalhadora em sindicatos e partidos empenhados na transformação das relações capitalistas de produção*”.<sup>86</sup> Na década de 1960, houve uma ampliação da abrangência daquilo que era considerado movimento social. Segundo a autora, no Brasil, nessa mesma década, eles “*foram inicialmente concebidos como movimentos*

---

<sup>84</sup> BOLLE, Willi. In: ARANTES, A. A. Op. cit. p.14.

<sup>85</sup> SILVA, Daniel Roberto dos Reis. As cidades e suas retóricas patrimoniais: considerações sobre o caso de Juiz de Fora. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures de (org). **Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata Mineira**. Juiz de Fora: Editar, 2006. p. 70.

<sup>86</sup> DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANPOCS, 1995. p. 37.

*sociais urbanos, logo reduzidos a movimentos urbanos, movimentos de reivindicação urbana ou mesmo lutas urbanas*” e após a disseminação do “popular”, “*movimentos sociais populares, movimentos populares urbanos (...) ou o grande senhor de todos, o ‘Movimento Popular’*”.<sup>87</sup> Na Europa essas mudanças de abrangência e denominação também ocorreram: “*novos movimentos de protesto, nova política, novo populismo, neo-romantismo, anti-política (...) além, evidentemente de ‘novos movimentos sociais’*”.<sup>88</sup> A discussão em torno dessas várias formas de denominar os movimentos sociais porém, além de não caber aos objetivos desse trabalho, seria ainda, para Doimo, “*enfadonho e estéril*”, pois se insistiria em um “*paroxismo emblemático, pelo qual correríamos o risco de lutar com as palavras, para em vão tentar demonstrar se os ‘novos’ movimentos sociais – a exemplo dos ‘velhos’ – têm ou não a capacidade para transformar as relações capitalistas de produção*”.<sup>89</sup>

Até os anos 1960, portanto, “*falar em movimento social significava referir-se à suposta virtualidade revolucionária do proletariado (...) e acreditar em sua organização racional*”. A organização desses movimentos era feita pelos sindicatos e partidos políticos de orientação socialista ou comunista e “*tudo o que fugisse desse raio de ação sequer podia ser incluído sob a rubrica do verdadeiro movimento social*”.<sup>90</sup> No entanto, no fim dessa década, as mudanças verificadas na estrutura produtiva mundial, a crescente institucionalização dos conflitos de classes nas sociedades capitalistas avançadas, a decadência da antinomia entre movimentos políticos e pré-políticos, a ascensão do pensamento pós-moderno, a desmistificação dos movimentos socialistas do leste e a erosão dos esquemas teóricos marxistas, marcaram a configuração dos “novos movimentos sociais”.<sup>91</sup> Nesse contexto, esses novos movimentos sociais seriam aqueles pacifistas, ecológicos, nacionalistas, feministas, ou seja, aqueles que fugiriam da esfera econômica.<sup>92</sup> Para Anthony Giddens, vários observadores acreditam que esses novos movimentos sociais seriam produtos exclusivos da sociedade moderna e expressariam os novos desafios produzidos pela própria modernidade,<sup>93</sup> como, a nosso entender, os movimentos para a preservação do patrimônio. Ainda para Giddens, o crescimento desses novos movimentos sociais mostrariam que os cidadãos “*das recentes sociedade*

---

<sup>87</sup> DOIMO, A. M. Op. Cit. p. 38.

<sup>88</sup> Idem, ibidem.

<sup>89</sup> Idem, ibidem.

<sup>90</sup> Idem. p. 37.

<sup>91</sup> Idem. p. 39-40.

<sup>92</sup> Idem. p. 41.

<sup>93</sup> GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 358.

*modernas não estão apáticos nem desinteressados em relação à política, como as vezes se alega*". As pessoas apoiariam os movimentos como forma de realçarem questões morais complexas e isso faria esses novos movimentos sociais auxiliarem na revitalização da democracia de vários países,<sup>94</sup> incluindo nesse caso o Brasil pós-ditadura militar.

De acordo com Eder Sader e Maria Célia Paoli, no Brasil, a organização de movimentos sociais começou a ser melhor percebida a partir do Estado Novo e isso porque durante a sua vigência preocupou-se intensamente em criar uma verdadeira identidade brasileira. Para os autores, Oliveira Viana e Azevedo Amaral entendiam que durante a Primeira República, a diversidade étnica e cultural do povo brasileiro impossibilitava a participação social, política e cultural desse nos destinos da sociedade. O próprio movimento operário existente na Primeira República se encaixaria nesse quadro. Para os anarquistas e socialistas europeus que chegavam ao Brasil, os trabalhadores brasileiros eram individualistas e desorganizados e para os comunistas (que surgiram em meados dos anos 1920) o país não tinha nenhuma tradição na luta proletária e isso porque a ignorância das massas não a deixava se informar sobre as lutas e os ganhos de seus direitos.<sup>95</sup>

No decorrer das décadas de 1940 e 50 esse quadro de heterogeneidade dos trabalhadores continuou a ser um obstáculo de reconhecimento de uma classe, porém, o quadro de desenvolvimento urbano e industrial que o país passava nesse período, principalmente a partir de meados da década de 1950, fez surgir um denominador comum entre os trabalhadores: a mudança de um grande contingente populacional do campo para as cidades.<sup>96</sup>

Quando a Ditadura Militar, imposta através de um golpe estatal em 1964, passa a impedir as formas de experiência social com a implantação da censura, o cotidiano, antes espaço de repetição, passa a ser visto como espaço de luta<sup>97</sup> e assim, explodiram por todo o país, uma série de manifestações políticas, sociais e também culturais que reuniram pessoas que não tinham nenhuma filiação política ou institucional, mas que simplesmente apoiavam uma causa da qual simpatizavam. Essas manifestações acabaram se tornando movimentos sociais populares por contarem com a participação e

---

<sup>94</sup> GIDDENS, A. Op. Cit. p. 358.

<sup>95</sup> SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, Ruth C. L. (org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 43-44.

<sup>96</sup> Idem, p. 49.

<sup>97</sup> Idem, p. 52-53.

a aceitação do povo para causas sociais. Esses movimentos sociais, que também seriam movimentos culturais, reuniam “*intelectuais e militantes, políticos, jornalistas e pesquisadores, sindicalistas e simples trabalhadores em seus espaços cotidianos – de produção de novos significados que acompanham necessariamente as mudanças na prática social*”.<sup>98</sup> Com isso, percebemos que a luta por direitos políticos, sociais ou culturais, reuniu não apenas aqueles ligados as organizações políticas e sindicais e sim um número bem maior de agentes sociais de todas as classes e áreas de atuação profissional.

Ao final do regime ditatorial, juntamente com o contexto político da abertura “lenta, gradual e segura”, que passou a acontecer a partir de 1974, a população começou a sofrer uma nova tomada de consciência, principalmente por parte das camadas populares, e isso em decorrência da nova possibilidade de se acionar algum mecanismo de pressão sobre o Estado. A participação popular no Brasil, totalmente reprimida durante os anos da ditadura, foi, ao final dessa, ganhando cada vez mais voz. Essa participação, nesse início de abertura política, foi restringida a chamada área social, limitando-se, dentro dessa, “*aos ramos mais periféricos do aparelho de Estado*”<sup>99</sup> para chegar a grandes campanhas políticas como foi o caso das manifestações a favor das eleições diretas para presidente da república, na década de 1980.

Toda a efervescência que o Brasil vivenciava nesse período de abertura política também foi notada em Juiz de Fora. Como destacou o jornalista Jorge Sanglard, na cidade, polo regional em Minas Gerais, ocorreram manifestações importantes na campanha de redemocratização do país. Destacaram-se a reorganização do movimento sindical na cidade no momento em que os metalúrgicos do ABC articulavam uma das maiores greves do Brasil (entre abril e maio de 1980), as grandes manifestações do movimento estudantil e social na mobilização pela liberdade e por melhorias do ensino e os grandes comícios realizados por diferentes partidos políticos para as primeiras eleições presidenciais diretas após a ditadura militar.<sup>100</sup>

Segundo o jornalista e fotógrafo Humberto Nicoline, a população da cidade se engajou tanto nesse processo de abertura política que em qualquer brecha existente, o povo se manifestava. De acordo com seu relato, ao trabalhar como fotógrafo para o

---

<sup>98</sup> SADER, E.; PAOLI, M. C. Op. Cit. p. 53.

<sup>99</sup> SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes; AFONSO, Mariza Rezende. Movimentos urbanos e estados: novas tendências. In: POMPERMAYER, Malori José (org.). **Movimentos sociais em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1987. p. 87.

<sup>100</sup> SANGLARD, Jorge. A essência de JF nos anos 80. In: NICOLINE, Humberto. **JF anos 80**. Juiz de Fora: Funalfa, 2011. p. 13 a 19.

jornal *Tribuna de Minas* na década de 1980, assistiu reivindicações de todos os tipos, como para a abertura de escolas, distribuição de água, criação de redes de esgoto, preservação do patrimônio, etc. Essas reivindicações eram feitas com passeatas nas ruas e com a participação ativa da sociedade e sempre no meio dessas diversas manifestações apareciam cartazes com os dizeres “Diretas Já!”, ou seja, usava-se todas as formas possíveis de defender outras questões, como as eleições diretas para presidente.<sup>101</sup> Isso também ocorria com as manifestações a favor da preservação do patrimônio de Juiz de Fora. Nicoline chamou a atenção para dois momentos em especial. O primeiro foi uma apresentação do grupo Teatro Universitário, em frente ao Cine Theatro Central para a preservação desse, (ver foto 2) onde o texto da peça, de acordo com o fotógrafo, era todo político e os atores usavam símbolos de multinacionais nas vestimentas para questionar a entrada de capital estrangeiro no Brasil. Já o segundo momento destacado, foi uma manifestação para a melhoria da saúde (ver foto 3), onde ao fundo, há um cartaz escrito “Mascarenhas Cultural”,<sup>102</sup> referenciando o movimento para transformar a Bernardo Mascarenhas em centro cultural, como veremos no capítulo 4. Esses fatos comprovam que se reivindicava várias coisas ao mesmo tempo, e isso porque, ainda segundo Nicoline, nessa época se conquistava as coisas na rua e não nos gabinetes. Esse fato, somado a abertura do regime militar fez Juiz de Fora vivenciar várias manifestações sociais em suas ruas para diversos fins.

Segundo Jorge Sanglard, “*os anos 80 simbolizam a esperança de um povo que viu em sua cidade o potencial para a transformação e que acreditou ser possível realizar os sonhos*”<sup>103</sup>, sendo que parte dessas transformações também se deu no campo da preservação do patrimônio histórico e cultural. A década de 80 foi marcada por grandes movimentos a favor da memória da cidade. As mobilizações para a preservação da antiga fábrica de tecidos Bernardo Mascarenhas e o Cine Theatro Central ajudaram a cidade a manter dois importantes exemplares de sua história edificada. Infelizmente algumas manifestações não deram resultados positivos: o Palácio Episcopal (ou Casa do Bispo) e a Capela Galeria de Arte (ou Capela do antigo colégio Stella Matutina) não resistiram a especulação imobiliária e foram demolidos. É importante também nesse momento, termos em mente que essas mobilizações populares se organizavam sem qualquer ajuda do poder público. Segundo Jorge Sanglard, em reportagem para o jornal

---

<sup>101</sup> Depoimento de Humberto Nicoline concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 21 de março de 2012.

<sup>102</sup> Idem.

<sup>103</sup> SANGLARD, J. Op. Cit. p. 12.

*Tribuna de Minas*, “a história do movimento cultural em Juiz de Fora é a tradição de auto-organização e de luta contra as dificuldades e a presença do poder público sempre foi ambígua. A esperança de que ele poderia ‘ajudar’ em alguma coisa sempre gerou frustrações”.<sup>104</sup>



FOTO 2: Manifestação do grupo Teatro Universitário para a preservação do CTC em dezembro de 1982.  
Fonte: NICOLINE, H. *JF anos 80*. P. 139.



FOTO 3: Manifestação para melhorias no sistema de saúde. Detalhe para a faixa ao fundo escrito “Mascarenhas Cultural”.  
Fonte: NICOLINE, H. *JF anos 80*. P. 140.

Após a pequena trajetória de desenvolvimento dos movimentos sociais feita acima, gostaríamos de deixar claro nesse momento o que estaríamos chamando de movimento social. De acordo com Anthony Giddens, movimentos sociais seriam “tentativas coletivas de promover um interesse comum ou de assegurar uma meta comum por meio de uma ação fora da esfera das instituições estabelecidas”. Independente da quantidade de membros que possui (dezenas ou milhares), ainda segundo Giddens, “os movimentos sociais surgem com o objetivo de provocar mudanças em uma questão pública”, eles “estão entre as mais poderosas formas de ação coletiva. Campanhas bem organizadas e persistentes podem gerar resultados impressionantes”,<sup>105</sup> podendo inclusive gerar mudanças nas legislações das nações, como o caso da greve no Brasil que antes era crime e com o tempo passou a ser um direito do trabalhador.

Podemos dizer que a partir do momento que as manifestações preservacionistas ocorridas em Juiz de Fora passaram a ter, em determinado momento, algum apoio

<sup>104</sup> SANGLARD, Jorge. *Artistas cobram definição sobre os recursos da ocupação do Centro Cultural*. *Tribuna de Minas*. Juiz de Fora. 23 de fevereiro de 1986.

<sup>105</sup> GIDDENS, A. Op. Cit. p. 357-358.

indiscriminado de parte da população (seja, por exemplo, através de mobilizações nas ruas ou assinaturas em abaixo-assinados), ocorreram movimentos sociais. Já os conceitos “movimento social” e “movimento popular”, em nossa análise, acabam sendo utilizados para determinar a mesma coisa, não havendo qualquer diferença entre as denominações. No entanto, em alguns momentos esses movimentos (conjuntos de ações) contaram com uma organização mais “disciplinada”, através de reuniões e discussões sobre ações a serem tomadas, e em outros contaram apenas com algumas manifestações (uma ação dentro do movimento), realizadas por um número restrito de pessoas, mas que também lutavam pela preservação do patrimônio da cidade. Perceberemos também, ao longo do trabalho que a natureza dos movimentos preservacionistas analisados foram bem diversas: alguns ocorreram quase que exclusivamente nas páginas dos jornais (caso da Fazenda do Juiz de Fora e do colégio Stella Matutina, a partir das reportagens, artigos e cartas de intelectuais e leitores), outros contaram com uma maior participação popular através de abaixo-assinado (Grupos Centrais), outros tiveram manifestações isoladas (Capela do Stella Matutina) e também houve aqueles que presenciaram mobilizações nas ruas, sejam essas mais restritas (Casa do Bispo e Cine Teatro Central) ou em grandes proporções (Bernardo Mascarenhas). Apesar dessas diferenças, todos serão considerados movimentos sociais justamente por contarem com o apoio popular e também, como já foi destacado, terem sido “*tentativas coletivas de promover um interesse comum*”, no caso, a preservação do patrimônio e da memória da cidade.

O que se percebeu também foi que após a explosão desses movimentos, sejam eles de maior ou menor escala, o assunto “patrimônio” passou a ficar mais presente no dia a dia da população de Juiz de Fora, mudando a forma da cidade e de seus habitantes de pensarem e perceberem a sua história.

## **CAPÍTULO 2: A DESCENTRALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO: as mudanças sofridas no campo da preservação a partir da década de 1970 e seus reflexos em Juiz de Fora**

*“O bem patrimonial é portador de uma mensagem do passado, mas que só tem sentido se for usufruída no presente”.* (Flávio de Lemos Carsalade)

A ideia de preservação está associada a conservar algo do desaparecimento. Aquilo que preservamos é algo que julgamos importante ter ao nosso lado ou no nosso convívio por mais tempo e por causa disso, países e cidades desenvolvem trabalhos de resgate, restauração e preservação para estabelecer uma continuidade com o passado e para que o que foi criado pelas antigas gerações seja perpetuado para as futuras. Dentro dessa perspectiva, José Reginaldo Santos Gonçalves destacou que a prática de colecionar/expor responderia ao desafio de salvar objetos do desaparecimento. A distância espacial e temporal dos objetos os faria alvo de práticas de apropriação e de preservação e o apropriar-se, nesses termos, poderia gerar uma definição de identidade: a nação torna-se o que ela é na medida em que apropria seu patrimônio,<sup>106</sup> na medida que se reconhece nele. No entanto, a forma de apropriar o patrimônio se modificou com o tempo e no Brasil não foi diferente. As medidas de preservação, antes restritas ao órgão nacional (IPHAN) passaram a abranger também os estados e municípios a partir da década de 1970, principalmente através dos Compromissos de Brasília e Salvador, fazendo com que as histórias e as memórias regionais também não fossem perdidas. Já com a entrada dos anos 1980, sentiu-se a necessidade de preservar também o patrimônio tangível e intangível mais ligado a esfera popular e que até essa década não tinha sido muito valorizado pela política de preservação.

A nosso ver, todas essas mudanças ocorridas na área patrimonial nacional foram fundamentais para a formulação da política de preservação de Juiz de Fora nos anos 1980 que por sua vez, possuiu uma relação com os movimentos e as manifestações ocorridas para a preservação do patrimônio na cidade. Nesses termos, nos propomos

---

<sup>106</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MINC-IPHAN, 1996. p. 23-24.

nesse capítulo a falar um pouco dessas mudanças sofridas pela política de preservação nacional e suas consequências em Juiz de Fora.

## **2.1 – AS TRANSFORMAÇÕES NA POLÍTICA PRESERVACIONISTA BRASILEIRA: a valorização do popular e do imaterial**

Nos primeiros 30 anos, o então SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) privilegiou o tombamento de bens tangíveis de uma arquitetura sobretudo barroca, colonial, religiosa e ligada a elite,<sup>107</sup> deixando um pouco de lado os bens que não se enquadravam nesse quadro. Assim sendo, foi o patrimônio com essas características o apropriado como patrimônio da nação nesse período. Já a partir da década de 1970, o conceito de patrimônio difundido no Brasil se alargou e a cultura popular (artesanato, arte, dança e comida popular, etc.) passou a ser valorizada e divulgada para a população. Segundo Alayde Mariane, o popular passou a ser o provedor do resgate do passado histórico-popular e os modos de fazer se tornaram importantes para a política preservacionista. Passou-se a considerar “*as múltiplas memórias coletivas a imprimir lembranças à fisionomia da nação, relativizando-se o caráter unificador da herança comum, preconizada pela memória histórica*”.<sup>108</sup>

Tatyana Maia chamou a atenção para o fato de que o advento da modernidade, marcada pela Revolução Industrial Inglesa no século XVIII, juntamente com a Revolução Francesa de 1789, como foi trabalhado por Choay,<sup>109</sup> fez ocorrer uma grande transformação no campo da memória coletiva. Segundo Maia: “*a memória tornou-se objeto político de identidade nacional, marcada pela constante presença do Estado na elaboração de uma memória oficial*”. Nesses termos, “*os objetos identificados como representantes máximos da memória nacional foram incorporados sob o nome de patrimônio artístico e cultural*”.<sup>110</sup>

No Brasil, em termos gerais, a primeira lei de preservação data de 1937 (decreto-lei n. 25), que surgiu juntamente com o *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico*

---

<sup>107</sup> Cabe aqui falar que embora haja um privilégio para o tombamento de bens que se encaixem nesse perfil nos primeiros anos de atuação do então SPHAN, não foram somente esses tipos de bens os tombados. Tombou-se, por exemplo, cidades inteiras, como Ouro Preto, e não somente imóveis de arquitetura religiosa ou ligada a elite presente nessas.

<sup>108</sup> MARIANE, Alayde. Memória popular e registro do patrimônio. *Revista do IPHAN*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999. n. 28. p. 163, 170.

<sup>109</sup> CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001. p. 95 a 124.

<sup>110</sup> MAIA, Tatyana. *A construção do “senado da cultura nacional” em tempos autoritários (1967-1975)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/MinC, 2011. p. 12 a 14.

*Nacional* (SPHAN). A criação desse órgão, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, se inseriu dentro de uma série de políticas nacionalistas, compreendidas pelo Estado Novo, para buscar uma autêntica identidade brasileira. Essa busca ocorreu principalmente para se apagar as lembranças da política anterior (República Velha) e para que as pessoas respeitassem e admirassem o país em que viviam, se despreendendo de um passado indesejável.

Em relação à procura do verdadeiro passado artístico brasileiro, foram apropriadas as ideias que haviam sido desenvolvidas anos antes por um grupo de jovens intelectuais que, na época, estavam ganhando espaço no cenário artístico nacional: os modernistas. Esse grupo, a partir da década de 1920, principalmente após a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo em 1922, mostrou que o país tinha também uma arte autêntica que merecia proteção e essa arte estaria representada no colonial. Minas Gerais e sua arquitetura colonial começaram a aparecer com frequência em poemas, quadros e desenhos dos artistas para divulgar a riqueza do estado para o Brasil. O interesse pelo antigo partindo do moderno pareceu um pouco contraditório, mas esse ideal de retorno ao passado, na visão modernista, representava perpetuar para as gerações futuras um estilo brasileiro que mostraria que o Brasil teria sim algo que o distinguiria de outros países.<sup>111</sup> Segundo Márcia Chuva, o uso do barroco para valorizar o Brasil no cenário artístico internacional, ocorreu quando o estilo

passou a ser visto como um movimento artístico considerado profundamente renovador, que desde a “pureza” e “verdade” das construções gregas jamais havia se repetido e que, a partir do barroco, só teve novo momento renovador com a arquitetura moderna, advinda com a revolução industrial.<sup>112</sup>

No entanto, ainda segundo Chuva, ao mesmo tempo que o estã SPHAN investiu na consagração do barroco como autêntico representante brasileiro na arte mundial (inspirado nas ideias modernistas), buscou nele também algumas especificidades nacionais.

---

<sup>111</sup> RUBINO, Silvana. **As fachadas da história: as origens, os antecedentes e os trabalhos do SPHAN: 1936-1967.** Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1992. p. 11.

<sup>112</sup> CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi.** V. 4, n. 7, jul./dez. 2003. p. 328.

A arquitetura colonial foi privilegiada não somente pela sua ancianidade (valor comumente partilhado no âmbito da preservação cultural no mundo ocidental), mas porque foram-lhe atribuídas características que, segundo as concepções modernistas, distinguiam-na como primeiro momento de uma produção autenticamente nacional. Foi diferenciada, dessa forma, do que veio depois, considerando como importado (reprodução relativa ao século XIX e começo do século XX).

A “barroquização” do patrimônio histórico e artístico nacional implementada pelos modernistas foi, sem dúvida, uma impressionante estratégia de consagração de ambas as partes, que se tornaram constituintes do patrimônio histórico e artístico nacional.<sup>113</sup>

O denominado “estilo colonial” foi então usado pelo governo como autêntico representante da nação. Dentro do pensamento do Estado Novo “*era preciso escapar do individual, que era fragmentário, em busca do público ou do bem comum, unificador*”. Somente com “*a unidade das origens e a ancestralidade comum de toda a nação deveriam servir para ordenar o caos, encerrar os conflitos, irmanar o povo e civilizá-lo*”.<sup>114</sup>

Cabe aqui falar também da importância que os modernistas tiveram dentro da própria estrutura recém criada do então SPHAN. Segundo Tatyana Maia, a partir de 1924, o movimento modernista adquiriu contornos políticos e a cultura nacional se tornou objeto central de sua produção artística e literária. O próprio Ministério da Educação e Saúde incorporou ao seu grupo de apoio vários modernistas, associando assim, “*tradição, nação e cultura. Essas três categorias reunidas geravam o patrimônio, expressão máxima de nacionalidade*”.<sup>115</sup> Dessa forma a estrutura administrativa do então SPHAN foi organizada com a participação de várias pessoas atuantes nos movimentos intelectuais e políticos dos anos 1920. Entre esses estavam os nomes de Afonso Arinos de Melo Franco, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Lúcio Costa, Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Renato Soeiro e Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro presidente do SPHAN.<sup>116</sup>

---

<sup>113</sup> CHUVA, M. Op. cit. p. 329.

<sup>114</sup> Idem, p. 313-314.

<sup>115</sup> MAIA T. Op. Cit. p. 17.

<sup>116</sup> MAIA, T. Op. Cit. p. 25.

## As mudanças da década de 1970

Como já foi destacado, nos primeiros 30 anos, a preservação nacional ocorreu sobretudo nos bens coloniais. No entanto, no final dos anos 60, esse quadro começou a se modificar. Segundo Julia Wagner Pereira, a década de 1970 no Brasil, foi um período de intensa agitação cultural: Tricampeonato do Brasil na Copa do Mundo do México, o “milagre econômico”, a grande produção e difusão de músicas, filmes, livros e peças teatrais, o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, etc. A essa efervescência, deve-se juntar a violência, a censura, as prisões e as torturas que marcaram o regime militar, “*cuja repressão ideológica e política orientou as ações estatais*”.<sup>117</sup> Em 1967, Rodrigo Melo Franco de Andrade aposentou-se da direção do então DPHAN.<sup>118</sup> Seu substituto, Renato Soeiro, esteve a frente da instituição até 1979, quando assumiu Aloísio Magalhães. Nesse período de direção de Renato Soeiro ocorreram alguns fatores que acabariam modificando o quadro da preservação no Brasil, pois o DPHAN precisou negociar com os novos projetos políticos em decorrência das mudanças acarretadas pelo regime militar além de solucionar a nova relação entre a preservação e o progresso que se intensificava no país sobretudo a partir da década de 1970. O próprio Renato Soeiro, em citação reproduzida por Julia Pereira, havia chamado a atenção para esse novo quadro:

A transformação acelerada das estruturas sociais e econômicas, o desenvolvimento industrial explosivo em certas regiões ameaçam sítios e monumentos que devem ser resguardados. Obras públicas de indiscutível necessidade, planejadas entretanto sem considerar a exigência desses valores, a súbita valorização da propriedade imobiliária, o aumento do número de veículos em circulação nos centros urbanos (...) podem em prazo muito reduzido, destruir ou alterar de maneira irremediável, monumentos ou conjuntos de monumentos até então só atingidos pela ação do tempo.<sup>119</sup>

O então DPHAN precisou, diante desse novo quadro, mudar seu discurso e mostrar que a preservação não atrapalhava o desenvolvimento urbano, podendo ambos

---

<sup>117</sup> PEREIRA, Júlia Wagner. **O tombamento**: de instrumento a processo de construção de narrativas da nação. 2009. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/MAST. p. 63.

<sup>118</sup> O IPHAN, ao longo de sua história mudou de nomes algumas vezes. Ele nasceu em 1937 como *Serviço* (SPHAN), em 1946 virou *Diretoria* (DPHAN), em 1970 tornou-se *Instituto* (IPHAN), em 1979, *Secretaria* (SPHAN), para em 1994 virar *Instituto* novamente (IPHAN).

<sup>119</sup> PEREIRA, J. W. Op. Cit. p. 86. Retirado de SOEIRO, Renato de Azevedo Duarte. II-A. 1965 a 1970. Série: Personalidades. AA01/M036/P02/CX0129/P0422. Arquivo Central/IPHAN.

se complementarem. Segundo Maria Cecília Londres Fonseca, foi à Unesco que o DPHAN recorreu, a partir de 1965, para reformular sua atuação. Em suas palavras:

A imagem do SPHAN como protagonista de batalhas memoráveis em defesa do interesse público relativamente ao patrimônio, contra proprietários e setores insensíveis da igreja e do poder público, foi substituída, em consonância com as diretrizes da Unesco, pela figura do negociador, que procura sensibilizar e persuadir os interlocutores, e conciliar interesses; ou melhor, que procura demonstrar que os interesses da preservação e os do desenvolvimento não são conflitantes mas, pelo contrário, são compatíveis.<sup>120</sup>

Ainda em 1967, antes da saída de Rodrigo, foi instalado o *Conselho Federal de Cultura*. Essa medida fez parte da *Política Nacional de Cultura*, desenvolvida pelo Governo Federal e buscava, nas palavras do então presidente da república Castelo Branco, “*orientar os princípios do desenvolvimento desejado para o país*”. Assim, continuou o ex-presidente, a cultura poderia ficar associada

ao projeto desenvolvimentista em curso, atuando também como promotora da segurança nacional. A valorização dos bens culturais nacionais teria como função pedagógica dotar o cidadão da consciência cívica necessária ao desenvolvimento harmonioso e ordeiro desejado pelo regime ditatorial.<sup>121</sup>

Em 1970 foi criado o *Departamento de Assuntos Culturais* (DAC) que deveria executar a política cultural do país estipulada pelo *Conselho Federal de Cultura*.

A partir da década de 1970 a preservação no Brasil passou a ser exercida sistematicamente também nos estados e municípios. Os Compromissos de Brasília, em abril de 1970 e de Salvador, em outubro de 1971, recomendavam que “*estados e municípios exercessem uma atuação supletiva à federal na proteção dos bens culturais de valor nacional, e assumissem, sob a orientação técnica do então DPHAN, a proteção dos bens de valor regional*”.<sup>122</sup> Com o Compromisso de Brasília recomendou-se “*a inadiável necessidade de ação supletiva dos Estados e dos Municípios à atuação*

---

<sup>120</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC/IPHAN, 2005. p. 142.

<sup>121</sup> MAIA, T. Op. Cit. p. 6. Fala do então presidente Castelo Branco na solenidade de instalação do CFC, em 27 de fevereiro de 1967.

<sup>122</sup> FONSECA, M. C. L. Op. Cit. p. 142-143.

*federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional*”, assim como “*aos Estados e Municípios também compete, com a orientação técnica da DPHAN, a proteção dos bens culturais de valor regional*”.<sup>123</sup> Já com o Compromisso de Salvador, retificou-se “*em todos os seus itens, o ‘Compromisso de Brasília’, cujo alto significado reconhecem, aplaudem e apoiam*”, além de se recomendar “*a criação do Ministério da Cultura, e de Secretarias ou Fundações de Cultura no âmbito estadual*”<sup>124</sup>.

Em decorrência dessa expansão da atuação preservacionista no Brasil, quando os estados e municípios são chamados a participarem dessa pelos referidos Compromissos, Minas Gerais, em 1971 ganhou o *Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais* (IEPHA-MG). Sua lei (n. 5775, de 30 de setembro de 1971) foi redigida por Affonso Ávila, que na época era consultor técnico do Estado, mas que já havia se envolvido com o *Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro* (INEPAC-RJ). Segundo Ávila:

A criação de um instituto que cuidasse do nosso patrimônio era uma demanda cultural de Minas naquela época, assim como em outros estados. Era necessário desafogar o órgão federal, o IPHAN, e passar à esfera estadual aqueles monumentos que não eram considerados significativos para o patrimônio nacional, mas que contavam parte da história de Minas e que precisavam também de proteção.<sup>125</sup>

O anteprojeto de criação do IEPHA-MG foi aprovado pela Assembleia Legislativa e a instituição começou a funcionar com Abílio Machado Filho como primeiro presidente, e Luciano Amédée Péret como diretor técnico.

Voltando a esfera nacional, outros dois acontecimentos marcaram essa nova fase que o então DPHAN estava passando: a criação do *Programa de Cidades Históricas* e do *Centro Nacional de Referência Cultural* (CNRC).

Desenvolvido em 1973 para atender, inicialmente, nove estados do norte e nordeste, o *Programa Integrado de Restauração das Cidades Históricas do Nordeste*, conhecido depois como PCH, foi realizado no âmbito do *I Programa Nacional de*

---

<sup>123</sup> COMPROMISSO DE BRASÍLIA. I Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. Ministério da Educação e Cultura/IPHAN. Abril de 1970.

<sup>124</sup> COMPROMISSO DE SALVADOR. II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil. Ministério da Educação e Cultura/IPHAN. Outubro de 1971.

<sup>125</sup> IEPHA-MG. **Bem informado**. Belo Horizonte: IEPHA-MG, ano 2, n. 13, out. 2008. p. 6.

*Desenvolvimento* (PND), do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, mas que envolveu também uma parceria entre esse e os ministérios da Educação e Cultura, do Interior (através da SUDENE) e da Indústria e Comércio (através da Embratur).<sup>126</sup> Com o objetivo de “*criar infraestrutura adequada para o desenvolvimento e suporte de atividades turísticas e ao uso de bens culturais como fonte de renda para regiões carentes do Nordeste, revitalizando monumentos em degradação*”, o PCH contribuiu também para o processo de descentralização começado pelo IPHAN alguns anos antes. Segundo Julia Pereira, “*levou-se em consideração na aprovação dos projetos, (...) o desempenho dos órgãos estaduais envolvidos na execução do programa*”. Ainda segundo a autora, o programa contava “*com a participação obrigatória das administrações estaduais e municipais, caracterizando-se pelo esforço integrado dos três níveis do poder público, conforme preconizava o Compromisso de Salvador*”.<sup>127</sup> Em 1976 o programa passou a atuar também no Sudeste, pegando os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro com os mesmos objetivos visados nas outras regiões.

Já o CNRC, criado em 1975, não surgiu no interior da burocracia estatal e sim foi fruto de conversas de um pequeno grupo em Brasília<sup>128</sup> que tinha o objetivo inicial de “*criar um banco de dados sobre a cultura brasileira, um centro de documentação que utilizasse as formas modernas de referenciamento e possibilitasse a identificação e o acesso aos produtos culturais brasileiros*”.<sup>129</sup> Para Aloísio Magalhães, no livro “*E triunfo*”, o marco para a criação do CNRC foram duas perguntas do então ministro Severo Gomes: “*Por que não reconhecer o produto brasileiro? Por que ele não tem uma fisionomia própria?*”. Em resposta Aloísio disse que antes do reconhecimento dessa fisionomia, dever-se-ia conhecer a realidade da cultura brasileira. Assim: “*nossa preocupação é não fazer, de cima para baixo, a adoção de fórmulas de trabalho que poderiam ser artificiais. É tentar vir de baixo para cima e, ao entrar em contato com as*

---

<sup>126</sup> FONSECA, M. C. L. Op. Cit. p. 143.

<sup>127</sup> PEREIRA, J. W. Op. Cit. p. 87.

<sup>128</sup> Desse grupo participaram inicialmente Severo Gomes, então Ministro da Indústria e Comércio, Vladimir Murtinho, então Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal e Aloísio Magalhães. Depois juntaram-se a esses Fausto Alvim Júnior, matemático, Cordélia Robalinho Cavalcanti, documentarista e então diretora do Prodasen e Bárbara Freitag, socióloga. Todos os três eram professores da Universidade de Brasília. FONSECA, M. C. L. Op. Cit. p. 143-144.

<sup>129</sup> FONSECA, M. C. L. Op. Cit. p. 144.

*nossas diversas realidades culturais, achar a maneira mais lógica de atuar*". O CNRC faria a memória nacional participar da vida nacional.<sup>130</sup>

Em 1979, para dar mais apoio ao IPHAN foi criada uma nova estrutura no órgão de preservação: esse deixava de ser Instituto para virar *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN) e passou a incorporar também o PCH e o CNRC. "*Reunia-se assim, numa só instituição, os recursos e o know-how gerencial do PCH, o prestígio e a competência técnica do IPHAN e a visão moderna e renovadora do CNRC*".<sup>131</sup>

Aloísio Magalhães acabou se tornando também, em março 1979, diretor do então SPHAN. Sua gestão, ainda mais abrangente que a de Renato Soeiro, atingiu quase todas as áreas culturais como preservação, teatro, folclore, museus, bibliotecas e fotografias. Sua política cultural se propôs a conhecer o Brasil, identificando seus vários referenciais culturais, aquilo que seria próprio da cultura brasileira e que levava a um redescobrimento da heterogeneidade do país.

Uma SPHAN e uma Secretaria de Cultura que pretendessem conhecer o heterogêneo Brasil não poderiam ficar no Rio de Janeiro. Mudou-os para Brasília, porto de chegada ao Brasil moderno. Do mesmo modo, um Secretário de Cultura que pretendia conhecer o complexo Brasil não podia ser aprisionado na mesa burocrática. Administrar a política cultural passou a significar viajar, conversar, dialogar, ver, visitar e apoiar descentralizando. (...). Semanalmente, Aloísio Magalhães estava em algum canto do país, identificando e apoiando um bem cultural relevante.<sup>132</sup>

O trecho acima deixa claro que a então SPHAN estava buscando manter um diálogo aberto com os diversos segmentos sociais da sociedade brasileira.<sup>133</sup> Sem o apoio das comunidades os novos desafios que o órgão de preservação enfrentava não seriam superados e a fusão IPHAN/PCH/CNRC de nada adiantaria.

Alguns meses depois foi vinculada a essa estrutura a *Fundação Nacional Pró-Memória*, criada em novembro de 1979, em regime de urgência e com amplo apoio do Congresso Nacional, fato esse que mostra o prestígio que Aloísio possuía no meio

---

<sup>130</sup> MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1997.p. 116 e 119.

<sup>131</sup> FONSECA, M. C. L. Op. Cit. p. 154.

<sup>132</sup> Idem, p. 20.

<sup>133</sup> IPHAN. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1980. p. 27.

político-institucional. O Pró-Memória, como destacou o próprio Aloísio, foi criada para empreender um conjunto de ações integradas no âmbito dos bens culturais brasileiros, dando a comunidade nacional um maior conhecimento, participação e uso adequado desses bens. Essa vinculação teria criado as bases institucionais adequadas para o estabelecimento de duas vertentes para o trato do bem cultural: a vertente preocupada em saber guardar o que já estava cristalizado e a vertente voltada para a produção, circulação e consumo da produção artística dos vários setores.<sup>134</sup>

No entanto, o problema prático da política implantada por Aloísio foi como compatibilizar a abrangência do conceito de patrimônio que propunha<sup>135</sup> com a escassa estrutura institucional e orçamentária que possuía. A saída encontrada foi conscientizar e mobilizar governos e sociedades. Nessa altura o apoio dos meios de comunicação foi fundamental para se chamar a atenção para o patrimônio brasileiro.<sup>136</sup>

Uma preocupação de Renato Soeiro também atingiu a administração de Aloísio Magalhães: questão progresso/patrimônio. Para ele:

a partir dos anos 60, fenômenos decorrentes da aceleração do crescimento econômico – entre os quais ressaltam a urbanização desenfreada, a especulação imobiliária nas cidades de grande e porte médio, a abertura de novas vias de comunicação e o conseqüente incremento do turismo – representaram tremendo desafio à capacidade do IPHAN e ao mesmo tempo revelaram a inadequação do órgão para enfrentar essa realidade nova.<sup>137</sup>

Todo esse fôlego novo que a então SPHAN começou a tomar na gestão Renato Soeiro e que se desenvolveu grandiosamente na gestão Aloísio Magalhães só não rendeu mais frutos por causa da morte precoce desse último em Veneza, em 1982, quando em viagem a Cracóvia, na Polônia, tentava recuperar para o Brasil os desenhos originais da flora e fauna brasileira feitos por Georg Marcgraf e Albert Eckhout, naturalista e pintor respectivamente, que haviam feito parte da missão artística de

---

<sup>134</sup> MAGALHÃES, A. Op. cit. p. 140 e 144.

<sup>135</sup> Essa nova noção de “bens culturais” se opôs e incorporou, ao mesmo tempo, a ideia de patrimônio histórico difundida até então. Se opôs no sentido de patrimônio estar ligado a pedra e cal, monumentos da elite branca, civil e militar ou eclesiástica e incorporou porque patrimônio histórico passou a ser espécie, e bens culturais o gênero. Virou um conceito mais abrangente, incorporando o bem ecológico, tecnológico, o modo de fazer das elites e do povo, seja esses brancos, negros ou indígenas. MAGALHÃES, A. Op. cit. p. 22, 23.

<sup>136</sup> MAGALHÃES, A. Op. cit. p. 24.

<sup>137</sup> Idem, p. 138.

Maurício de Nassau.<sup>138</sup> No entanto, o legado foi deixado. Com a descentralização da preservação, o Brasil conseguiu salvaguardar um rico patrimônio local e a abrangência dessas referências culturais nos permitiu continuar conhecendo parte importante de nossa cultura.

## 2.2. A TRAJETÓRIA DA PRESERVAÇÃO EM JUIZ DE FORA

As mudanças que o IPHAN sofreu ao longo de sua história modificaram a forma de várias gestões municipais e grupos sociais de verem e perceberem a importância de seu patrimônio. Esse quadro pode ser notado na trajetória de preservação de Juiz de Fora, que aproveitando o quadro favorável da descentralização da preservação a nível nacional, iniciado na década de 1970, juntamente com algumas particularidades locais que veremos abaixo, criou em 1982 sua primeira legislação de proteção ao patrimônio histórico e artístico, lei essa, pioneira no estado, com exceção das chamadas “cidades históricas”.

No entanto, existiram na cidade duas iniciativas anteriores a referida legislação que devem ser destacadas por terem tentado chamar a atenção para a preservação em Juiz de Fora. A primeira foi a tentativa do professor Lindolfo Gomes de pleitear em 1939, junto ao então SPHAN o tombamento da Fazenda do Juiz de Fora, imóvel esse que teria sido a residência do magistrado que teria dado o nome da cidade, e que será melhor trabalhado no capítulo 3; e a segunda está registrada no livro “*A preservação do patrimônio histórico de Juiz de Fora*”, de Luiz Alberto do Prado Passaglia, onde esse agradece a *Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico*, criada em 1948 e que tinha como diretor Wilson de Lima Bastos. Essa *Divisão* foi regulamentada pelo decreto n. 121 de 30 de dezembro de 1950 com o nome de *Diretoria do Patrimônio Histórico, Artístico e de Turismo*, sendo essa, uma das primeiras no país em termos de preservação nos municípios.<sup>139</sup>

Todo o quadro de dificuldades enfrentado pelo IPHAN quanto a questão da preservação e do progresso também foi percebido em Juiz de Fora. A cidade sempre se destacou de forma diferente das outras cidades mineiras. Ela não ficou conhecida pela produção de ouro e metais preciosos, (uma vez que se desenvolveu posterior a esse

---

<sup>138</sup> Idem, p. 24.

<sup>139</sup> GAWRYSZEWSKI, Paulo. **Cultura e educação: uma aliança para a preservação do patrimônio cultural em Juiz de Fora**. 2008. Monografia do curso de especialização em Gestão do Patrimônio Cultural, Faculdade Metodista Granbery, Juiz de Fora, 2008. f. 57.

período) mas sim pela produção cafeeira e depois pelo pioneirismo na industrialização, ficando a cidade conhecida como Manchester Mineira. No entanto, a partir da década de 1930 a situação começou a se modificar. O café já não tinha mais expressão na região (São Paulo passou a ser o centro produtor mais importante), a indústria têxtil estava em crise, acompanhando a crise estrutural sofrida pelo Brasil sobretudo após a Primeira Grande Guerra e São Paulo e Belo Horizonte passaram a concentrar a implantação de novas indústrias, fazendo o capital investido nesse segmento ir para essas regiões.<sup>140</sup> Apesar desses fatos, segundo Luiz Flávio Rainho, Juiz de Fora não entrou em colapso. Conseguiu-se manter um equilíbrio econômico causado pela implantação da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF - (em 1960), que desenvolveu o mercado imobiliário, o comércio, a rede de hospitais, etc. e pela criação de pequenas indústrias que abasteceram o mercado local e exportavam também para outros centros, fazendo a economia circular.<sup>141</sup>

Dentro desse contexto, Juiz de Fora passou a fazer parte, na década de 1970, do *Programa Nacional de Cidades de Porte Médio* que foi um projeto financiado pelo Banco Interamericano e gerenciado pelo governo brasileiro através do *Conselho Nacional de Política Urbana* – CNPU (órgão ligado ao Ministério do Planejamento e que depois virou *Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano* – CNDU) e pela *Secretaria Especial da Região Sudeste*, ligada ao Ministério do Interior. Parte integrante do *II Plano Nacional de Desenvolvimento* (PND), o projeto propunha atuar sobre os centros urbanos classificados de porte médio “*por sua posição geográfica, população, importância socioeconômica e função na hierarquia urbana da macrorregião e do país*”, constituindo “*centros de valor estratégico para o desenvolvimento regional e para uma rede urbana mais equilibrada em termos de política de organização territorial*”.<sup>142</sup> O governo federal buscou com esse programa interferir nessas cidades classificadas de porte médio “*para incentivar a interiorização e dinamização de áreas tidas como estagnadas*”, criando assim “*novos centros de desenvolvimento no*

---

<sup>140</sup> RAINHO, Luiz Flávio. Urbanização e industrialização de Juiz de Fora: pontos preliminares para a elaboração de um projeto de estudo. In: CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira (org.). **Juiz de Fora: história e pesquisa**. Juiz de Fora: UFJF, 1990. p. 85, 86.

<sup>141</sup> Idem, p. 86 e 87.

<sup>142</sup> STEINBERGER, Marília; BRUNA, Gilda Collet. **Cidades médias: elos do urbano-regional e do privado-público**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/cidadesmediabrasileiras/capitulo2-cidademedias.pdf> Acesso em 21 de abril de 2012. p. 51.

território”, além de “*frear a migração rumo às metrópoles e incentivar a expansão do número de cidades de porte médio*”.<sup>143</sup>

Juiz de Fora recebeu verbas e ajuda técnica para atuar em três metas principais: investimento em infraestrutura e serviços urbanos, geração de empregos e renda e melhoria na administração pública. Até o fim do projeto, em 1984, a cidade promoveu uma reurbanização de sua área central (quando foram demolidos inúmeros casarões históricos), redimensionou novas vias de acesso e reestruturou o sistema de transporte. Nesse período ocorreu também a instalação da Cia Siderúrgica Mendes Júnior na cidade, a transposição da linha férrea pela Avenida Rio Branco (com a construção do Mergulhão), a incorporação da Cia Mineira de Eletricidade pela Cemig, a construção do acesso a cidade à nova Br-040 e o início das obras do Terminal Rodoviário Miguel Mansur e do Estádio Municipal.<sup>144</sup>

Com todas essas modificações que a cidade passava foi necessário também repensá-la. A partir disso, em 1977, foi elaborado o decreto n. 1969, de 29 de dezembro, pelo qual se organizou o *Instituto de Pesquisa e Planejamento de Juiz de Fora* (IPPLAN-JF), cujo modelo era o IPUC, de Curitiba.<sup>145</sup> O Instituto tinha como objetivo pensar e planejar o município, e foi para Mello Reis, ex-prefeito de Juiz de Fora, como o próprio declarou em entrevista ao projeto “*Diálogos Abertos*”, da UFJF, a melhor iniciativa de sua administração (que foi de 1977 a 1983).<sup>146</sup> No entanto, o trabalho do novo instituto acabou gerando desconfianças no mercado imobiliário da cidade, levando vários empreendedores a realizarem uma série de demolições por receio da preservação das edificações da cidade.

Aos poucos quase todos os casarões antigos que existiam principalmente na Avenida Rio Branco iam dando lugar a edifícios comerciais e residenciais que

---

<sup>143</sup> FERREIRA, Sandra Cristina. **Dinâmica demográfica e cidades de porte médio na configuração de rede urbana do estado do Paraná.** Disponível em <<http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/fca4374499af01d4d1dc934b8cc1453f.pdf>>. Acesso em 21 de abril de 2012. p. 2.

<sup>144</sup>Histórico do prefeito Melo Reis. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/latur/files/2010/12/Hist%C3%B3rico-Mello-Reis.pdf>>. Acesso em 21 de abril de 2012.

<sup>145</sup> O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC – foi criado em 1965 como uma autarquia municipal para as seguintes finalidades: elaborar e encaminhar ao Executivo municipal o anteprojeto de Lei para o Plano Urbanístico de Curitiba; promover estudos e pesquisas para o planejamento integrado do desenvolvimento do município; apreciar projeto de Lei ou medidas administrativas que possam ter repercussão no desenvolvimento do Município; criar condições de implementação e continuidade que permitam uma adaptação constante dos planos setoriais e globais às realidades dinâmicas do desenvolvimento municipal e coordenar o planejamento local com diretrizes do planejamento regional e estadual. Fonte: Disponível em <<http://www.ipucweb.ippuc.org.br>>. Acesso em 11 de junho de 2012.

<sup>146</sup> Histórico Mello Reis. Op. Cit.

desenvolviam a cidade mas a descaracterizavam. Esse progresso levou o professor Luiz Flávio Rainho a questionar: o lema da administração naquela época (a de Mello Reis) era “*Juiz de Fora: uma cidade que se transforma*”, mas,

para quem está sendo feita essa transformação? Será para a classe trabalhadora, para os operários, que com suas vidas simples e anônimas são em realidade os que de fato constroem Juiz de Fora? Ou não será para as grandes imobiliárias, bancos, supermercados, casas de eletrodomésticos, indústrias, etc. que, detendo os meios de produção, verão ainda mais ampliadas suas possibilidades de acumulação do capital?<sup>147</sup>

Apesar do aumento das demolições, a população só se deu conta do enfraquecimento de sua memória com a queda do antigo colégio Stella Matutina. Esse fato, trabalhado no terceiro capítulo dessa dissertação, gerou um sentimento de perda na cidade e passou-se a perceber que se nada fosse feito, outros marcos da história do município se perderiam. Em decorrência da destruição do antigo colégio, principalmente, e pela ausência de um órgão que tratasse de assuntos culturais na cidade, foi criada dentro da estrutura da prefeitura, a *Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage* (FUNALFA), através do decreto n. 2176, de 14 de dezembro de 1978, que além de ser a primeira fundação municipal no setor cultural em Minas Gerais, surgiu para resgatar o patrimônio da cidade e revitalizar o “*pioneirismo de Juiz de Fora como centro cultural*”.<sup>148</sup>

Uma das primeiras ações do novo órgão, ainda no final da década de 1970, foi a relação dos monumentos históricos e arquitetônicos de Juiz de Fora. Foram listados 32 unidades e 5 conjuntos arquitetônicos, todos sugeridos para tombamento, dentre imóveis religiosos, públicos e aqueles cujo proprietário concordava com um futuro tombamento.<sup>149</sup> Outro projeto importante para chamar a atenção para as perdas que Juiz de Fora estava sofrendo foi o “*Projeto Casarão*”, desenvolvido em parceria com o *Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora* e o *Centro de Estudos Sociológicos*. Com o objetivo de fazer um levantamento fotográfico dos antigos “casarões” de Juiz de Fora, essa ação conseguiu mostrar que a cidade conhecida pelos inúmeros casarões dos ricos fazendeiros da região, estava desaparecendo aos poucos.

---

<sup>147</sup> RAINHO, L. F. Op. Cit. p. 90.

<sup>148</sup> Disponível em: <<http://www.funalfa.pjf.mg.gov.br>>. Acesso em 14 de abril de 2009.

<sup>149</sup> SILVA, Érica Aleixo Ferreira. **Os inventários e a política de proteção do patrimônio cultural de Juiz de Fora**. 2008. Monografia do curso de especialização em Gestão do Patrimônio Cultural, Faculdade Metodista Granbery, Juiz de Fora, 2008. p. 71 e 72.

De acordo com Luiz Alberto do Prado Passaglia, após a demolição do Stella e de certa forma como consequência dela, dois eventos foram importantes para a política de preservação na cidade. O primeiro foi a Primeira Semana de História, realizada em 1979 e que contou com uma mesa de debates sobre o patrimônio cultural da cidade da qual participaram o próprio Passaglia, representando a Secretaria de Patrimônio do município de São Paulo e o artista plástico Décio Bracher. A segunda referência foi a exposição realizada pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Juiz de Fora em 1980, com o tema “*Juiz de Fora – Ontem: aspectos físico, humano e social*”. Apresentada por Pedro Nava, os destaques dessa exposição foram o texto de José Ivan Calou Filho, sobre arquitetura e história e o documentário fotográfico feito por Mário Brescia sobre Juiz de Fora na primeira metade do século XIX. A segunda parte dessa exposição mostrou:

As edificações construídas em Juiz de Fora até 1930, e que ainda existem. Estas fotos estão separadas por classes sociais, num esforço para inserir todas as modalidades arquitetônicas na memória histórico-fotográfica da cidade. Esta ideia baseia-se na Carta de Veneza, aprovada pelo II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos de 1964, que diz: “A noção de monumento compreende não só a criação arquitetônica isolada como também o ambiente urbano ou paisagístico que continua testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção se aplica não só às grandes obras como também as obras modestas, que, com o tempo, adquiriram um significado cultural”.<sup>150</sup>

No entanto, a criação da FUNALFA e esses eventos não satisfaziam a necessidade de preservar a memória da cidade. Em 1980, os arquitetos Luiz Passaglia e Maria Inês Giffoni Passaglia foram agregados ao IPPLAN-JF, e, em 1981, juntamente com José Carlos Coutinho, Jorge Arbach (arquitetos do IPPLAN-JF), Carlos Henrique Saldanha Lopes (coordenador do Patrimônio Histórico e Artístico da FUNALFA) e Nívea Bracher (artista plástica), elaboraram o *Pré-inventário Arquitetônico de Juiz de Fora*. Esse Pré-inventário<sup>151</sup> teve o objetivo de cadastrar a produção arquitetônica de Juiz de Fora e restringiu-se ao setor urbano delimitado pelos bairros São Mateus e Alto

---

<sup>150</sup> Citado por PASSAGLIA, L. A. P. Op. cit. p. 19.

<sup>151</sup> Antônio Nogueira, destacando a diferença entre tombamento e inventário, percebe o primeiro como possuidor de um valor dado a um bem cultural escolhido para perpetuar a memória, enquanto que o segundo seria uma proteção suplementar. In: NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. O patrimônio em questão. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP, 2000, abril. p. 297.

dos Passos, ao sul, pelo bairro Fábrica ao norte, pelo Morro do Imperador a oeste e pela Avenida Sete de Setembro a leste. Foram cadastrados aproximadamente 550 imóveis.<sup>152</sup> Apesar de uma medida que a primeira vista pode parecer insuficiente, o pré-inventário foi importantíssimo para mostrar como Juiz de Fora possuía um rico e importante patrimônio que estava ameaçado e precisava de uma proteção urgente. Podemos notar que nesse início de preservação, a cidade também foi construindo a sua retórica patrimonial e definindo os seus “lugares de memória”. Praticamente todas as casas ainda existentes na Avenida Rio Branco que remetiam ao período dos grandes barões do café na cidade foram inventariadas. Tudo que ajudava a mostrar o pioneirismo da cidade seja esse industrial, financeiro ou cultural foi inventariado. O que se buscava era salvar da destruição o que ainda não tinha sido consumido pela especulação imobiliária. Buscava-se construir lugares que não deixariam os habitantes da cidade esquecerem de sua própria história.

Em 13 de janeiro de 1982, Juiz de Fora ganhou sua primeira legislação de proteção ao patrimônio histórico através da lei n. 6108 (ver anexo 1) que teve como base as legislações estadual e federal. Já em 1983, os primeiros pedidos de tombamento, solicitados por Passaglia foram atendidos e todos os imóveis estavam presentes no pré-inventário.<sup>153</sup>

Outro ganho significativo para a proteção do patrimônio histórico de Juiz de Fora foi a criação da *Divisão de Patrimônio Cultural (DIPAC)*, em 1989. Inicialmente ligada ao IPPLAN/JF, e posteriormente (a partir de 2002) à FUNALFA, a divisão surgiu como órgão “*responsável pela execução da política de patrimônio cultural definida pela CPTC*”<sup>154</sup> e hoje, já consolidada, a DIPAC é a responsável por inúmeros trabalhos, como publicação de livros e organização de eventos que ajudam a proteger e difundir a importância da preservação do município.

Assim como a nível federal, a legislação preservacionista de Juiz de Fora também foi evoluindo com o tempo. Houve a valorização de imóveis que guardam a história de origem de bairros na cidade e o patrimônio imaterial também passou a ser considerado desde 2004. (Ver tabela 1). Como aconteceu com o Brasil, Juiz de Fora também saboreou vitórias e lamentou perdas insubstituíveis para sua história, mas

---

<sup>152</sup> PASSAGLIA, L. A. P. Op. cit. p.20.

<sup>153</sup> Esses prédios tombados foram: Câmara Municipal (antigo fórum Barbosa Lima), Cine Theatro Central, Museu Mariano Procópio, imóvel da rua Espírito Santo n. 467, Usina de Marmelos, Grupos Centrais, Repartições Municipais e Fábrica Bernardo Mascarenhas.

<sup>154</sup> GAWRYSZEWSKI, P. Op. cit. p. 62.

graças a iniciativas de uma pequena parte da população em alguns momentos e com grande participação popular em outros, Juiz de Fora possui preservado grandes exemplares que viram a cidade se desenvolver ao seu redor. A cidade pode se orgulhar de manter viva ainda parte importante de sua história. O lamento fica por conta das destruições que privarem muitos olhos de admirarem e sentirem um prazer histórico em nome de um tão almejado progresso.

O motivo por expormos, nesse momento, essa resumida trajetória da política de preservação em Juiz de Fora, se explica pelo fato de acreditarmos que essas políticas acabaram se tornando importantes para os movimentos sociais em prol da preservação do patrimônio da cidade. O fato da cidade possuir, uma legislação que legalizava a preservação incentivou, a nosso entender, uma parcela da população da cidade a tentar fazer alguma coisa que preservasse o seu patrimônio e contribuiu para que hoje a cidade possua ainda parte importante de seu acervo histórico e artístico, mesmo com todas as perdas que sofreu nessa área.

TABELA 1:

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA	
LEI	PONTOS PRINCIPAIS
Nº 6108 13/jan./1982	.Tombamento de imóveis e móveis públicos e particulares; .Criação da CPTC: 7 membros.
Nº 7282 25/fev./1988	.Proteção por: tombamento, declaração de interesse cultural e criação de área de proteção ambiental; .Exploração da importância da participação da comunidade na preservação; .CPTC: 11 membros; .Isenção de IPTU aos imóveis tombados.
Nº 10777 15/set./2004	.Preservação do patrimônio imaterial; .CPTC substituída pelo COMPPAC – 13 membros; .Multa por descaracterização dos bem tombado.

Fonte: PJF – Sistema JFLegis. Disponível em: <<http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br>>.

### **CAPÍTULO 3: A PERDA DOS REFERENCIAIS DE MEMÓRIA:**

#### **a demolição de bens que foram alvo de ações preservacionistas em Juiz de Fora.**

“O passado dói fisicamente quando nos aproximamos dele com os olhos cheios de presente”.

Carlos Drummond de Andrade

A principal marca deixada por uma cidade é a sua arquitetura. Essa é muito mais que a simples construção de prédios. Ela permite que a memória do lugar se torne visível, palpável e admirável. John Ruskin disse que podemos viver sem a arquitetura, mas “*sem ela não podemos recordar*”, e segundo ele, as casas devem ser construídas para durarem mais que uma geração, pois toda sua importância e a de seus habitantes não podem permanecer nas construções erguidas sobre as ruínas da primeira.<sup>155</sup>

Começamos o presente capítulo com esses dizeres para mostrarmos que as destruições que Juiz de Fora presenciou, sobretudo na década de 1980, deixaram mais do que um vazio físico na cidade, elas abriram também um vazio sentimental ao longo de suas ruas e na memória de seus habitantes. Aliás, foi o medo desse vazio que fez a cidade ser palco de movimentos populares para a preservação do seu patrimônio. Sabemos que existem bens arquitetônicos que, além do valor físico, possuem também um valor artístico e é esse, mais do que o primeiro, que fez pessoas de todas as camadas sociais saírem de suas rotinas para buscarem a preservação não apenas da cidade, mas também de suas próprias memórias.

Nesse capítulo buscaremos mostrar como ocorreram e qual foi a importância dos movimentos e/ou manifestações sociais que buscaram a preservação de imóveis de Juiz de Fora, mas que infelizmente não conseguiram alcançar seus objetivos principais, no entanto mostraram o quanto a cidade estava perdendo não respeitando seu patrimônio histórico e cultural.

---

<sup>155</sup> RUSKIN, Jonh. **A lâmpada da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008. p. 8 e 9

### 3.1 - A FAZENDA VELHA: “o mais belo, o mais expressivo e o mais notável documento vivo da história local”.<sup>156</sup>

Considerada a residência do juiz que teria “emprestado” seu título (juiz de fora) para nomear a cidade, a Fazenda Velha ou Fazenda do Juiz de Fora, demolida em 1946, inicia a nossa discussão acerca dos movimentos populares para a preservação em Juiz de Fora por ter sido o primeiro imóvel que presenciou alguma atitude para evitar sua destruição. A luta pela preservação da Fazenda Velha se diferenciou da dos outros imóveis trabalhados nessa dissertação por duas razões principais: ocorreu bem antes da década de 1980 e não foi um movimento popular propriamente dito, com campanhas, manifestações nas ruas e adesão da população. Mesmo assim, a iniciativa, liderada principalmente por jornalistas e intelectuais conseguiu dar, através de reportagens em jornais, alguma visibilidade ao imóvel, mostrando a importância da sua preservação para a história da cidade e também a do Brasil. Como não houve nenhum tipo de mobilização para a preservação na cidade anterior a esse fato, a tentativa de se preservar a Fazenda Velha através do então SPHAN pode ser considerada como o movimento pioneiro para tal causa em Juiz de Fora, mostrando que o patrimônio da cidade já chamava a atenção quatro décadas antes das mobilizações que marcaram toda a década de 1980.

#### A história da Fazenda Velha

Com a descoberta do ouro em Minas Gerais no século XVII, foi aberta em 1701, por Garcia Rodrigues Pais uma picada, conhecida como Caminho Novo, que ligava a Borda do Campo (atual região de Barbacena) ao Rio de Janeiro. Nas palavras de Sinval Batista Santiago, ao longo dessa picada, em virtude de concessões de sesmarias,

foram surgindo ranchos, fazendas, capelas, hospedarias, vendas e alguns núcleos populacionais que se tornaram estáveis, como Paraibuna, Simão Pereira, Matias Barbosa, Juiz de Fora, Engenho do Mato (Chapéu D’Uvas) e João Gomes, atual cidade de Santos Dumont.<sup>157</sup>

Juiz de Fora nasceu as margens desse caminho, mais precisamente com a sesmaria concedida pelo alcaide-mor do Rio de Janeiro, Tomé Correia Vasques, em

---

<sup>156</sup> **Diário Mercantil**. 1 de setembro de 1942.

<sup>157</sup> SANTIAGO, Sinval Batista. *História e pesquisa*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora, 1 de maio 1982.

1708, onde foi construída a Fazenda da Tapera ou Fazenda do Alcaide-Mor. (Ver foto 4). Segundo Roberto Dilly, parte dessa edificação ainda existe ao lado da entrada do Cemitério Parque da Saudade e pertence atualmente à Santa Casa de Misericórdia.<sup>158</sup>

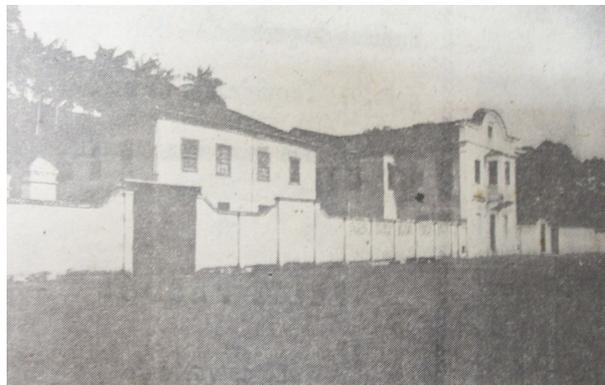


FOTO 4: Fazenda da Tapera ou Fazenda do Alcaide-Mor.  
Fonte: *Diário Mercantil*. 2 e 3 de abril de 1961.

Já Fazenda do Juiz de Fora ficava na Avenida Garibaldi, também às margens do Caminho Novo (ver foto 5) e sabe-se que o nome da fazenda veio do cargo ocupado por seu primeiro proprietário, o juiz de fora da localidade. A título de curiosidade, o cargo de juiz de fora era muito respeitado, dando à pessoa que o ocupava altos méritos. Também chamado de “delegados da Colônia”, os juízes de fora, que eram nomeados pelo rei, substituíram os juízes ordinários de eleição popular e segundo Caio Prado Junior, além das funções jurisdicionais, cabia aos juízes também a presidência das Câmaras.<sup>159</sup> Em Juiz de Fora, a nosso entender, o juiz de fora provavelmente se ocupava com as funções jurisdicionais uma vez que a Câmara Municipal só foi instalada na localidade em 1853.

Já o nome do referido juiz a quem a propriedade pertencia constitui em um mistério a parte. Vários estudiosos da cidade se dedicaram em pesquisas para a descoberta de tal magistrado e as discussões se concentraram em dois nomes principais: Luís Fortes de Bustamante e Sá e Vital Casado Rotier. No entanto nada pôde ser comprovado documentalmente. Por não constituir parte desse trabalho, achamos melhor não nos determos às discussões sobre o nome do juiz de fora, mas a anexamos no fim dessa dissertação (anexo 2) para quem se interessar no assunto.

<sup>158</sup>DILLY, Roberto. Origens de Juiz de Fora. In: NEVES, José Alberto Pinho, et. ali. (orgs.) **Juiz de Fora: história, texto e imagem**. Juiz de Fora: Funalfa, 2004. p. 20.

<sup>159</sup>PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. Citado por: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986. p. 108-109.

O fato de não se ter certeza do nome do juiz de fora, não fez o imóvel perder a importância que possuía para a história da cidade. Após a instalação da corte portuguesa no Brasil, principalmente, foi comum as expedições dos chamados “viajantes” que eram “*escritores, botânicos, naturalistas, pintores, desenhistas, astrônomos, cartógrafos e zoólogos*”, que, financiados pelo próprio Império ou com recursos de outros meios, percorreram praticamente todo o Brasil registrando dados sobre “*a vida cotidiana da população, estudos de botânica, zoologia, mineralogia, hidrografia e antropologia*”.<sup>160</sup> Vários desses viajantes que passaram pela localidade deram destaque ao antigo casarão, alguns inclusive, se hospedaram no imóvel em questão. Um desses estudiosos foi o naturalista e explorador inglês John Mawe, que em viagem à Real Fazenda de Santa Cruz, narrada no livro “*Viagens pelo interior do Brasil*”, de 1812, escreveu sobre Juiz de Fora: “... a 100 milhas do Porto de Estrela [RJ] ... após transpor uma cadeia de montanhas ... [e] um território cheio de matas [chegou] a Fazenda do Juiz de Fora”, que ganhou um sotaque espanhol por parte do viajante que a chamou de “*Fazenda do Juiz de Fuera*”.<sup>161</sup> Outro relato sobre o sobrado, e talvez o mais importante deles, foi o realizado pelo cientista e viajante francês Auguste de Saint-Hillaire, que passando pela província em 1816, descreveu a fazenda em seu livro “*Viagens nas Províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais*”. Albino Esteves, no seu “*Álbum do Município de Juiz de Fora*”, transcreveu o trecho em que o francês citou o casarão:

A uma légua e três quartos do Marmelo encontra-se a pousada do Juiz de Fora, nome que, sem dúvida, provém do cargo que ocupava seu primeiro proprietário. Da venda de Juiz de Fora, tem-se adiante dos olhos encantadora paisagem. Essa venda é construída na extremidade de um grande pasto, cercado de colinas por todos os lados. (...). Mais longe vê-se uma capela abandonada e as ruínas de um engenho de açúcar. Junto da venda, um grande rancho, e bem perto um paiol para milho.<sup>162</sup>

José Damasceno Pinto destacou que, ao citar “Marmelo”, Saint-Hillaire se referiu na verdade à “*Fazenda do Marmelo*”, e no trecho “*pousada do Juiz de Fora*” há uma tradução do francês um pouco equivocada, uma vez que o termo “*habitation*” pode significar também “*fazenda*”, dando assim, mais sentido na leitura.<sup>163</sup> Ao se referir a

<sup>160</sup> BOTELHO, Angela Vianna; REIS, Liana Maria. **Dicionário Histórico Brasil**: Colônia e Império. 6ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 347.

<sup>161</sup> PINTO, José Damasceno. *Viajantes estrangeiros*. **Diário Mercantil**. 5 de fevereiro de 1983.

<sup>162</sup> SAINT-HILLAIRE, Auguste. *Viagem nas províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais*. Citado por ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. 2ª ed. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008. p. 46.

<sup>163</sup> PINTO, J. D. *Viajantes estrangeiros*. Op. cit.

“*venda*” (nome que escreveu em português), o viajante não narrou as suas características principais: se era sobrado, casa térrea, e nem a sua localização.<sup>164</sup> Já a capela do outro lado do rio que Saint-Hillare descreveu, era a capela construída por Antônio Vidal em 1741. O engenho de açúcar citado, nada mais era do que as casas existentes atrás da capela (datadas do século XVIII), local chamado Largo do Cruzeiro, confundindo o francês que as observava de longe.<sup>165</sup>



FOTO 5: Fazenda do Juiz de Fora.

Fonte: ESTEVES, A. *Álbum do município de Juiz de Fora*. 2ª ed. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008. p. 45.

### **A ameaça de perda do casarão e a tentativa da sua preservação**

Com o passar dos anos o antigo casarão do juiz de fora, abandonado e servindo de abrigo para mendigos, estava ameaçado de cair, levando consigo parte da história do nascimento da própria cidade. Diante desse fato, um grupo de intelectuais, encabeçados pelo professor Lindolfo Gomes, começaram a se manifestar pela preservação do mesmo. Lindolfo aliás, foi o protagonista desse processo por tentar de todas as formas chamar a atenção para o casarão e também para outros imóveis de Juiz de Fora que encontravam-se abandonados. Além de professor, nosso personagem também era filólogo, folclorista, escritor e jornalista. Foi ainda inspetor técnico de ensino, organizou e dirigiu vários grupos escolares da cidade e foi secretário do presidente de Minas Gerais Antônio Carlos de Andrada.<sup>166</sup>

Na sua contribuição para a preservação do patrimônio de Juiz de Fora, foi o trabalho de jornalista que mais se destacou. Em 1904, Lindolfo começou a publicar no

<sup>164</sup> PINTO, José Damasceno. *Saint-Hillare em Juiz de Fora*. **Diário Mercantil**. 22 de fevereiro de 1983.

<sup>165</sup> OLIVEIRA, Paulino. *A capela do Quebra Careca*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 7 de maio de 1982.

<sup>166</sup>CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **A Europa dos Pobres: Juiz de Fora na Belle-Époque mineira**. Juiz de Fora: Edufjf, 1994. p. 22-23.

jornal “*O Pharol*” uma série de crônicas suas que recebiam o título “*Visões de um repórter*”<sup>167</sup> e que falavam sobre as coisas tradicionais da cidade. Já a partir da década de 1930 o leitor do jornal “*Diário Mercantil*” encontrava as conhecidas “*Nótulas*”, que, como diz o nome, foram pequenos comentários, publicados sem uma periodicidade definida, que falavam sobre diversos assuntos, inclusive sobre a história de Juiz de Fora, seus personagens e imóveis importantes. Muitas dessas “*Nótulas*” eram a respeito da Fazenda Velha, mostrando como o imóvel era importante para a cidade e como ele estava abandonado.

Com o grau de ruína que se encontrava o antigo casarão, Lindolfo acreditava que apenas o seu tombamento poderia protegê-lo da destruição. No entanto, a legislação que regula a preservação de Juiz de Fora foi criada apenas em 1982, não havendo como recorrer naquela época a uma proteção legal do imóvel por parte do município. Nesses termos, o professor procurou em 1939 o recém criado *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN) para que o casarão fosse considerado patrimônio nacional. Para destacar a importância de tal medida, publicou em suas “*Nótulas*” de 16 de setembro de 1939:

Não poderá, pois, ser mais nobre nem mais procedente o ardente anseio do povo juizforense, desejando que aquela verdadeira relíquia histórica, o tradicional sobrado onde também residira os primeiros fundadores da “*urbs*”, seja considerado Monumento Nacional (...) de modo que não venha a desaparecer, ao sabor das eventualidades de irremediável desmoronamento”.<sup>168</sup>

O então diretor do órgão, Rodrigo Melo Franco de Andrade, interessado no assunto, incumbiu então o professor de escrever um memorial sobre o imóvel, onde incluiria fotos, esboço do local, levantamento histórico e outros documentos importantes para o tombamento da antiga sede da fazenda. No cartão onde Rodrigo dava a Lindolfo tal tarefa lê-se:

Tenho conhecimento, por favor de um amigo, a sua “*Nótula*” no DIÁRIO MERCANTIL, mais uma vez referente ao venerando sobrado ou fazenda velha do Juiz de Fora, em torno ou junto da

---

<sup>167</sup> GOMES, Lindolfo. *Um monumento histórico*. *Diário Mercantil*. 3 de setembro de 1946. In: PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. **A preservação do patrimônio histórico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Instituto de Pesquisa e Planejamento/Prefeitura de Juiz de Fora, 1982. p. 177.

<sup>168</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótulas*. 16 de setembro de 1939. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Rio de Janeiro: Arquivo Noronha Santos. Série Inventários. Notação I.MG-0947.01. 1ª pasta.

qual se formou e prosperou essa grande cidade, venho consulta-lo sobre a possibilidade deste Serviço obter, por seu prestimoso intermédio, algumas fotografias da referida edificação, ou seja, uma vista da fachada e outras laterais e da posterior. Caso internamente a casa tenha conservado as suas características primitivas de algumas delas, rogar-lhe-ia também o obséquio de mandar fotografar ali os aspectos principais.

Esperando que sua indulgência me releve a importunação e felicitando-o sinceramente pela generosa campanha em prol da preservação dos nossos monumentos tradicionais, antecipo-lhe sinceros agradecimentos.

Do patricio, amigo e adm. obrg. Rodrigo M. F. de Andrade.<sup>169</sup>

De acordo com uma carta de Lindolfo enviada a Rodrigo em 24 de março de 1942, tal pedido feito pelo diretor do SPHAN datava de 8 de julho de 1941, mas o professor informava que só naquela data conseguiu enviar “*o memorial sobre o valor histórico do Sobrado do Juiz de Fora, habitação mais antiga desta cidade que do mesmo tirou a denominação toponímica, conforme se comprova através da tradição e da documentação constante no referido ‘memorial’*”. Juntamente com a carta, o professor disse que estava enviando as fotografias solicitadas de “*quatro diferentes aspectos do prédio*”, ilustrações em “*clichês*” da imprensa local e uns “*croquis*” do local onde estava o imóvel. Ao se despedir, Lindolfo disse que se o casarão for considerado “*monumento nacional*”, Rodrigo iria prestar a “*Juiz de Fora e a nossa querida terra mineira serviço de maior relevância sob o ponto de vista histórico e cívico, tanto mais merecido, também de outros marcados motivos, por haver sido habitado por um inconfidente – o Dr. Domingos Vidal de Barbosa*”.<sup>170</sup>

No memorial apresentado por Lindolfo, o destaque recaia na importância da Fazenda Velha como patrimônio nacional. Entre os motivos apresentados estavam o fato do casarão existir desde 1719 (segundo Albino Esteves em seu “*Álbum do Município de Juiz de Fora*”), sendo assim, considerado por ele (Lindolfo) o imóvel mais antigo da cidade; o fato de ter sido a possível residência, ou local de pouso de um juiz de fora que dera nome a cidade; ter hospedado ilustres viajantes estrangeiros com o exemplo-mor de Saint-Hillaire; e ter sido residência de importantes nomes para a história local como Antônio e Manuel Dias Tostes e Guilherme Henrique Fernando

---

<sup>169</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótulas*. 27 de fevereiro de 1942. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit.

<sup>170</sup> Carta de Lindolfo Gomes a Rodrigo M. F. de Andrade, 24 de março de 1942. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit.

Halfeld (genro do primeiro), fundamentais para a fundação de Juiz de Fora. Mas o fato que fez Lindolfo requisitar o tombamento do imóvel ao SPHAN foi ele ter sido também a residência dos inconfidentes Domingos Vidal de Barbosa e do Padre Francisco Vidal de Barbosa, fato esse narrado no livro “*História da Conjuração Mineira*” de Joaquim Norberto e confirmado também em depoimento de ambos prestados ao processo de Devassa da Inconfidência Mineira, onde se declararam moradores da Fazenda do Juiz de Fora no Caminho Novo do Rio de Janeiro. Em uma de suas “*Nótulas*”, Lindolfo declarou ainda que Albino Esteves havia lhe dito que possuía cópias de documentos assinados por Tiradentes e datados de 1754 declarando serem os irmãos, Domingos e Francisco, proprietários da Fazenda do Juiz de Fora.<sup>171</sup> Esses moradores em particular faziam o imóvel adquirir também uma importância nacional, legitimando assim, a possível proteção por parte do SPHAN. Ainda no memorial, Lindolfo relatou que provavelmente o imóvel tivesse sofrido algumas intervenções, principalmente após a enchente de 1906, onde as paredes internas foram substituídas por paredes de tijolos. Lembrou ainda que o imóvel necessitava de uma restauração urgente, sendo inclusive condenado pela prefeitura por perigo de desabamento, mas acreditava que seu relato era suficiente para transforma-lo em monumento nacional como um “*desejo que vem de encontro de sincera e ardente aspiração do povo desta cidade*”.<sup>172</sup>

Enviada a documentação ao órgão federal de preservação, a resposta de Rodrigo não tardou a chegar. Em carta enviada a Lindolfo em 27 de março de 1942 e publicada pelo “*Diário Mercantil*” em 2 de maio do mesmo ano, lê-se:

Ilustre amigo professor Lindolfo Gomes. Acusando o recebimento de sua prezada carta de 24 de março corrente, assim como do memorial, fotografias, planta e recortes que lhe vieram anexos, apresso-me em agradecer-lhe, vivamente sensibilizado pela sua valiosíssima contribuição.

Tanto a vista do douto memorial elaborado pelo distinto patricio, quanto pela leitura de seus eruditos trabalhos publicados sob o título de “*Nótulas*”, verifica-se que a antiga casa da fazenda do Juiz de Fora possui em verdade, valor histórico excepcional, que recomenda o seu tombamento para os fins estabelecidos no Decreto-lei n. 25 de 30 de novembro de 1937. (...).

Ainda com relação ao assunto, tenho o prazer de comunicar-lhe que providenciarei, sem demora, para a ida a Juiz de Fora de um dos arquitetos desta repartição, afim de levantar a

<sup>171</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótulas*. **Diário Mercantil**. 12 de maio de 1942.

<sup>172</sup> Memorial da Fazenda Velha enviado por Lindolfo Gomes a Rodrigo M. F. de Andrade. 24 de março de 1942. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit.

planta baixa daquele edifício histórico e apurar as obras de reparação e conservação de que o mesmo carecer.

Reiterando-lhe os mais efusivos agradecimentos e contando com o favor de sua atenciosa resposta, subscrevo-me patricio Admor. e amigo obrg. – Rodrigo M. F. de Andrade.<sup>173</sup>

Nesse ponto, gostaríamos de chamar a atenção para um fato em particular. Em algumas reportagens de jornais ou até mesmo em artigos escritos por Lindolfo, falava-se da necessidade do poder público, no caso, a Prefeitura de Juiz de Fora, adquirir o imóvel para que esse fosse preservado. Para exemplificar podemos destacar duas reportagens assinadas por Lindolfo Gomes. A primeira, para o “*Jornal do Povo*”, o professor sugeria ao prefeito de Juiz de Fora na época, Rafael Cirigliano, bem como aos “*altos poderes do Estado e da República, a urgente necessidade de providenciar-se no sentido de ser adquirido e conservado o sobrado do Juiz de Fora (...)*”.<sup>174</sup> Já para o “*Diário Mercantil*”, o professor destacou que o prédio, ao ser repartido em testamento, passou a pertencer a um herdeiro menor de idade que, segundo seu curador, se dispôs “*a ceder aquela propriedade à Prefeitura por preço mais que razoável*”<sup>175</sup> e a Prefeitura, por sua vez, se mostrou interessada em adquirir o imóvel e em seguida doa-lo ao patrimônio nacional para a preservação e restauro. Na mesma reportagem Lindolfo disse ainda que, após mandar o memorial e as fotos para Rodrigo, esse se propôs “*desde logo a mandar reparar o prédio, desde que fosse concedido o terreno e o edifício já então danificados*”.<sup>176</sup> O que pode se perceber com esses fatos é que pôde ter havido um possível equívoco no entendimento da aplicação do instrumento de tombamento da Fazenda Velha. Temos que levar em conta que o diálogo travado entre Lindolfo e o SPHAN teve início em 1939 com uma intensificação em 1942 e o decreto lei número 25, primeiro a legislar a favor do patrimônio no país, e onde se institui o instrumento de tombamento, é de 1937, portanto poucos anos antes do citado processo.

Ao pesquisarmos nas correspondências trocadas entre Rodrigo, Lindolfo e o advogado e inventariante do proprietário da Fazenda Velha, encontramos um fato curioso sobre esse assunto. Na mesma carta enviada a Lindolfo por Rodrigo, de 27 de março, o diretor do SPHAN pediu ao amigo que lhe enviasse dados sobre o proprietário

---

<sup>173</sup> É o sobrado mais velho de Juiz de Fora. **Diário Mercantil**. 22 de maio de 1942. Carta de Rodrigo M. F. de Andrade à Lindolfo Gomes.

<sup>174</sup> GOMES, Lindolfo. *O sobrado do Juiz de Fora*. **Jornal do Povo**. 24 de julho de 1939. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit. Grifo nosso.

<sup>175</sup> GOMES, Lindolfo. *Um monumento histórico*. **Diário Mercantil**. 7 julho de 1946. In: PASSAGLIA, L. A. P. Op. Cit. p. 178.

<sup>176</sup> GOMES, Lindolfo. *O sobrado do Juiz de Fora*. Op. Cit.

do imóvel e a localização desse a fim de lhe enviar a notificação de interesse de tombamento por parte do órgão nacional, de acordo com o artigo 7º da lei de tombamento.<sup>177</sup> Nesse, o tombamento de algo pertencente à pessoa jurídica poderia ocorrer de forma voluntária ou compulsória. Assim:

Art.7º: Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.

Art. 8º: Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa.<sup>178</sup>

A notificação foi enviada aos herdeiros e nos dias 14 e 15 de maio, respectivamente, o advogado do proprietário, Francisco Salles de Oliveira, e o seu inventariante, Eduardo Menezes Filho, enviaram carta a Rodrigo avisando que iriam se reunir com o seu cliente e seu representante legal (uma vez que tal era menor de idade) para chegarem a uma conclusão sobre o assunto.<sup>179</sup>

O próximo documento presente no inventário data de 24 de agosto de 1943 e nos faz supor que houve mesmo esse tempo vago na discussão porque nada mudou em relação à preservação do imóvel nesse intervalo de mais de um ano. O documento é uma carta de Christovam de Almeida (proprietário da Fazenda Velha) a Afonso Arinos de Melo Franco (que era ligado ao SPHAN) falando do interesse da “*Diretoria do Patrimônio Cultural*” em preservar o imóvel de sua propriedade. Disse que não se opunha a qualquer entendimento a respeito, desde que esses não demorassem, pois “*a situação precária daquele imóvel está exigindo sua demolição imediata*” e não queria ser apontado como o “*responsável pela destruição dum imóvel de provável valor histórico, nem de permanecer alheio aos interesses de [sua] terra*”. Provavelmente, o proprietário mandou uma carta a Rodrigo pedindo ao SPHAN que adquirisse a propriedade, pois em 17 de setembro, o diretor do mesmo o respondeu dizendo que o

---

<sup>177</sup> Carta de Rodrigo M. F. de Andrade a Lindolfo Gomes. 27 de março de 1942. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit.

<sup>178</sup> Decreto Lei n. 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

<sup>179</sup> Carta de Francisco Sales de Oliveira, de 14 de maio de 1942 e Eduardo Menezes Filho, de 15 de maio de 1942, ambas enviadas a Rodrigo M. F. de Andrade. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. OP. Cit.

órgão não teria “atribuições para adquirir bens daquela natureza, competindo-lhe apenas a sua preservação por meio do tombamento a que se refere o Decreto-lei n. 25 de 30 de novembro de 1937”. Rodrigo também pediu a Christovam que realizasse no imóvel alguma obra de estabilização para que o casarão não desabasse até que o Serviço tomasse as medidas necessárias de preservação, apesar do imóvel não se encontrar ainda tombado.<sup>180</sup>

Em 22 de novembro o advogado do herdeiro, Francisco de Sales Oliveira, enviou uma carta a Rodrigo dizendo que esse “*prometera reconstituí-lo [a Fazenda Velha] com o maior carinho, por conta do patrimônio, desde que a prefeitura o desapropriasse*”. Esse ato, continuou Francisco, era de agrado do então prefeito de Juiz de Fora, Rafael Cirigliano, mas com o fim de seu mandato, foi necessário procurar o sucessor, José Celso Valadares Pinto que pediu melhores esclarecimentos para destinar uma verba para tal fim.<sup>181</sup> Nesse ponto, encontramos um fato interessante para o possível mal entendido quanto a questão levantada no início dessa discussão. Na carta que Rodrigo enviou a José Celso colocando esse a par do processo, ele discorreu sobre o estado decadente que o imóvel se encontrava e comunicou que, como a prefeitura havia se interessado em adquirir o imóvel, “*essa medida viria facilitar a essa repartição ultimar o seu tombamento, para os fins estabelecidos no citado decreto-lei*”.<sup>182</sup> Ao que tudo indica, Rodrigo quis mostrar que se o imóvel passasse a ser propriedade do poder público, as medidas para seu tombamento se dariam de forma mais rápida e já que a prefeitura havia se interessado em adquirir o imóvel, essa decisão agilizaria o processo. Em nenhum momento falou-se da necessidade de desapropriar o imóvel para seu tombamento. Como dizemos anteriormente, em razão da legislação de patrimônio ser na época muito recente, pode perfeitamente ter gerado alguns erros de interpretação das partes envolvidas na questão. Na referida carta, por exemplo, encontramos uma declaração de Rodrigo que poderia ter sido alvo de uma compreensão equivocada se não considerarmos o contexto das correspondências. Tal declaração dizia que o SPHAN

---

<sup>180</sup> Carta de Rodrigo M. F. de Andrade a Christovam de Almeida. 17 de setembro de 1943. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit. Nessa mesma carta Rodrigo agradeceu a carta de Christovam de 24 de agosto. Tal pedido de Rodrigo ao proprietário baseia-se no art. 19 do decreto-lei número 25, onde se lê: “*O proprietário da coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do SPHAN, a necessidades das mencionadas obras, sob a pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa*”. (Decreto-lei n. 25 de 30 de novembro de 1937, art. 19).

<sup>181</sup> Carta de Francisco Sales de Oliveira a Rodrigo M. F. de Andrade. 22 de setembro de 1943. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit.

<sup>182</sup> Carta de Rodrigo M. F. de Andrade a José Celso Valadares Pinto. 25 de setembro de 1943. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit

tinha interesse de reparar o imóvel, mas não era “*lícito executar as obras ali requeridas senão depois de realizado o referido tombamento*”. E continua: “*Desde que a Prefeitura de Juiz de Fora leve a efeito a sua desapropriação, este Serviço providenciará imediatamente para habilitar-se a inscrevê-lo no competente Livro do Tombo*”.<sup>183</sup> Rodrigo disse que para o SPHAN restaurar o imóvel esse precisaria estar tombado e como esse ato ainda não tinha acontecido, esperava que a desapropriação do imóvel por parte da prefeitura desse maior rapidez ao processo, mas não disse que para a proteção de um bem esse precisava ser desapropriado.

Em resposta a Rodrigo, um ano mais tarde, o então prefeito José Celso, disse, em ofício, que os recursos para a desapropriação da Fazenda Velha haviam sido aprovados, mas tal medida só ocorreria se o SPHAN se compromettesse a restaurar o imóvel, pois a cidade não teria como arcar com tal despesa.<sup>184</sup> A tal ofício, Rodrigo respondeu que, “*uma vez tenha essa prefeitura desapropriado [o] prédio [da] Fazenda Velha, esta repartição assumirá [o] encargo [de] executar [as] obras [de] reparação e estabilização na mesma reclamada*”.<sup>185</sup>

O município também solicitou ao SPHAN a visita de um técnico em 1945 para analisar o imóvel e dar um parecer sobre seu estado físico. Tal visita não tardou a acontecer, mas o resultado não foi muito agradável. Segundo Lindolfo Gomes o técnico constatou que, devido ao estado que se encontrava, pouca coisa poderia se salvar no sobrado, necessitando talvez de uma nova construção em alguns pontos, o que estava fora das verbas disponíveis, verbas essas “*que poderia obter-se com algum tempo mais de espera*”<sup>186</sup>, porém, o sobrado não teria esse tempo. As fotos abaixo mostram um esquema dos locais fotografados na Fazenda (ver foto 6) e as referidas fotos feitas pelo SPHAN. (Ver fotos 7 a 13).<sup>187</sup>

---

<sup>183</sup> Carta de Rodrigo M. F. de Andrade a Francisco Sales de Oliveira. 25 de setembro de 1943. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit

<sup>184</sup> Ofício n. 88, de José Celso Valadares Pinto a Rodrigo M. F. de Andrade 11 de janeiro de 1945. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit

<sup>185</sup> Carta de Rodrigo M. F. de Andrade a José Celso Valadares Pino. 20 de abril de 1945. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit

<sup>186</sup> GOMES, Lindolfo. *Um monumento histórico*. **Diário Mercantil**. 3 de setembro de 1946. In: PASSAGLIA, L. A. P. Op. Cit. p. 179

<sup>187</sup> Todas as imagens foram retiradas de: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit. 3ª pasta.

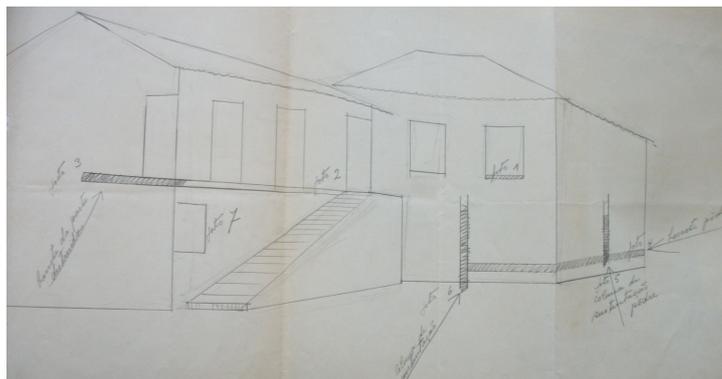


FOTO 6: Esquema da Fazenda Velha indicando os locais fotografados.  
Fonte: *Inventário Fazenda Velha*. IPHAN, op. cit.



FOTO 7: Foto 1 do esquema.  
Fonte: *Inventário Fazenda Velha*. IPHAN, op. cit.



FOTO 8: Foto 2 do esquema.  
Fonte: *Inventário Fazenda Velha*. IPHAN, op. cit.



FOTO 9: Foto 3 do esquema.  
Fonte: *Inventário Fazenda Velha*. IPHAN, op. cit.



FOTO 10: Foto 4 do esquema.  
Fonte: *Inventário Fazenda Velha*. IPHAN, op. cit.



FOTO 11: Foto 5 do esquema.

Fonte: *Inventário Fazenda Velha*. IPHAN, op. cit.



FOTO 12: Foto 6 do esquema.

Fonte: *Inventário Fazenda Velha*. IPHAN, op. cit.



FOTO 13: Foto 7 do esquema.

Fonte: *Inventário Fazenda Velha*. IPHAN, op. cit.

Ao mesmo tempo que essas correspondências estavam sendo trocadas entre os gabinetes (de 1939 a 1945), os jornais continuavam a chamar a atenção para o estado deplorável que a Fazenda se encontrava, mas também destacavam o interesse do SPHAN em preservá-la.

O “*Diário Mercantil*”, em 1º de setembro de 1943, noticiara: “*Vai ser demolida a Casa do Juiz de Fora*”. Na reportagem esclarece que, em visita ao local, os repórteres recolheram de parentes dos proprietários a informação que os mesmos pretendiam demolir o sobrado “*afim de que o terreno seja aproveitado, em coisa mais rendosa*”. O periódico ainda se propôs a “*chamar a atenção dos poderes públicos no sentido de que sejam tomadas providências imediatas*”, se não “*desaparecerá pela gula utilitarista o*

*mais belo, o mais expressivo e o mais notável documento vivo da história local*".<sup>188</sup> Diante de tal denúncia, Lindolfo Gomes publicou em suas "Nótulas" que graças ao prefeito Valadares Pinto, a casa não seria mais demolida, pois a prefeitura se propôs a adquirir o imóvel e doá-lo ao patrimônio nacional para sua preservação. O ato, inclusive, ainda não teria ocorrido em decorrência do imóvel se encontrar em estado de inventário judicial o que teria atrasado o seu tombamento pelo SPHAN. Quanto a atitude do prefeito, Lindolfo disse que "*o povo conterrâneo bate palmas*", pois o chefe do município sabia "*compreender as lídimas aspirações dos juizforenses e cultuar as suas respectivas tradições*".<sup>189</sup>

No entanto, as palavras do professor se fizeram vagas e os apelos de intelectuais e também da imprensa, de nada adiantaram. Antes da possibilidade de se abrir um processo de tombamento pelo então SPHAN, o imóvel fora destruído em 1946 sobre a alegação do proprietário de que iria usar o terreno para uma construção mais rendável, mas o mesmo se manteve desocupado por muito tempo. Quando a Fazenda Velha deixou de existir, o que se percebeu na análise dos jornais foi a indignação daqueles que tentaram protegê-la. Em reportagem do "*Diário da Tarde*", intitulada "*Como se acabam as coisas*", de 10 de maio de 1950 podemos perceber claramente esse fato:

De nada valeram os vinte e muitos artigos de Lindolfo Gomes, numerosos de Albino Esteves, de Brant Horta, Antonio Pereira e muitos outros.

Os proprietários dos monumentos não liam ou não sentiam a palpitação patriótica dos escritores. A Prefeitura Municipal, pelos seus responsáveis, tinha outros assuntos de "mais importância" para tratar. (...).

Para essa espécie de gente, Alexandre Herculano era um tolo quando afirmou que "a falta de amor das coisas da pátria é o indício certo da morte da sociedade e, conseqüentemente, do estado decadente e da última ruína de qualquer povo".

(...) Para a mentalidade dos donos da "Fazenda Velha" e dos homens que passavam pela Prefeitura, sem olhar por ela, outras coisas interessavam mais.<sup>190</sup>

Lindolfo também se manifestou nas páginas do "*Diário Mercantil*":

---

<sup>188</sup> *Vai ser demolida a Casa do Juiz de Fora. Diário Mercantil.* 1 de setembro de 1943. In: PASSAGLIA, L. A. P. Op. Cit. p. 176.

<sup>189</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótulas. Diário Mercantil.* s/d. In: IPHAN. *Inventário Fazenda Velha.* Op. Cit

<sup>190</sup> *Diário da Tarde* de 10 de maio de 1950. In: PASSAGLIA, L. A. P. Op. Cit. p. 181.

Até a pouco existia em Juiz de Fora um monumento histórico que, não obstante, acaba de desaparecer agora, pois foi demolido (...) em virtude de se retardarem as providências da Prefeitura, uma das aspirações mais justas e mais altas do povo da “Atenas de Minas”.<sup>191</sup>

O fato de termos falado aqui da tentativa de preservação da Fazenda Velha ou Fazenda do Juiz de Fora se deu porque entendemos que essa foi a primeira manifestação a favor da preservação do patrimônio de Juiz de Fora. A iniciativa de Lindolfo Gomes e de outros intelectuais mostrou o interesse de um grupo em preservar o passado da cidade, ainda que esse grupo tenha sido muito restrito. Tal mobilização em torno do sobrado não vivenciou passeatas nas ruas ou manifestações das massas, mas ocorreu claramente através de um dos meios de comunicação mais acessíveis na época: os jornais. Foi através das reportagens que se tentou despertar a atenção da população e das autoridades para o estado que o imóvel se encontrava e como ele era importante para a história da cidade. Entre tais reportagens, destacamos a de Bernardo Mascarenhas Filho, que, em uma visita ao sobrado, declarou: *“Isso aqui representa para Juiz de Fora uma tradição. A prefeitura deve adquirir ou desapropriar, não só o velho sobrado, como os terrenos fronteiros ou em redor, transformando-o num monumento da cidade”*.<sup>192</sup> Outra declaração interessante foi a de Augustus Geibel: *“Cada juizforense consciente devia fazer, ao transitar pelos seus arredores [do sobrado], um sinal que significasse reverência, à maneira do que se usa fazer diante dos templos. Ele é a história do passado, assiste ao nosso presente e o futuro aqui deverá encontra-lo”*.<sup>193</sup> No entanto, a coluna “Nótulas”, de Lindolfo Gomes talvez tenha sido a mais significativa manifestação em prol da preservação da fazenda, ganhando inclusive, a atenção de Rodrigo M. F. de Andrade que a citou em uma de suas cartas enviadas ao professor. Na coluna, além de apresentar argumentos e chamar a atenção para o assunto, Lindolfo também publicava cartas que recebia de amigos que o elogiavam sobre sua iniciativa. Um desses amigos foi Albino Esteves que, em sua carta disse que já em 1938, na ocasião das comemorações da criação do município, a 31 de maio, o próprio sugeriu a preservação do imóvel ao prefeito e à Comissão dos Festejos. *“Não vingou o alvitre, mas você, com o brilho de sua pena, retomou o fio da meada e prosseguiu na bela*

---

<sup>191</sup> GOMES, Lindolfo. *Um monumento histórico*. **Diário Mercantil**. 3 de setembro de 1946. In: PASSAGLIA, L. A. P. Op. Cit. p. 177 e 179.

<sup>192</sup> PEREIRA, Antonio Armando. *Conservemos a tradição*. **Diário Mercantil**. 26 de fevereiro de 1942.

<sup>193</sup> GEIBEL, Augustus. *Como uma ‘encantadora paisagem’ fez-se um poderoso centro de progresso*. **Diário Mercantil**. 31 de maio de 1941. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit.

*campanha, como se vê de suas 'Nótulas', até conseguir a atenção do ilustre diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional". E continuou: "Não pode ser mais feliz a proposição de que o Patrimônio dê ao velho prédio destino mais nobre: a instalação, ali, de uma escola pública denominada 'Barão de Juiz de Fora'.*<sup>194</sup> Lindolfo concordava com o amigo sobre a instalação da escola e do seu nome, homenageando o Barão de Juiz de Fora, mas ressaltava que *"a iniciativa não me pertence nem individualmente a outrem, mas à população conterrânea"*<sup>195</sup>.

Não encontramos nas reportagens pesquisadas indício de participação significativa da sociedade local para a preservação do casarão, o que nos levou a pensar que o assunto "preservação do *patrimônio*", nessa época, era mais restrito ao meio intelectual. No entanto, notamos que em algumas reportagens, muitas dessas inclusive com um tom de apelo, foi citado um grande contentamento da população com a possibilidade de tombamento a nível nacional da fazenda. O "*Diário Mercantil*" de 1 de setembro de 1943 noticiava que a divulgação do interesse do SPHAN em preservar o imóvel "*causou viva satisfação ao povo desta cidade*".<sup>196</sup> Nesse caso não podemos perder de vista o fato de que o "povo" nessas reportagens ficaram restritos nas notícias, pois não houve registro de manifestações desse nas ruas. Mesmo assim, a preservação e restauração de tal imóvel, estava sendo negociada não para virar algo para essa elite letrada que tanto escrevia para a sua não demolição, mas para atender a população com a criação de mais uma escola na cidade.

### **3. 2 - STELLA MATUTINA: "um edifício que honra o progresso local".**<sup>197</sup>

Juiz de Fora sempre teve um papel de destaque em Minas Gerais desde o início de seu desenvolvimento em meados do século XIX, estando ligada, primeiramente a produção de café e depois a industrialização. Após 1890, segundo Sonia Miranda, difundiu-se na cidade um projeto modernizante endossado pelas burguesias industrial e mercantil e pela oligarquia agrária, que instituiu definitivamente um mercado imobiliário ativo "*que acabaria definindo, nas décadas posteriores, a lógica da*

---

<sup>194</sup> Carta de Albino Esteves à Lindolfo Gomes. In. GOMES, Lindolfo. *Nótulas. Diário Mercantil*. 25 de outubro de 1940.

<sup>195</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>196</sup> *Diário Mercantil*. 1 de setembro de 1943. Op, cit. p. 175.

<sup>197</sup> *Diário mercantil*. 19 de setembro de 1917.

*expansão e de estabelecimentos de funções e usos para as diversas áreas da cidade*”.<sup>198</sup> Dentro desse contexto, a história da Avenida Rio Branco nos ajuda a entender as modificações que a cidade ia sofrendo. Resumidamente, em 1836 o governo da província de Minas Gerais incumbiu o engenheiro alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld de construir uma estrada que ligasse Vila Rica à Paraibuna (no Rio de Janeiro) para, provavelmente, retificar o Caminho Novo, já antigo. Ao projetar a nova estrada, Halfeld modificou um pouco o roteiro inicial e a fez passar um pouco distante dos “pontos de paradas” das fazendas (a Fazenda do Juiz de Fora ficava nessa região) as margens do Caminho Novo. Como a vida em torno dessas fazendas dependiam dos viajantes, com a construção do novo caminho, chamado Estrada do Paraibuna, foi surgindo naquela região alguns núcleos de povoamento.<sup>199</sup> Com o desenvolvimento do café na região e com o povoado se tornando vila (Vila de Santo Antônio do Paraibuna, em 1850) e depois cidade (cidade do Paraibuna em 1856 e depois Juiz de Fora em 1865), diversas famílias saíram das grandes fazendas produtoras de café para irem morar na cidade. E o local que essa burguesia agrária, e posteriormente, a industrial, escolheram para construir seus casarões foi justamente a Estrada do Paraibuna, atual Avenida Rio Branco, que passou a ter os requintes da capital da República, uma vez que essa elite quis ter no seu dia a dia na cidade mineira o mesmo conforto que o Rio de Janeiro oferecia.

A referida Avenida Rio Branco, símbolo elitista de Juiz de Fora no século XIX, foi aos poucos perdendo suas características arquitetônicas em nome da especulação imobiliária somada a decadência econômica da cidade com o fim de sua importância industrial principalmente a partir da terceira década do século XX. (Ver fotos 14 e 15). Dormevilly Nóbrega, importante historiador da cidade, disse em reportagem ao “*Diário Mercantil*”, já no final da década de 1970, que em nome do progresso, prédios de valor histórico e arquitetônico foram demolidos para darem lugar a edifícios de concreto armado para o lucro imobiliário. Em suas palavras: “*A cidade está sendo descaracterizada. Daqui a pouco são capazes de tirar a imagem do Cristo Redentor no Morro do Imperador para construir um hotel lá em cima*”. E completou: “*Se vamos derrubando tudo indiscriminadamente, o passado ficará pura e simplesmente histórico*”

---

<sup>198</sup> MIRANDA, Sonia Regina. **Cidade, capital e poder**: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira. 1990. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense. p. 277 e 278.

<sup>199</sup> RAINHO, Luiz Flávio. Urbanização e industrialização de Juiz de Fora: pontos preliminares para a elaboração de um projeto. In: CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira (org.). **Juiz de Fora**: história e pesquisa. Juiz de Fora: UFJF, 1990. p. 79.

(...). *Está havendo um empobrecimento histórico do município*”.<sup>200</sup> A perda desses casarões foram acontecendo sem qualquer tentativa de impedimento, até que um prédio em especial foi ameaçado de demolição e fez as pessoas perceberem que a história da sua cidade estava desaparecendo: a antiga sede do colégio Stella Matutina.

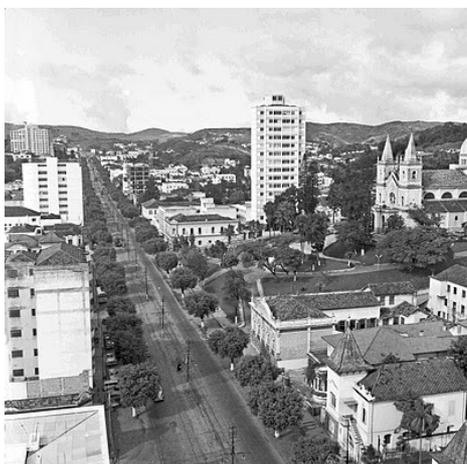


FOTO 14: Av. Rio Branco na década de 1960.  
Fonte: <<http://mariadoresguardo.blogspot.com.br>>



FOTO 15: Av. Rio Branco anos 2000.  
Fonte: <<http://www.jfempauta.co.br>>

### **A história do colégio Stella Matutina**

O colégio foi fundado pela Congregação das Missionárias Servas do Espírito Santo em 1902 quando essas vieram para Juiz de Fora com o intuito de criar uma instituição de educação. Irmã Aglaé, diretora do colégio entre 1969 a 1980, em um depoimento concedido em 1985 que se encontra anexado ao processo de tombamento da antiga Capela do Colégio Stella Matutina, relatou que a Congregação foi fundada pelo Padre Arnold Janssen, um alemão que se mudou para Steyl, na Holanda, onde fundaria a ordem de forma humilde, contando com apenas cinco membros. Daquela formou-se os primeiros Padres do Verbo Divino e mais tarde, quando as mulheres entraram na ordem, surgiram as primeiras Servas do Espírito Santo. Ao virem para o Brasil, Juiz de Fora foi um de seus destinos por indicação e convite dos Padres do Verbo Divino que estavam na cidade desde 1901, quando assumiram a Academia de Comércio.<sup>201</sup> Como só

---

<sup>200</sup> AMARAL, João Carlos. *Os casarões aos poucos vão caindo e a cidade vai perdendo a sua memória histórica. Diário Mercantil*. 12 e 13 de fevereiro de 1978.

<sup>201</sup> A Sociedade Anônima Academia de Comércio foi inaugurada em 1891 por Francisco Baptista de Oliveira e seus sócios para “*formar negociantes, banqueiros, diretores e empregados de estabelecimentos industriais e do comércio*”. A ideia surgiu no intuito de preparar profissionais qualificados para atender a demanda da cidade na época, ou seja, uma cidade em pleno desenvolvimento industrial e cultural. No entanto, a ideia se tornou muito onerosa com o tempo e, dessa forma, sem ajuda financeira do Estado, a baixa procura por parte dos alunos e a morte de Bernardo Mascarenhas (um dos sócios), decidiu-se fechar

falavam alemão, as Servas ficaram alguns meses com integrantes da mesma ordem instaladas em Petrópolis para aprenderem o português e depois sim, seguirem viagem até a cidade mineira. A primeira sede do colégio, fundado em 1902, foi em uma casa próxima a Santa Casa de Misericórdia e possuía um ensino mais doméstico que preparava as moças para o casamento, ensinando bordado, costura, línguas, música, pintura, etc. O dia do exame das alunas era especial: contava com a presença de todas as pessoas importantes da sociedade, as salas eram enfeitadas com bandeirinhas e as alunas vestiam suas melhores roupas. Cabe aqui lembrar, que desde essa época, o ensino oferecido pelo colégio Stella Matutina era mais elitista. Suas alunas pertenciam a famílias tradicionais e ricas da região (o ensino era particular) e por isso era importante para essas moças receberem a educação que o colégio oferecia. Como provavelmente se casariam com pessoas da mesma classe e importância social, deveriam saber como ser uma boa dona de casa e uma boa esposa.

Com os anos o colégio foi florescendo e fundou-se a primeira escola primária completa em Juiz de Fora. Como o número de alunas aumentava a cada ano, o colégio mudou sua sede, passando a funcionar em uma casa de apenas um andar também na Avenida Rio Branco. Essa casa foi demolida para logo em seguida se construir um imóvel maior. O novo prédio foi encomendado, a desejo das freiras, ao arquiteto francês Reverendo Arthur Hoyer, do Verbo Divino e era uma réplica exata da Casa Central da Ordem, originária da Alemanha e com sede na Holanda. Esse desejo nos fez pensar que as irmãs queriam talvez expressar um pouco a memória coletiva que trouxeram consigo do país de origem, ou seja, quiseram dar ao seu novo local de morada uma atmosfera parecida com a antiga.<sup>202</sup> Os detalhes arquitetônicos eram muito requintados, possuindo portais em madeira trabalhada. A primeira parte construída foi a da frente e depois vieram as alas e por fim a capela, que foi muito útil enquanto manteve-se o internato. No momento da inauguração, o colégio contava com 170 alunas matriculadas, sob a direção da Irmã Walburgis Schmidt e tendo como corpo de professores Sr.

---

a Academia e entrega-la a uma ordem religiosa. Essa foi cedida então a Congregação do Verbo Divino, que, ao assumi-la em 8 de abril de 1901, acrescentou-lhe o nome de Colégio Cristo Redentor. Fontes: CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. A “**Europa dos Pobres**”: o intelectual e o projeto educacional dominante em Juiz de Fora na *Belle-Époque* mineira. 1987. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense. p.112 a 129; e <<http://www.academia.com.br/node/14348>>. Acesso em: 10 de novembro de 2011.

<sup>202</sup> BORGES, Célia Maia. A memória e o espaço sagrado: os colonos e a apropriação simbólica dos lugares. In: **Locus**. Juiz de Fora: UFJF. V. 16, n. 2, 2011. p. 120. A autora trabalha com essa ideia ao falar dos colonos ao chegarem ao novo mundo, mas acreditamos que isso também se fez presente na adaptação das freiras em Juiz de Fora.

Pharmaceutico Paletta, Irmã Willibrorda, Irmã Suitberta, Irmã Ferreira, Irmã Adalberta, Irmã Ladislá e Irmã Emanuela.<sup>203</sup>

O novo colégio, inaugurado em 8 de setembro de 1917, recebeu destaque na imprensa local. A matéria do “*Diário Mercantil*” intitulada “*Colégio Stella Matutina: um edifício que honra o progresso local*”, publicada em 19 de setembro de 1917, destacou que Juiz de Fora deveria se “*orgulhar do novo e suntuoso prédio que possui, de puro estilo gótico*”. Ainda segundo a reportagem, as Irmãs “*dotaram Juiz de Fora de um melhoramento sobre todos os pontos de vista, modelar e digno de merecidos louvores, os quais se estendem ao exímio arquiteto que planejou e dirigiu todos os trabalhos da construção*”. Foi destacado também as características físicas do prédio de três andares, cada um com cinco metros de altura. As comunicações entre as dependências de cada andar era “*feita por corredores ladrilhados sobre cimento armado e iluminado por doze janelas em ogivas*”, característica do gótico, segundo o jornal. Todos os andares possuíam instalações sanitárias e a capela, pequena, seria substituída por outra maior, com lugar para mil pessoas.<sup>204</sup> No térreo do prédio ficava a cozinha, juntamente com dispensa, refeitório, lavanderia, engomadeira, rouparia, duas salas auxiliares e sala de recreio. No 2º andar, com comunicação com a Avenida Rio Branco, ficavam as 11 salas de aula, os laboratórios de química e física, um pequeno museu e a comunicação com a capela. Já no terceiro andar, ficavam os dormitórios.<sup>205</sup>

A nova capela, como foi destacado acima e da qual falaremos melhor mais adiante, foi construída em 1926 e, como o colégio, foi feita em estilo gótico com torre de 35 metros de altura. No seu subsolo, havia um salão onde eram realizadas as festas do colégio.<sup>206</sup> (Ver foto 16).

---

<sup>203</sup> ESTEVES, A. Op. Cit. p. 263.

<sup>204</sup> Reportagem anexada ao Processo de Tombamento da Capela do Stella Matutina. In: **Processo de tombamento Capela do Stella Matutina n. 500/86**. 1986. Juiz de Fora: PJF/DICOM.

<sup>205</sup> Pesquisa realizada por Nilo de Araújo Campos e Hilda Rezende Paula para relatório de tombamento da Capela. 17 de fevereiro de 1986. In: **Processo de tombamento Capela Stella Matutina**. Op. Cit.

<sup>206</sup> Pesquisa realizada por Nilo de Araújo Campos e Hilda Rezende Paula para relatório de tombamento da Capela. 17 de fevereiro de 1986. In: **Processo de tombamento Capela Stella Matutina**. Op. Cit.



FOTO 16: Antigo colégio Stella Matutina e a capela ao lado.  
Fonte: *Diário da Tarde*. 24 de julho de 1975. Capa.

Na transferência do colégio do Alto dos Passos para a nova sede, foi feito também, em anexo, uma escola de farmácia e odontologia para mulheres. Essa, no entanto não foi bem sucedida por causa da criação de uma escola compatível, na mesma época, para alunos de ambos os sexos e para a qual as alunas foram transferidas antes mesmo do início das aulas.<sup>207</sup>

### **A desapropriação e a venda do colégio e da capela**

Com a canalização do córrego Independência na segunda administração do prefeito Adhemar Rezende de Andrade (1963-1966), em continuidade as obras de construção da Avenida Independência (atual Avenida Itamar Franco), o prédio do Stella Matutina foi o primeiro a ser desapropriado, uma vez que possuía a maior quantidade de terras naquela área. Precisando de reformas urgentes, principalmente na parte elétrica, e sem meios de conseguir se adaptar as novas regras de infraestrutura exigidas pelo Ministério da Educação, como praça de esportes e laboratórios, as freiras decidiram encerrar as atividades no prédio e construir uma nova sede em parte do terreno que havia sobrado da desapropriação na Avenida Independência. Segundo Irmã Aglaé, a

---

<sup>207</sup> OLIVEIRA, Paulino. Lembranças do Stella. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora: 30 de março de 1982. p. 2. Gostaríamos de fazer um pequeno comentário em relação a esse dado apresentado por Paulino de Oliveira. Em nossas pesquisas, não encontramos nenhum registro de criação de uma Escola de Farmácia e Odontologia na época que o Stella Matutina foi transferido para a nova sede (1917). De acordo com Maraliz de Castro Vieira Christo, em sua dissertação de mestrado, a primeira Escola de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora foi criada em 1904 e fazia parte do Colégio Metodista Granbery. Em 1913, ainda segundo Maraliz, em descontentamento com a diminuição de salários e demissão de alguns professores, parte do corpo docente da referida escola, se desvinculou do Granbery e fundaram a Escola de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora, que daria origem as Faculdades de Farmácia e Odontologia da UFJF. (CHRISTO, M. C. V. Op. Cit. p. 58 e 94). Nesses termos, acreditamos que as alunas que fariam parte da Escola de Farmácia e Odontologia do Stella foram transferidas para a Escola de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora, porém essa foi criada alguns anos antes da transferência do Stella para a nova sede.

mudança para esse novo prédio, onde funciona ainda hoje o colégio, foi feita gradativamente e a antiga sede ficou fechada por mais ou menos dois anos até ser vendida.<sup>208</sup> Tal venda ocorreu em 1972 a um empresário de rede de calçados que possuía apenas interesses especulativos no imóvel e que o demoliu em 1978. A Capela, ao lado do colégio, da qual falaremos depois, também foi vendida mas não para o mesmo comprador do colégio e nem na mesma data. Quem a adquiriu foi o vidraceiro Sidivan Ribeiro da Silva em 1976.

### **As tentativas de preservação do antigo colégio**

A ameaça de demolição do colégio Stella Matutina gerou um “*trauma coletivo*” na cidade e um “*despertar da consciência da sociedade juiz-forana para a proteção do patrimônio*” de Juiz de Fora, segundo Luiz Alberto do Prado Passaglia.<sup>209</sup> Esse “*despertar*” atingiu primeiramente os intelectuais e jornalistas que passaram a lutar para a preservação do prédio, luta reforçada também pelas ex-alunas que reconheciam no colégio parte de sua história. Aqui podemos fazer um paralelo ao conceito de memória coletiva e individual que trabalhamos no primeiro capítulo. Percebemos que a partir do momento que estamos inseridos em algum grupo social, os fatos que acontecem conosco e fazem parte de nossas recordações particulares passam a possuir uma dimensão coletiva. No caso do Stella Matutina em Juiz de Fora, várias ex-alunas que possuíam recordações particulares do prédio, quando perceberam o perigo de perderem parte de suas memórias com a ameaça de demolição desse, tentaram demonstrar a importância do prédio não só para a sua história como também para a história da cidade.

No entanto, no ano em que o Stella foi demolido (1978), Juiz de Fora ainda não possuía nenhuma legislação de defesa a seu patrimônio (a primeira é de 1982), fato esse que acabou dificultando as lutas para a preservação do imóvel. Lembramos aqui que no início da década de 1970 a questão da descentralização da preservação já vinha acontecendo dentro do IPHAN, com os Compromissos de Brasília e Salvador, mas como a cidade não possuía ainda um órgão de preservação, as únicas alternativas seriam o tombamento pelo IEPHA – MG (fundado em 1971) ou pelo IPHAN. Não achamos, na documentação pesquisada, nenhuma citação que esses dois órgãos tenham sido solicitados para avaliar o bem em questão, mas o fato é que se foram procurados não se interessaram em preservar o antigo Stella Matutina.

---

<sup>208</sup> Entrevista Irmã Aglaé. **Processo de tombamento da Capela do Stella Matutina**. Op. Cit.

<sup>209</sup> PASSAGLIA, L. A. P. Op. Cit.

Apesar dessa dificuldade para se salvaguardar o imóvel, a questão da preservação do Stella foi muito debatida através da imprensa. Foram várias as reportagens defendendo a preservação do prédio, assim como aquelas que questionavam a validade da importância de mantê-lo. Um exemplo muito interessante de reportagem que defendia a preservação do colégio foi a publicada pelo jornal “*Correio da Mata*” de 17 de julho de 1977. Segundo essa: “*Respeitem o Patrimônio Histórico, por amor a Juiz de Fora, aonde muita gente chega pobre e faz fortuna, a ponto de pagar para destruir um marco de tradição, onde muitas mães de nossa cidade completaram sua formação moral e cristã*”.<sup>210</sup>

Para demonstrar como as opiniões acerca do Stella Matutina eram divergentes, Daniel Roberto dos Reis Silva destacou um debate entre dois importantes historiadores locais: Almir de Oliveira e Paulino de Oliveira. O primeiro não via no prédio nenhum valor arquitetônico relevante para a preservação, o considerando uma imitação do estilo gótico construído fora do seu tempo e espaço, além de usar outros materiais na sua construção. No entanto, defendia a existência de um valor histórico, pois havia sido um marco na educação de Juiz de Fora. Em reportagem ao “*Diário Mercantil*”, Almir destacou o seguinte: “*O prédio é um dos marcos da história da educação de Juiz de Fora, como o Granbery, o da Academia de Comércio, o do Santa Catarina. Penso que todos devem ser preservados como documentos de nossa história educacional.*”<sup>211</sup> Já para Paulino de Oliveira, a autenticidade histórica de um bem deveria ser ligada a um passado longínquo. Assim, como o prédio do Stella Matutina não era muito antigo, também não era histórico.<sup>212</sup> Ao ser entrevistado pelo “*Diário Mercantil*”, o historiador relatou que uma ex-aluna do Stella Matutina havia lhe telefonado para lhe pedir que defendesse a preservação do prédio na imprensa. Paulino então disse que não era a favor nem contra a demolição, mas lamentaria se essa ocorresse pelo prédio ser

---

<sup>210</sup> *O Stella Matutina vai abaixo. Correio da Mata.* Juiz de Fora. 19 de julho de 1977. Retirado de FERNANDES, F. P. A.; PASQUINI, T. S. Op. cit. p. 7.

<sup>211</sup> *Diário Mercantil.* 26 de janeiro de 1978. Citado por Passaglia, L. A. P. Op. Cit. p. 19. Gostaríamos apenas de fazer uma observação nesse ponto: como foi deixado claro, o professor não se opunha ao tombamento do Stella, mas o considerava digno de tal ato apenas pelo valor que tinha para a história da educação da cidade e não pela sua arquitetura. Porém, em artigo escrito para o mesmo jornal, de 5 de abril de 1977, se referindo à preservação dos Grupos Centrais, ao lamentar a demolição da Fazenda Velha, a casa do Barão de Bertiooga, a casa onde morou Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, entre outros imóveis, disse o seguinte: “*Alegam que esses edifícios são feios e não tem valor arquitetônico. Não se trata disso. Acima de tudo, são documentos de épocas históricas de nossa cidade. Falam de nosso passado. Merecem respeito.*”

<sup>212</sup> SILVA, Daniel Roberto dos Reis. *De Cine-Teatro à Alma da Cidade: Cine Teatro Central e a construção de discursos da categoria patrimônio na cidade de Juiz de Fora.* 2007. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPG em Sociologia e Antropologia. p. 32-33.

“incontestavelmente bonito. Porém, não tem valor histórico nenhum, o que poderia ter é um valor arquitetônico”. Disse ainda que se o prefeito interferisse na demolição, a prefeitura teria que comprar o prédio, uma vez que essa “*não pode fazer o tombamento de nenhum prédio. Pode é desapropriar para efeito de utilidade pública*”.<sup>213</sup> No entanto, essa desapropriação não seria um bom negócio para a prefeitura nem se ela instalasse no prédio alguma repartição pública, pois não possuía verba para isso.<sup>214</sup>

Outro destacado historiador da cidade, Dormevily Nóbrega, também compartilhou da opinião do prédio não possuir valor digno para uma campanha de preservação. Em seus dizeres, “*o possível patrimônio que seria o Stella frente a outras construções da cidade como a Casa dos Ingleses, a Praça da Estação, o largo do Cruzeiro e a Estação Mariano Procópio é realmente nulo*”. No entanto, na opinião do historiador, o novo proprietário, ao construir um novo edifício no local, deveria manter a Capela em destaque.<sup>215</sup> O engenheiro Arthur Arcuri também não via nenhuma razão para impedir a demolição do Stella, uma vez que acreditava que o ideal seria ocorrer uma avaliação arquitetônica da Avenida Rio Branco para elaborar um plano de preservação da cidade, o que ainda não existia.<sup>216</sup>

Para Irmã Aglaé, no mesmo depoimento já citado, a antiga construção foi muito importante para a época que foi construída, pois se não tivesse existido muitas pessoas não teriam estudado. No entanto, segundo ela, a edificação não possuía qualquer relevância para o futuro. Lembrou que quando o prédio ainda existia, as professoras levavam as crianças da nova escola para visitarem o local e muitas acreditavam que o prédio era mal assombrado, e isso porque era muito grande e com muitas escadas. A nova sede, projetada por Arthur Arcuri e Nísio Arcuri, (localizada na atual Avenida Itamar Franco (antiga av. Independência) foi pensada como uma construção plana, pois seria perigoso e inviável cerca de 400 alunos subirem e descerem várias escadas. A importância cultural do colégio, finalizou Irmã Aglaé, não estava presente no prédio e sim na instituição de educação presente naquele espaço. Esse significado, segundo ela, foi transferido para a nova sede e ainda existia. Dessa forma, o prédio antigo teria perdido esse valor quando deixou de abrigar o colégio e como também não tinha valor arquitetônico, não havia motivo para esse ser preservado, na opinião da Irmã.<sup>217</sup>

---

<sup>213</sup> AMARAL, J. C. Op. Cit.

<sup>214</sup> OLIVEIRA, Paulino. *A demolição do Stella Matutina*. **Diário Mercantil**. 27 de janeiro de 1978.

<sup>215</sup> *Historiadores desconhecem valor do prédio do Stella*. **Diário Mercantil**. 2 de fevereiro de 1978.

<sup>216</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>217</sup> Entrevista Irmã Aglaé. In: **Processo de tombamento da Capela do Stella Matutina**. Op. Cit.

As preocupações com o futuro da antiga sede do colégio, entretanto, ultrapassaram o meio intelectual da cidade. Os jornais receberam várias cartas de pessoas fora desse grupo, que opinavam sobre o assunto. Uma dessas, publicada pelo “*Diário Mercantil*”, em 3 de março de 1978, foi a de Gabriela Eucharis Monteiro Barros Macedo, que havia estudado no colégio em 1907 e que enviava, através do jornal, “*um apelo ao prefeito Mello Reis para que evite, de qualquer forma, a demolição do antigo prédio do colégio*”, pois ela considerava o imóvel “*um patrimônio da cidade*”, sugerindo, inclusive “*que a própria prefeitura o utilize para a instalação de seu ‘centro administrativo’*”.<sup>218</sup>

O olhar dos proprietários para com a questão também foi publicado pela imprensa. Em reportagem ao “*Diário Mercantil*”, o empresário Fernando Delmonte, um dos compradores do colégio, ressaltou que quem era a favor da preservação do prédio estava “*movido de sentimentalismo*”, pois o mesmo estava em um estado muito ruim de conservação, sendo que ele ainda tentou negociá-lo com a prefeitura, com o colégio Machado Sobrinho, com a Prontil e com as Casas Bahia, mas ninguém o quis<sup>219</sup>. Ao “*Jornal do Brasil*”, afirmou ainda que ao adquirir o imóvel, “*sabia que ele não possuía valor histórico nenhum*”, lembrando ainda que na época “*a cidade assistiu a várias campanhas para que [ele] preservasse o prédio. Mencionaram até uma lei que não existia: todo prédio com mais de 50 anos não pode ser demolido*”.<sup>220</sup>

Todos os apelos porém, não foram suficientes para o antigo colégio continuar ensinando a Juiz de Fora um pouco de sua história. Em depoimento a Nilo Lima de Azevedo, a artista Nívea Bracher lembrou que na ocasião da demolição, havia visto

um rapaz que parecia triste, cheguei perto dele e perguntei: “Mas esse Stella era importante para você?” O rapaz respondeu: “Era. Isso aqui é importante porque eu costumava passar por aqui todos os dias entregando marmita e eu parava para olhar essa construção bonita”. Isso é que era importante. (...). Mas como a gente poderia colocar isso na época? “Olha, o Stella é importante porque o camarada que passava aqui com as marmitas...” Não dava.<sup>221</sup>

---

<sup>218</sup> *Diário Mercantil*. 3 de março de 1978.

<sup>219</sup> *Diário Mercantil*. 4 de maio de 1978.

<sup>220</sup> TAUCCI, Pedro Paulo. *Mineiro de Juiz de Fora fica rico depois de comprar igreja*. *Jornal do Brasil*. 4 de maio de 1981.

<sup>221</sup> AZEVEDO, Nilo Lima. **Democracia e patrimônio cultural**: as práticas da gestão participativa em Juiz de Fora. 2007. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF/Mestrado em Ciências Sociais. p. 127.

Em depoimento concedido para essa dissertação, o artista plástico Ramon Brandão relatou que a demolição do Stella pegou todo mundo de surpresa e gerou indignação por ter sido um prédio muito referencial para a cidade. “*Talvez tenha sido o primeiro grande edifício, a primeira grande edificação que tinha uma importância afetiva e histórica. Então isso foi como se desse uma acordada nas pessoas*”.<sup>222</sup> Apesar da perda para a cidade, a demolição do Stella acabou não sendo em vão. Os desdobramentos dessa, como foi visto no capítulo 2, renderam a criação da FUNALFA, em 1978, a realização do Pré-inventário Arquitetônico de Juiz de Fora, em 1980, a criação da Lei n. 6108 de 1982, que regulamentava o tombamento a nível municipal, além de gerar na cidade as discussões sobre a preservação e o patrimônio principalmente com a 1ª Semana de História e a exposição “*Juiz de Fora – Ontem: aspectos físico, humano e social*”, realizados em 1979 e 1980, respectivamente.

Nesse momento, seria interessante percebermos que o Stella Matutina podia ser percebido como um “lugar de memória” de Juiz de Fora. Isso por causa de três pontos principais. Primeiro: como foi destacado por Pierre Nora, o ponto de partida da memória de uma sociedade seria os lugares onde essa passou a ter lembranças em comum, lembranças essas que os fariam se reconhecerem como um todo e o Stella gerou essa lembrança nas pessoas. Toda a exuberância arquitetônica que possuía, marcou a paisagem de Juiz de Fora e marcou também a memória de seus habitantes. Praticamente todas as moças de famílias com condição financeira estudaram no Stella e isso fez não só elas terem lembranças do prédio mas também todo seu grupo familiar que iam ao colégio nas apresentações e formaturas das alunas. Segundo: voltando ao pensamento de Gaston Bachelard, usado por Daniel Pinheiro e Maria Nascimento, para um espaço qualquer se transformar em “lugar” (nesse sentido usado por Nora), precisaria ter um sentimento de pertencimento e o que notamos foi que o antigo colégio gerou isso nas pessoas que lutaram para a sua preservação, mas gerou também a percepção do seu valor nos outros indivíduos que não participaram. Sua história não só fazia parte da cidade, mas também pertencia a essa e a seus habitantes. E o terceiro ponto seria o fato do Stella se encaixar no contexto de “lugar de memória” exposto por Nora, ou seja, como algo negativo, algo que a partir da ameaça a sua existência se sacralizaria, onde a memória se tornaria “*esfacelada*”, seria um resto de memória, pois a sua memória não existe mais.

---

<sup>222</sup> Depoimento de Ramon Brandão concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 28 de abril de 2012.

No lugar exato onde o colégio ficava foi construído um edifício comercial que, ironicamente, lembra o nome do colégio: *Edifício Stella Central*, (Av. Rio Branco, n. 2679, centro) mas com exceção do nome, não possui nada que pudesse referenciar a instituição. Na sede do novo colégio também há uma pintura referenciando o antigo colégio, feito por alunos do Stella e que possui a seguinte inscrição: “*Pintura coletiva elaborada pelos alunos das 8<sup>as</sup> séries de 1999, sob a orientação da professora Cláudia*” (Ver foto17). Salvo essas duas referências, as lembranças da antiga sede do colégio só existem nas fotos e nas memórias de quem teve o prazer de conhecê-lo.



FOTO 17: Gravura existente na nova sede do Colégio Stella Matutina.  
Fonte: <<http://www.stellamatutina.com.br>>. Acesso em 13/08/12.

### **3.3 - PALÁCIO EPISCOPAL: “*um resquício de civilidade numa cidade brutalizada*”.**<sup>223</sup>

Conhecido também como “Casa do Bispo”, o Palácio Episcopal ganhou essa denominação após ser doado a Mitra Arquidiocesana de Juiz de Fora para ser usado como sede da mesma na cidade. No entanto, antes de ocupar essa função, o imóvel serviu como residência de três famílias da região, todas elas com destaque na vida econômica, cultural e social de Juiz de Fora, tornando-se assim, um dos mais importantes solares da cidade.

O imóvel foi construído em meados da década de 1880 pelo engenheiro Quintiliano Nery Ribeiro<sup>224</sup>, para ser a residência de seus pais, Domingos Nery Ribeiro,

---

<sup>223</sup> Rachel Jardim.

importante cafeicultor de Porto das Flores e depois vereador em Juiz de Fora e Guilhermina Nery Ribeiro. A construção inovou pelo requinte que apresentava para a época e fazia parte do conjunto de imóveis pensados nesses padrões para abrigar toda uma classe de cafeicultores e industriais acostumados a hábitos refinados e ao convívio urbano no Rio de Janeiro. (Ver foto 18). Como já foi destacado antes, a partir do momento do desenvolvimento da cidade através do investimento da economia cafeeira e da industrialização, trouxe consigo uma população abastada que introduziu aqui a atmosfera da então capital do Brasil, Rio de Janeiro. Parte dessa atmosfera foi adquirida pelas construções apalacetadas que passaram a ostentar toda a atual Avenida Rio Branco. Segundo Marcos Olender, essas novas e imponentes construções passaram a dar a Juiz de Fora uma atmosfera luxuosa que a faria ser conhecida como “*Princesa de Minas*’, *‘Rio de Janeiro em ponto pequeno’* e, mesmo, *‘Europa dos Pobres’*”.<sup>225</sup>

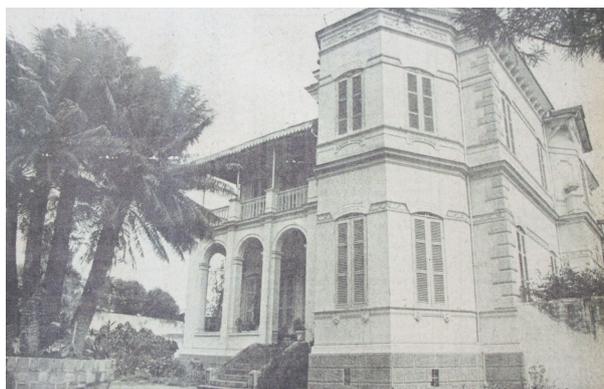


FOTO 18. Vista do Palácio Episcopal.  
Fonte: *Diário Mercantil*. 9 de maio de 1982.

No ano de 1888 o médico e político Dr. João Nogueira Penido Filho, juntamente com sua esposa, Maria Carolina de Assis Penido e sua sogra, Carolina de Assis Isabel Campos, adquiriram o imóvel para ser a residência da família após Dona Carolina arrendar sua propriedade (a Fazenda da Floresta), em decorrência da crise cafeeira gerada pela abolição. Penido Filho foi um nome de grande destaque na cidade e região, sendo um dos fundadores da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora em 1889. De acordo com pesquisa feita por Dormevilly Nóbrega, o médico sempre se preocupou com a questão do saneamento e, como deputado federal, apoiou Oswaldo

---

<sup>224</sup> Quintiliano Nery Ribeiro se destacou também por ter feito a planta da residência de Eugênio Siqueira Leite, onde hoje funciona o Colégio Santos Anjos, planta essa premiada no exterior, e também por ter projetado a matriz de São José, em São José das Três Ilhas.

<sup>225</sup> OLENDER, Marcos. **Ornamento, ponto e nó**: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri. Juiz de Fora: FUNALFA/Editora UFJF, 2011. p. 53.

Cruz, junto à presidência da república, no combate a Febre Amarela. Além disso, ajudou nas negociações com o Ministério da Fazenda para a construção de uma represa na região, que levaria depois o seu nome: represa de João Penido. O médico foi conhecido também por sua generosidade com as pessoas mais pobres, tanto que sua casa era conhecida como “o *castelo da bondade*” pelos mais humildes.<sup>226</sup> Maria Elisa Barone, ex- professora e participante dos movimentos de preservação na cidade, lembrou ainda que o imóvel era interessante porque ele fugia do padrão das fachadas dos casarões daquela época. Era uma área muito grande e chegava até onde hoje é o colégio Jesuítas. Com a construção da Avenida Independência (atual Avenida Itamar Franco), desapropriou-se um grande pedaço da propriedade, mas, as grandes dimensões do terreno continuou chamando a atenção. O grande jardim que existia a sua frente (ver foto 19), era muito característico da residência e o médico o franqueava para que as crianças da região pudessem brincar ali sem nenhum perigo.<sup>227</sup>

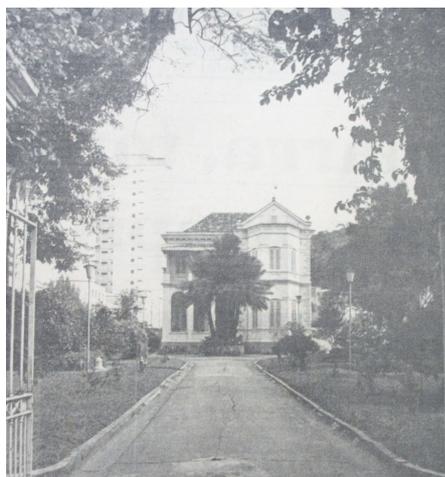


FOTO 19: Vista do jardim em frente ao Palácio Episcopal.  
Fonte: *Diário da Tarde*. 10 de maio de 1984.

Como político, João Penido fez também vários amigos, sendo que alguns deles possuíam um destaque nacional importante. Entre eles estavam Assis Chateaubriand , que o chamava de “*o Duque de Juiz de Fora*”; Osvaldo Aranha (influyente político na época do Estado Novo); Flores da Cunha (ex-governador e senador do Rio Grande do Sul e um dos comandantes que lutaram contra a Revolução de 1930); Batista Luzardo (ex-deputado federal gaúcho que apoiou Getúlio Vargas na época da Aliança Liberal, mas depois se opôs ao seu governo ditatorial), Adolfo Bergamine (político e interventor

---

<sup>226</sup> NOBREGA, Dormevilly. Pesquisa sobre João Nogueira Penido Filho. In: **Processo de Tombamento Palácio Episcopal n. 03647/1982**. 1982. Juiz de Fora: PJF/DICOM.

<sup>227</sup> Depoimento de Maria Elisa Barone concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 2 de maio de 2012.

federal no Distrito Federal entre 1930-31) e o próprio Getúlio Vargas, ex-presidente e que havia se tornado seu amigo. Todos esses nomes foram citados por Nóbrega como importantes hóspedes do palacete em Juiz de Fora.<sup>228</sup>

Como não tiveram filhos, quando o casal Penido faleceu, deixaram, em testamento, a residência para as sobrinhas Maria da Conceição Assis Ribeiro de Oliveira (Dona Marita) e Irene de Assis Villaça. A primeira adquiriu depois a totalidade do imóvel e se mudou para ele juntamente com os filhos e o marido Dr. Joaquim Ribeiro de Oliveira.

Joaquim Ribeiro de Oliveira, um católico fervoroso, ainda moço fundou com amigos a “*União dos Moços Católicos*”, que mais tarde viria a ser o “*Centro Dom Vidal*”.<sup>229</sup> O médico também foi um dos fundadores do Instituto Santo Tomás de Aquino e diretor da Cia Mineira de Eletricidade ente 1934 a 1953. Ao se mudar para a casa recebida de herança na Avenida Rio Branco (Palácio Episcopal), pediu ao engenheiro Arthur Arcuri que construísse um salão anexo a mesma para ser seu escritório, que chamava de “*silogeu*”. Em 1962, recebeu a permissão do Papa, através de Dom Geraldo Maria de Moraes Penido, para ter um oratório doméstico, onde casou alguns dos dez filhos e batizou e fez a primeira comunhão de netos. Pela grande religiosidade que possuía, na ocasião da sua morte, em 2 de agosto de 1977, a propriedade foi doada, por desejo do casal e sem oposição dos filhos, à Mitra Arquidiocesana para que continuasse servindo à Igreja.

Nas opiniões de Maria Elisa Barone e Ramon Brandão, ao doar o imóvel a Arquidiocese, o casal cometeu um erro: não ter deixado claro no documento de doação a vontade de que o imóvel continuasse servindo à Igreja. Para Ramon algumas exigências são comuns quando se fazem esse tipo de doação, mas isso não aconteceu com o Palácio Episcopal. Nesse caso, “*a arquidiocese estaria em seu pleno direito de fazer o que quisesse com o prédio e isso acabou gerando todo esse problema*”.<sup>230</sup>

### **A venda do Palácio e as primeiras tentativas para sua preservação**

Quando saiu a notícia, em 1982, de que a Casa do Bispo seria vendida, foi impossível não se pensar no desfecho do Stella Matutina alguns anos antes. Desde a divulgação da notícia, começou a ser organizado um movimento para a preservação do

---

<sup>228</sup> NOBREGA, D. Op. Cit.

<sup>229</sup> Tal centro foi o responsável pela fundação, em 1948, da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora, que foi incorporada a Universidade Federal de Juiz de Fora em 1968.

<sup>230</sup> Depoimento de Ramon Brandão concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 28 de abril de 2012.

imóvel, do qual participaram estudantes e intelectuais da cidade, principalmente. Dentro da Igreja, ora se confirmava o interesse de venda, ora esse era negado, mas o divulgado na imprensa era que a venda estaria nos planos da arquidiocese por causa dos altos custos de manutenção do imóvel. Maria Elisa Barone confirmou que quando o imóvel foi doado a arquidiocese, ele realmente estava muito desgastado e precisava de uma reforma grande, mas o arcebispo alegava que não possuía meios para tal obra. Ao mesmo tempo, ainda segundo Maria Elisa, o religioso instituiu a assessoria de um grande grupo imobiliário da cidade e esses destacaram o valor do terreno onde o imóvel se encontrava, mostrando que a Igreja poderia conseguir um alto valor com a venda.<sup>231</sup> No entanto, apesar da especulação de venda e possível demolição do Palácio Episcopal lembrar o caso do Stella Matutina, havia uma diferença: naquele momento, a cidade já tinha uma legislação para a preservação do patrimônio (lei n. 6108) e essa poderia evitar que a cidade perdesse mais um importante exemplar de sua arquitetura e de sua história.

Em vista disso, o processo de tombamento do Palácio Episcopal, arquivado com o n. 3647 de 1982 na Diretoria de Comunicação da Prefeitura de Juiz de Fora, foi aberto principalmente para defender o imóvel da ameaça de demolição que sofria. Na justificativa de tombamento, o arquiteto Luiz Alberto do Prado Passaglia mostrou a importância do imóvel para a história de Juiz de Fora, destacando que esse teria sido uma das primeiras construções apalacetadas da cidade, datada de meados de 1880, além de ter sido a primeira casa particular com elevador em Juiz de Fora. Segundo o depoimento de Wilson de Lima Bastos ao relatório do processo, o imóvel teria sido a “*primeira edificação recuada do alinhamento e implantada no interior de uma área ajardinada, tendo no fundo um horto florestal*” e além de sua importância histórica e arquitetônica, teria também um amplo significado para a sociedade, “*tendo em vista as atuais manifestações de segmentos da população a respeito da venda do Palácio Episcopal*”.<sup>232</sup> Aqui Wilson se referiu a algumas manifestações isoladas, principalmente através da imprensa que tentaram mostrar o valor do imóvel para a cidade. As mobilizações maiores ocorreram em um segundo momento da campanha, da qual falaremos abaixo.

Dom Juvenal Roriz, arcebispo de Juiz de Fora entre 1978 e 1990, desmentiu, em um primeiro momento, a pretensão de venda do imóvel, mas declarou em reportagem ao

---

<sup>231</sup> Depoimento de Maria Elisa Barone concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 5 de maio de 2012.

<sup>232</sup> **Processo de Tombamento Palácio Episcopal**. Op. cit.

“*Diário Mercantil*”, que não recebeu nenhuma proposta de tombamento por parte da Prefeitura de Juiz de Fora, mostrando-se inclusive, contrário a esse, pois alegava que se tratava de um bem particular e geralmente os imóveis tombados eram públicos, além do mesmo não possuir características históricas e artísticas. Segundo o arcebispo, “o tombamento de uma igreja ainda se entende, mas de uma residência particular não dá para entender”.<sup>233</sup> O que se destacou nessa declaração, a nosso entender, foi a afirmação do arcebispo de que não havia ainda recebido proposta de tombamento do imóvel pela prefeitura até aquela data, ou seja 16 de junho, quando a reportagem foi publicada. Porém, uma outra reportagem, do mesmo jornal, datada de 3 de junho, ou seja, antes da referida declaração de D. Juvenal, afirmou que o processo de tombamento referente ao Palácio Episcopal teria sido aberto, juntamente com mais dois processos (o dos prédios públicos da Prefeitura e o do Museu e Parque Mariano Procópio) e que o arcebispo já havia sido informado sobre o assunto.<sup>234</sup> No próprio processo de tombamento do Palácio encontramos a referência de que assim que foi aprovado a abertura do processo pela *Comissão Permanente Técnico Cultural (CPTC)*, em reunião de 29 de maio de 1982, foi enviado um ofício (n.02/82) ao arcebispo, datado de 1 de junho, comunicando a esse que havia sido aberto um processo para tombamento do Palácio Episcopal e reforçando também que, de acordo com a lei, desde a abertura do processo até sua conclusão, o imóvel receberia a mesma proteção de um bem tombado. Ao ofício foi anexado uma cópia da lei e a justificativa de pedido de tombamento.<sup>235</sup>

Outro ponto interessante é que D. Juvenal alegou não entender o interesse em se preservar uma propriedade privada. No entanto, no capítulo 1 da lei de tombamento de Juiz de Fora, a qual inclusive o arcebispo recebeu uma cópia juntamente com o ofício citado acima, afirma-se que:

Art. 1º: O Município procederá, de conformidade com esta lei, ao tombamento total ou parcial, de bens móveis e imóveis, de propriedade pública ou particular existente em seu território que, pelo valor histórico, arqueológico, etnográfico, paisagístico, paleográfico, bibliográfico, artístico, arquitetônico ou ambiental devam ficar sobre a proteção do Poder Público Municipal.<sup>236</sup>

---

<sup>233</sup> D. Juvenal nega venda do Palácio Episcopal. *Diário Mercantil*. 16 de junho de 1982.

<sup>234</sup> Prefeitura abre processo para tomar prédios em Juiz de Fora. *Diário Mercantil*. 3 de junho de 1982.

<sup>235</sup> Ofício da CPTC enviada a D. Juvenal Roriz. In: **Processo de Tombamento Palácio Episcopal**. Op. Cit.

<sup>236</sup> LEI 6108 de 13 de janeiro de 1982. Art. 1º.

Com as polêmicas a parte, o fato é que, como está no processo de tombamento, em 29 de junho de 1982, a Arquidiocese enviou a CPTC uma resposta ao citado ofício. Nessa, alegou que só poderia ter uma resposta definitiva após uma consulta a Santa Sé, em Roma, mas que, em sua opinião “*a residência arquiépiscopal não tem mais as características paisagísticas descritas na ‘justificativa do pedido de tombamento’*”, devido a acréscimos posteriores realizados no imóvel. Em relação às manifestações da população quanto a eventual venda,

não são, *data venia*, críveis e, em última hipótese não representam de forma alguma, nem mesmo pequena parte da comunidade. (...) Ainda que fosse uma corrente capaz de ter ‘voz’ ativa, em primeiro lugar era de se esperar um contato direto com o Arcebispo, para um diálogo franco, aberto, e, mais que tudo, cristão.<sup>237</sup>

No documento, a Arquidiocese afirmou também que mesmo diante de “*uma consulta direta à população*” sobre a venda da casa para fundos de “*obras de catequese e evangelização*”, teria certeza que “*ampla maioria da população católica de Juiz de Fora*”, apoiaria a venda. No entanto o prédio não estaria à venda e o tombamento só seria aceito diante de “*prova da existência de ‘vontade popular’*” que deveria ser “*concludente, certa, clara, e, antes de tudo, legítima*”. Dessa forma, conclui que é “*pugnante pela improcedência do tombamento*”.<sup>238</sup>

Em resposta a tal impugnação, Passaglia enviou a CPTC um documento que invalidava as razões empregadas pela arquidiocese. Nessa, disse que a abertura do processo de tombamento não dizia respeito a Santa Sé, que as alterações sofridas posteriormente no imóvel não alteravam o conjunto porque foram realizadas por Arthur Arcuri a pedido do então proprietário Joaquim Ribeiro de Oliveira para suprir uma necessidade que o morador teve em determinado período e, ao discorrer sobre as manifestações populares, lembrou que essas só provam que o imóvel não era algo “*desapercebido*” pelas pessoas. Alegou ainda que a proteção pelo tombamento não limitaria o direito de venda da propriedade, assim, as especulações de tal transação não teriam sido o motivo para a abertura do processo. Concluiu afirmando que de acordo com a lei de preservação de Juiz de Fora (n.6108), as razões da arquidiocese não se

---

<sup>237</sup> Idem.

<sup>238</sup> Resposta da Arquidiocese à CPTC quanto à abertura de processo de tombamento do Palácio Episcopal. In: **Processo de Tombamento Palácio Episcopal**. Op. Cit.

consubstanciaram e como o prazo legal se esgotou, o processo continuará seguindo os parâmetros legais.<sup>239</sup>

Tal decisão não agradou ao vigário geral na época, Monsenhor Eurico Veloso, que em reportagem ao jornal “*Diário Mercantil*”, afirmou:

É muito fácil tombar um prédio e deixar a manutenção sob a responsabilidade exclusiva do proprietário. Poderá acontecer o que constatamos em São João Del Rei e outras cidades históricas, onde a municipalidade não zela pela preservação das igrejas tombadas para o patrimônio. E, se corremos o risco de ver o mesmo ocorrendo aqui, o tombamento não nos interessa.<sup>240</sup>

De acordo com a já citada lei, o Poder Público pode auxiliar os proprietários de imóveis tombados quando esses não têm condições financeiras de arcar com o ônus da propriedade, porém, esse não seria o caso da Igreja Católica.

### **Novas ameaças em 1985 e o movimento pró-preservação**

Após essas especulações de venda e também da abertura do processo de tombamento, o Palácio Episcopal deixou de ser sede da Arquidiocese e durante quase três anos não se falou mais sobre a venda da propriedade e o processo de tombamento ficou parado. Entretanto, em 1985 começou-se nova especulação de venda e de uma possível demolição do imóvel. Esse fato acabou sensibilizando novamente, porém agora em número maior, a população e o meio intelectual da cidade. Mesmo com as negativas do arcebispo sobre a nova venda o que se notou foi que, aos poucos, o Palácio Episcopal começou a ser demolido. O jornalista Jorge Sanglard relatou que foi colocada tábuas de madeira em volta da casa, de forma que não se via mais o imóvel, mas o fotógrafo Humberto Nicoline conseguiu uma foto da casa sendo demolida. Quando essa foi publicada, em 1985, a população foi para a porta do Palácio Episcopal protestar contra a demolição.<sup>241</sup> Várias reportagens foram publicadas em diversos jornais

---

<sup>239</sup> Resposta a impugnação da Arquidiocese enviada por Passaglia a CPTC em 01 de julho de 1982. In: **Processo de Tombamento Palácio Episcopal**. Op. cit. Em relação aos dizeres sobre a Lei de preservação, lê-se no artigo 17, capítulo IV: “Com as razões de impugnação ou na falta delas, o processo terá continuidade na Comissão Permanente Técnico-Cultural que sobre ela deliberará”.

<sup>240</sup> *Arquidiocese pode vender Palácio Episcopal*. **Diário Mercantil**. 9 de maio de 1982.

<sup>241</sup> Depoimento de Jorge Sanglard concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 24 de fevereiro de 2011. Não tivemos acesso a tal fotografia pois Humberto Nicoline, ao ser questionado sobre tal assunto, declarou que não se lembrava desse momento em especial e sim que os jornais começaram a publicar as imagens do palacete sendo destruído e que a partir daí o movimento ganhou mais visibilidade. (Depoimento de Humberto Nicoline concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 21 de março de 2012).

noticiando o ato. Em uma delas, publicada pelo “*Correio da Mata*”, em novembro de 1985, duas fotos e suas respectivas legendas (reproduzidas abaixo), nos chamaram a atenção: (Ver fotos 20 e 21).



FOTO 20: “*O que parecia uma reforma...*”  
Fonte: *Correio da Mata*. 20 de novembro de 1985. Foto de Roberto Fulgêncio.



FOTO 21: “*... se transformou na tarde de ontem em demolição*”.  
Fonte: *Correio da Mata*. 20 de novembro de 1985. Foto de Roberto Fulgêncio.

Para o jornalista Walter Sebastião, a demolição começou a ser feita propositalmente por parte dos proprietários. Segundo o artista plástico:

Eles aproveitaram uma brecha na lei e destruíram frisos pintados nas paredes, que existiam no local, ao longo de todo o imóvel, o que provavelmente, para eles, era o que fazia a casa algo patrimonial. Até hoje considero esse um dos atos mais vis, mais vândalos, que já pude ver.<sup>242</sup>

No entanto, mesmo após o início da demolição, a Igreja continuava negando que estava fazendo negociações de venda da propriedade. Waldir Ferreira Bessa, proprietário do Cartório Bessa e então secretário de economia da Arquidiocese de Juiz de Fora, negou em reportagem ao jornal “*Correio da Mata*”, que existisse documento de venda do imóvel em seu cartório e que a demolição estava acontecendo por causa das condições precárias do mesmo, sendo que esse já estava “*cheio de remendos*” por causa de reparos anteriores. Ainda segundo Bessa, a saída de D. Juvenal do local ocorreu pelo fato do arcebispo se sentir incomodado de viver em um prédio suntuoso como aquele enquanto miseráveis iam lhe pedir ajuda.<sup>243</sup>

Mesmo assim, as manifestações para chamar a atenção da população e das autoridades para a importância de se preservar o imóvel foram crescendo cada vez mais.

<sup>242</sup> Depoimento de Walter Sebastião concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 25 de abril de 2012.

<sup>243</sup> *Riqueza do Palácio não agrada D. Roriz. Correio da Mata*. 21 de novembro de 1985.

Foi criado o *Movimento Pró-tombamento e restauração do Palácio Episcopal*, organizado pela professora e educadora Maria do Céu Correa Mendes, que se reunia para discutir formas de impedir a demolição do imóvel. Entre integrantes e simpatizantes do movimento estavam nomes como o de Fernando Gabeira, Leda Nagle, Rachel Jardim, Nívea Bracher, Nieta Nava (viúva de Pedro Nava) e o Arcebispo de Aparecida do Norte, D. Geraldo Maria de Moraes Penido que viveu no local entre 1965 e 1978 (quando era arcebispo de Juiz de Fora) e que disse que particularmente não desejaria que o imóvel fosse vendido, considerando sua demolição como “*crime histórico*”.<sup>244</sup> A esses uniram-se também diversos professores, intelectuais, alunos e jornalistas da cidade, além de várias associações particulares, como o *Grupo das Velhas Amigas*, do qual fazia parte Dona Marita, que juntamente com o marido Joaquim Ribeiro de Oliveira, haviam doado o imóvel a arquidiocese. Uma das integrantes dessa associação, Lonir Cardoso, chegou a enviar um telegrama a Santa Sé e um a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros, em nome da comunidade, destacando o valor do imóvel e o pouco caso da Igreja a esse e a população da cidade, após a Mitra Arquidiocesana autorizar a demolição da casa. O jornal “*Correio da Manhã*” publicou o telegrama de Lonir:

O povo juiz-forano pede, em nome de Deus, que impeçam D. Juvenal Roriz de demolir o Palácio Episcopal, um dos marcos de nossa memória, casarão de mais de 100 anos, fato desenvolvido de forma arbitrária, contrariando trâmites legais e denegrindo a imagem da Igreja.<sup>245</sup>

Foram organizadas várias vigílias ao Palácio e manifestações próximas a Prefeitura para sensibilizar o então prefeito Tarcísio Delgado a favor da preservação.<sup>246</sup> O diretor de teatro Henrique Simões lembrou que nessas vigílias velas eram acesas<sup>247</sup> e Maria Elisa Barone completou que essas eram colocadas por todo o gradil que cercava a residência.<sup>248</sup> A ex-professora, que na época do movimento era estudante de filosofia na UFJF, lembrou ainda que, ao se reunirem em frente à residência, os manifestantes, algumas vezes chegaram a sentar no asfalto impedindo o fluxo de veículos na Avenida Rio Branco. Segundo seu relato: “*a gente sentava no asfalto. Ficávamos cinco, dez*

---

<sup>244</sup> Idem.

<sup>245</sup> *Demolição do Palácio: povo invoca a Santa Sé. Correio da Mata*. 23 de dezembro de 1985.

<sup>246</sup> Idem.

<sup>247</sup> Depoimento de Henrique Simões concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 5 de abril de 2012.

<sup>248</sup> Depoimento de Maria Elisa Barone concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 2 de maio de 2012.

*minutos, depois abríamos uma pista e fechávamos outra. Eu lembro que muita gente que passava na rua ficava olhando, impressionados com o que estávamos fazendo*".<sup>249</sup>

Vários abaixo-assinados contra a demolição e a favor do tombamento do palacete também foram organizados. (Ver foto 22). Um desses, inclusive, foi anexado a uma carta enviada ao Papa João Paulo II, mostrando o desrespeito da Igreja para com a cidade.<sup>250</sup> Vários desses abaixo-assinados encontram-se anexados ao corpo do processo. Entre esses estão dois abaixo-assinados promovido pela *Associação Proteção Guarda Mirim Feminina*, o primeiro com 93 assinaturas e enviado ao então prefeito Tarcísio Delgado comunicando a adesão da associação ao movimento de preservação do imóvel, e um segundo com aproximadamente 3900 assinaturas, feito para "*preservar o patrimônio histórico e evitar o esvaziamento de nossos valores culturais*".<sup>251</sup> Outro abaixo-assinado foi organizado pelo próprio movimento para o tombamento do bem, que conseguiu em torno de 245 assinaturas.

A análise desses abaixo-assinados nos permite observar como a ameaça de destruição do imóvel comoveu a cidade. Dentre as assinaturas estão as de vários professores de diversos níveis de ensino, educadores, médicos, artistas, funcionários públicos, entre outros. Foi possível verificar também assinaturas de pessoas que não viviam em Juiz de Fora, uma assinatura onde foi escrito na frente do nome: "*a favor da demolição*" e cerca de 70 nomes que foram riscados, não sendo possível verificar no processo o motivo para tal.<sup>252</sup> Ao que parece, a elaboração desses abaixo-assinados foi um dos meios da população apoiar a luta para preservação do Palácio Episcopal. Segundo Ramon Brandão (que na época do movimento era estudante do curso de Educação Artística da UFJF – hoje Instituto de Artes e Design) a participação de populares no movimento não foi bem como o divulgado nos jornais. Segundo seu relato, o grande número de pessoas que apareciam nas fotos tiradas das manifestações (ver foto 23) eram mais de curiosos do que de participantes ativos do movimento e muitas pessoas apenas achavam o prédio bonito e não queriam que ele fosse demolido. No entanto, muitas dessas pessoas achavam também que, como o imóvel pertencia a Igreja, essa poderia fazer com ele o que bem entendesse.<sup>253</sup> Com esses dados, percebemos que

---

<sup>249</sup> Idem.

<sup>250</sup> *Na surdina, Palácio Episcopal é vendido. Correio da Mata*. 20 de novembro de 1985.

<sup>251</sup> Abaixo-assinado organizado pela *Associação Proteção Guarda Mirim Feminina*. In: **Processo de Tombamento Palácio Episcopal**. Op. Cit.

<sup>252</sup> Esses nomes riscados no processo não foram incluídos na quantidade de assinaturas divulgadas nesse trabalho.

<sup>253</sup> Depoimento de Ramon Brandão concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 28 de abril de 2012.

assinar o abaixo assinado pode ter sido a forma de pessoas que não estavam envolvidas diretamente com as manifestações ajudarem o movimento. Talvez muitos não quiseram se manifestar nas ruas, mas de qualquer forma, a quantidade de nomes recolhidos mostra uma grande aceitação da população pela causa.

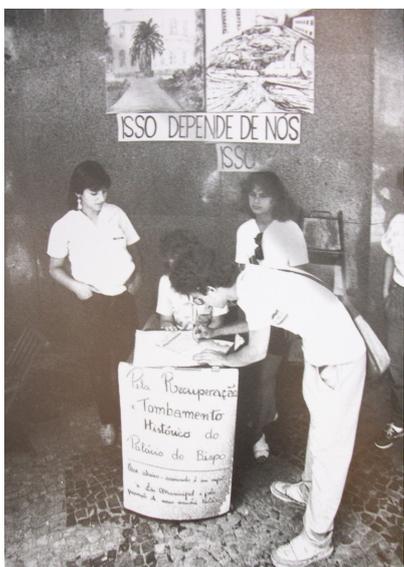


FOTO 22: Abaixo assinado para a preservação do Palácio Episcopal. Dezembro de 1985.  
Fonte: NICOLINE, H. Op. Cit.p. 154.



FOTO 23: Manifestação em frente ao Palácio Episcopal para a sua preservação.  
Fonte: *Correio da Mata*. 23 de dezembro de 1985.  
Foto de Roberto Fulgêncio.

Essa participação popular, ainda segundo Ramon Brandão, só não foi maior porque o imóvel pertencia a Igreja e muitas pessoas confundiram a intenção das manifestações. O artista plástico lembrou que várias pessoas paravam os integrantes do movimento na rua para perguntar porque eles estavam contra a Igreja e ele próprio contou que foi convidado a se retirar da casa de uma família de tradição católica de Juiz de Fora simplesmente por participar das manifestações. Ramon fez questão de deixar claro no depoimento concedido a nós que eles não estavam lutando contra a Igreja “*e sim contra uma determinação da Arquidiocese de Juiz de Fora. Mas a coisa chegava no público como se fosse uma coisa contra a Igreja. Então, de certa forma, nós encontramos um movimento contrário ao que nós esperávamos*”.<sup>254</sup> Assim, na época do ocorrido ele percebeu que as pessoas achavam a casa bonita, ficavam com pena dela ser demolida, mas ao mesmo tempo tinha essa coisa da posse: a casa pertencia a Arquidiocese e para alguns o movimento dava a impressão de querer tirar algo de

<sup>254</sup> Depoimento de Ramon Brandão concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 28 de abril de 2012.

propriedade dessa. O próprio arcebispo da época, D. Juvenal, na opinião de Ramon, muito conservador, se sentiu um pouco ultrajado em relação a sua autoridade porque haviam pessoas ligadas à Igreja que apoiaram o movimento<sup>255</sup>, como o próprio D. Geraldo Maria de Moraes Penido, que na ocasião era arcebispo de Aparecida do Norte, como foi mostrado acima.

Se essa dualidade era encontrada entre os populares, no setor artístico da cidade a importância do tombamento do palacete não era questionada. A artista plástica Nívea Bracher, que também fazia parte da CPTC na época, recolheu uma série de depoimentos do meio artístico para enfatizar o apoio e participação dessa classe na defesa do Palácio Episcopal. Entre esses depoimentos, destacamos o de Décio Bracher que considerou o palacete como uma “*jóia de nossa coroa*”, cuja Cúria “*não percebeu ser meramente guardiã*” e o de Carlos Bracher, para quem “*a derrubada do Palácio do Bispo se torna uma punhalada na nossa consciência como cidadãos e a revelação da ignomínia e da ignorância bruta com que tratamos dos documentos da vida*”.<sup>256</sup> Outro importante apoio do meio intelectual foi o do escritor Almir de Oliveira (o mesmo que criticou a ideia de preservação do antigo colégio e da Capela do Stella Matutina), que chegou a enviar uma carta ao então prefeito Tarcísio Delgado pedindo agilidade no tombamento do imóvel, pois esse teria um significado histórico sem precedentes, tendo inclusive, sediado reuniões que deflagraram a Revolução de 1930. Para o escritor a destruição do imóvel seria fruto da falta de sensibilidade da arquidiocese que não entendeu o sentido da doação do imóvel: conserva-lo para uso da Igreja.<sup>257</sup> Outros artistas também manifestaram-se escrevendo poemas, como o de Cléria Jardim Canádio (Anexo 3) e reportagens para despertar a atenção da população como um todo.

A imprensa local também assumiu seu papel na luta pela preservação do imóvel publicando reportagens, algumas inclusive, criticando abertamente a Arquidiocese pelo início da demolição do Palácio Episcopal. Talvez a que expressou mais nitidamente o tom de revolta seria a matéria escrita pelo então professor de história da arte da Universidade Federal de Juiz de Fora, Afonso Henrique Hargreaves Botti, publicada pelo jornal “*Tribuna de Minas*”. Afonso, que segundo Maria Elisa Barone, foi uma

---

<sup>255</sup> Idem.

<sup>256</sup> Depoimentos recolhidos por Nívea Bracher intitulado “Memória”, apresentado no momento de seu voto favorável ao tombamento do Palácio Episcopal em reunião da CPTC. In: **Processo de Tombamento Palácio Episcopal**. Op. Cit.

<sup>257</sup> *Palácio gera mais protestos*. **Correio da Mata**. 26 de novembro de 1985.

figura importante no movimento,<sup>258</sup> rebateu, na reportagem, as críticas da Arquidiocese contra as manifestações pró-tombamento da Casa do Bispo. Para ele, a casa foi danificada por um grupo que achava a especulação imobiliária mais importante que a preservação da história. O professor destacou que não havia calúnia “*quando uma comunidade se mobiliza na defesa do seu patrimônio histórico, cultural, artístico e ecológico*”, assim como também não a houve quando os jornais de 1982 noticiaram a abertura do processo de tombamento do bem. Lembrou ainda que, de acordo com a lei municipal (n. 6108), a partir do momento da abertura do processo, o imóvel alvo de preservação não poderia mais ser modificado até a conclusão do mesmo, assim, um alvará dado por engano não justificaria o descumprimento da lei. A imprensa não teria forjado nenhuma foto, uma vez que essas foram tiradas quando a polícia invadiu o local para fazer cumprir a lei e que as assinaturas pró-preservação não foram confundidas com assinaturas pró-demolição.<sup>259</sup>

Uma outra reportagem do jornal “*Tribuna de Minas*”, destacou nomes de personagens importantes da história brasileira que já foram hóspedes da residência em questão, entre eles: Washington Luiz, Antonio Carlos Bonifácio de Andrade, Alceu Amoroso Lima, Pedro Calmom e D. Carlos Carmelo Motta (primeiro bispo de Aparecida do Norte). Assinada por Joaquim Augusto de Assis Ribeiro de Oliveira, o texto da reportagem lembrou que o destino da casa dependeria de cada pessoa: “*O povo de Juiz de Fora, ciente que ‘Todos Juntos’ não é apenas um slogan, ciente que há valores superiores ao lucro, não permitirá a demolição de um de seus poucos imóveis seculares. Lutemos por nossos direitos, preservemos o que é nosso*”.<sup>260</sup>

Podemos perceber nos depoimentos recolhidos e nas matérias publicadas nos jornais na época do movimento, que esse foi organizado porque as pessoas ficaram indignadas com a atitude da arquidiocese de começar a demolição do imóvel mesmo esse estando com o processo de tombamento aberto. Foi a partir desse ato que formou-se mobilizações em frente ao palacete e que começou a pressão para que a Prefeitura fizesse algo. Diferente do que aconteceu no caso da Fazenda Velha e do colégio Stella Matutina, onde se tentou a preservação desses através da imprensa, e também dos Grupos Centrais, onde houve a mobilização de um restrito grupo de pessoas (ver

---

<sup>258</sup> Depoimento de Maria Elisa Barone concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 2 de maio de 2012.

<sup>259</sup> BOTTI, Afonso Henrique Hargreaves. *A verdade vos livrará...* **Tribuna de Minas**. 6 de dezembro de 1985.

<sup>260</sup> OLIVEIRA, Joaquim Augusto de Assis Ribeiro. *A propósito de uma casa...* **Tribuna de Minas**. 7 de junho de 1985.

capítulo 4), no caso do Palácio Episcopal o apoio da cidade para a sua preservação foi deixando de ser apenas uma manifestação, ou seja, atos independentes e sem planejamentos bem definidos, para se tornar um movimento, com reuniões, elaboração de planos de ação e maior participação numérica nas ruas. Para Ramon Brandão a Casa do Bispo teve um contexto diferente porque foi o único imóvel alvo das manifestações preservacionistas que pertencia a Igreja e talvez por isso e por ter gerado discussões além da preservação do imóvel, o movimento já tenha começado com o final anunciado de demolição do prédio. No entanto, como destacou o artista plástico, “*nós tínhamos acabado de presenciar o movimento para a Mascarenhas e por ela ter sido vitoriosa, a gente ganhou fôlego, as pessoas ganharam fôlego, viu-se que era possível*”.<sup>261</sup>

O contexto das manifestações para a preservação da Casa do Bispo nos permite voltar também às discussões de memória coletiva trabalhadas no capítulo 1. No material bibliográfico a que tivemos acesso, é notável o discurso da importância do imóvel para a história da cidade como um todo. Mesmo aqueles que possuíam memórias particulares com o palacete como o antigo arcebispo de Juiz de Fora D. Geraldo Maria de Moraes Penido (que havia vivido do local) e Dona Marita (uma das doadoras da casa à arquidiocese), não defendiam a preservação por causa de suas histórias de vida e sim pela importância do casarão para o município.

Ainda dentro dessa discussão podemos usar como exemplo um manifesto feito pelo movimento pró-preservação da Casa do Bispo dirigido à população da cidade chamando essa para participarem das reuniões realizadas no antigo colégio Magister que discutiam ações que poderiam sensibilizar a Prefeitura e a Igreja para a importância de não se demolir o imóvel. No panfleto, distribuído à população nas ruas, encontramos os seguintes dizeres:

#### CARTA ABERTA

O povo de Juiz de Fora não quer perder sua memória. Nós queremos preservar o último casarão do século passado (1880) na Avenida Rio Branco.

A lei brasileira garante ao povo preservar o que tem significado para as pessoas, para a sociedade.

Vamos tocar para frente a luta.

O Palácio do Bispo também é nossa história.

---

<sup>261</sup> Depoimento de Ramon Brandão concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 28 de abril de 2012.

Os dirigentes da Arquidiocese podem reconsiderar a decisão de derrubar a casa construída pelo arquiteto Quintiliano Nery Ribeiro. Casa onde morou o importante homem público, João Penido Filho. Casa onde viveu Joaquim Ribeiro de Oliveira, líder e intelectual de Juiz de Fora. A casa doada à Igreja para ser sede da Arquidiocese. Doada à Igreja para ser preservada.

Se a Arquidiocese é amiga do povo, preserve o nosso casarão e sua bela área verde.

Juiz de Fora de hoje não quer negar o seu passado!

Hoje queremos lutar pelo futuro da cidade!

Vamos lutar até o fim por um destino digno para o casarão da Rio Branco!

VENHA PARTICIPAR DAS REUNIÕES, NO MAGISTER, TERÇA-FEIRA, ÀS 19 HORAS. TRAGA SEUS AMIGOS.<sup>262</sup>

É possível notar que o tempo todo o panfleto se refere ao coletivo: “*O povo de Juiz de Fora não quer perder sua memória*”, “... *preservar o que tem significado para as pessoas, para a sociedade*”, “*O Palácio do Bispo é também a nossa história*”. O que tentava-se preservar já estava tão inserido na história e no cotidiano das pessoas que a sua demolição afetaria a todos e não somente indivíduos isolados. Segundo também o depoimento de Arlindo Daibert recolhido por Nívea Bracher, os edifícios, como obras de arte, depois de um determinado tempo, perdem seu caráter privado para se tornar coletivo, e no caso da Casa do Bispo, por ser um dos últimos conjuntos arquitetônicos intocados do centro da cidade, “*passamos da preservação artística para a preservação da memória, preservação do passado, da trajetória histórica, cultural e econômica da cidade*”.<sup>263</sup> Aqui, o discurso do coletivo novamente foi usado e ao analisarmos os processos de tombamento dos bens que trabalhamos nessa dissertação, o referente ao Palácio Episcopal foi o único a frisar essa importância. Em seu corpo há uma série de artigos acadêmicos de diversas fontes que servem para a fundamentação teórica do processo, no que concerne a questões referentes à memória e a sua relação com a preservação do patrimônio.<sup>264</sup> Ao que nos pareceu foi esse o espírito das manifestações em defesa do palacete: mostrar que aquele imóvel merecia ser preservado por contar

---

<sup>262</sup> Panfleto cedido por Maria Elisa Barone. Os grifos são nossos.

<sup>263</sup> Depoimento de Arlindo Daibert a Nívea Bracher. In: **Processo de tombamento do Palácio Episcopal**. Op. Cit.

<sup>264</sup> Entre esses artigos estão: “Transformações urbanas: preservação e destruição”, de José Horácio de A. Costa, Nadia S. Ferreira e Sarah F. Russo (da onde retiramos a última frase); “Patrimônio ambiental urbano”, de Ulpiano Bezerra de Menezes; “O lazer e a preservação do patrimônio cultural”, de Luiz Otávio de Lima Carvalho; e “A preservação do patrimônio ambiental urbano paulista”, de Eduardo Yázigi. In: **Processo de tombamento do Palácio Episcopal**. Op. Cit.

não apenas parte da história da cidade mas também, por contar um pouco da história de cada um e da sociedade como um todo. Perdê-lo seria o mesmo que perder parte da memória de cada habitante da cidade, por isso era importante preservá-lo.

### **O trágico desfecho do Palacete**

Falamos acima que foi a partir do início da demolição do imóvel que o movimento pró-preservação começou a acontecer. Não nos detemos em maiores informações antes por acharmos que essas deveriam vir acompanhadas de explicações que a contextualizariam. Assim, os tramites da demolição do palacete serão dadas nas linhas abaixo.

Sabe-se que a demolição do imóvel começou a ser feita após a liberação de um alvará para esse fim concedido pela Prefeitura de Juiz de Fora. No entanto, tal alvará teria sido dado por equívoco.

Segundo José Maurício Gomes, secretário da Prefeitura na época, em reportagem ao jornal “*Correio da Mata*”, o referido alvará foi emitido pela *Secretaria Municipal de Obras*, mas essa não saberia da existência do processo de tombamento do imóvel (aberto em 1982), fato esse que impediria a emissão do documento. Quando o “erro” foi descoberto, o alvará foi anulado, mas a equipe contratada para realizar a demolição não quis interromper os trabalhos alegando que seguiam ordens e que o engenheiro responsável não se encontrava no local no momento que o alvará foi suspenso. Achamos melhor colocar a palavra “erro” entre aspas pois apesar do documento ter sido emitido legalmente, a existência do processo de tombamento (mesmo esse não estando concluído) impediria tal movimentação. Dessa forma, a alegação de que a Secretaria de Obras não tinha conhecimento desse processo aberto nos leva a supor que não era realizada nenhuma pesquisa antes dos alvarás de demolição serem liberados em Juiz de Fora nessa época, o que deveria acontecer já que a demolição de qualquer imóvel pode levar a uma série de consequências graves se não forem bem estudados anteriormente.

Como resultado, as janelas foram retiradas e o interior estava praticamente todo destruído e como a demolição havia sido autorizada, não seria mais possível exigir da arquidiocese a reconstrução do imóvel.<sup>265</sup> (Ver foto 24).

---

<sup>265</sup> *Na surdina, Palácio Episcopal é vendido. Correio da Mata*. Op. cit. p. 1 e 4.



FOTO 24: Demolição do Palácio Episcopal. Dezembro de 1985.  
Fonte: Nicoline, H. Op. Cit. p. 90.

Para entender esse processo, recorreremos a legislação da cidade vigente na época. A lei 6108, que regia o patrimônio na cidade, dizia apenas que a CPTC deveria “*analisar projetos de construção, conservação, restauração, reparação, acréscimo e demolição em bens tombados e emitir parecer técnico sobre a obra desejada*”,<sup>266</sup> não falando assim da necessidade de pedidos de demolições passarem pelo consentimento da comissão antes de serem concedidos e não estendendo a medida aos imóveis que ainda não eram tombados pelo município. No entanto, o ato de concessão do alvará de demolição e depois a sua revogação, levaram a três principais consequências importantes para a nossa análise. A primeira foi o pedido do representante do *Centro de Defesa dos Direitos Humanos no Conselho Comunitário Municipal*, Abdalla Couri, para que o assunto do tombamento da Casa do Bispo fosse discutido pelo Conselho na reunião de 20 de novembro de 1985, pois nessa estaria presente Dona Marita acompanhada de um abaixo-assinado para o tombamento do bem. Tarcísio Delgado, então prefeito da cidade e conseqüentemente presidente do Conselho, referiu-se ao assunto como de elevada importância sendo ele discutido assim que a CPTC lhe entregasse o parecer sobre a preservação do imóvel.<sup>267</sup> A segunda consequência foi uma reunião realizada pela Câmara de Vereadores de Juiz de Fora para discutir o assunto e na qual foi aprovado a continuidade do processo de tombamento do Palácio, com 7 votos a favor, 3 abstenções e 1 voto contrário, sendo esse último dado pelo vereador João Carlos Campos que considerava o alvará de demolição como algo consumado e estando ausente 2 vereadores. A decisão tomada pela Câmara foi encaminhada ao

---

<sup>266</sup> PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Lei nº 6108, de 13 de janeiro de 1982**. Capítulo II, artigo 8º, item f.

<sup>267</sup> **Ata da reunião do Conselho Comunitário Municipal**. 20 de novembro de 1985. Juiz de Fora: Arquivo Histórico da UFJF. Coleção “Puxando pela memória”, série 002.

prefeito para que esse desse a palavra final.<sup>268</sup> E por fim, a terceira consequência foi a promulgação da lei n. 6866, de 27 de dezembro de 1985 que falava justamente da concessão de alvarás. Segundo tal lei, no artigo 1º: “A expedição de Alvará pela *Município, para demolição de imóveis no âmbito do município, ficará condicionada, em qualquer caso, a previa aprovação da Comissão Permanente Técnico Cultural, criada pela lei n. 6108, de 13 de janeiro de 1982*”.<sup>269</sup> Pela referida lei ter sido promulgada ao mesmo tempo em que as discussões sobre o alvará concedido “por engano” para a demolição da Casa do Bispo estava acontecendo, é bem provável que essa lei tenha sido uma consequência direta de tal ato. Como o imóvel estava protegido contra qualquer dano desde a abertura de seu processo de tombamento, a permissão da demolição do mesmo pela própria prefeitura seria uma medida contrária a sua própria legislação, por isso tomou-se providências para que episódios como aquele não mais ocorressem.

Após a anulação do referido alvará, Custódio Matos, então presidente da CPTC, enviou um pedido à prefeitura para que essa pudesse fazer uma restauração provisória no imóvel, pois depois dos trabalhos de demolição e das chuvas, o palácio corria o risco de ficar em situação irreparável. Agradeceu também a suspensão do alvará concedido irregularmente e reforçou o apoio ao tombamento, “*certos que estamos representando o pensamento da grande maioria do povo de Juiz de Fora*.”<sup>270</sup>

Devido a todos esse fatos, o tombamento do Palácio Episcopal passou a ser assunto das reuniões da CPTC, para que dessa vez fosse tomada uma decisão definitiva sobre o caso. Tal comissão era composta na época por Custódio Mattos, então presidente do IPPLAN-JF e coordenador da Comissão, Nívea Rosa Bracher, Rachel Jardim, Reginaldo Braga Arcuri, Luiz Alberto do Prado Passaglia, Maria Inês Giffoni Passaglia e Paulo Roberto de Gouveia Medina.

Em reunião de 3 de dezembro de 1985, quando o assunto da Casa do Bispo foi debatido, Medina informou sobre a existência de implicações jurídicas sobre o tombamento do referido imóvel. Custódio Mattos ratificou algumas falhas no processo, como o longo prazo da abertura desse (aberto em 1982) e a concessão de alvará de demolição concedida pela Prefeitura de Juiz de Fora. No entanto havia-se a suspeita de que o alvará fora induzido devido às notícias de reabertura do processo. Foi pedido

---

<sup>268</sup> *Riqueza do Palácio não agrada D. Roriz. Correio da Mata. Op. cit. p. 5.*

<sup>269</sup> PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Lei nº 6866, de 27 de dezembro de 1985.** Artigo 1º.

<sup>270</sup> Pedido da CPTC à Prefeitura de Juiz de Fora para restauração no Palácio Episcopal em 21 de novembro de 1985. In: **Processo de Tombamento Palácio Episcopal.** Op. Cit.

então a Luiz Passaglia que expusesse a pesquisa feita sobre o imóvel, e na apresentação desse foi destacado o tipo de construção, os aspectos sócio-econômico de seus proprietários e a importância do palacete no ciclo da burguesia juiz-forana, além desse ter sido uma das primeiras casas construídas com padrões arquitetônicos não tradicionais e possuir um sentido de doação religiosa preservacionista.<sup>271</sup>

Já em outra reunião, a 7 de dezembro de 1985, a CPTC se reuniu com o objetivo de se concluir o processo do tombamento (ou não) do Palácio Episcopal. Antes de passar a palavra aos integrantes da CPTC, o coordenador Custódio Mattos informou a todos da visita do Arcebispo de Juiz de Fora ao IPPLAN, pedindo que esse expusesse na referida reunião os motivos da Arquidiocese ser contra o tombamento, o que foi feito pelo coordenador. Após a fala desse passou-se a votação que teve 5 votos favoráveis à preservação contra 1 contrário a essa. O voto discordante foi dado pelo advogado Paulo Roberto de Gouveia Medina, que usou como justificativa o fato de não perceber características históricas e arquitetônicas no imóvel para esse ser protegido pela legislação municipal. O fato de ter servido de residência para importantes famílias da região, na opinião do advogado, não seria motivo suficiente para tal medida, além do fato da família doadora não ter colocado no documento de doação que o imóvel deveria ser preservado. Se a preservação era de interesse público, *“a medida adequada será a desapropriação – jamais o tombamento”*.<sup>272</sup>

Entre aqueles que votaram a favor, Reginaldo Arcuri achava que o processo deveria ser analisado mais amplamente e que o município deveria preservar conjuntos arquitetônicos decorrentes das mudanças urbanas que a cidade sofreu, registrando assim, as *“marcas visuais do conjunto de edificações da cidade”*. Nívea Bracher, que entregou um abaixo-assinado da comunidade a favor do tombamento, justificou seu voto ao dizer que o imóvel deveria ser tombado *“por seu valor artístico, beleza, qualidade construtiva, encanto de edificação, no centro de um pequeno bosque, cujos jardins nos remetem a um verde que já existiu na Avenida Rio Branco”*. Ressaltou também um *“respaldo da imprensa”*, citando como comparação a campanha para preservação do Stella Matutina: *“lá, houve radicalização de posições, não tínhamos uma legislação municipal de tombamento, mas eram os ânimos movidos por atitudes claras e transparentes”*, pois os jornais abriram espaço para as duas posições. Com o

---

<sup>271</sup> **Ata da 5ª Reunião da CPTC**. 3 de dezembro de 1985. Juiz de Fora: PJF/DIPAC.

<sup>272</sup> Justificativa de voto de Paulo Roberto de Gouveia Medina à CPTC. 6 de dezembro de 1985. In: **Processo de Tombamento Palácio Episcopal**. Op. Cit..

Palácio Episcopal, “*não se obteve o mesmo volume de entrevistas e informações correspondentes na gravidade e grandeza do momento*”. Concluiu dizendo que a casa “*está sendo a gota d’água para uma população que viu sua cidade se descaracterizar tão violentamente num período relativamente curto – 15 anos aproximadamente*”.<sup>273</sup>

Rachel Jardim ressaltou que a arquitetura eclética também precisaria ser preservada, pois, o valor cultural de um prédio nem sempre se ligaria a um fato histórico. “*Se esse prédio é amado pela população, se está inserido em seu cotidiano, se dá testemunho de sua maneira de viver, tal prédio se constitui ele próprio, na história do lugar*”. A Casa do Bispo seria “*um resquício de civilidade numa cidade brutalizada*”.<sup>274</sup> Luiz Alberto do Prado Passaglia, apresentou rapidamente como o processo foi aberto e justificou seu voto apontando o “*edifício como produto de uma época*”, quando Juiz de Fora começou a ter um padrão de vida urbana alto, além de ter sido residência e hospedagem para nomes importantes da história da cidade e do país e ser personagem da história da comunidade juiz-forana, sendo importante “*como referência de nossa memória*”.<sup>275</sup> Por fim, Maria Inês Giffoni Passaglia destacou a importância do imóvel para o pensamento arquitetônico da época, concluindo que “*a manifestação popular espontânea surgida com o início de sua demolição, não é mero acaso, significa que o Palácio tem muito a ver com a comunidade, que já viu demolida outros imóveis de igual importância para a memória da cidade*”.<sup>276</sup>

Com os votos dados e ganhando a proposta de tombamento, a decisão foi passada para o prefeito para que esse, conforme previa a lei, desse a decisão final.

No entanto, logo após a decisão pelo tombamento por parte da comissão, a Mitra Arquidiocesana de Juiz de Fora conseguiu um mandato de segurança sobre o imóvel que mesmo tendo sido interposto pela Prefeitura acabou esperando decisão da 2ª instância após novo recurso por parte da Mitra. Com o processo de tombamento *sub-judice*, o então prefeito Tarcísio Delgado alegou ser inviável decidir a favor ou contrário a preservação.<sup>277</sup> Uma alternativa para se resolver o problema foi apresentada na reunião da CPTC, de 19 de fevereiro de 1986, já com mudanças nos integrantes

---

<sup>273</sup> Justificativa de voto de Nívea Rosa Bracher à CPTC. 7 de dezembro de 1985. In: **Processo de Tombamento Palácio Episcopal**. Op. Cit..

<sup>274</sup> Justificativa de voto de Rachel Jardim à CPTC. 7 de dezembro de 1985. **Processo de Tombamento Palácio Episcopal**. Op. Cit.

<sup>275</sup> Justificativa de voto de Luiz Alberto do Prado Passaglia à CPTC. 7 de dezembro de 1985. **Processo de Tombamento Palácio Episcopal**. Op. Cit.

<sup>276</sup> Justificativa de voto de Maria Inês Giffoni Passaglia à CPTC. 7 de dezembro de 1985. **Processo de Tombamento Palácio Episcopal**. Op. Cit.

<sup>277</sup> **Ata da 7ª Reunião da CPTC**. 16 de janeiro de 1986. Juiz de Fora: PJF/DIPAC.

(Rubens Barbosa Filho, substituiu Custódio Mattos e Nelson Villa Verde Coelho de Magalhães, substituiu Paulo Medina), quando cogitou-se a abertura de novo processo para tombamento do Palácio Episcopal. No entanto, a falta de prazos legais fez com que o referido processo não fosse aberto.<sup>278</sup>

No meio de tantas discussões entre a prefeitura, a justiça e a arquidiocese, Tarcísio Delgado resolveu levar o assunto ao *Conselho Comunitário Municipal*.<sup>279</sup>

Levado o assunto a discussão no então conselho, juntamente com a proposta de tombamento da Capela do Stella Matutina (que veremos abaixo), em reunião extraordinária de 21 de janeiro de 1986, Reginaldo Arcuri, então superintendente da FUNALFA, proferiu aos conselheiros informações sobre o tombamento na cidade. Disse que a comunidade necessitava de pontos de referência sobre o seu passado e que a cidade havia sido descaracterizada nas últimas décadas pela perda de parte de sua memória cultural. Lembrou ainda que os gastos com a especulação imobiliária e com o crescimento desordenado seriam maiores do que os gastos com a preservação. Em sua opinião, finalizou, para se melhorar a qualidade de vida de Juiz de Fora seria necessário cuidar do centro da cidade e defender uma conciliação de interesses particulares com a necessidade de preservação.<sup>280</sup>

Após a fala de Reginaldo, alguns conselheiros expuseram sua opinião. Entre eles Jaime Soares (cujo órgão ao qual representava não foi informado), que ressaltou que, apesar do dinheiro da negociação ser importante para construir creches, o tombamento deveria ser concedido pela história do imóvel e pelo sentimento humano em relação a esse. Concordaram com ele, com a opinião de que haveriam coisas mais importantes que o dinheiro, Maria Elisa Barone, que não era conselheira, mas gostava, de acordo com seu próprio depoimento, de participar de reuniões que tratavam de assuntos culturais da cidade<sup>281</sup> e os conselheiros Mauro Amaral Alves, da *Sociedade Civil Unibairros* e Leonir Cardoso, da *Associação de Aposentados e Pensionistas das Autarquias do Brasil*. Já Octacílio Pereira do Valle, representante do *Rotary Club de*

---

<sup>278</sup> **Ata da 8ª Reunião da CPTC**. 19 de fevereiro de 1986. Juiz de Fora: PJF/DIPAC.

<sup>279</sup> Criado pela lei 6413, de 9 de novembro de 1983, o Conselho Comunitário Municipal, seria uma instituição dentro da administração municipal, tendo como finalidade “aprofundar a colaboração comunitária” no município, fazendo a comunidade “participar dos debates dos assuntos mais importantes que envolvem interesses da cidade, aconselhando, trazendo subsídios aos poderes executivo e legislativo”. Fala de Tarcísio Delgado na reunião de abertura do Conselho Comunitário. 16 de dezembro de 1983. In: **Atas do Conselho Comunitário Municipal**. Op. Cit.

<sup>280</sup> **Ata da reunião do Conselho Comunitário Municipal**. 21 de janeiro de 1986. Op. Cit.

<sup>281</sup> As reuniões do *Conselho Comunitário Municipal* eram abertas a toda a comunidade e essa podia expressar sua opinião no decorrer das reuniões, como foi o caso de Maria Elisa Barone.

*São Mateus*, se manifestou contra o tombamento por esse acarretar um ônus muito pesado para o município, uma vez que se localizava em uma área muito valorizada e sua manutenção impediria a realização de novos empreendimentos. Com a mesma opinião se manifestaram os conselheiros Sebastião Esteves Barion, do *Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares* e Waltencyr Dias Ferreira, da *SPM de São Judas Tadeu*. Também presente na reunião, o jornalista e membro da Campanha Pró-preservação da Casa do Bispo, Walter Sebastião, se manifestou a favor do tombamento pedindo mais respeito pela memória da cidade.<sup>282</sup>

Para que a questão do tombamento fosse melhor esclarecida para o *Conselho Comunitário*, foi solicitada a presença de Sônia Rabelo, então advogada do SPHAN, em uma reunião extraordinária que ocorreu em 19 de fevereiro de 1986. Sonia constatou que o primeiro efeito ao se tornar um bem seria a sua conservação por parte do proprietário, mas se esse não tivesse condições de manter o mesmo preservado, o Poder Público poderia assumir o ônus sobre esse. No entanto, o conselheiro José Natalino do Nascimento, representante do *Clube de Engenharia*, salientou que ao ser tombado, o imóvel acaba se desvalorizando e os terrenos no centro da cidade eram os mais valorizados para o mercado imobiliário. Finalizou demonstrando que a entidade a qual representava era contrária aos tombamentos que prejudicassem o proprietário e defendia ainda a ideia do dono do imóvel receber uma indenização pelo ato. Também se manifestaram contra o tombamento pelos gastos que o governo teria, os conselheiros José Pancrácio Coimbra de Souza, da *SPC de Nossa Senhora Aparecida*; João Batista de Oliveira, da *Associação dos Trabalhadores Municipais* (que acreditava que o governo deveria se preocupar com a fome antes do tombamento de imóveis); José da Silva, do bairro Santa Efigênia (que defendia o tombamento só em locais onde fossem implantadas creches) e Luiz Carlos Alves, da *SPM do Monte Castelo*. Sobre esses possíveis gastos, todos foram lembrados pelo assessor técnico do IPPLAN, na época Custódio Mattos, que a prefeitura estaria negociando verbas para obras de infraestrutura na cidade e que tal verba não seria gasta com tombamentos.<sup>283</sup>

Nas reuniões seguintes do *Conselho Comunitário*, o assunto voltou a pauta de discussões, gerando mais debates contrários e favoráveis a preservação. Entre os membros que também queriam a demolição do Palácio estavam Sebastião Luiz, da *SPM do Alto Grajaú*; Luiz Antônio Stephan, da *Associação Comercial*, que defendia a

---

<sup>282</sup> **Ata da reunião do Conselho Comunitário Municipal.** 19 de fevereiro de 1986. Op. Cit.

<sup>283</sup> Idem.

construção de um parque municipal no local e Roxael Cândido da Cunha, da *União Juiz Forana de SPM de Bairros e Distritos*, destacando que a entidade defendia a demolição do imóvel porque esse já se encontrava em estado de arruinamento. Já os conselheiros favoráveis à preservação eram: Dona Lourdinha, do bairro Grama; Antônio Detoni Filho da *Comissão Municipal da Fundação Educar* (que elogiou os que lutavam pela preservação do patrimônio) e um outro de nome Jairo, (cujo sobrenome e representação não consta na ata de reunião e que não foi possível localizar em nossa pesquisa), que destacou que a luta pela memória da cidade não é secundária, pois o tombamento não prejudicaria o mercado de trabalho. A esses, davam apoio também Décio Bracher, artista plástico da cidade, que pediu inclusive aos membros do Conselho que não cometessem os mesmos erros do passado.

Em seguida pediu a fala o conselheiro e representante do *Clube de Engenharia*, José Natalino do Nascimento, que disse que as suas declarações anteriores teriam sido mal interpretadas, uma vez que a entidade a qual representava não era contra o tombamento como ato e sim contra a política do tombamento, que, na opinião da entidade, tomba um imóvel mas o abandona, como ocorreu com o Cine Theatro Central. Em relação ao Palácio Episcopal, José Natalino salientou que, como membro do Conselho de Administração e Economia da Arquidiocese de Juiz de Fora, sabia que quando o arcebispo se mudou da residência, esse havia proposto a destruição do imóvel pelo estado físico que esse se encontrava e não por razões imobiliárias.<sup>284</sup>

Encerados os debates, o presidente do Conselho, lembrou que a decisão não teria caráter deliberativo, mas sim de aconselhamento à administração municipal e que, em relação ao Palácio Episcopal, a prefeitura não poderia tomar nenhuma atitude imediata até o processo ser julgado. Em seguida, esclareceu que a votação seria da seguinte forma: os favoráveis ao tombamento deveriam escrever “sim” e os contrários a esse deveriam escrever “não”. Após a chamada em ordem alfabética para votação aberta, supervisionada pelo então secretário da Comissão, Rubem Barbosa Filho, constatou-se que 35 conselheiros votaram “NÃO” e 5 conselheiros votaram “SIM”.

Em sua decisão final sobre o tombamento do palacete, o prefeito preferiu acatar a decisão do *Conselho Comunitário*, formado, em sua maioria, por cidadãos que, apesar de conhecerem os problemas da sociedade, não possuíam uma experiência adequada sobre a preservação do patrimônio. Já a opinião e a decisão da CPTC, formada por

---

<sup>284</sup> **Ata da reunião do Conselho Comunitário Municipal.** 26 de fevereiro de 1986. Op. Cit.

peessoas com maior conhecimento e experiência, inclusive profissional, sobre essa área, não foi considerada. O que se viu a seguir foi a venda do Palácio Episcopal e a sua demolição (em uma madrugada) para que fosse erguido em seu lugar, um edifício que hoje suporta supermercado, colégio, consultórios e outras áreas comerciais. Assim se deu o desfecho da Casa do Bispo: *“como biscoito de polvilho: fez muito barulho, mas não sustentou”*, mas palavras de Ramon Brandão.<sup>285</sup>

### 3.4 - A CAPELA DO STELLA MATUTINA: *“Espaço sagrado das artes”*<sup>286</sup>.

Construída para atender as necessidades religiosas das internas do antigo colégio Stella Matutina, a capela desse colégio se viu, no final da década de 1970 abandonada no meio de uma avenida que já não possuía mais nenhum imóvel da sua época idade nas proximidades. No entanto, ela ainda escreveria um pouco mais a história de Juiz de Fora até receber o mesmo destino dos imóveis que existiam ao seu redor.

Quando as irmãs que administravam o antigo colégio resolveram vendê-lo, juntamente com a capela, os dois imóveis tiveram compradores diferentes. O colégio passou a pertencer à empresários do ramo de sapatos da cidade, como foi mostrado acima, e a capela passou para as mãos de Sidivan Ribeiro da Silva, que a comprou por Cr\$ 1 milhão. O fato ocorreu em 1976 e ganhou destaque na imprensa pelo novo destino do imóvel: esse viraria uma galeria de arte.

Vidraceiro de profissão, Sidivan sempre teve contato com a arte, uma vez que seu irmão frequentava a casa de Júlia Van Roge, uma artista muito famosa na Europa. Ao ver uma exposição de Oswaldo Teixeira em 1958, o vidraceiro decidiu fazer da arte um “hobbie” e passou a comprar quadros em Juiz de Fora e em outras cidades para revendê-los no Rio de Janeiro e São Paulo e vice-versa. Com o crescimento da vidraçaria, herdada do pai, anexou a essa uma fábrica de molduras e começou a promover também cursos e exposições, se tornando assim um mercador de arte. A partir desse momento, Sidivan decidiu montar uma galeria de arte e quando soube que a Capela do Stella Matutina estava à venda decidiu comprá-la e reformá-la com ajuda de um empréstimo feito ao Banco de Crédito Real. *“Ganho muito dinheiro no mercado de arte, não pago imposto nenhum, tenho apenas três empregados e ainda me dou o luxo*

---

<sup>285</sup> Depoimento de Ramon Brandão concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 28 de abril de 2012.

<sup>286</sup> Mauro Moraes.

de dizer que possuo uma das três únicas igrejas particulares do mundo inteiro”, citando uma no “Vaticano, a do Papa, e uma outra muito pequena em Vitória”.<sup>287</sup>



FOTO 25: Capela Galeria de Arte. Década de 1980.  
Fonte: <http://mariadoresguardo.blogspot.com.br>>. Arquivo Xixa M. Carelli.

Ao ser adquirido, o prédio foi mantido, só se adaptando o antigo salão paroquial (no porão) para instalar a vidraçaria e a fábrica de molduras. (Ver foto 25). Os púlpitos em cedro do século XIX, os vitrais franceses e alemães, os pisos de porcelana inglesa do século XVIII, os mármore carrara, a pintura em *art nouveau*, as pias e escarradeiras coloniais e os lustres europeus, foram realçados com a reforma, levando Sidivan a afirmar em reportagem ao “*Jornal do Brasil*”: “Virei herói, porque conservei um patrimônio que não é meu, mas é da cidade”. O vidraceiro declarou também que o empresário que comprou o colégio deveria ter transformado-o em um hotel, mas no fundo, havia gostado da sua demolição, pois, “*assim, a minha igreja fica mais valorizada*”. Finalizou dizendo que o ato “*é o símbolo de uma cidade que não sabe preservar seu patrimônio, porque hoje o prédio tem só 98 anos, mas depois terá 100, 200 e aí o valor histórico seria incalculável*”.<sup>288</sup>

A escritura de venda da Capela trazia uma peculiaridade. Com a demolição do antigo colégio pelo novo comprador, as Irmãs Servas do Espírito Santo, antigas proprietárias, se preocuparam com uma coisa em especial. Segundo uma cláusula no

---

<sup>287</sup> TAUCCL, P. P. Op. Cit.

<sup>288</sup> TAUCCL, P. P. Op. Cit.

contrato de venda, se o imóvel (Capela) viesse a ser demolido, o comprador deveria retirar todos os

vitrais, painéis, pinturas, altos e baixos relevos, esculturas, imagens e tudo o mais que de qualquer maneira tenha sentido ou representação sacra ou religiosa, de forma a preservar o respeito devido às origens do prédio, obrigação esta que se estenderá aos herdeiros e sucessores do ora outorgado comprador.<sup>289</sup>

Na mesma cláusula, em parágrafo único, lê-se: “*A presente condição poderá ser revogada se o prédio da Igreja vier a ser usado para fins educacionais e culturais, desde que aquelas obras de arte sacra e religiosa*” passem a constituir “*bens que integrem o acervo histórico e artístico*” do “*estabelecimento ali instalado e desta cidade de Juiz de Fora, sem qualquer característica para fins religiosos*”.<sup>290</sup> Cabe aqui falar que não encontramos documentação que comprove que essa cláusula foi respeitada na demolição da Capela. A única referência a que tivemos acesso sobre o assunto foi uma entrevista de Sidivan à publicação da UFJF “*Palco*”, onde ele afirmou que os escombros da Capela foram doados a instituições culturais da cidade,<sup>291</sup> o que acreditamos se tratar dos itens presentes no contrato de venda.

A inauguração da “*Capela Galeria de Arte*”, em 17 de dezembro de 1976, animada pelo coral da UFJF, contou com a presença de 33 importantes artistas plásticos de todo o Brasil, que fizeram um coletivo de 84 quadros e 60 gravuras<sup>292</sup> e que trouxeram “*os bons ares do contemporâneo e a esperança de uma produção independente e consistente na cidade*”.<sup>293</sup> Estariam presentes também críticos de arte como Roberto Pontual, Marc Berkowicz, Quirino Campofiorito, Clarivaldo Prado Valadares e Francisco Bittencourt; o então ministro da educação Ney Fraga; o ex-

---

<sup>289</sup> Escritura de venda da Capela do antigo colégio Stella Matutina. In: **Processo de tombamento Capela do Stella Matutina**. Op. Cit.

<sup>290</sup> Escritura de venda da Capela do antigo colégio Stella Matutina. In: **Processo de tombamento Capela do Stella Matutina**. Op. Cit.

<sup>291</sup> MORAES, Mauro. *Capela: espaço sagrado da arte. Palco*. Juiz de Fora: UFJF/Pró-Reitoria de Cultura, outubro de 2011. Ano IV, n. 22, p. 5.

<sup>292</sup> Os artistas que expuseram obras foram: Abelardo Saluary, Ana Maria Maiolino, Ana Letícia, Amélia Toledo, Arlindo Daibert, Carlos Alberto Alves Lima, Carlos Bracher, Carlos Scliar D’Avila, Djanira, Edith Rhering, Evany Panzeres, Fayga Ostrower, Farnese de Andrade, Frank Schaeffer, Glauco Rodrigues, Inge Roesler, José Tarcísio, Marcia Barroso de Amaral, Nanfredo de Souza Neto, Maria do Carmo Secco, Maria Leontina, Maria Luiza Leão, Marieta Ramos, Marília Krauz, Paulo Roberto Leal, Pietrina Checcacci, Roberto Magalhães, Roberto Vieira, Rubens Gerschman, Tancredo de Araújo, Wanda Pimentel e Wilma Martins. Luppi, Carlos Alberto. Juiz de Fora inaugura a maior galeria de arte da América Latina. **Prelo: publicidade, promoção e informação Ltda**. In: **Processo de tombamento Capela do Stella Matutina**. Op. Cit.

<sup>293</sup> MORAES, M. Op. Cit

senador Magalhães Pinto; o presidente do Museu Nacional de Belas Artes, na época Edson Motta (que possuía uma ligação pessoal com Juiz de Fora pois participou da Sociedade Antônio Parreiras); o então presidente do Museu de Arte de São Paulo Pietro Bardi; o governador de Minas Gerais na ocasião Aureliano Chaves; o então presidente do Banco do Brasil Mario Pacini; o ex-deputado e presidente Tancredo Neves, entre outros convidados<sup>294</sup>. Nos seus cinco primeiros anos de existência, a galeria recebeu artistas como Farnese de Andrade, Darey Penteado, Scliar, Antonio Maia, entre outros.

A Capela funcionou como galeria de arte por mais ou menos 10 anos e nesse período contou com a presença de importantes manifestações culturais de todas as áreas. Segundo Fernanda Fernandes e Teo Pasquini, há registros de que a Capela presenciou shows de Elba Ramalho, Alceu Valença, Sivuca e Hermeto Paschoal.<sup>295</sup> Esse último, como lembrou Humberto Nicoline, marcou muito a cidade porque ele fez tudo que podia dentro da Capela com sua diversidade musical, “*até berrante ele tocou*”. (Ver foto 26). Após o show, ainda segundo Nicoline, ele saiu da Capela e deu uma volta no quarteirão tocando flauta com “*praticamente uma passeata atrás dele*”. Isso chamou a atenção de pessoas que passavam na rua e que talvez nem soubessem o que estava se passando e “*foi uma coisa que não se vê mais hoje em dia. Foi marcante*”.<sup>296</sup>



FOTO 26: Show de Hermeto Paschoal na Capela em junho de 1984.  
Fonte: NICOLINE, H. Op. Cit. p. 71.

---

<sup>294</sup> LUPPI, C. A. Op. Cit.

<sup>295</sup> FERNANDES, Fernanda Pires Alvarenga; PASQUINI, Teo Salgado. **Jornalismo cultural e preservação do patrimônio**: o caso da Capela do Stella. Fortaleza: VII Encontro Nacional de História da Mídia. 19 a 21 de agosto de 2009. Disponível em <<http://paginas.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/7o-encontro-2009-1/Jornalismo%20Cultural%20e%20preservacao%20do%20patrimonio.pdf>> p. 5

<sup>296</sup> Depoimento de Humberto Nicoline concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 21 de março de 2012.



FOTO 27: Leilão na Capela.  
Fonte: *Diário Mercantil*, 29 de Junho de 1986.



FOTO 28: Ensaio de Balé na Capela em outubro de 1983.  
Fonte: NICOLINE, H. Op. Cit. p. 63.



FOTO 29: 1º Encontro Nacional de Letristas em setembro de 1984.  
Fonte: NICOLINE, H. Op. Cit. p. 76.

A Capela presenciou também apresentações de balé, palestras, conferências, leilões de arte, reuniões e diversas exposições de arte (ver fotos 27, 28 e 29). Uma dessas exposições, inclusive, foi bem ousada para a época e marcou a memória de Nicoline. No depoimento que nos concedeu, o fotógrafo contou que o artista plástico Henrique Lott fez uma exposição no início da década de 1980 de quadros a óleo de pessoas desprovidas de pele. No meio da exposição as luzes diminuía e entravam diversas pessoas nuas, que era uma coisa raríssima na época, surpreendendo e até chocando os espectadores.<sup>297</sup> Outra exposição marcante foi a mostra “*Artistas de Juiz de Fora*”, que figurou entre as mais prestigiadas no Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro em 1978. Todas essas apresentações acabaram “*transformando as paredes da*

---

<sup>297</sup> Idem.

*antiga instituição religiosa em microcosmo da ideologia libertadora em meio à Ditadura Militar*”.<sup>298</sup>

### **O fim da galeria de arte e a perda da Capela**

Quando adquiriu a Capela e a transformou em uma galeria de arte mantendo o aspecto físico da construção, Sidivan declarou, como foi mostrado acima, que estava conservando um patrimônio que não era só dele, era da cidade inteira. Só essa fala do ex-proprietário da Capela já nos faz perceber como o imóvel estava presente na memória coletiva da cidade. No entanto, dez anos após a aquisição do imóvel, a opinião de Sidivan, ao que tudo indica, mudou radicalmente.

Em 1985 o espaço deixou de ser usado como galeria de arte, sendo alugado e usado para diversos fins, como, por exemplo, para cultos da pastoral do Reverendo José Pereira da Rocha Filho da Igreja Batista.<sup>299</sup>

Em janeiro de 1986 o jornal “*Diário Mercantil*” noticiou que o imóvel havia sido vendido por Sidivan, que alegava não ter mais condições financeiras de manter o local, a um grupo imobiliário da cidade. Sidivan havia entrado também com um pedido de alvará de demolição na prefeitura, mas com a demora na liberação desse, o proprietário resolveu começar a demolição mesmo sem o documento. Por essa razão, a *Secretaria Municipal de Obras* embargou tal demolição,<sup>300</sup> mas a Capela acabou ficando sem o forro e parte dos vitrais. (Ver foto 30 e 31).

Tal ato, segundo Maria Elisa Barone pegou a todos de surpresa porque, como Sidivan se interessava por arte e cultura, ninguém esperava que ele tomasse tal atitude.<sup>301</sup> Já Ramon Brandão comentou que talvez Sidivan tenha se cansado de procurar apoio para manter a Capela e como essa deveria gerar gastos muito altos, ele decidiu vendê-la. Mesmo assim, Ramon declarou que não concordou com a postura do proprietário, pois apoiava o tombamento do imóvel, achando que outra saída poderia ter sido buscada para manter a Capela.<sup>302</sup>

---

<sup>298</sup> FERNANDES, F. P. A.; PASQUINI, T. S. Op. Cit. p. 6.

<sup>299</sup> Informação dada por Dona Leocádia, sogra do Reverendo Rocha ao jornal *Tribuna de Minas* de 1 de janeiro de 1986 e incluída na pesquisa feita por Nilo de Araújo Campos e Hilda Rezende Paula para relatório de tombamento da Capela. 17 de fevereiro de 1986. In: **Processo de tombamento Capela do Stella Matutina**. Op. Cit.

<sup>300</sup> CAMPOS, Nilo de Araújo; PAULA, Hilda Rezende. Pesquisa sobre o colégio e capela do Stella Matutina. 17 de fevereiro de 1986. In: **Processo de tombamento Capela do Stella Matutina**. Op. Cit.

<sup>301</sup> Depoimento de Maria Elisa Barone concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 2 de maio de 2012.

<sup>302</sup> Depoimento de Ramon Brandão concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 28 de abril de 2012.



FOTO 30: Capela Galeria de Arte. 1986. Detalhe para os vitrais destruídos.  
Fonte: [http:// mariadoresguardo.blogspot.com.br](http://mariadoresguardo.blogspot.com.br)>. Foto de Ramon Brandão.



FOTO 31: Demolição interna da Capela Galeria de Arte. Fevereiro de 1986.  
Fonte: Processo de tombamento Capela do Stella Matutina. Op. Cit.

Com a decisão do proprietário, a lembrança da destruição do colégio Stella Matutina veio novamente à tona. Na época que essa ocorreu, nenhuma providência legal podia ser tomada para se evitar a demolição, mas no contexto de ameaça à Capela a legislação municipal já permitia meios para se recorrer. Assim, na reunião da CPTC de 16 de janeiro de 1986, na qual, como vimos acima, também se referiu à questão do tombamento da Casa do Bispo, discutiu-se a abertura de um processo de tombamento para a Capela. Em tal reunião, o advogado Paulo Roberto de Gouveia Medina, em concordância com o secretário de negócios jurídicos da prefeitura (Ivan Gaudereto), informou à Comissão que o pedido de demolição do proprietário não poderia ser negado, uma vez que o pedido (não a demolição apressada) era legal. Diante desse fato, Reginaldo Arcuri opinou pela imediata abertura do processo de tombamento e decidiu-se que Rachel Jardim seria a relatora do processo. Dentro do mesmo assunto, Luiz Alberto do Prado Passaglia ainda explicou que foi a São Paulo, não como funcionário da prefeitura, mas como conhecedor do assunto e afirmou que o Banco Itaú (para quem

Sidivan havia vendido a Capela) já sabia que o referido imóvel tinha sido inventariado para posterior tombamento.<sup>303</sup>

Como relatora, Rachel Jardim lembrou que a destruição do antigo colégio deixou “*marcas profundas, até hoje vivenciadas pela população local, que ainda não se recuperou completamente da perda do prédio, do choque e da perplexidade de vê-lo desaparecer de um dia para o outro*”. Na época, a população estava impotente, mas naquele momento era “*compensada pela sua reação raivosa a outras demolições em curso*”, como o do Palácio Episcopal. Para a escritora, “*tal consciência nasceu exatamente com a demolição do colégio Stella Matutina*” e por essa razão, “*abolir a Capela seria empobrecer a cidade, seria privá-la de beleza, de memória, de história*”.<sup>304</sup>

Com a decisão da CPTC de abrir um processo de tombamento da Capela, Sidivan foi comunicado e lembrado que, segundo o artigo 18, capítulo IV, da Lei Municipal 6108 de 13/01/1982, “*desde a proposta (de tombamento) até final decisão do bem em exame, terá a mesma proteção do bem tombado*”.<sup>305</sup> No entanto, o então proprietário do imóvel, em resposta a tal comunicado, datado de 4 de fevereiro de 1986, se mostrou contrário a decisão de tombamento da Capela, afirmando que quando recebeu o ofício da Comissão já havia modificado o imóvel. Anexou também a essa resposta um parecer assinado pelo historiador Almir de Oliveira onde, segundo esse, o imóvel não possuía motivos históricos para tombamento pelo fato de ser uma construção de mais ou menos 60 anos e por não ter presenciado nenhum fato histórico relevante em seu interior. Não possuía também, ainda de acordo com o parecer, características arquitetônicas relevantes, uma vez que só suas janelas e portas seriam de estilo gótico, além do imóvel ser desprovido de valor religioso, pois esse havia se perdido quando o templo foi desativado pela congregação, e também de valor turístico, uma vez que não é visitado para esse fim. Como o contrato de venda previa apenas a preservação dos objetos religiosos da Capela, não do imóvel em si, somado ao fato do bem em questão não possuir nenhum valor para preservação, o suporte jurídico deixaria de existir, sendo seu tombamento muito oneroso para o proprietário que não poderia

---

<sup>303</sup> **Ata da reunião da CPTC.** 16 de janeiro de 1986. Op. Cit. Sobre a fala de Passaglia, a Capela do antigo colégio Stella Matutina foi inventariada pelo Pré-inventário arquitetônico de Juiz de Fora, de 1980.

<sup>304</sup> Relatório de Rachel Jardim propondo o tombamento da Capela. 16 de janeiro de 1986. In: **Processo de tombamento Capela do Stella Matutina.** Op. Cit.

<sup>305</sup> Relatório enviado a Sidivan Ribeiro comunicando a abertura de processo de tombamento da Capela. **Processo de tombamento Capela do Stella Matutina.** Op. Cit.

usar o bem para outras atividades mais lucrativas.<sup>306</sup> Sidivan também disse à imprensa que se a Capela fosse tombada, no outro dia ele e fecharia querendo “*ver quem é que [ia] manter*” o imóvel.<sup>307</sup>

Esses argumentos de Sidivan foram apresentados e debatidos na reunião da CPTC de 19 de fevereiro de 1986. A relatora Rachel Jardim, reforçando seu parecer, disse que Juiz de Fora era privilegiada por possuir a cópia de um prédio holandês que foi construído justamente com esse objetivo e que ao contrário de Almir de Oliveira, acreditava sim que esse estilo (o gótico) poderia ser copiado. Acrescentou ainda que o imóvel era da mesma época da urbanização da cidade e que “*hoje em dia não se tomba apenas o monumental, o extraordinário, tomba-se também, o que está ligado a vida dos lugares, o que ajuda a contar a história das cidades, de suas ruas e de seus bairros*”. E nada melhor que as edificações para contar a história da cidade. Em Juiz de Fora, essa arquitetura típica vinha desaparecendo, fazendo a cidade ficar “*sem rosto, portanto sem história*” e a importância da preservação da Capela se encaixaria nesse sentido: ela era um documento visual da época de urbanização da cidade. Rachel termina explicando que se o imóvel fosse tombado, o proprietário não deixaria de ter lucros, uma vez que o tombamento seria um instrumento urbano que apenas impediria a desfiguração do bem tombado, não a sua venda ou seu uso para outros fins.<sup>308</sup> Após sua argumentação, Rachel Jardim, juntamente com Reginaldo Arcuri sugeriram um tombamento das fachadas da Capela, podendo o proprietário modificar seu interior, que, inclusive, já havia sido demolido parcialmente. Assim, a decisão encaminhada ao Prefeito foi a de que o processo de tombamento continuaria aberto e que se deveria preservar a volumetria externa da Capela e o que fosse possível do seu interior, sendo esse adaptado às necessidades de uso do proprietário.<sup>309</sup>

---

<sup>306</sup> Parecer de Almir de Oliveira que justifica a recusa de tombamento da Capela por parte de Sidivan Ribeiro dos Santos. 4 de fevereiro de 1986. In: **Processo de tombamento Capela do Stella Matutina**. Op. Cit.

<sup>307</sup> Sidivan espera proposta para vender Capela. **Tribuna de Minas**. 11 de junho de 1982.

<sup>308</sup> Parecer de Rachel Jardim a favor do tombamento da Capela. In: **Processo de tombamento Capela do Stella Matutina**. Op. Cit.

<sup>309</sup> Ofício enviado por Rubens Barbosa Filho, então diretor do IPLLAN, ao prefeito da época, Tarcísio Delgado, comunicando a decisão da CPTC sobre o processo de tombamento da Capela do antigo colégio Stella Matutina. 25 de fevereiro de 1986. In: **Processo de tombamento Capela do Stella Matutina**. Op. Cit.

Passado o assunto para as mãos do então prefeito Tarcísio Delgado, que daria o veredicto final,<sup>310</sup> esse preferiu levar novamente o assunto para ser discutido no *Conselho Comunitário Municipal*. Em reunião desse, em 21 de janeiro de 1986, Sidivan expôs sua opinião aos presentes e destacou que o tombamento do imóvel seria um absurdo porque os prédios velhos de Juiz de Fora estavam impedindo o progresso da cidade<sup>311</sup> (discurso bem diferente de quando ele comprou o imóvel). Para que a Capela fosse tombada, continuou o vidraceiro, a Prefeitura deveria ter condições de mantê-la, o que não seria possível. Em sua opinião, a preservação do patrimônio histórico da cidade deveria ser feita através de filmes e fotografias, não com a manutenção dos bens físicos. Em seguida José Natalino do Nascimento, representante do *Clube de Engenharia*, sugeriu que o assunto fosse discutido com mais calma quando o número de conselheiros fosse maior, pois a presente reunião só contava com 8% de seus integrantes (ou seja, 24 membros). No entanto, Sidivan pediu urgência na discussão do problema, alegando já ter contratos assinados da venda da Capela.<sup>312</sup>

Em nova reunião do Conselho, o proprietário da Capela disse aos presentes que, entrou com pedido de demolição do imóvel em 6 de janeiro de 1986 e que só 15 dias depois, o IPPLAN abriu o processo de tombamento. Lamentou que sua defesa não tivesse sido entregue aos conselheiros e alegou que esses só conheciam uma parte do processo, ou seja, àquela apresentada pela Prefeitura. Dessa forma, mostrou a todos os presentes o relatório feito por Almir de Oliveira para que os mesmos pudessem tomar sua decisão mais democraticamente.<sup>313</sup>

Antes da decisão final do *Conselho Comunitário Municipal* alguns conselheiros deram sua opinião contrária ao tombamento do imóvel. Nas atas das reuniões analisadas encontra-se as falas de Sebastião Esteves Berion, representante do *Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares*<sup>314</sup>; Vicente de Paula Oliveira, da *SPM de Santa Cândida*, para qual a preservação da Capela e da Casa do Bispo (também em discussão nesse momento) atrasariam o progresso da cidade<sup>315</sup>; José Alves, da *SPM de Nossa Senhora Aparecida*, que lembrou que os prédios vizinhos a Capela contrastam com ela, estando em desacordo com o aspecto geral da Avenida Rio Branco e que a

---

<sup>310</sup> De acordo com a lei 6108, de 1982, cap. IV, art. 17, 1º §: “Com a deliberação o processo será encaminhado ao Prefeito Municipal que decretará o tombamento ou, se assim o entender, ouvirá o Conselho Consultivo antes de decretar ou não o tombamento”.

<sup>311</sup> **Ata da reunião do Conselho Comunitário Municipal**. 21 de janeiro de 1986. Op. Cit.

<sup>312</sup> **Ata da reunião do Conselho Comunitário Municipal**. 21 de janeiro de 1986. Op. Cit.

<sup>313</sup> **Ata da reunião do Conselho Comunitário Municipal**. 25 de fevereiro de 1986. Op. Cit.

<sup>314</sup> **Ata da reunião do Conselho Comunitário Municipal**. 21 de janeiro de 1986. Op. Cit.

<sup>315</sup> **Ata da reunião do Conselho Comunitário Municipal**. 25 de fevereiro de 1986. Op. Cit.

ampliação do mercado de trabalho seria mais importante que a preservação de imóveis antigos; e Luiz Antonio Stephan, da *Associação Comercial*, que achava que a Capela já estava em condições precárias e que o tombamento havia sido solicitado tardiamente.<sup>316</sup> Antes de ser aberta a votação para decisão final, Nívea Bracher, integrante da CPTC, tentou mostrar aos conselheiros que, ao contrário do relatório redigido por Almir de Oliveira, o imóvel teria sim um valor histórico e sentimental para a cidade. Disse que em sua opinião, as construções modernas seriam um desrespeito ao psiquismo humano por não terem as qualidades materiais e estéticas que melhorem o estilo de vida da população. Sugeriu ainda que, desde que seja inevitável a destruição, pelo menos 50% da área seja usada a obras comunitárias para que o povo desenvolva atividades culturais naquele local, lembrando a todos da importância histórica da votação que fariam.<sup>317</sup>

Em seguida, o então presidente do Conselho, Tarcísio Delgado, explicou que os favoráveis ao tombamento deveriam escrever “*sim*” e os contrários “*não*”. Feita a votação, o *Conselho Comunitário* decidiu pela demolição da capela com 38 votos contrários ao tombamento e 2 favoráveis.<sup>318</sup>

No dia anterior a reunião do *Conselho Comunitário* que decidiu pelo não tombamento da Capela, o então secretário de negócios jurídicos da Prefeitura de Juiz de Fora Ivan Gaudereto, enviou um parecer a Tarcísio Delgado sugerindo ao ex-prefeito a decisão pela não preservação do imóvel. De acordo com o parecer, Sidivan Ribeiro havia solicitado o pedido de demolição antes da abertura do processo de tombamento e assim, a instauração de tal processo, “*não tem força para impedir a demolição do imóvel*”. Nesses termos, entendia que tomar o imóvel naquele momento seria “*praticar ato flagrantemente ilegal, suscetível de ser anulado pelo poder judiciário*”.<sup>319</sup> Tendo em mãos o parecer do secretário e a decisão do *Conselho Comunitário*, Tarcísio Delgado decidiu pela não preservação do imóvel<sup>320</sup>, desprovendo Juiz de Fora de mais um importante bem que ajudava a contar sua história. No parecer final do então prefeito encontramos os seguintes dizeres:

Ao Senhor Secretário de Obras:

---

<sup>316</sup> **Ata da reunião do Conselho Comunitário Municipal**. 26 de fevereiro de 1986. Op. Cit.

<sup>317</sup> Idem.

<sup>318</sup> Idem.

<sup>319</sup> Parecer do secretário de negócios jurídicos da Prefeitura de Juiz de Fora ao prefeito Tarcísio Delgado. 25 de fevereiro de 1986. In: **Processo de tombamento Capela Stella Matutina**. Op. Cit.

<sup>320</sup> Parecer final do então prefeito Tarcísio Delgado ao processo de tombamento da Capela do antigo colégio Stella Matutina. 27 de fevereiro de 1986. In: **Processo de tombamento Capela Stella Matutina**. Op. Cit.

Examinando os autos, decido.

Considerando, em primeiro lugar e fundamentalmente, o parecer do Sr. Secretário de Negócios Jurídicos (fls.134/7) e, também, a manifestação quase unânime do Conselho Comunitário Municipal (na reunião ontem realizada, decidiu aquele órgão, por 38 votos a 2, sugerir, ao Executivo, o não tombamento do imóvel conhecido por Capela do Stella Matutina), INACOLHO a proposta formulada pela douta Comissão Técnico-Cultural do IPPLAN (fls. 133).

Libere-se, conseqüentemente, observadas as exigências legais e regulamentares, o alvará de demolição requerido a fls. 164 do processo n. 2195/69.

Em 27/02/86.<sup>321</sup>

A ameaça de demolição da Capela do Stella Matutina não gerou nenhum movimento popular nas ruas, como aconteceu com a Casa do Bispo, mas isso não quer dizer que não foi alvo de algumas manifestações populares. De acordo com Fernandes e Pasquini, a importância que a Capela tinha para as pessoas estava muito além da sua história arquitetônica, pois “*nos 10 anos em que a Capela funcionou como espaço artístico-cultural, sua ação como elemento aglutinador da classe artística, marcou para sempre a vida cultural da cidade*”.<sup>322</sup>

Além das inúmeras reportagens nos jornais que tentavam sensibilizar o proprietário do imóvel, a Prefeitura e a população da cidade para a importância de preservar a Capela, encontramos a referência de uma faixa fixada nessa com os dizeres “*Acorda Juiz de Fora!*” que reivindicava a defesa do patrimônio e da história da cidade. Tal manifestação pode ser encontrada nas atas da reunião do *Conselho Comunitário*, quando, em sua reunião de 25 de fevereiro de 1986, a jornalista Marta Sirimarco, pediu a palavra para discordar de uma atitude de José Natalino do Nascimento, pois esse havia dito, em uma outra reunião, que achou estranho a colocação de tal faixa na frente da Capela. Segundo a jornalista, a manifestação não foi feita somente “por uma dúzia de pessoas”, como havia dito José Natalino e defendeu o direito da população gostar de um determinado imóvel, citando a Capela como patrimônio da cidade.<sup>323</sup>

Mesmo com a decisão final do prefeito pelo não tombamento, ainda se recorreu a sensibilidade do proprietário para que a demolição não ocorresse. Tal recurso se deu através de uma manifestação em frente ao imóvel da qual participaram Walter Sebastião, Ramon Brandão, Daniela Merheb, entre outros. (Ver foto 32). Walter

---

<sup>321</sup> Idem.

<sup>322</sup> FERNANDES, F. P. A.; PASQUINI, T. S. Op. Cit. p. 8.

<sup>323</sup> **Ata da reunião do Conselho Comunitário Municipal**. 25 de fevereiro de 1986. Op. Cit.

Sebastião disse que não consideraria o ato como uma manifestação, sendo essa mais um protesto contra a demolição do imóvel.<sup>324</sup> Essa observação do jornalista nos chamou a atenção para o assunto que nos propormos a trabalhar aqui. Diferente da Casa do Bispo, dos Grupos Centrais e da Mascarenhas (sendo que os dois últimos veremos no próximo capítulo), no contexto da Capela do Stella não houve movimentos nas ruas e nem reuniões para se traçar um plano de ação. Mesmo assim, não podemos ignorar a importância que a Capela possuía para a memória coletiva da cidade. Um dos motivos para não ter acontecido um movimento popular para a preservação da Capela, na opinião de Ramon Brandão, foi o desfecho que a Casa do Bispo teve. Essa tinha acabado de ser demolida e *“todo mundo estava desmotivado. A Casa do Bispo foi um balde de água fria na cabeça de todo mundo”*. Ramon lembrou também que a Prefeitura já tinha dado todos os sinais que não apoiaria a preservação do imóvel e isso desmotivou ainda mais os manifestantes. Mesmo assim, ainda segundo o artista plástico, *“nós fizemos um barulhinho, aquela foto do livro do Nicoline, a gente lá, batendo tambor. Mas a gente lá na frente parecia um bando de doidos, ninguém dava bola, (...) as pessoas não entendiam o que a gente queria”*.<sup>325</sup> Walter Sebastião também destacou a falta de perspectiva do movimento. Para ele *“o local era bonito, interessante, mas muito distante do dia-a-dia do movimento cultural”*.<sup>326</sup> Mesmo assim, foi uma perda muito grande para a cidade.



FOTO 32: Protesto em frente a Capela Galeria de Arte. Março de 1986.  
Fonte: NICOLINE, H. OP. Cit. p. 155.

<sup>324</sup> Depoimento de Walter Sebastião concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 25 de abril de 2012.

<sup>325</sup> Depoimento de Ramon Brandão concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 28 de abril de 2012.

<sup>326</sup> Depoimento de Walter Sebastião concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 25 de abril de 2012.

Sem a preservação, o imóvel foi vendido ao Banco Itaú, demolido (ver fotos 33 e 34) e aonde existia antigamente o refugio religioso usado pelas alunas do Stella Matutina e depois o refúgio da arte com a galeria, existe hoje o Banco Itaú, ao lado do edifício comercial Stella Central.

Após a perda, uma última manifestação ainda pode ser encontrada só que desse vez como forma de mostrar como a cidade estava se esvaziando historicamente. Se tratou de uma exposição da artista plástica Nívea Bracher, grande engajadora das questões culturais da cidade, de nome “*Rebrincando a Paisagem*”, selecionado para o I Salão de Artes Plásticas, no Rio de Janeiro, onde foram expostas fotografias da demolição da Capela do Stella. Segundo a própria Nívea, em entrevista a Mauro Moraes, “*as demolições do colégio e da capela [do Stella Matutina] foram traumas muito grandes. Acredito que, quando uma construção passa por gerações, ela acaba pertencendo à cidade e deve ser vista com outro olhar*”.<sup>327</sup>



FOTOS 33 e 34: Antes e durante da demolição da Capela do Stella Matutina.  
Fonte: <[http:// mariadoresguardo.blogspot.com.br](http://mariadoresguardo.blogspot.com.br)>. Fotos de Ramon Brandão.

### **Após as demolições**

Como mostramos no capítulo 1, a década de 1980 em Juiz de Fora foi marcada por uma intensa agitação dos setores populares.

No que se refere a preservação do patrimônio histórico da cidade, os movimentos pró-preservação também se expressaram com mais força nessa década. O

---

<sup>327</sup> MORAES, M. Op. cit. p. 5.

contraditório dessa história é que foram as demolições que fizeram as pessoas se conscientizarem para a importância da preservação do patrimônio juizforano.

A partir da criação da lei municipal 6108, de 1982, juntamente com o alargamento do conceito de cultura na esfera nacional e com a valorização de outros estilos arquitetônicos e outras formas de cultura, como a oral, que já se estendiam desde os anos 70, Juiz de Fora conseguiu uma forma legal de proteger seu patrimônio. Infelizmente a existência da legislação não impediu de que parte da memória se perdesse, mas ajudou que parcela significativa dessa se preservasse, como veremos no capítulo 4.

Célia Borges, citando Christian Norberg-Schutz, disse que o homem se reconhece em um certo lugar através de signos e símbolos que lhe fazem sentir que pertencem a tal local.<sup>328</sup> No entanto, a partir do momento que esses signos e símbolos são perdidos, os referenciais de memória da sociedade também desaparecem. O que se tentou foi a preservação do patrimônio da cidade, cuja legislação legal foi criada a partir do primeiro caso. Se não se formou um lugar de memória com essas perdas, criou-se ao menos uma legislação de preservação.

A ameaça dessas perdas gerou um tom de revolta tão grande em alguns segmentos sociais que esses resolveram fazer alguma coisa em pró da preservação. Interessante foi o depoimento do artista plástico Ruy Merheb recolhido por Nívea Bracher na ocasião da tentativa de se preservar a Casa do Bispo. Em suas palavras: “*a revelia da opinião popular e em nome de uma mentira a que querem emprestar o nome de progresso, constroem-se aberrações no lugar onde existia o que naturalmente deveria permanecer*”.<sup>329</sup> Todas essas demolições (e aqui nos referimos a perda dos antigos casarões ao longo da Avenida Rio Branco e não apenas a dos imóveis estudados), acabaram gerando uma miséria cultural na cidade. Juiz de Fora, a cada dia, prosperava com os grandes investimentos imobiliários, mas a custa de um empobrecimento histórico e cultural. Lembramos aqui os dizeres de Passaglia para quem o desaparecimento dos referenciais de memória da cidade acabou fazendo essa viver uma amnésia social.<sup>330</sup> Esse discurso de amnésia não foi usado apenas pelo arquiteto. No abaixo-assinado promovido pelo *Movimento de Tombamento e Restauração do Palácio Episcopal* encontramos os seguintes dizeres: “*uma comunidade*

---

<sup>328</sup> BORGES, C. M. Op. Cit. p. 123.

<sup>329</sup> Depoimento de Ruy Merheb a Nívea Bracher. In: **Processo tombamento Palácio Episcopal**. Op. Cit

<sup>330</sup> PASSAGLIA, L. A. P. Op. Cit. p. 168.

*que não preserva seu patrimônio, é como uma pessoa atacada de amnésia. Mesmo recuperada por novas construções, já perdeu sua identidade. Juiz de Fora não quer perder a sua identidade*".<sup>331</sup> Nívea Bracher também usou essa ideia ao defender a preservação da Casa do Bispo. A artista plástica lembrou que a cidade não deveria mais sofrer o processo de amnésia social que estava passando e usando Ulpiano Bezerra de Menezes explicou também que essa amnésia social seria ainda *"a autofagia com que nossas cidades vorazmente se destroem e com que, na sociedade de consumo, a obsolescência programada e o ritmo das substituições impedem o 'envelhecimento' das coisas urbanas (como do resto), o que corresponde a uma verdadeira retificação da cidade"*.<sup>332</sup>

Infelizmente nem tudo sobreviveu a *"mentira a que querem emprestar o nome de progresso"*.<sup>333</sup> Nem sempre a memória da cidade foi preservada e nem sempre as vozes da população que se manifestou para a preservação dos imóveis foram ouvidas. Outros interesses existiram e foram mais fortes que a manutenção de parte da história de Juiz de Fora. Como declarou o ator Gueminho Bernardes, *"pobre Juiz de Fora que ninguém ama nem cuida"*.<sup>334</sup>

No entanto, a cidade também teve bons motivos para se alegrar quando falamos de sua preservação. Alguns imóveis não foram demolidos e ainda hoje enchem de beleza os olhos daqueles que os veem. Isso graças, principalmente, a movimentos sociais que lutaram para que nem tudo fosse perdido e será sobre esses movimentos vitoriosos que o capítulo seguinte se dedicará.

---

<sup>331</sup> Dizeres iniciais do abaixo-assinado para a preservação do Palácio Episcopal. In: **Processo tombamento Palácio Episcopal**. Op. Cit.

<sup>332</sup> Palavras de Ulpiano Bezerra de Menezes contidas no artigo "Patrimônio ambiental urbano" usada por Nívea Bracher na síntese elaborada por ela para o tombamento da Casa do Bispo. In: **Processo de tombamento Palácio Episcopal**. Op. cit.

<sup>333</sup> Depoimento de Ruy Merheb a Nívea Bracher. In: **Processo tombamento Palácio Episcopal**. Op. Cit.

<sup>334</sup> Depoimento de Guilherme Bernardes concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 14 de maio de 2012.

## **CAPÍTULO 4: CIDADE PRESERVADA, CIDADE LEMBRADA: a preservação da memória de Juiz de Fora através de seu patrimônio histórico**

*“É importante as pessoas saberem o que a cidade tem. Conhecer seus diamantes. Se elas forem garimpar pela cidade, irão se interessar cada vez mais” (Jorge Arbach)*

Apesar das grandes perdas arquitetônicas, culturais e sentimentais que Juiz de Fora sofreu sobretudo a partir da década de 1980, como vimos no capítulo anterior, a cidade ainda hoje pode respirar um pouco do seu passado histórico. Segundo Paulo Knaus, Marcelo Abreu e Hugo Bellucco, *“verifica-se que o habitante da cidade passa por alguns objetos sem identificá-los, enquanto outros [objetos] despertam alguma história para contar, sem falar daqueles que servem para marcar os espaços da vida urbana”*.<sup>335</sup> Nesse capítulo iremos falar dos movimentos populares que conseguiram a preservação dos imóveis pelos quais lutavam, fazendo com que esses continuassem sendo marcos na paisagem urbana da cidade.

O principal ponto de nosso trabalho é a atuação dos movimentos populares para a preservação do patrimônio histórico e cultural de Juiz de Fora na década de 1980. No entanto, há uma manifestação específica que merece ser destacada nesse momento e que escapa um pouco da cronologia que determinamos: se trata do movimento para a preservação dos Grupos Centrais, que ocorreu no fim da década de 1970 e que conseguiu preservar o prédio em questão. Apesar do movimento não ter tido uma participação popular significativa nas ruas, sua importância é indiscutível para o início do pensamento preservacionista na cidade, pois o prédio onde funcionou os Grupos Centrais foi o primeiro imóvel que despertou interesse popular quando foi ameaçado de demolição, sendo a mobilização pela causa inclusive, anterior as discussões para a preservação do colégio Stella Matutina.

### **4.1 - OS GRUPOS CENTRAIS**

#### **A casa que D. Pedro II recusou**

---

<sup>335</sup> ABREU, Marcelo; BELLUCCO, Hugo; KNAUS, Paulo. Esfinges urbanas: quadros da imaginária urbana. In: KNAUS, Paulo (org.). **Cidade vaidosa**: imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999. p. 137.

O ano era 1861. A notícia que o Imperador do Brasil, D. Pedro II, juntamente com a Família Real, viria a Juiz de Fora inaugurar o tronco principal da Estrada de Rodagem União e Indústria causou um grande alvoroço por toda a região. Para presentear o Imperador, o Comendador da Ordem de Cristo, Manoel do Vale Amado, um rico proprietário rural da região e que possuía laços de amizade com D. Pedro II (de quem recebia sempre presentes no seu aniversário, como uma parrelha de cavalos de raça e uma armadura de diamantes)<sup>336</sup>, mandou construir um palacete na principal rua da cidade para servir exclusivamente de local para a Família Imperial se hospedar na referida ocasião e depois para ser a casa de verão imperial. Segundo Domervilly Nóbrega, historiador e escritor local, o palacete possuía, além dos cômodos normais de uma casa, uma sala do trono, onde “*havia uma grande cadeira colocada sobre um estrado tapetado e tendo por cima um dossel de seda*” e uma sala de visitas, onde existiam dois retratos a óleo pintados pelo pintor francês Louis Auguste Moreau em 1861 e que retratavam o Imperador com trajes de Marechal do Exército e a Imperatriz com roupa de gala, tendo à cabeça um diadema de pérolas e nos ombros um manto verde com estrelas douradas. A mobília e os acessórios do imóvel estavam estimados em mais de 200 contos de réis.<sup>337</sup> (Ver foto 35).

A comitiva imperial, ainda de acordo com Domervilly Nóbrega, chegou na estação da Cia União Indústria (onde hoje é o bairro Mariano Procópio) em 23 de junho de 1861, um domingo, às 17:15 horas. No entanto, ao invés de se hospedar no casarão que Manoel do Vale Amado construiu para ele, o Imperador decidiu pernoitar no casarão de Mariano Procópio, hoje Museu Mariano Procópio. No dia seguinte, às 10:00 horas a comitiva partiu para a cidade do Paraibuna (o que seria hoje a região central de Juiz de Fora), onde participaram de uma missa, um “*Te-Deum*” e um sermão religioso do reverentíssimo Cônego Roussin, todos na Igreja Matriz da cidade (atual Catedral Metropolitana de Juiz de Fora). Às 12:30 foram para a casa de Manoel do Vale Amado onde começou o cortejo do Beija-Mão.<sup>338</sup> No imóvel, D. Pedro II recebeu várias Câmaras do estado, além de oficiais e pessoas importantes e também concedeu o título

---

<sup>336</sup> NOBREGA, Dormevilly. A Casa do Imperador. In: **Processo de tombamento dos Grupos Centrais/Palacete Santa Mafalda**. Processo n.3936 de 1982. Juiz de Fora: PJF/DIPAC, 1982. Citando Elói de Andrade. *Barão de Santa Mafalda*. Jornal do Comércio de Juiz de Fora 7 de janeiro de 1904.

<sup>337</sup> Idem.

<sup>338</sup> O Ritual do beija Mão era uma das atividades que compunham a rotina da vida monárquica brasileira usada por D. João VI e depois por D. Pedro II. Através de tal cerimônia “*os súditos de Sua Majestade iam lhe prestar homenagem e mostrar submissão, e também aproveitar para pedir algum favor*”. Retirado de <http://www.museudantu.org.br/Galeria/beijamao.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2012.

de Baronesa de Santana à mãe de Mariano Procópio, D. Maria José de Santana, para agradecer o amigo.<sup>339</sup>



FOTO 35: Palacete Santa Mafalda. Século XIX.  
Fonte: <http://www.ricardoarcuri.com.br>. Acesso em 23 de maio de 2012.

O casarão foi então entregue a D. Pedro II através de uma chave de prata lavrada feita exclusivamente para a ocasião. No entanto, o Imperador negou o presente dizendo que só o aceitaria se o imóvel fosse usado para sediar uma instituição de caridade ou uma instituição de ensino e instrução.<sup>340</sup>

Diante da desfeita do monarca, o comendador, muito magoado, mandou fechar a casa dizendo que ela permaneceria dessa forma até a sua morte. E assim foi feito. O imóvel foi herdado pelo seu filho, Barão de Santa Mafalda (por causa disso ganhou o nome de Palacete Santa Mafalda) e ficou fechado durante 40 anos, com todo o mobiliário, sendo aberto pouquíssimas vezes apenas para reformas. A única pessoa que tinha acesso ao imóvel era um francês, ou suíço (não se sabe o certo), de nome Chauvin, que era o encarregado da manutenção e limpeza do prédio.<sup>341</sup> Domervilly Nóbrega conta ainda que, segundo Elói de Andrade, o Barão quis que a casa fosse habitada somente uma vez quando pensou em oferecê-la ao Conde de Mota Maia, amigo íntimo de D. Pedro II. Quando o Conde, com problemas de saúde, veio morar em Juiz de Fora, onde residia uma de suas irmãs, o Barão de Santa Mafalda pensou em lhe oferecer a

---

<sup>339</sup> NOBREGA, D. Op. Cit.

<sup>340</sup> Idem.

<sup>341</sup> NOBREGA, D. Op. Cit.

casa para que essa, pelo menos, fosse habitada por um grande amigo de D. Pedro II, mas logo desistiu da ideia, resolvendo honrar a vontade do pai.<sup>342</sup>

### **O uso do Palacete para a educação: a transferência da Escola Normal e a criação dos Grupos Escolares**

Com a morte do Barão de Santa Mafalda, com quase 80 anos, a residência foi deixada em testamento para a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. Essa, após receber o imóvel, derrubou um de seus portões e construiu uma vila de casas de aluguel. Essas casas foram depois desapropriadas pela prefeitura e demolidas para se abrir a rua Brás Bernardino.<sup>343</sup> Mas em 1904, a história do palacete mudaria radicalmente. Durante o governo de Francisco Sales (Presidente de Minas Gerais entre 1903 e 1906), Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, então Secretário de Finanças do citado governo, foi autorizado a entrar em negociações com o proprietário para naquele imóvel funcionar a Instituto Normal de Juiz de Fora.<sup>344</sup> E isso realmente aconteceu. (Ver foto 36). Segundo a documentação a que tivemos acesso, em 27 de março de 1904 foi realizado ainda um leilão no imóvel onde tudo no seu interior foi vendido. Dormevilly reproduziu, no histórico que elaborou sobre o palacete, a reportagem do jornal “*Correio da Manhã*”, do Rio de Janeiro, de 30 de março de 1904, onde lê-se: “*Acaba de realizar-se, em Juiz de Fora, o leilão do mobiliário e baixela do Palácio Santa Mafalda, ultimamente alugado para ali funcionar a Escola Normal daquela cidade*”.<sup>345</sup> Sobre os itens existentes no interior do imóvel e que foram leiloados, segundo reportagem do jornal “*Diário Mercantil*”, os quadros à óleo do casal imperial estariam em Belo Horizonte e os objetos luxuosos espalhados sem que se saiba o destino certo de cada um deles.<sup>346</sup>

---

<sup>342</sup> Idem.

<sup>343</sup> *Povo e artistas aderem ao movimento a favor do Grupo. Diário Mercantil*. 13 de abril de 1977.

<sup>344</sup> NOBREGA, D. Op. Cit. Citando RANGEL, José. *Enquanto o tempo passa*.

<sup>345</sup> NOBREGA, D. Op. Cit. Tal reportagem também foi publicada pelo jornal *Correio de Minas*, de Juiz de Fora, na edição de 31 de março de 1904.

<sup>346</sup> *Povo e artistas aderem ao movimento a favor do Grupo*. Op. Cit.



FOTO 36: Cartão postal da Escola Normal. 1906.

Fonte: <http://www.ricardoarcuri.com.br>. Acesso em 23 de maio de 2012

Já em relação a Escola Normal de Juiz de Fora essa teria sido criada ou em 1893 (segundo Paulino de Oliveira) ou em 1894 (segundo Paulo Kruger Corrêa Mourão)<sup>347</sup> e funcionava no prédio que serviu ao antigo mercado da cidade.<sup>348</sup> Em janeiro de 1904 José Rangel foi nomeado diretor da Escola Normal e conseguiu a transferência da instituição para a nova sede (o Palacete Santa Mafalda). Segundo um de seus relatórios: *“Logo ao ser nomeado para o cargo de diretor, foi a minha primeira preocupação entender-me diretamente com o Governo do Estado sobre a mudança já reclamada, há anos, pelos meus antecessores”*.<sup>349</sup>

Em fevereiro de 1907 instalava-se também no palacete o primeiro Grupo Escolar de Minas Gerais, organizado por José Rangel e com as matrículas de 470 alunos.<sup>350</sup> Em março do mesmo ano, inaugurou-se o segundo Grupo Escolar, no mesmo prédio, com o mesmo diretor, mas funcionando a noite e tendo no dia de sua instalação 396 alunos matriculados. O *“Jornal do Comércio”* destacou a importância destas inaugurações para a cidade:

No dia 04 de fevereiro, às 11 horas da manhã, no salão nobre da Escola Normal, ocorreu a instalação do Grupo Escolar. A sessão

---

<sup>347</sup> O motivo das duas datas é que, como explica Dormevilly Nóbrega, a Escola Normal de Juiz de Fora foi criada em 1893, de acordo com Paulino de Oliveira, nas *Efemérides Juizforanas* e em 1894 de acordo com Paulo Kruger Corrêa Mourão, no livro *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. NOBREGA, D. Op. Cit.

<sup>348</sup> CRESPO, Ana Maria; YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes. **Os primeiros Grupos Escolares de Juiz de Fora**. Disponível em: < <http://www.faced.ufu.br/nephe/images/arq-ind-nome/eixo8/completos/primeirs-grupos.pdf>>. Acesso em 23 de maio de 2012.

<sup>349</sup> NOBREGA, D. Op. Cit. Citando: RANGEL, José. *Escola Normal*. Relatório apresentado ao Sr. Secretário do Interior. Juiz de Fora. 4 de maio de 1904. O mesmo relatório também foi publicado no jornal *Correio de Minas* de 28, 29 e 30 de maio de 1904.

<sup>350</sup> NOBREGA, D. Op. Cit. Citando: OLIVEIRA, Paulino. *Efemérides Juizforanas*.

foi aberta por José Rangel e em seguida o Dr, Duarte de Abreu lembrou à Câmara a conveniência de ser prestado um auxílio pecuniário às crianças pobres, destinado à compra de roupas para que possam comparecer às aulas com a necessária decência. A sessão foi encerrada com os alunos cantando o “Hino do Grupo Escolar de Juiz de Fora”, com letra de José Rangel e música do maestro Carlos Alves. Em seguida, à sessão fotográfica na frente do prédio com as professoras e autoridades, os alunos saíram em passeata percorrendo várias ruas da cidade.<sup>351</sup>

De acordo com Ana Maria Crespo e Dalva Yazbeck, os Grupos Escolares do estado foram instituídos através da primeira Reforma Educacional de Minas Gerais, de 1906, formulada no Governo de João Pinheiro, mostrando a necessidade de se organizar o ensino primário agrupando as escolas isoladas. Segundo as autoras, *“a ideia de reunir as escolas em um só prédio tinha por embasamento a necessidade de se promover a melhoria da qualidade do ensino, uma vez que as Escolas Isoladas possuíam baixa frequência dos alunos e deficiência docente em termos de formação”*.<sup>352</sup> A escolha de Juiz de Fora para ser a primeira cidade a implantar os Grupos Escolares mostrou também a importância que essa possuía no estado. Ainda de acordo com Ana Maria Crespo e Dalva Yazbeck, essa escolha *“deveu-se ao reconhecimento de sua dinâmica vida cultural e sua influente representação política no estado”*. Assim, Juiz de Fora *“conseguiu a institucionalização de dois grupos escolares os quais são considerados primeiros grupos de Minas Gerais”*.<sup>353</sup>

### **A ameaça de demolição do Palacete**

A nossa atenção foi chamada para o Palacete Santa Mafalda e as manifestações que ocorreram buscando a sua não demolição a partir do depoimento de Maria Elisa Barone para nossa dissertação. Tal depoimento tinha o objetivo de recolher informações sobre o movimento para a preservação da Casa do Bispo, principalmente, mas a entrevistada relatou também a importância que as mobilizações em torno dos Grupos Centrais tiveram para Juiz de Fora. De acordo com sua fala, em fins da década de 1970, ao passar em frente ao prédio dos Grupos Centrais ela se deparou com uma faixa colocada na sacada do prédio onde se lia: *“Aguiar Ganini”*, uma das maiores construtoras da região. Ao ter a confirmação do interesse da construtora pelo imóvel

---

<sup>351</sup> CRESPO, A. M.; YAZBECK, D. C. M. Op. Cit. p. 669.

<sup>352</sup> Idem. Ibidem.

<sup>353</sup> CRESPO, A. M.; YAZBECK, D. C. M. Op. Cit. p. 663.

através da diretora dos Grupos Escolares, Maria Elisa entrou em contato com diretoras aposentadas que haviam trabalhado no prédio e nesse momento, o movimento se iniciou.<sup>354</sup>

Apesar de ter contado com reuniões e manifestações através da imprensa, esse movimento não presenciou passeatas nem mobilizações das massas nas ruas. Talvez a palavra “campanha” (usada por Dormevilly Nóbrega) possa expressar melhor as mobilizações em defesa do prédio, porém, o termo “movimento” não é usado de forma equivocada uma vez que o apoio popular se deu através de um abaixo-assinado que recolheu em torno de 12 mil assinaturas, um número bastante expressivo.

O movimento organizado para que o prédio dos Grupos Centrais não fosse demolido<sup>355</sup> era composto por uma comissão que incluía os seguintes nomes: Maria Elisa Barone, Maria do Céu Correia Mendes, Mercedes Macedo de Souza, Maria Gontijo, Flora Matos, Rosali Matos, Teresa de Azevedo Leite (todas professoras ou ex-diretoras dos Grupos Centrais), Wilson de Lima Bastos, Dormevily Nóbrega (ambos professores, historiadores e escritores) e Justino de Moraes Sarmiento (político).<sup>356</sup> Maria Elisa Barone disse que nessas reuniões, pensou-se várias vezes em procurar políticos influentes e até mesmo o prefeito de Juiz de Fora, na época Mello Reis, para que esses tentassem impedir a compra e demolição do imóvel pelo grupo imobiliário. No entanto, ainda segundo Maria Elisa, D. Maria do Céu Correia Mendes não permitia que isso ocorresse porque ela queria primeiro “fazer barulho” e conseguir apoio popular através de um abaixo-assinado. Quando o movimento contasse com um número representativo de simpatizantes, aí sim seria a hora de procurar o apoio das autoridades municipal e estadual. Maria Elisa contou ainda que essa “estratégia” foi muito importante para o movimento ser vitorioso porque com um grande número de pessoas contrárias a demolição do imóvel, não poderia-se alegar que ele não era significativo para a história do município.<sup>357</sup>

Nesses termos, a comissão organizou então o abaixo-assinado para a não demolição do prédio. Para divulgá-lo, deu várias entrevistas a jornais, divulgou as datas e horários das reuniões, que eram abertas a todos que quisessem participar, e enviou

---

<sup>354</sup> Depoimento de Maria Elisa Barone concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 2 de maio de 2012.

<sup>355</sup> Nesse caso específico, percebemos que tal movimento queria que o prédio dos Grupos Centrais não fosse demolido. Não se falou, nesse momento, de tombamento do imóvel, o que só poderia ocorrer em esfera nacional ou estadual, uma vez que em 1977 não havia ainda lei de preservação municipal. Por isso falaremos que o movimento lutava pela não destruição do prédio e não pelo tombamento do mesmo.

<sup>356</sup> *Professoras analisam hoje a história do grupo. Diário Mercantil*. 5 de abril de 1977.

<sup>357</sup> Depoimento de Maria Elisa Barone concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 2 de maio de 2012.

cartas aos ex-alunos que não residiam mais em Juiz de Fora para conseguir um alto índice de apoio popular para a causa ser apresentada ao governador do estado, na época Aureliano Chaves.<sup>358</sup> O jornal “*Diário Mercantil*” noticiou também, em edição de 6 de abril de 1977, que seria criado um *slogan* para que faixas fossem fixadas em diversos cantos da cidade em defesa do prédio e que o grupo “Batuque Afro-Brasileiro” faria ainda uma apresentação em frente ao prédio dos Grupos Centrais pedindo que esse não fosse demolido.<sup>359</sup>

Apesar da comissão ser formada, na sua maioria, por ex-diretoras, o movimento contou também com o apoio de intelectuais e artistas da cidade, como informado anteriormente. O próprio Dormevilly Nóbrega começou a apoiar a causa depois de ser procurado pelas professoras para redigir um histórico do imóvel. Os jornais também mostravam sua simpatia. Em um editorial do “*Diário Mercantil*” encontramos os seguintes dizeres:

É um exemplo a campanha que um pugilo de senhoras que já formaram centenas de homens públicos, que sai provando às autoridades o valor histórico do prédio dos Grupos Centrais para não deixa-lo sumir à ação devastadora da tecnologia imobiliária. (...) É preciso sensibilizar as gerações presentes pela veneração e culto ao passado, não só de nomes e personalidades, mas de bens consagrados pela memória da cidade. (...). É esta também uma campanha civilista, pois, o prédio dos Grupos Centrais, muito mais que um simples casarão de paredes velhas, um modelo de arquitetura do passado, é um símbolo puro de caráter de vários homens que fazem parte (ou já fizeram) da nação. (...).<sup>360</sup>

Almir de Oliveira, também professor e importante escritor de Juiz de Fora, (e que criticou a preservação do colégio Stella Matutina, como vimos no capítulo anterior) apoiou veemente o movimento. Em um artigo, escrito para o “*Diário Mercantil*”, o escritor declarou ser o movimento “*justo e oportuno*” e isso porque na cidade punha-se “*abaixo o que é velho, pouco importando o que significa esse velho. No entanto é preciso conservar a memória municipal, já tão tristemente atingida. Não se trata de*

---

<sup>358</sup> A ideia foi recorrer ao governador porque o imóvel era de propriedade do estado de Minas Gerais. Segundo o jornal *Diário Mercantil*, o movimento não havia solicitado ainda uma reunião com o prefeito de Juiz de Fora, Mello Reis, mas deixou claro que, se esse se interessar em conhecer as reivindicações do grupo, a comissão irá se reunir com ele. In. *Professoras analisam hoje a história do grupo*. Op. Cit.

<sup>359</sup> *Comissão vai ao governador para salvar os Grupos*. **Diário Mercantil**. 6 de abril de 1977.

<sup>360</sup> NOBREGA, D. Op. Cit.

*sentimentalismo. Trata-se de consciência histórica*".<sup>361</sup> No mesmo artigo Almir ainda afirmou:

Consentiu-se na destruição da casa que fora sede da Fazenda do Juiz de Fora. Permitiu-se na demolição da casa em que morou o Barão de Bertioga, um dos fundadores da cidade e onde funcionou o Colégio São José. Deixou-se a demolição da casa onde residiu o presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, que fora centro de importantes decisões políticas nacionais. Foi abaixo, sem protesto, o prédio que serviu de primeiro Quartel General R.M. Todos esses edifícios constituíram parte da memória histórica da cidade, que vai sendo destruída em nome de um pretense progresso. (...). Alegam que esses edifícios são feios e não têm valor arquitetônico. Não se trata disto. Acima de tudo são documentos de épocas históricas de nossa cidade. Falam de nosso passado. Merecem respeito.<sup>362</sup>

Outro importante apoio do meio intelectual da cidade foi o do escritor e historiador Paulino de Oliveira (que também não via valor histórico no prédio do Stella Matutina). Em matéria publicada pelo "*Diário Mercantil*", Paulino reiterou a historicidade do prédio não apenas por ter sido construído para ser dado ao Imperador do Brasil, mas principalmente pela história educacional que ele representava.<sup>363</sup> Esse ponto, inclusive, foi bem representativo para que o movimento começasse. Não havia dúvidas sobre a importância histórica do prédio, uma vez que esse sediou a cerimônia do Beija-mão de D. Pedro II, mas o que fez as ex-diretoras e depois a população se mobilizarem para que o imóvel não fosse destruído, foram as memórias do prédio enquanto instituição de ensino. O fato do local ter sido sede da primeira Escola Normal de Juiz de Fora e depois dos primeiros Grupos Escolares de Minas Gerais era significativo demais para que fosse apagado da história da cidade. Percebeu-se que a sua demolição representaria a perda de parte da memória de todos que ali trabalharam ou estudaram. Seria uma perda da memória coletiva da cidade, mas uma memória coletiva construída encima da instituição educacional e não do palacete que D. Pedro II recusou. Um exemplo claro disso, é que se fomos fazer uma pesquisa nos dias de hoje nas ruas da cidade, é quase certo que a maioria das pessoas não saberiam dizer onde fica o

---

<sup>361</sup> OLIVEIRA, Almir de. *A memória municipal*. **Diário Mercantil**. 5 de abril de 1977.

<sup>362</sup> OLIVEIRA, A. Op. Cit. Grifo nosso. A parte em destaque nos chamou atenção porque Almir de Oliveira disse que o antigo prédio do colégio Stella Matutina só era importante para a história educacional da cidade, não possuindo valor histórico e arquitetônico por ser uma cópia. No entanto, nessa fala lembrou que os edifícios que falavam do passado da cidade mereciam respeito.

<sup>363</sup> OLIVEIRA, Paulino. *O casarão dos Grupos*. **Diário Mercantil**. 27 de abril de 1977.

Palacete Santa Mafalda, mas com certeza saberiam dizer onde está localizado o prédio dos Grupos Centrais.

Retornando ao artigo escrito por Paulino de Oliveira, o que nos chamou a atenção foi o motivo apresentado pelo escritor para apoiar o movimento. Em suas palavras:

Se o prédio dos Grupos Escolares Centrais fosse de propriedade particular, eu não teria assinado o caderno que me apresentaram, solicitando a sua preservação. Porque, se fosse, seria uma contribuição no sentido de cercear o direito do possuidor de lhe dar o destino que bem entender. Sendo ele, porém, de propriedade do Estado, que, conforme se anuncia, pretende transferi-lo ao município, com a finalidade de vendê-lo a quem lhe aprouver, disso resultando a sua demolição e a construção de mais um arranha-céu na Avenida Rio Branco, não vacilei em deixar claro o meu jamegão.<sup>364</sup>

Outros artistas que apoiaram o movimento de não demolição dos Grupos Centrais foram o pintores João Guimarães Vieira (Guima), que morou em Juiz de Fora fazendo inclusive o primeiro ano primário nos Grupos, e Edson Mota, nascido na cidade e de renome nacional. Ambos, ao saberem da possível demolição do prédio entraram em contato com Mello Reis (que era o prefeito de Juiz de Fora) para que tal ato não ocorresse, sendo que o primeiro veio do Rio de Janeiro unicamente para apoiar o movimento.<sup>365</sup> Interessante notar aqui que o assunto não ficou restrito a Juiz de Fora. Uma reportagem do “*Diário Mercantil*” noticiou que um artesão alagoano, de nome Deodato, veio a Juiz de Fora depois de conhecer a história do Palacete no Ceará. O jornal destacou que como amante da tradição, o artista se interessou pela história do prédio e veio conhecê-lo pessoalmente, apoiando o movimento e prometendo transforma-lo em um trabalho seu de madeira.<sup>366</sup>

Com o número de assinaturas cada vez maior, a comissão do movimento se reuniu com o então prefeito Mello Reis, e esse garantiu que a prefeitura não tinha o interesse de demolir o prédio<sup>367</sup>, alegando, inclusive, segundo Maria Elisa Barone, que não sabia do interesse da tal construtora no local.<sup>368</sup> Após esse encontro, partiu-se para o que seria a última etapa da reivindicação: o encontro com o governador Aureliano

---

<sup>364</sup> Idem.

<sup>365</sup> *Artista defende a preservação do prédio dos Grupos Centrais. Diário Mercantil.* 20 de abril de 1977.

<sup>366</sup> *Povo e artistas aderem ao movimento a favor do Grupo. Diário Mercantil.* 13 de abril de 1977.

<sup>367</sup> *Mello Reis desmente propósito de demolir os Grupos Centrais. Diário Mercantil.* 3 de maio de 1977.

<sup>368</sup> Depoimento de Maria Elisa Barone concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 2 de maio de 2012.

Chaves para levar a esse “*o pedido do povo*”<sup>369</sup> para que se mantivesse erguida uma “*parte da memória da cidade*”.<sup>370</sup> A comissão então, com 12 mil assinaturas recolhidas (de representantes de todos os grupos sociais, desde ex-reitores da Universidade Federal de Juiz de Fora até ex-alunos dos Grupos), se reuniu com o então Secretário da Indústria e Comércio de Minas Gerais, Fagundes Netto, que prometeu ser o porta-voz do movimento para o governador, alegando, inclusive ter interesse pessoal no fato.<sup>371</sup> (Fagundes Netto se formou engenheiro na UFJF).

Quando o assunto e as reivindicações do movimento foram levadas ao governador, esse deu sua palavra de que o Estado não permitiria a demolição do referido casarão, terminando assim com êxito “*uma campanha que conseguiu apoio de cerca de 13 mil pessoas, com a participação do Diário Mercantil, para a manutenção da velha obra*”.<sup>372</sup>

Dessa forma, o palacete que deveria pertencer à Família Imperial não foi demolido, mas a sua preservação definitiva levaria ainda alguns anos para acontecer. Em 1982 o processo de tombamento dos Grupos Centrais foi aberto pela *Comissão Permanente Técnico Cultural (CPTC)* pelo seu duplo significado: Palacete Santa Mafalda (que sediou a cerimônia do Beija-mão) e Grupos Centrais (importante para a história da educação da cidade). Por esse fato o prédio deveria manter os elementos originais do palacete como a fachada, o portão, o gradil, a divisão interna, o hall e a escada principal, todos fronteiros à Avenida Rio Branco e também as alterações que esse sofreu quando ali passou a funcionar uma escola, ou seja, as fachadas que dão para a rua Brás Bernardino e a volumetria dos puxados e anexos que se harmonizam em termos de solução construtiva e de escola.<sup>373</sup>

O palacete foi tombado pelo decreto 2864, de 19 de janeiro de 1983, por constituir o “*referencial construtivo mais antigo do núcleo histórico de Juiz de Fora, que permaneceu até os nossos dias*” e pelo “*seu significado cultural, por ter sido ali instalada a primeira Escola Normal, no início desse século*”.<sup>374</sup>

---

<sup>369</sup> *Comissão que defende Grupos Centrais volta a debater a campanha. Diário Mercantil.* 6 de maio de 1977.

<sup>370</sup> *Hoje, a reunião para a defesa do velho grupo. Diário Mercantil.* 15 de abril de 1977.

<sup>371</sup> *Comissão que defende Grupos Centrais quer encontro com Aureliano. Diário Mercantil.* 14 de maio de 1977.

<sup>372</sup> *Estado preserva o velho casarão. Diário Mercantil.* 21 de maio de 1977.

<sup>373</sup> PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado Passaglia. “Ofício enviado a Luiz César Falabella”. 17 de setembro de 1982. In: **Processo de tombamento dos Grupos Centrais/Palacete Santa Mafalda.** Op. Cit.

<sup>374</sup> Decreto de tombamento dos Grupos Centrais. In: **Processo de tombamento dos Grupos Centrais/Palacete Santa Mafalda.** Op. Cit.

O antigo palacete passou por uma intensa reforma em 1996 para reparos necessários em sua estrutura e também para dar mais conforto e segurança a seus alunos. Até a década de 1980 o local ainda sediava três grupos escolares: o Grupo Escolar José Rangel, na parte da manhã, o Colégio Delfim Moreira à tarde e o Grupo Estevão de Oliveira a noite. Com o tempo esses grupos se separaram e hoje o prédio é sede da Escola Estadual Delfim Moreira, também conhecido popularmente pela alcunha de *Central* que remete a denominação dos Grupos Centrais que ali funcionaram. Preservado pela memória educacional que possuía o edifício ainda cumpre muito bem um dos desejos de D. Pedro II quando recusou a doação: usar o palacete para uma instituição de ensino. (Ver foto 37).



FOTO 37: Grupos Centrais. Década de 2000.

Fonte: <<http://www.portaldoturismo.pjf.mg.gov.br>>. Acesso em 21 de maio de 2012.

#### **4.2 - “O CENTRAL É NOSSO: a efervescência não pode parar”.**

##### **O Cine Theatro Central e a cidade de Juiz de Fora**

Como já foi visto, a história do desenvolvimento urbano de Juiz de Fora se iniciou em meados do século XIX ligada a cafeicultura e a industrialização. Esse processo acabou fazendo a cidade adquirir também características burguesas e, assim, desde o final do citado século, mas com uma intensificação a partir da década de 1920, grandes obras públicas começaram a ser feitas para oferecer a população requintada locais onde pudessem frequentar sem precisarem se locomover até o Rio de Janeiro, capital da República.

Uma dessas obras seria um teatro municipal compatível com o ar nobre que Juiz de Fora exalava. Em 1924, através da resolução n. 933, a Câmara Municipal entrou em negociação com Alfredo Ferreira Lage para adquirir um teatro de sua propriedade (o Teatro Novelli ou Teatro Juiz de Fora) para transformá-lo no teatro municipal. (Ver foto 38). No entanto, ao ser adquirido, percebeu-se que o teatro não teria condições de segurança e conforto para o fim que se pretendia. Diante desse fato, resolveu-se demolir o antigo teatro e erguer outro no local, mas por causa de problemas financeiros, a obra não teve continuidade e o local passou a abrigar um barracão que servia de garagem e oficina da Câmara.<sup>375</sup>



FOTO 38: Frente do Teatro Juiz de Fora ou Teatro Novelli.  
Fonte: ESTEVES, Albino. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. 2ª ed. P. 21.

A ideia não deu certo, mas não foi esquecida. Em 1927, Francisco Valadares, Químico Corrêa, Diogo Rocha, Pantaleone Arcuri e Gomes Nogueira, se uniram para criar a *Cia Central de Diversões*, que, além de implantar no município redes de salas de cinema, como o Cine Palace, o Cine Rex e o Cine São Mateus, acabou financiando em 1928 a construção do teatro municipal no local onde funcionava o Teatro Polytheama, que na época era a casa de diversões mais popular de Juiz de Fora.<sup>376 377</sup> (Ver foto 39).

<sup>375</sup> OLIVEIRA, Paulino. **História de Juiz de Fora**. 2ª ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966. p. 239.

<sup>376</sup> SILVA, Daniel Roberto dos Reis. **De Cine-Teatro à Alma da Cidade: Cine Teatro Central e a construção de discursos da categoria patrimônio na cidade de Juiz de Fora**. 2007. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPG em Sociologia e Antropologia. p. 6.

<sup>377</sup> O teatro em Juiz de Fora foi destacado por Passaglia em seu livro. Segundo informações do autor, já em 1863 foi inaugurado em Juiz de Fora o Teatro Misericórdia (em frente a Santa Casa); em 1866 instalou-se o Teatro Provisório; em 1874 foi inaugurado o Teatro Perseverança (na rua Espírito Santo), substituído, em 1889, pelo Teatro Juiz de Fora, depois chamado de Teatro Novelli quando, em 1890 recebeu o ator italiano Ermete Novelli. Affonso Ávila, no livro “Sob o signo de Calderón: o teatro na formação cultural de Minas” ainda enumerou o Teatro São Sebastião, construído em 1874 pelo empresário Mattos Lobo, e Paulino de Oliveira ainda citou em reportagem ao *Diário Mercantil*, o Cine Theatro Paz, que foi demolido para a construção do edifício Sulacap, ao lado da galeria Pio X, ambas construídas pela firma Pantaleone Arcuri e o Cine Teatro Variedades, de 1926.

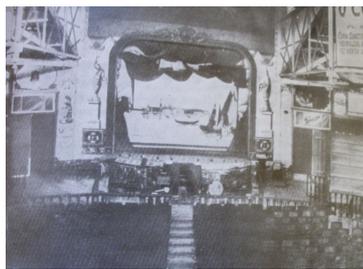


FOTO 39: Vista do palco do Teatro Polytheama.  
Fonte: ESTEVES, Albino. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. 2ª ed. P. 21.

De acordo com informações presentes na certidão do imóvel, em 1926 foi vendido um terreno na rua São João Nepomuceno onde havia um barracão e antes deste o teatro Polytheama. A sociedade mercantil *Correa, Rocha & Nogueira* adquiriu a propriedade do Dr. Francisco Campos Valadares e sua esposa, D. Constança Vidal Lage Valadares, com uma clausura: a família Valadares deveria possuir um camarote com no mínimo cinco lugares na casa construída ou em outras casas da firma adquirente. Essa cláusula porém, foi vendida pela já viúva D. Constança em 1936.<sup>378</sup>

O *Cine Theatro Central* (CTC) teve sua construção iniciada em 1927 com projeto de Raphael Arcuri, “*moço que vem honrando as nossas tradições de cultura, no dinamismo de sua inteligência, valor e bom gosto*”,<sup>379</sup> e foi a primeira construção de concreto armado da cidade. (Ver foto 40). Arthur Arcuri, irmão de Raphael, contou em entrevista ao “*Jornal Panorama*”, que na época da construção do teatro, acompanhou o irmão em visitas a teatros e cinemas do Rio de Janeiro para preparar o projeto do CTC<sup>380</sup> e a construção foi realmente inovadora. A estrutura do teto, de 36 metros de extensão, foi apontada pela imprensa da época como uma das mais raras e inovadoras da América do Sul. A escolha por se construir um cine-teatro foi pensada também para integrar, de certa forma, o lazer das massas (cinema) com o das elites (teatro). Como teatro foi construído com três pavimentos: térreo (plateia, palco e camarotes), 1º pavimento (camarotes, frisas e balcões) e 2º pavimento (galerias e administração). Já como cinema possuía uma ampla cabine de projeção e uma tela que se movia verticalmente, permitindo uma rápida transformação de cinema a teatro e vice-versa.<sup>381</sup>

<sup>378</sup> **Processo de tombamento do Cine Theatro Central**. Juiz de Fora: PJF/DIPAC, processo n. 3821 de 1982. p. 123.

<sup>379</sup> *A inauguração do Cine Theatro Central*. **Correio de Minas**. 29 de março de 1929. **Processo de tombamento federal do CTC**. Rio de Janeiro: Arquivo Noronha Santos/IPHAN. Processo n. 1327-T-93. Vol. 3.

<sup>380</sup> ROCHA, Izaura. *Cine Theatro Central*. **Panorama**. 14 de março de 2004.

<sup>381</sup> Parecer do relator sobre o tombamento do CTC. **Processo de tombamento federal do CTC**. Op. Cit.

O projetor ficava atrás da tela em uma sacada que dá para a rua São João, e como os celuloídes eram muito inflamáveis, no local havia também uma caixa d'água e um chuveiro, caso houvesse algum incêndio. No tempo do cinema mudo, havia uma orquestra que acompanhava todo o filme, com sons de cenas românticas, tristes, alegres, etc.<sup>382</sup> A casa podia abrigar cerca de 3000 espectadores, com 1700 poltronas, 2 camarotes no corpo central, 4 na boca de cena e 1200 lugares nas gerais.<sup>383</sup> “*Tudo foi previsto com o máximo de conforto de modo a oferecer a todos uma agradável permanência nas horas em que buscarem o cine-teatro para deleite do espírito*”.<sup>384</sup>



FOTO 40: Construção do Cine Teatro Central.  
Fonte: OLENDER, Marcos. *Ornamento, ponto e nó*. P. 246.

Quando foi construído, a porta principal do CTC ficava na rua Halfeld e havia uma grande galeria que levava ao hall principal (onde é a porta do teatro hoje). No parecer encaminhado pela Cia Pantaleone Arcuri a *Diretoria de Obras Municipais*, solicitando a construção do teatro, encontra-se a explicação para a simplicidade da fachada. De acordo com o documento, “*havendo a possibilidade de ser o edifício aumentado, futuramente, até a rua Halfeld*”, “*seria projetada fachada condigna com a importância da rua*”.<sup>385</sup> Na década de 1930, porém, tal galeria foi demolida para a abertura de um largo (hoje Praça João Pessoa). A fachada simples do teatro ficou então a mostra e como não condizia com a decoração interna do teatro e nem ornava com as outras construções do largo (todas em *art déco*), surgiu a ideia de reformulação da

<sup>382</sup> ROCHA, I. *Cine Teatro Central*. Op. Cit.

<sup>383</sup> *A inauguração do Cine Teatro Central*. **Correio de Minas**. 29 de março de 1929. **Processo de tombamento federal do CTC**. Op. Cit.

<sup>384</sup> *Cine Teatro Central: sua inauguração amanhã*. 29 de março de 1929. **Processo de tombamento federal do CTC**. Op. Cit.

<sup>385</sup> OLENDER, M. Op. Cit. p. 247.

fachada principal do imóvel. Muitos projetos foram apresentados, sendo alguns deles feitos pelos desenhistas do escritório da Pantaleone Arcuri, incluindo um de Hugo Arcuri, filho de Raphael. (Ver foto 41). No entanto, essa ideia não foi para frente.<sup>386</sup>

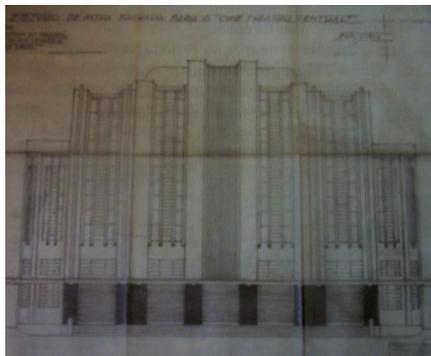


FOTO 41: Nova fachada do CTC projetada por Hugo Arcuri.  
Fonte: OLENDER, Marcos. *Ornamento, ponto e nó*. P. 264.

Voltando a época da construção do CTC, quando esse ficou pronto, era o maior prédio da cidade. Por causa disso, no seu telhado havia uma sacada que servia também como mirante e podia-se ler a inscrição “*Juiz de Fora*”, para que, segundo texto de Isaura Rocha, as pessoas que passassem sobre a cidade de avião soubessem onde estavam.<sup>387</sup>

A ornamentação interna foi toda realizada pelo pintor italiano Ângelo Biggi (e seus ajudantes Carlos Gonçalves e Heitor e Alencar) e datam de 1928.<sup>388</sup> Foram pintados 24 painéis no total (8 na lateral esquerda, 8 na direita e 8 no centro), além da representação de quatro grandes nomes da música internacional no teto do teatro: Giuseppe Verdi e Wagner na esquerda e Carlos Gomes e Beethoven na direita. (Ver foto 42). Os desenhos no conjunto, foram considerados a maior obra de artes plásticas em local público em Juiz de Fora e foram inspirados na renascença florentina e na arte grega<sup>389</sup> (ver foto 43), possuindo uma riqueza de motivos geométricos e composições

<sup>386</sup> OLENDER, M. Op. Cit, p. 265.

<sup>387</sup> ROCHA, Isaura. *Visitas ao paraíso*. **Tribuna de Minas**. 11 de novembro de 1996.

<sup>388</sup> Biggi nasceu em Roma, em 1887 e veio para o Brasil em 1907. Ao se estabelecer em Juiz de Fora, por volta de 1913, passou a trabalhar como professor e pintor e fundou, com outros pintores, o núcleo de Belas Artes Antônio Parreiras. Pintou muitas paisagens, marinhas, natureza-morta, retratos e caricaturas para jornais da cidade, e em relação à sua pintura mural, vários de seus trabalhos estão espalhados por Barbacena, Lafaiete e Belo Horizonte. Em Juiz de Fora, além do CTC, assinou também a ornamentação da Associação Comercial e da sede da firma Pantaleone Arcuri. Em 1953 Biggi faleceu em sua casa, em Juiz de Fora enquanto lia um jornal, deixando um legado de seguidores na cidade. Informações retiradas de: **Processo de tombamento federal do CTC**. Op. Cit.

<sup>389</sup> *Central: 80 anos de ousadia e beleza*. **Palco**. Juiz de Fora: UFJF, março de 2009. Ano II, n. 4. p. 1.

figurativas, apresentando cenas de música, comédia, drama e temas clássicos.<sup>390</sup> De acordo com a descrição estética das pinturas presente no processo de tombamento do teatro feito pelo IPHAN, havia ainda, no pano de boca, uma decoração de figuras alusivas à Independência, à República e ao estado de Minas Gerais que já não existem mais.<sup>391</sup> Essas pinturas foram descritas também em uma reportagem da época da inauguração do teatro e dizia que essas reproduziam “*lances finais da Independência e da Proclamação da República, terminando por uma brilhante alegoria do novo regime e do papel de Minas Gerais como seu maior sustentáculo*”.<sup>392</sup>



FOTO 42: painéis com representantes da música mundial.  
Fonte: *Jornal Panorama*. 7 de março de 2004.



FOTO 43: Ornamentação interna do CTC.  
Fonte: *Jornal Panorama*. 7 de março de 2004.

<sup>390</sup> **Processo de tombamento federal do CTC.** Op. Cit.

<sup>391</sup> **Processo de tombamento federal do CTC.** Op. Cit.

<sup>392</sup> “Cine Theatro Central: sua inauguração amanhã”. 29 de março de 1929. **Processo de tombamento federal do CTC.** Op. Cit.

O dia 30 de março de 1929 foi marcante para Juiz de Fora. Naquela noite ocorreu a tão aguardada inauguração do *Cine Theatro Central*, com toda pompa que o evento pedia. Toda a elite da cidade e grandes nomes nacionais como o então presidente do estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, puderam assistir o filme mudo “Esposa Alheia”. (Ver foto 44).



FOTO 44: Inauguração do CTC.

Fonte: *Processo de tombamento do CTC pelo IPHAN*. Foto 17.

Na noite de inauguração circulou também a *Revista Central*, que, organizada por Albino Esteves e J. Costabile, destacava o CTC como “*propulsor do progresso na cidade*” e trazia homenagens à Antônio Carlos, Francisco Valadares, Pantaleone Arcuri e Ângelo Biggi, além da programação cultural da inauguração. A revista mostrava também a importância do teatro e destacava esse, segundo Daniel Silva, como “*indicador de cultura*”. Se a cidade tem um teatro, ela tem cultura. O CTC foi descrito como um “*monumento das artes*”, uma “*maravilhosa obra*” e a população de Juiz de Fora como “*laboriosa e culta*”, por possuir um teatro como aquele.<sup>393</sup>

A inauguração do grandioso teatro foi noticiada por vários jornais da cidade e do país. O “*Correio de Minas*” o taxou como uma construção audaciosa para seu tempo e que seria lembrada para sempre como orgulho máximo de todos os juizforanos.<sup>394</sup> Já o jornal “*Gazeta Comercial*” destacou que a inauguração havia sido um sucesso, estando o teatro cheio nas duas seções e contando com uma “*iluminação digna da*

<sup>393</sup> SILVA, D. R. R. Op. cit. p. 93 a 100.

<sup>394</sup> “Cine Theatro Central: sua inauguração amanhã”. 29 de março de 1929. **Processo de tombamento federal do CTC**. Op. Cit

*grandiosidade do belo edifício*".<sup>395</sup> Nas páginas do "*Diário Mercantil*", o CTC foi caracterizado como um dos melhores teatros do Brasil, do qual "*os juizforanos podem se orgulhar*".<sup>396</sup> E realmente se orgulharam.

### **O Central como cinema**

Como nós mostramos acima, quando o CTC foi construído pensou-se em um cine-teatro para poder juntar o lazer das elites (teatro) com o lazer popular (cinema). O que podemos perceber, a partir da bibliografia pesquisada e dos depoimentos recolhidos, foi que o Central funcionando como cinema gerava uma relação de carinho/indignação por parte daqueles que o frequentavam na década de 1970. Carinho porque as memórias referentes ao cine teatro eram recorrentes mais ao cinema do que ao teatro e indignação pela má qualidade da programação e das acomodações, que começaram a piorar muito a partir da década citada. Segundo Ramon Brandão, o *Cinema Central* tinha fama de "*pulgento*", o banheiro não era nada higiênico "*e o prédio só não caiu na nossa cabeça porque era bem construído*".<sup>397</sup> As melhorias físicas no prédio e uma melhor programação foram também motivo das reivindicações por parte do movimento organizado para a preservação do CTC, como veremos abaixo.

Entretanto, além da importância que o cinema no Central possuía para a população da cidade, um outro fato merece ser destacado: o *Cine Festival*. Na programação cinematográfica do CTC havia o *Cinema Central* onde passavam os lançamentos e filmes campeões de bilheteria, e o *Cine Festival*, ou apenas *Festival*, onde eram transmitidos filmes de arte e filmes intelectuais.

Em relação ao *Cine Festival*, esse passou a funcionar em anexo ao CTC na década de 1970 e sua inauguração contou com a presença do então prefeito de Juiz de Fora Itamar Franco<sup>398</sup>. Era uma pequena sala, construída no *foyer* do segundo andar, junto a sala de projeção e que possuía aproximadamente 15m X 6,9m e 105 lugares. Ao longo dos anos a procura pelos filmes intelectuais e de arte que ali passavam foi diminuindo e os responsáveis pela sala começaram a sentir dificuldades financeiras de mantê-la. Com esse fato o *Festival* passou a exibir filmes comerciais e reprises de

---

<sup>395</sup> *Os grandes melhoramentos locais: Cine Theatro Central. Gazeta Mercantil*. 31 de março de 1929. **Processo de tombamento federal do CTC**. Op. Cit.

<sup>396</sup> *A cultura tem vez de novo: o Central vai abrir suas portas. Diário Mercantil*. 22 de maio de 1983.

<sup>397</sup> Depoimento de Ramon Brandão concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 28 de abril de 2010.

<sup>398</sup> Itamar Franco foi prefeito de Juiz de Fora entre 1967 e 1971. Foi reeleito em 1972 mas renunciou a prefeitura em 1974 para se candidatar ao senado por Minas Gerais, no qual foi eleito em 1975.

filmes de sucesso.<sup>399</sup> Segundo Ramon Brandão era comum o filme sair de cartaz no *Cinema Central* e ser reprisado no *Cine Festival* para aqueles que não o viram ou gostariam de ver o filme novamente.<sup>400</sup> E dessa forma o *Cine Festival* sobreviveu até a década de 1990 quando o CTC foi fechado para ser restaurado.<sup>401</sup>

### **O Movimento para a preservação do cine teatro**

O CTC sempre teve um papel de protagonista na história de Juiz de Fora. Além de sua importância arquitetônica, artística e histórica, o cine teatro se ligava afetivamente com a população da cidade. Em seu palco passaram grandes nomes do teatro e da música brasileira e mundial. Nos anos 1940, por exemplo, grandes companhias teatrais, como Eva Todor, Procópio Ferreira e André Villon, se apresentaram na cidade graças ao teatro. Na década de 1970, o CTC fez parte do “*Circuito Universitário*”, presenciando shows como o de Chico Buarque, Gonzaguinha, Milton Nascimento, Gal Costa, João Bosco e Paulinho da Viola, entre outros.<sup>402</sup>

Em 1982, durante a realização do Festival “*Funalfa Som 82*”, realizado no Ginásio do Olímpico, uma vez que a Cinematográfica MACREV, arrendatária do Cinema Central, não cedeu o teatro para o evento, vários “apelos” foram feitos pelo tombamento do CTC. Já na abertura do festival, Ismair Zaghetto, então superintendente da FUNALFA, relatou que o órgão que representava não ficaria parado em relação à preservação do teatro. Em suas palavras:

Como órgão cultural, a FUNALFA, com a ajuda da comunidade, vai nos próximos dias, encaminhar ao IPPLAN um documento para saber se ele vem realizando um trabalho de tombamento do Cine Central. Acredito que o IPPLAN está fazendo alguma coisa nesse sentido. Se não estiver vamos encaminhar o nosso pedido, pois achamos que o Cine Central é um marco cultural na cidade.<sup>403</sup>

A ideia foi reforçada pelo músico Márcio Itaboray, segundo lugar no festival: “*O tombamento [do CTC] é o sonho do juizforano. O Central é um dos teatros mais*

---

<sup>399</sup> **Cinema Festival**. Disponível em: <<http://www.historiadocinemabrasileiro.com.br>>. Acesso em 5 de maio de 2012.

<sup>400</sup> Depoimento de Ramon Brandão a Fabiana Aparecida de Almeida concedido em 28 de abril de 2012.

<sup>401</sup> **Cinema Festival**. Op. Cit.

<sup>402</sup> Material informativo sobre o CTC elaborado pela FUNALFA. **Processo de tombamento federal do CTC**. Op. Cit.

<sup>403</sup> *Funalfa vai ao IPPLAN saber sobre o tombamento do Central*. **Tribuna de Minas**. 28 de agosto de 1982. **Processo de tombamento CTC**. PJF. Op. cit. p. 48.

*bonitos e apropriados para isso, mas está nas mãos da propriedade privada, que tira a oportunidade da gente ver e apresentar bons espetáculos”.*<sup>404</sup>

De acordo com Daniel Silva, com a demora para as medidas legais de proteção ao CTC e a ameaça de demolição por parte do proprietário do imóvel (que queria vender o terreno), foi realizada uma passeata para pressionar a prefeitura a preservar o cine teatro. Organizada pelo jornalista Décio Lopes, já falecido, o movimento intitulado “O Central é Nosso”, “*visava, a partir do CTC, ilustrar simbolicamente um processo mais amplo que envolvia a cidade no todo*”.<sup>405</sup> Ainda dentro da análise do autor, o movimento que lutava para a não demolição do teatro serviu como “*janela*” para chamar a atenção para uma luta maior: a implementação de uma política pública de preservação em Juiz de Fora. Apesar do tombamento não garantir a posse do bem à coletividade, ele garantia pelo menos a permanência do bem para a comunidade.

O movimento também buscava um resgate da consciência e da cidadania cultural na cidade e ia muito além da simples preservação do bem. Questionava-se muito na época a programação do cine teatro, que, na verdade, só funcionava, desde meados da década de 1970 como cinema. Queria-se também um resgate da história do CTC com a volta de uma programação de boa qualidade. Malu Ribeiro destacou ao jornal “*Diário Mercantil*” que o seu medo era “*tombar o Cine Central e deixa-lo cair, pois não precisa demoli-lo para derrubá-lo, basta abandoná-lo*”. Isso poderia ocorrer, ainda segundo Malu, pelo fato de que “*a memória de uma determinada época vai se acabando através das coisas que poderiam continuar sem atrapalhar o progresso, [mas] o que dói mais é ver estes locais irem sumindo um a um, tendo como causa a especulação imobiliária*”.<sup>406</sup>

O principal argumento para a preservação do CTC foi a necessidade de se proteger um bem de afeição popular. Segundo Daniel Silva, o teatro deixou de ser apenas um prédio para ser um “*semiótico da cultura em Juiz de Fora*”. Ele era pensado não apenas com edificação, mas também como “*alma da cidade*”. A memória da cidade é que estava em jogo, muito mais do que o próprio prédio.<sup>407</sup> Essa afeição pelo imóvel deixa claro o sentido do “popular” do movimento pró-preservação do CTC. Mesmo contando com uma participação menor das massas populares do que o movimento para

---

<sup>404</sup> “Festival reabre debate sobre Teatro Central”. **Processo de tombamento CTC**. PJF. Op. cit. p. 47.

<sup>405</sup> SILVA, D. R. R. Op. cit. p. 54.

<sup>406</sup> SANT’ANNA, Jaime. *Tombar o Central: uma ideia que todos apoiam e que agora começa a ser concretizada*. **Diário Mercantil**. 5 de setembro de 1982.

<sup>407</sup> REIS, D. R. R. Op. cit, p. 47 e 50.

preservação da Mascarenhas, as pessoas não queriam que o cine teatro fosse demolido pela mesma razão apresentada na defesa da antiga fábrica: aquele prédio fazia parte da história e da memória de cada um. O povo de Juiz de Fora se reconhecia no CTC e perde-lo seria o mesmo que perder parte das próprias lembranças.

Em 31 de dezembro de 1982 ocorreu uma manifestação de grupos culturais e artísticos, apoiados por estudantes, jornalistas, intelectuais, políticos e populares, em frente ao CTC, pedindo o tombamento do teatro e de outros prédios da cidade. (Ver foto 45). De acordo com o jornal “*Tribuna de Minas*”:

Montou-se defronte o Cine Theatro Central, no Calçadão, o já célebre ‘Varal de Poesia’, do Grupo Artecultura, cujos organizadores declararam que ‘o ato não era apenas pelo tombamento do Central, mas um gesto mais amplo que, tomando aquela histórica e popular casa de espetáculos como símbolo, visava mostrar a urgência do tombamento dos nossos bens culturais em prol da preservação da memória juizforana’. Os movimentos oficiais e públicos se manifestam em torno da conscientização e preservação da ‘memória nacional’, por considerar que ‘um povo sem memória é um povo sem história: não tem nem consciência nem domínio de si mesmo’.<sup>408</sup>

Foram lidos também, durante as manifestações, várias poesias, inclusive sobre o CTC, e foram feitas apresentações do Grupo Teatro Universitário para que com cultura, a atenção das pessoas fosse despertada. Os manifestantes, vestidos com camisas com estampas do CTC feitas pelo artista plástico Henrique Lott, ainda explicaram que a manifestação pró-tombamento do Central não era para “derruba-lo” e sim preservá-lo para que todos os juizforanos soubessem o que a cidade já teve em termos culturais.<sup>409</sup>

Por volta do meio dia, porém, chegou ao local a Rádio Patrulha 538 com quatro soldados que se uniram a outras duplas de policiais já presentes no local para “*reprimir a ‘arruaça’ que falava mal da polícia e queria ‘danificar’ o prédio do Cine Theatro Central*”.<sup>410</sup> (Ver foto 46).

---

<sup>408</sup> *Polícia interrompe manifesto cultural. Tribuna de Minas*. 1 de janeiro de 1983.

<sup>409</sup> *Movimento pelo tombamento do Central tem reunião. Diário Mercantil*. 2 de janeiro de 1983.

<sup>410</sup> *Polícia interrompe manifesto cultural. Op. Cit.*



FOTO 45: Manifestação do grupo Teatro Universitário para a preservação do CTC em dezembro de 1982.  
Fonte: NICOLINE, H. *JF anos 80*. P. 139

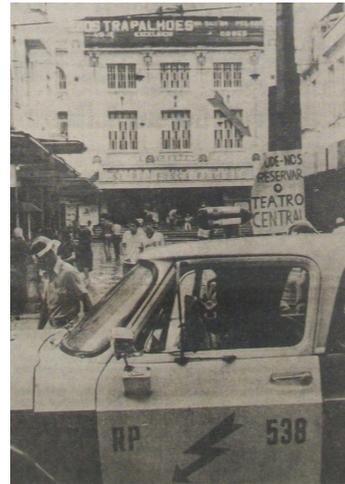


FOTO 46: Fim da manifestação com a chegada da Rádio Patrulha 538.  
Fonte: *Tribuna de Minas*, 1/jan./1983.

Os intelectuais e artistas envolvidos no movimento para preservação do CTC usaram sua arte e profissão para despertar a atenção das pessoas. Eram feitas pinturas do teatro, os jornalistas escreviam várias reportagens mostrando a importância da população apoiar o tombamento do imóvel em questão e vários poemas foram escritos, como esse do poeta José Santos Matos que destacou o abandono do CTC, publicado no jornal “*Diário Mercantil*” com o título “*Cine Central II*”:

Quando o primo de Bruce Lee / quebrou o pescoço / do terceiro  
renegado shao lin / os anjinhos / (a) frescos do teto / deram  
gritinhos de aiai / e desmaiaram desabando / nas costas do guarda  
mirim / lanterninha que ia acordando / entre os planos do travesti /  
com o sargento paisano / caía de trito e delírio / do forro se  
depenando / Na arena do esquecimento / traças trepadas na tela /  
roem histórias / e o pano.<sup>411</sup>

Na mesma época em que se discutia a preservação e a aquisição do CTC, outro assunto entrou em voga no meio artístico da cidade: a construção do Teatro Municipal Paschoal Carlos Magno. As obras foram iniciadas em 1981, na rua Gilberto de Alencar (atrás da Igreja de São Sebastião) e o objetivo principal dessa obra, além de dar a cidade um teatro municipal, foi realimentar as esperanças de grupos teatrais e culturais que há muito tempo clamavam por um espaço digno em Juiz de Fora.<sup>412</sup> No entanto, a ideia de se construir um novo teatro não era unânime para os artistas da cidade: uns a defendiam,

<sup>411</sup> MATOS, José Santos. *Cine Central II*. *Diário Mercantil*. 30 de janeiro de 1983.

<sup>412</sup> *Espaço Cultural*. *Diário Mercantil*. 7 de janeiro de 1981.

outros achavam que a prefeitura deveria adquirir e reformar outros locais, como o CTC e a Bernardo Mascarenhas, e outros ainda eram favoráveis à construção do teatro e a aquisição dos outros espaços. O artista plástico Walter Sebastião, defensor dessa última ideia, acreditava que o Cine Central poderia continuar com o cinema, acolhendo também os grandes espetáculos que chegassem a Juiz de Fora, a Bernardo Mascarenhas deveria funcionar como local para os grupos artísticos trabalharem e o teatro municipal atenderia apresentações de menores proporções.<sup>413</sup> No entanto, com o passar do tempo, a ideia de dotar Juiz de Fora de um teatro municipal foi ficando distante e inviável, até que em 1984, Reginaldo Arcuri declarou que a prefeitura já não tinha mais recursos para continuar com as obras do Paschoal Carlos Magno no ritmo que essas estavam ocorrendo no final do governo Mello Reis.<sup>414</sup> As obras do teatro não foram concluídas e ainda hoje a estrutura inacabada do prédio se encontra da mesma forma no local, porém, Juiz de Fora não ficou sem seu teatro municipal: quando o CTC foi adquirido e reformado pela UFJF, a prefeitura entrou no projeto como parceira justamente para transformar a centenária casa de arte no teatro da cidade, o que explicaremos melhor abaixo.

### **Tombamento municipal**

Nós precisamos do Central por três motivos: em primeiro lugar, por ser um espaço cultural do qual, por suas características, a cidade necessita; em segundo lugar, pelas raízes culturais que ele revela; em terceiro, pela grande afeição que o povo devota a ele. Digo sem exagero, que o Central é a alma de Juiz de Fora.<sup>415</sup>

Foi dessa forma que Ismair Zagetto justificou o pedido de tombamento do CTC feito pela *Comissão Permanente Técnico Cultural*. O professor mostrou que o cine teatro não era apenas um prédio, era a “*alma de Juiz de Fora*”, e uma cidade não poderia correr o risco de perder algo tão vital para sua história. O CTC precisava ser preservado.

Além do motivo sentimental da justificativa, foi mostrado também que o imóvel possuía uma grande importância no campo da música, do teatro e do cinema, sem falar

---

<sup>413</sup> PAIVA, Raquel. *Teatro Municipal X Central X Mascarenhas*. **Tribuna de Minas**. 10 de maio de 1983.

<sup>414</sup> *Conselho define discussão sobre o Teatro Municipal*. **Tribuna de Minas**. 2 de fevereiro de 1984.

<sup>415</sup> Justificativa para o pedido de tombamento do CTC elaborado pelo professor Ismair Zagetto, Superintendente da FUNALFA. **Processo de tombamento municipal do CTC**. Op. Cit. p. 2.

no seu valor artístico e plástico. Como destacou Arlindo Daibert, o CTC seria a “*maior obra de artes plásticas de dimensões pública existente em Juiz de Fora*”.<sup>416</sup> Ele era um exemplo de um limiar de uma época e de um ideal arquitetônico. Era uma propaganda para uma nova arquitetura: a moderna.<sup>417</sup>

Nesses termos, em agosto de 1982, foi enviada à Cia Franco Brasileira, proprietária do CTC, um ofício informando que, de acordo com a lei municipal n. 6108, de 13 de janeiro de 1982, foi aberto, pela CPTC, o processo n. 3821/82 para o tombamento do CTC. Após ser notificada, a Cia, porém, se mostrou contrária ao tombamento do imóvel de sua propriedade e entrou com pedido de impugnação do processo alegando quatro razões para tal atitude. A primeira seria o fato do imóvel ter sido construído e ainda ser mantido pela iniciativa privada para fins comerciais, não se tratando de “*obra de arte arquitetônica ou artística*”, pois sua arquitetura era “*realmente qualifica[da] de modesta*”. Em relação à pintura interna, achava que o município deveria se preocupar em preservar os quadros existentes no acervo do museu Mariano Procópio. Na segunda razão, alegou que a proposta se “*divorcia da verdadeira exegese do texto constitucional*” por se tratar de um bem “*explorado comercialmente*”. O terceiro motivo apresentado pedia que a CPTC não levasse em conta os reclamos públicos e esclarecia que não foi permitido o uso do teatro para a realização do festival “*Funalfa Som 82*” porque “*esses cometimentos multitudinários da juventude (...) são sempre causa de destruição de móveis, utensílios e instalações*”, que levam tempo para repor. E por fim, dizia que o tombamento “*nem retira o bem da propriedade privada e nem assegura ao Poder Público de dele se apossar*”.<sup>418</sup>

Em resposta à impugnação da Cia, Luiz Passaglia, em ofício enviado a Luiz César Falabella (então diretor da CPTC), chamou a atenção para os termos “*obra comercial*” e “*obra de arte*” usados no documento apresentado pelo proprietário, que, no entender do arquiteto, para “*fornecer uma visão do que seja ou não artístico no edifício*”, foi dada uma “*interpretação particular*” desses termos. Sobre o terceiro motivo apresentado pela Cia, Passaglia destacou a sua não procedência uma vez que o trabalho realizado busca a importância do imóvel na vida da população da cidade e o processo de tombamento data de três meses anteriores ao festival realizado pela FUNALFA. Concordou ainda com o quarto motivo apresentado, pois o tombamento

---

<sup>416</sup> **Processo de tombamento municipal do CTC.** Op. Cit. p. 2.

<sup>417</sup> Idem.

<sup>418</sup> Impugnação do processo de tombamento pela Cia Central de Diversões. 11 de novembro de 1982. **Processo de tombamento municipal do CTC.** Op. Cit. p. 51 a 53.

não atinge o direito de propriedade e informou que qualquer mal entendido sobre esse ponto foi divulgado pela imprensa e não pela CPTC. No entanto a principal crítica recaiu sobre a segunda razão apresentada, pois nenhum bem perde seu valor histórico quando é usado para fins comerciais e o CTC em particular, seria mais que uma “*casa comercial*”, ele seria “*um centro de cultura*” para a cidade. Seu valor histórico pode ser mostrado na importância que possuía o cinema nas décadas de 30 e 40 e a associação do teatro a dois nomes importantes da pintura e arquitetura brasileiras, Ângelo Biggi e Raphael Arcuri, respectivamente, o fazem possuir um valor artístico inestimável. Dessa forma, Passaglia conclui que os motivos apresentados pela Cia não foram suficientes para invalidar a tentativa de tombamento do bem em questão e o processo continuou com os tramites corriqueiros.<sup>419</sup> Ao ser enviado para a aprovação do então prefeito Mello Reis, o processo retornou a CPTC, em 15 de janeiro de 1983, com o seguinte escrito do prefeito: “*Á Comissão Técnico Cultural, Dr. Luiz César Falabella, coordenador. Determino sejam tomadas as medidas necessárias ao tombamento, conforme proposta dessa comissão*”.<sup>420</sup> Dessa forma, o decreto n. 2860, de 19 de janeiro de 1983 “*tomba o Cinema Central, antigo Cine Theatro Central*”, apoiado no art. 180, § único, da Constituição Federal e no art. 17, § 1º, da lei municipal n. 6108, de 13 de janeiro de 1982, pela importância na vida cultural de Juiz de Fora, pela importância artística mural e por parecer favorável da CPTC, preservando as fachadas dos quatro lados e a pintura mural no seu interior.<sup>421</sup>

Todo esse processo de proteção ao CTC foi realizado, porém, meio que na “*surdina*” para evitar que a cidade presenciasse a mesma cena ocorrida em São Paulo, onde vários casarões da Avenida Paulista foram demolidos depois de anunciada sua proteção pelo tombamento. Para Ismair Zaghetto, em entrevista ao jornal “*Diário Mercantil*”, mesmo o Central não sendo um marco arquitetônico de uma época “*seu tombamento tem um componente afetivo porque é marca de uma geração que hoje está com 50, 60 anos*”. Perguntado sobre a possibilidade de demolição do teatro pelos proprietários, Ismair disse que “*se alguém ameaçasse demolir o Cinema Central, encontraria o povo de Juiz de Fora em guarda. Veríamos gente, inclusive em cima das*

---

<sup>419</sup> Parecer de Passaglia sobre o ofício de impugnação. 29 de novembro de 1982. **Processo de tombamento municipal do CTC**. Op. Cit. p. 55-58.

<sup>420</sup> Ofício aprovado pelo prefeito. 15 de janeiro de 1983. **Processo de tombamento municipal do CTC**. Op. Cit. p. 60.

<sup>421</sup> Decreto que tomba o CTC. n. 2860, de 19 de janeiro de 1983. **Processo de tombamento municipal do CTC**. Op. Cit. p. 64.

*marquises*”.<sup>422</sup> A importância que aquele prédio despertava no cotidiano e na vida dos juizforanos nunca pôde ser contestada.

No dia que o prefeito Mello Reis anunciou publicamente o tombamento do CTC deixou claro como a municipalidade reconhecia a importância do teatro e o sentimento da população para com ele. Em suas palavras:

O Central não mais poderá ser demolido e isto representa a consolidação de uma esperança do povo. O prédio será tombado mais pelo valor sentimental, por ser um imóvel expressivo dentro do contexto urbano. Representa muito para a vida da cidade, mais do que seu valor arquitetônico e artístico.<sup>423</sup>

Sobre o ato do tombamento, Passaglia destacou que *“foi concretizado o que a opinião pública vinha desejando de uma longa data para o Central. Foi dado o primeiro passo, já que o prédio não está mais ameaçado”*.<sup>424</sup> Décio Lopes ainda declarou:

A cidade está ganhando para sempre o seu bem cultural arquitetônico mais importante, só comparável, em termos de arquitetura, artes plásticas e perfeição como casa de espetáculos, aos Teatros Municipais do Rio de Janeiro, São Paulo e Manaus. Este é o principal tombamento dos prédios que a atual administração transformou em patrimônio histórico definido da cidade. Liderei a campanha, pude entrevistar centenas de pessoas a respeito e posso afirmar que a população apoiou de coração, sobretudo, o ato do Cine Theatro Central.<sup>425</sup>

O tombamento acabou sendo entendido como uma vitória para Juiz de Fora uma vez que o teatro foi o primeiro imóvel privado tombado pelo município. No entanto, Daniel Silva destacou que foi uma vitória sem o efeito estabilizador esperado, pois não mudou a atitude dos proprietários quanto à sua manutenção. O CTC foi protegido mas continuava precisando de uma reforma urgente pela precariedade que se encontrava, com um risco muito alto à memória da cidade.<sup>426</sup> Nesse sentido, a luta que antes se concentrava no tombamento do CTC não teve fim com o ato, ela deveria se concentrar agora na desapropriação e reforma do teatro.

---

<sup>422</sup> SANT'ANNA, J. Op. Cit.

<sup>423</sup> Prefeitura confirma que tomba o Central. **Tribuna de Minas**. 28 de janeiro de 1983.

<sup>424</sup> Prefeitura confirma que tomba o Central. Op. Cit.

<sup>425</sup> Idem.

<sup>426</sup> REIS, D. R. R. Op. Cit. p. 58-59.

## Luta após o tombamento

O tombamento de um bem, como foi dito anteriormente, preserva-o da demolição, mas não o desapropria. No caso do CTC, mesmo após o tombamento a Cia Franco Brasileira, pediu a permissão da prefeitura para modificar o prédio em questão. A proposta era a de dividir o espaço em dois pisos, onde no primeiro seriam construídas duas salas de projeção e algumas lojas para o comércio, e no segundo funcionaria um teatro, preservando o teto original do imóvel. Chamamos a atenção para esse ponto porque esse assunto foi discutido no Conselho Comunitário Municipal, em 28 de novembro de 1984, onde o prefeito da época, Tarcísio Delgado, informou no início da reunião que a decisão para esse e outros assuntos seria acatada pela prefeitura, desde que aprovada pela maioria.<sup>427</sup> Antes de começarem os debates, o prefeito lembrou a todos que o imóvel era tombado e João Carlos Campos, na época vereador, destacou que a proposta deveria ser avaliada levando em conta os aspectos culturais e sentimentais do bem em questão. O que gostaríamos de destacar é o fato do Conselho, decisivo a nosso ver, para a demolição do Palácio Episcopal e da Capela do antigo colégio Stella Matutina, defendeu a não modificação do CTC, sugerindo inclusive um movimento popular para chamar a atenção para o assunto. A documentação traz as falas de Ney Jacinto, então presidente da *União dos Servidores Públicos*, que disse que sua entidade defendia a preservação do CTC como ele estava para que se preservasse a obra de Ângelo Bigi; do representante do *Clube Lions* que lembrou que o CTC é apenas um e por isso deveria ser preservado como estava e do representante da *Associação Comercial*, Roel Curt Benda, que destacou que se o Conselho permitisse tal mutilação parcial do teatro ele acabaria. Após o fim de cada uma dessas falas, houve aplausos de todo o Conselho. João Carlos Campos ainda destacou que a Cia Franco Brasileira não tinha nenhum respeito pela população da cidade, pois oferecia a essa uma programação de baixa qualidade e o CTC deveria ser adquirido pela municipalidade para que o perigo de perdê-lo fosse afastado. Após as falas contrárias as alterações por parte de outros representantes do Conselho, a proposta foi rejeitada por aclamação<sup>428</sup> e após a conclusão do assunto, Tarcísio Delgado frisou que a prefeitura queria adquirir o CTC, já havendo inclusive manifestado o interesse ao proprietário, mas não possuía verbas suficientes para tal ato. No final da reunião, formou-se uma comissão para redigir uma

---

<sup>427</sup> Atas do Conselho Comunitário Municipal. 28 de novembro de 1984. p. 18V. Juiz de Fora: Arquivo Histórico da UFJF. Coleção “Puxando pela Memória”. Série 002: Conselho Comunitário Municipal.

<sup>428</sup> Atas do Conselho Comunitário Municipal. 28 de novembro de 1984. p. 19. Op. Cit.

moção de repúdio e desagravo à Cia Franco Brasileira pelo trabalho de baixa qualidade que oferecia a Juiz de Fora. Dessa comissão faziam parte o vereador Ivan de Castro e os representantes do DCE, da SPC do bairro Nossa Sra. das Graças e do Jornal Unibairros.<sup>429</sup>

A luta para a aquisição do CTC ainda enfrentaria vários anos. Em 1986, Reginaldo Arcuri (então superintendente da FUNALFA) disse em entrevista ao jornal *“Tribuna de Minas”*, que a prefeitura tinha interesse em adquirir o imóvel, mas *“a aquisição do Central surge em Juiz de Fora num momento em que o Estado resolveu assumir a dívida da prefeitura com a implantação da Mendes Jr. Uma dívida de 25 milhões de dólares, impedia a administração municipal de tentar qualquer financiamento”*.<sup>430</sup> Mesmo assim, Reginaldo achava importante a mobilização da população em defesa da aquisição do Central, tal como ocorreu no seu tombamento. Tarcísio Delgado anunciou também, na reunião do Conselho Comunitário de 24 de agosto, que a prefeitura iria tentar um financiamento para adquirir de vez o teatro. Na ocasião, o então prefeito anunciou ainda que seria lançada uma campanha junto à comunidade para angariar recursos complementares para a reforma do imóvel, uma vez que a administração anterior havia tombado o bem, mas não o havia conservado.<sup>431</sup> A prefeitura chegou de fato a fazer um pedido de financiamento à Caixa Econômica Federal para usar o recurso do FAZ (Fundo de Amparo e Desenvolvimento Social) para adquirir o teatro. A Câmara de Vereadores autorizou o empréstimo, a CEF deu parecer favorável e o Senado Federal permitiu tal tramitação, no entanto, nessa mesma época o governo federal emitiu medidas de contenção do déficit público e o contrato de aquisição do bem foi adiado, não sendo o assunto mais cogitado nos anos seguintes por falta de verbas da prefeitura.<sup>432</sup>

Em 1988, após a apresentação, no CTC, da peça *“Lua Nua”*, com Elizabeth Savala e Otávio Augusto, esse último, que também era presidente do sindicato dos artistas do Rio de Janeiro, disse aos espectadores como era importante a aquisição do teatro: *“Eu queria que a população de Juiz de Fora apoiasse as coisas boas que vem sendo realizadas na cidade. Seria interessante que as pessoas fizessem um manifesto*

---

<sup>429</sup> Idem. p. 20V.

<sup>430</sup> PAIVA, Raquel. *Uma ponte cultural ligando Juiz de Fora ao circuito nacional da arte e do lazer. Tribuna de Minas*. 9 de agosto de 1984.

<sup>431</sup> Atas do Conselho Comunitário Municipal. 24 de agosto de 1986. p. 77V. Op. Cit.

<sup>432</sup> Material informativo sobre o CTC elaborado pela FUNALFA. **Processo de tombamento federal do CTC**. Op. Cit.

como forma de apoio as autoridades para que o poder público consiga comprar este teatro”. Terminando com a frase: “*Esse teatro é belíssimo*”.<sup>433</sup>

### **O tombamento nacional (1994)**

Com as constantes preocupações pelo estado de conservação do CTC, no início da década de 1990 recorreu-se a um tombamento nacional do teatro, para mostrar que esse tinha também uma importância para além das fronteiras da cidade e por isso, além de outros motivos, merecia uma grande intervenção restauradora.

Logo que o assunto começou a ser cogitado, o jornal “*Tribuna da Tarde*”, publicou o depoimento de vários artistas de renome nacional que se mostraram favoráveis ao tombamento nacional do teatro. A atriz Bibi Ferreira, que se apresentou no CTC em 1985 com a peça “*Piaf*” disse ser a favor da preservação até para “*preservar o trabalho artístico de profissionais ou amadores*”. Destacou ainda que:

É preciso uma administração vigorosa para que estes prédios, como o Central não se deteriorem, criando condições para que eles possam abrigar espetáculos. (...). Temos que considerar que a cultura escreve a história de um país. Se formos averiguar todos os artistas e companhias que pelo Central passaram, poderemos certamente ter uma ideia da cultura de Juiz de Fora.<sup>434</sup>

Para Danilo Caymmi, cantor, compositor e integrante da banda de Tom Jobim e que havia se apresentado do CTC, a existência desse seria importante em um tempo em que “*os grandes teatros estão desaparecendo. Sendo uma casa de grande porte, tem mais que reformar e valorizar. (...) O importante é encarar o Teatro como um organismo vivo*”.<sup>435</sup> Já para Emílio Kalil, que na época era diretor do Teatro Municipal de São Paulo, a iniciativa era importante e seus idealizadores mereciam os parabéns, pois acreditava que:

O Teatro Central como é e depois de restaurado, certamente seria uma casa de primeira linha, compatível com as maiores capitais brasileiras. Além disso, é importante para Juiz de Fora, uma vez que fica muito próxima do Rio, tendo condições de abrigar grandes espetáculos cariocas. Quanto à possível ação do Estado,

---

<sup>433</sup> *Um dia tudo será de Juiz de Fora. Tribuna da Tarde*. 20 de abril de 1988. **Processo de tombamento federal do CTC**. Op. Cit.

<sup>434</sup> *Central. Tribuna da Tarde*. 30 de julho de 1991.

<sup>435</sup> *Idem*.

nada mais do que uma obrigação. Parabenizo a atenção especial do vice-presidente, pois em tempos de recessão, onde a cultura é considerada artigo supérfluo, um projeto desses tem o seu valor.<sup>436</sup>

A importância do CTC não deixava qualquer dúvida. Como declarou o cantor Milton Nascimento: “*O Central está na emoção de todos nós*”.<sup>437</sup> Por esse fato, foi instruído então, uma proposta de tombamento federal, assinada por Helena Mendes dos Santos e Glaucia Cortes Abreu (arquiteta e museóloga do DEPROT, sucessivamente), onde foi destacado que, apesar do CTC não possuir valores referentes à arquitetura e às artes plásticas, possuía componentes históricos que o faziam ser testemunha de uma época em que Juiz de Fora possuía uma posição privilegiada como polo industrial e demográfico da Zona da Mata Mineira. Além desse fato, o teatro se tornou um importante espaço cultural para a cidade e região por ter uma estrutura que permitia receber diversas atividades artísticas como música, dança e cinema. Foi destacado também o fato de existirem apenas oito teatros protegidos pelo decreto-lei n. 25 e que destes, somente dois foram construídos nesse século (o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, de 1904, e o Teatro José de Alencar, em Fortaleza, datado de 1908-1910). Em relação aos cinemas tombados, havia apenas um registro no IPHAN, (o do Cinema 9 de Abril, de Volta Redonda, construído em 1959) e no que se refere aos cines teatros, de acordo com pesquisa feita pelo DIC/SPHAN, só foram encontrados a existência de seis em todo o Brasil, além o de Juiz de Fora, sendo que nenhum deles era tombado. Assim, a conclusão da proposta era favorável ao tombamento nacional do prédio e pinturas do CTC, pelo valor histórico que possuíam.<sup>438</sup> A fim de complemento dessa proposta, um memorando interno destacou ainda que a dimensão histórica do CTC seria um pouco mais ampla, uma vez que o teatro servia também como “*portão de entrada*” para espetáculos realizados em Minas Gerais. Juiz de Fora era a primeira parada das grandes Cias que ganhavam o interior do estado. O teatro ainda não deixava nada a dever aos grandes teatros do eixo Rio-São Paulo, em relação a monumentalidade e público.

O Cine Theatro Central representa, há meio século, um espaço cultural de expressiva relevância para o desenvolvimento dos espetáculos teatrais e musicais, integrante que é do amplo circuito

---

<sup>436</sup> Idem.

<sup>437</sup> SANGLARD, Jorge. *A emoção invade o Central*. **Tribuna de Minas**. 16 de novembro de 1996.

<sup>438</sup> Conclusão da proposta de tombamento. 29 de setembro de 1993. **Processo de tombamento federal do CTC**. Op. Cit.

nacional de atividades culturais dessa natureza. É nesse sentido também, que se deve entender o empenho e apelo de várias expressões do meio artístico do país, em prol da salvaguarda desse espaço cultural.<sup>439</sup>

Quando esses pontos estavam sendo discutido no interior do IPHAN, vários artistas de renome nacional e até internacional, gravaram depoimentos em um vídeo, produzido pela FUNALFA e pela Prefeitura de Juiz de Fora, com o objetivo de mostrar que o Central era “*a emoção de todos nós*”,<sup>440</sup> reforçando os motivos favoráveis à seu tombamento nacional e sua restauração. Entre os artistas participantes estão nomes como Bibi Ferreira, MPB4, Ney Matogrosso, Afonso Romano de Sant’ana, Tom Jobim, Milton Nascimento e outros.<sup>441</sup>

O Superintendente da FUNALFA na época, Reginaldo Arcuri, chamou a atenção para o grande valor afetivo que o CTC possuía. Em entrevista ao jornal “*Tribuna de Minas*”, o professor disse que “*o que se quer com o Central não é somente preservar o patrimônio, mas sim a utilização de uma casa que sempre foi o que há de melhor na cidade (...). O Central representa a preservação da identidade da cidade*”.<sup>442</sup>

O processo de tombamento do CTC foi aberto pelo então IBPC (*Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural*, denominação do IPHAN na época) e encaminhado ao Ministério da Cultura juntamente com um pedido da Universidade Federal de Juiz de Fora para desapropriação do imóvel. Como alegação para tal medida, o relator do processo, Germano Coelho, alegou o descaso dos proprietários, a necessidade de Juiz de Fora, como polo cultural, possuir uma casa de espetáculos como o CTC, a atual impossibilidade das instituições públicas darem à cidade um equipamento cultural equivalente ao teatro e o fato do tombamento municipal só proteger as fachadas e as pinturas do teto e boca de cena do teatro. Concluiu-se assim que seria “*bastante evidente que grande parte da população de Juiz de Fora deseja o tombamento e a desapropriação do Cine Theatro Central, assegurando assim sua continuidade como equipamento cultural*”.<sup>443</sup> No entanto, ao ser analisado pela Procuradoria Jurídica, a dupla tombamento-desapropriação foi rejeitada pois isso só seria possível se o

---

<sup>439</sup> Memorando Interno 284/93. 8 de outubro de 1983. **Processo de tombamento federal do CTC**. Op. Cit.

<sup>440</sup> O slogan dessa campanha foi criado pelo cantor Milton Nascimento.

<sup>441</sup> Memorando interno 284/93. 8 de outubro de 1993. **Processo de tombamento federal do CTC**. Op. Cit.

<sup>442</sup> *Uma ponte cultural ligando Juiz de Fora ao circuito nacional da arte e lazer*. **Tribuna de Minas**. 6 de agosto de 1994. **Processo de tombamento federal do CTC**. Op. Cit.

<sup>443</sup> Parecer do relator sobre o tombamento do CTC. **Processo de tombamento federal do CTC**. Op. Cit.

tombamento desse ao proprietário uma incompatibilidade de uso e gozo do bem ou se o poder público pretendesse desenvolver no local tombado uma atividade cultural incompatível com o uso que o proprietário destinava ao bem, fatos esses que não se empregavam no contexto do CTC.<sup>444</sup> Mesmo após o parecer da PROJUR, Germano Coelho, que na época também era prefeito de Olinda, continuou chamando a atenção para a necessidade do tombamento e desapropriação do teatro acreditando ser esse um “*monumento/documento que ultrapassa de muito o seu significado arquitetônico e o valor de seus elementos plásticos, decorativos ou pictóricos*”. Ele seria um lugar de difusão da cultura nacional, “*um lugar de memória e um lugar de renovação cultural*”.<sup>445</sup> Assim, o governo deveria intervir na proteção de bens no espaço urbano pois a grande expansão das cidades acabaram gerando uma “*progressiva destruição ou degradação de símbolos e monumentos que são os elementos sobre os quais se apoia a criação de uma identidade coletiva, capaz de ultrapassar o imediato e por vezes individualista espaço privado*”.<sup>446</sup> Nesses termos, considerando a integração teatro-cinema (poucos no Brasil), a representatividade artística e arquitetônica local e nacional, a perda insubstituível que sua destruição poderia arrear, o projeto cultural que a UFJF poderia desenvolver no local, a responsabilidade do poder público de garantir a preservação de bens públicos ou privados com significado à comunidade e a vontade dos juizforanos de preservar o CTC, o relator se mostrou favorável ao tombamento, recomendando ainda a desapropriação e cessão do bem à UFJF e a sua inscrição no livro de tomo histórico.<sup>447</sup>

Ao ser notificada sobre o processo de tombamento aberto pelo IBPC, a Cia Franco Brasileira impugnou a proposta alegando que, sendo o bem já tombado pelo município, a preservação a nível federal se mostrava redundante. Informou também que não descartava vender a propriedade, desde que fosse por um preço justo.<sup>448</sup> No entanto, o motivo apresentado para impugnação do processo não foi aceito pelo IBPC uma vez que a constituição federal aceita o tombamento nos três níveis de poder desde que respeite alguns limites impostos.<sup>449</sup>

---

<sup>444</sup> Parecer do relator sobre o tombamento do CTC. **Processo de tombamento federal do CTC**. Op. Cit.

<sup>445</sup> Idem.

<sup>446</sup> Idem.

<sup>447</sup> Idem.

<sup>448</sup> Notificação da Cia Central de Diversões ao IBPC. 30 de novembro de 1993. **Processo de tombamento federal do CTC**. Op. Cit.

<sup>449</sup> Impugnação do proprietário ao tombamento. 14 de dezembro de 1993. **Processo de tombamento federal do CTC**. Op. Cit.

Passada essa face de impugnações, o assunto do tombamento do CTC foi debatido na 6ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada em 14 de maio de 1994 no Palácio Gustavo Capanema no Rio de Janeiro. O parecer do relator foi lido e logo após Ângelo Oswaldo esclareceu que desde 1º de maio o CTC passou a pertencer à UFJF, pois havia sido adquirido em negociação amigável e que seria gerenciado pela parceria UFJF- Prefeitura de Juiz de Fora, visando restabelecer a função de teatro municipal da cidade. Aberta a discussão sobre o tombamento, Carlos Lemos e Francisco Iglesias (respectivamente arquiteto e historiador) se manifestaram contrários à proposta por acharem que o teatro possuía apenas interesse local e que já estava bem protegido pelo tombamento municipal. Já Modesto Carvalhosa (jurista), favorável a ação, lembrou que o conceito de bem cultural alargou-se muito na Constituição de 1988 e que passou a representar tudo que tenha algum valor para a população e que contribua para preservar a memória e as tradições das comunidades. Luiz Roberto do Nascimento e Silva (então Ministro da Cultura), narrou sua visita à Juiz de Fora dizendo que nessa percebeu como era importante essa preservação para a cidade, que de 17 cinemas existentes anteriormente, só restaram 5. Destacou ainda a sua importância para o lazer das massas e da elite, considerando o tombamento federal como um reforço ao municipal. Italo Campofiorito (arquiteto e crítico de arte) ponderou em seguida que:

as comunidades, quando veem ameaçado o seu patrimônio, se voltam para o SPHAN, como entidade máxima de tombamento, na esperança de que seja preservada a memória urbana e comunitária que, embora eventualmente reconhecidas por órgãos municipais ou estaduais, se encontram ameaçadas pela fragilidade dessas instituições.<sup>450</sup>

Sem mais comentários por parte dos conselheiros, foi aberta a votação que, por 10 votos favoráveis e 1 contrário, a proposta de tombamento do CTC pelo IPHAN foi aprovada<sup>451</sup> e, em 13 de junho de 1994 o teatro foi inscrito no livro de tombo histórico, volume 2, folha 24, sob a inscrição 537.<sup>452</sup>

---

<sup>450</sup> Ata da 6ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. 14 de maio de 1994. **Processo de tombamento federal do CTC**. Op. Cit.

<sup>451</sup> Ata da 6ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. 14 de maio de 1994. **Processo de tombamento federal do CTC**. Op. Cit.

<sup>452</sup> Inscrição no livro de tombo. **Processo de tombamento federal do CTC**. Op. Cit.

## A aquisição do teatro pela UFJF e a nova reforma

Em 1994, antes mesmo de ser tombado nacionalmente, o CTC foi adquirido pelo Ministério da Educação e Cultura, passando a ser administrado por uma parceria entre a UFJF e a Prefeitura de Juiz de Fora. Essa parceria porém, durou até 2001 quando o teatro passou aos cuidados exclusivos da UFJF, condição essa que se encontra até hoje. Destacamos aqui também que essa aquisição do CTC contou com a ajuda de dois juizforanos que na época ocupavam cargos de destaque na política do país: Murilo Hingel, na época Ministro da Educação, e Itamar Franco, então Presidente da República. A participação de ambos foi importante para a aquisição do cine teatro, uma vez que a prefeitura, sozinha, não teria como arcar com tamanha despesa, daí se deu a parceria com a UFJF, uma instituição federal.

Segundo Jorge Arbach, antes de ser adquirido pela UFJF, o CTC estava decadente: os filmes eram de péssima qualidade, o ambiente estava deteriorado, seu redor parecia um antro, o telhado estava com risco de cair e a fiação estava exposta. Esse estado fazia com que as pessoas que entrassem nele não quisessem mais voltar e era uma situação induzida, em parte, pela própria proprietária da casa para evitar uma reação de resgate do teatro por parte da população.<sup>453</sup> No entanto, depois que a UFJF o adquiriu, foi criado um Conselho Diretor para dirigir e resgatar o CTC. Esse conselho era formado por três representantes da UFJF e dois da prefeitura de Juiz de Fora, uma vez que o Central se tornaria o teatro municipal da cidade.<sup>454</sup>

Em 1996, o CTC foi fechado para restauração. A estrutura foi mantida e o teatro foi todo reformado para ficar igual ao que era em 1929, claro que com algumas instalações modernas na rede elétrica e hidráulica e algumas modificações para atender a população com mais conforto. A reforma compreendeu a recuperação de toda a parte elétrica, a substituição do revestimento e das janelas, a impermeabilização e revitalização da cobertura, além da pintura externa, da mecânica cênica e da restauração das obras de Biggi.<sup>455</sup> Em relação a essa última, durante a reforma foram descobertas ainda quatro painéis do pintor escondidos sobre sete camadas de tinta no foyer do primeiro piso, além de desenhos decorativos nas escadas, balcão e na boca de cena do teatro. No teto, a pintura artística havia sido coberta com tinta branca, mas foi totalmente recuperada. Segundo Jorge Arbach (arquiteto responsável pela reforma),

---

<sup>453</sup> Depoimento de Jorge Arbach concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 16 de dezembro de 2010.

<sup>454</sup> Idem.

<sup>455</sup> *Obras do Central resgatam seu valor histórico. Em Tempo.* Jornal da UFJF. 11 de junho de 1995.

realizou-se uma grande pesquisa, principalmente por fotos, para auxiliar os restaurados a recriarem as pinturas de Biggi.<sup>456</sup> Houve ainda uma surpresa: no centro do teto foi descoberta uma mandala que, junto com a luminária, compunha um lustre especial<sup>457</sup> e que foi recuperada graças a uma foto que mostrava os lustres e as pinturas ornamentais ainda sendo feitas.<sup>458</sup> (Ver foto 47).



FOTO 47: Mandala com os lustres no centro do teto do CTC.  
Fonte: *Jornal Panorama*. 7 de março de 2004.



FOTO 48: CTC fechado para as reformas.  
Fonte: *Tribuna de Minas*. 30 de junho de 1996.  
Foto de Nina Mello.



FOTO 49: Visitas guiadas ao CTC.  
Fonte: 11 de setembro de 1996.  
Foto de Antônio Olavo Corezo.



FOTO 50: Reinauguração do CTC.  
Fonte: *Tribuna de Minas*. 16 de novembro de 1996.  
Foto de Antônio Olavo Corezo.

---

<sup>456</sup> Depoimento de Jorge Arbach concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 16 de dezembro de 2010.

<sup>457</sup> *Reforma do Central dura mais 60 dias. Jornal do Servidor*. Junho de 1996.

<sup>458</sup> Depoimento de Jorge Arbach concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 16 de dezembro de 2010.

O uso dessas fotografias no restauro do CTC nos fez recordar Viollet-le-Duc, para quem “*a fotografia tem a vantagem de produzir memórias irrefutáveis*” e conduziu “*os arquitetos a serem ainda mais escrupulosos no respeito aos mínimos vestígios de uma antiga disposição*”, pois “*muito frequentemente se descobre num negativo aquilo que passara despercebido no próprio monumento*”.<sup>459</sup>

Durante as reformas, o CTC ficou fechado com tábuas de madeira ao seu redor. (Ver foto 48). Esse fato acabou despertando o interesse das pessoas que queriam ver como o teatro estava ficando. Dessa forma, revolveu-se organizar visitas guiadas no interior do teatro para que as pessoas pudessem acompanhar o andamento das obras. (Ver foto 49). Quem guiava os grupos de 10 pessoas era Jorge Arbach, que destacou inclusive, que esse interesse das pessoas para com a reforma foi uma surpresa positiva para todos os envolvidos na obra.<sup>460</sup>

O CTC foi reinaugurado em 14 de novembro de 1996 como “*atualização de sua inauguração*”, evocando aquela memória. Cerca de 2.300 pessoas, convidadas pela prefeitura e pela UFJF puderam acompanhar a Orquestra Sinfônica Brasileira, sob a regência de Roberto Tibiriça.<sup>461</sup> “*O CTC se consolidava não mais como prédio, mas como ‘alma da cidade’*”. (Ver foto 50). Na inauguração em 1929, o teatro visava um futuro de progresso para a cidade. Na reinauguração, 67 anos depois, mostrava um olhar ao passado. O CTC acabou sendo visto como um lugar de memória do progresso,<sup>462</sup> pois já não representava mais esse, apenas possuía a lembrança de uma época em que Juiz de Fora se destacava por seu potencial industrial e cultural.

Com a reinauguração, o cinema foi desativado com a alegação de risco do teatro se descaracterizar e entrar em decadência como ocorreu na década de 1970. No entanto, as pessoas não se reconheciam com o CTC enquanto teatro, a maioria lembrava-se dele como cinema. Com esse dado, nas comemorações dos 75 anos do teatro, como destacou Daniel Silva, buscou-se aproximar e atrair a população através de dois projetos: o “*Criança no Central*”, com programação infantil aos domingos, e o “*Central quer ver você*” com visitas guiadas onde se podia conhecer a história do teatro.<sup>463</sup> Mas algo ficou perdido no tempo. Temos que ter em mente que o local nasceu como cine teatro justamente para acolher a elite e quem não era da elite. Ao ser preservado, o CTC

---

<sup>459</sup> VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauro**. p. 28.

<sup>460</sup> Depoimento de Jorge Arbach concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 16 de dezembro de 2010.

<sup>461</sup> SANGLARD, Jorge. *A emoção invade o Central*. **Tribuna de Minas**. 16 de novembro de 1996.

<sup>462</sup> SILVA, D. R. R. Op. Cit. p. 130-131.

<sup>463</sup> SILVA, D. R. R. Op. Cit. p. 148.

“escapou” de virar um “lugar de memória”, mas se tornou um “lugar na memória”, pois todos aqueles que o viram funcionar como cinema o associam saudosamente a esse fim. O nome foi mantido: Cine Theatro Central (até com a grafia da época), mas seu uso como cinema só viverá na lembrança dos seus espectadores mais antigos.

No entanto, vê-lo de pé, restaurado é um orgulho para todo juiz-forano. Hoje ele é, como havia sido outrora, referencial para grandes espetáculos na cidade, acolhido por todos com o carinho e respeito que merece. Mas, talvez o mais importante é o fato do CTC mostrar que Juiz de Fora soube preservar uma parte de sua memória histórica e artística.

#### **4. 3 - “MASCARENHAS MEU AMOR”: o maior exemplo da “efervescência cultural” de Juiz de Fora nos anos 80.**

##### **O pioneirismo de Bernardo Mascarenhas**

Edifício notabilíssimo. A sua fachada ocupa área considerável de terreno, ostenta majestosamente o elegante corte das fábricas modernas e possui nada menos de 46 janelas por onde a luz e o ar devem penetrar em ondas (...). O motor faz mover 64 teares e ao redor destes movem-se 150 pessoas, a maior parte moças e meninas, umas brasileiras, outras espanholas e italianas (...). A produção pode calcular-se aproximadamente em 2000 metros diários, os quais, logo depois de produzidos, tem já colocação, quer no consumo mineiro, quer no de outros estados da República (...).<sup>464</sup>

Foi nesses termos que a “*Tecelagem Mascarenhas*” foi apresentada no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, poucos dias após a sua inauguração em Juiz de Fora, em 14 de maio de 1888. O empreendedorismo de Bernardo Mascarenhas fez história em Minas Gerais, mas não teve seu capítulo inicial em Juiz de Fora. Quando esse se empenhou em construir nessa localidade uma das mais importantes fábricas têxteis do estado e uma hidrelétrica, já havia percorrido um longo caminho de empresário bem sucedido em outras regiões do estado. Em sociedade como o irmão Antônio Cândido,

---

<sup>464</sup> Reportagem de um jornal do Rio de Janeiro retirado do livro “Efemérides Mineiras”, de Xavier da Veiga. MASCARENHAS, Nelson Lage. **Bernardo Mascarenhas**: o surto industrial de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Aurora, 1954. p. 128.

fundou uma fábrica de tecidos na região do Cedro (centro-oeste mineiro) que foi uma ideia inovadora para a época, pois, em 1865, não havia ainda fábricas para esse fim na província de Minas Gerais.

Bernardo pretendia instalar essa fábrica na região de Juiz de Fora, mas Antônio Cândido o convenceu de instalá-la no Cedro. Esse fato pode ser demonstrado em carta de Caetano Mascarenhas ao jornal “*Gazeta de Paraopeba*”, em 1923, que dizia que “*essa fábrica era para ser assentada em Mariano Procópio (Juiz de Fora)*”, mas “*na nova sociedade, que teve a firma Mascarenhas & Irmãos, com alguma dificuldade, entrou o Antônio Cândido, com a condição, porém, de ser [a fábrica] estabelecida no Cedro*”<sup>465</sup>.

Por volta de 1872 foi assentada uma segunda fábrica em Cachoeira (também no centro-oeste de Minas Gerais) e em 1875, as duas fábricas se uniram, fazendo surgir a Cia Cedro & Cachoeira.

Com o tempo, constantes desentendimentos entre Bernardo e o irmão Antônio Cândido fizeram o primeiro a cogitar novamente a compra de um terreno em Juiz de Fora, pois essa era uma bela cidade, possuía terrenos baratos, estava ligada a Corte e a Petrópolis pela Estrada de Ferro D. Pedro II e pela estrada de rodagem União e Indústria e possuía a cachoeira do Marmelo, com queda d’água ideal para a construção de uma usina hidrelétrica, outro sonho do industrial.

Ao conhecer Francisco Batista de Oliveira, as ideias de Bernardo começaram a se concretizar. Logo foi adquirido um terreno às margens da estrada União e Indústria, onde se construiria a usina hidrelétrica e um segundo lote onde se instalaria uma fábrica de tecidos. Esse último foi adquirido, inclusive, por preço irrisório, uma vez que ficava em uma região pouco valorizada de Juiz de Fora na época, pois se tratava de uma área constantemente atingida pelas cheias do Rio Paraibuna. Mesmo com esse problema, o local foi escolhido por estar na área urbana da localidade (proporcionando melhor acesso aos trabalhadores), estava próximo da estação ferroviária, da União e Indústria e também da usina hidrelétrica que iria ser construída.

De início, a ideia era aproveitar a energia gerada na usina para alimentar as fábricas da cidade, principalmente a de Mascarenhas, mas ela acabou sendo usada também para um outro fim: promover a iluminação pública do município. Em 1886, a Câmara de Juiz de Fora abriu concorrência pública para a iluminação das ruas e o

---

<sup>465</sup> Depoimento de Caetano Mascarenhas ao jornal “*Gazeta de Paraopeba*”, da cidade de Paraopeba, antiga Tabuleiro Grande, em 25 de março de 1923. Retirado de MASCARENHAS, N. L. Op. cit. p. 33.

projeto vencedor era de uma iluminação a gás, mas Mascarenhas autorizou Batista de Oliveira a comprar a concessão e em 1887 o “*Jornal do Comércio*” de Ouro Preto estampava em suas páginas: “*O Sr. Bernardo Mascarenhas, que se distinguiu no impulso industrial da província, vai contratar a iluminação pública pela eletricidade com a Câmara de Juiz de Fora*” que vai se transformar no primeiro centro industrial da província.<sup>466</sup> Os objetivos de Mascarenhas sempre foram claros nas inúmeras correspondências que mantinha com familiares e amigos, como a reproduzida por Luiz Antonio do Valle Arantes:

Em maio próximo realizarei minha mudança para Juiz de Fora, onde vou instalar a iluminação elétrica da cidade, aproveitando a força hidráulica do Paraibuna, uma légua abaixo da cidade, para mover os dínamos. Pretendo também transmitir a força elétrica para pequenas indústrias da cidade, de maneira que à noite os dínamos transmitirão luz e de dia força, para a qual já tenho contrato com a Câmara Municipal por 29 anos. Me considerarei muito feliz, se for o primeiro a transmitir força elétrica, praticamente utilizável, no Brasil e talvez na América do Sul.<sup>467</sup>

Em 7 de janeiro de 1888 realizou-se a primeira reunião dos fundadores da *Cia Mineira de Eletricidade*. Nessa estavam presentes Bernardo Mascarenhas, Batista de Oliveira, Francisco Eugênio de Resende, Francisco Ferreira Lage, Fernando Lobo Pereira e Manuel Matos Gonçalves.

### **A fábrica de tecidos**

Ao mudar-se para Juiz de Fora, Mascarenhas possuía dois objetivos: construir uma fábrica de tecidos e uma hidrelétrica.

A Usina de Marmelos nasceu primeiro para fornecer energia para alimentar os motores da fiação, mas acabou entrando na história do Brasil como a primeira hidrelétrica da América de Sul. (Ver foto 51)

---

<sup>466</sup> *Jornal do Comércio*. 28 de junho de 1887. Reportagem tirada de MASCARENHAS, N. L. Op. cit.

<sup>467</sup> Citado por ARANTES, Luiz Antônio do Valle. A fábrica e a luz. In: NEVES, José Alberto Pinho; DELGADO, Ignácio José; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (orgs.). **Juiz de Fora**: história, texto e imagem. Juiz de Fora: FUNALFA, 2004. p. 65.

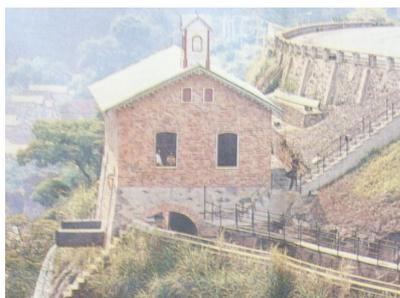


FOTO 51: Usina de Marmelos.

Fontes: *O Globo*. 8 de março de 1990. Foto de Jorge Marinho. E acervo pessoal.

No dia 5 de setembro de 1888, às 19 horas, foram acessas pela primeira vez as luzes da tecelagem Mascarenhas, (só as luzes, as máquinas passariam a funcionar alguns anos depois), fato esse seguido por cortejo pelas ruas da cidade. Essa data só não foi tão marcante como 22 de agosto do mesmo ano, quando, às 21 horas, acendiam-se pela primeira vez em uma cidade da América do Sul, as luzes de vias públicas geradas através de queda d'água. O fato foi recebido com muitos aplausos, foguetes, banda de música e uma salva de 21 tiros.<sup>468</sup> O povo foi aclamar Mascarenhas em sua fábrica e no mesmo dia a municipalidade deu à Rua da Colônia o nome de Rua Bernardo Mascarenhas. Segundo Albino Esteves, o governo imperial quis conceder a Bernardo o título de “Visconde de Paraibuna”, pelo pioneirismo industrial que concedeu à região, mas o mesmo fora negado por ele uma vez que defendia ideais republicanos.<sup>469</sup>

A tecelagem começou a funcionar com máquinas encomendadas de Manchester, na Inglaterra: eram 30 teares do fabricante Hogson e máquinas de preparação de Robert Hall & Sons.<sup>470</sup> Durante 10 anos a fábrica foi movida à caldeira de vapor aquecida com lenha<sup>471</sup>, mas em 27 de agosto de 1898, às 14 horas, foi transmitida a energia hidrelétrica para mover às máquinas. Os motores foram ligados ao som do Hino Nacional e, desde então, sessenta teares da Tecelagem Mascarenhas e as máquinas das oficinas da Cia Pantaleone Arcuri & Timponi<sup>472</sup> passaram a ser movidas pela energia

<sup>468</sup> MASCARENHAS, N. L. Op. cit. p. 145.

<sup>469</sup> Citado em: MASCARENHAS, N. L. Op. cit. p. 150.

<sup>470</sup> MASCARENHAS, N. L. Op. cit. p. 125.

<sup>471</sup> LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros**: do Caminho Novo à Proclamação da República. Juiz de Fora: UFJF/FUNALFA, 1985. p. 209.

<sup>472</sup> A firma Pantaleone Arcuri & Timponi foi criada em 1895 através da sociedade entre Pantaleone Arcuri e seu cunhado Pedro Timponi (ambos italianos). A fábrica de Pantaleone foi instalada em um ponto estratégico na cidade (entre a Cia Têxtil Bernardo Mascarenhas e a Hidrelétrica de Marmelos, estando perto ainda da Alfândega de Minas Gerais) e oferecia uma rede de serviços bem diversificados. Segundo Marcos Olender “no ‘*Almanach de Juiz de Fora*’ de 1897, constavam um armazém de víveres (molhados) e uma firma de construção, na rua Quinze de Novembro, esquina com a rua Santa Rita, além de um depósito de madeiras e materiais para construção e uma oficina de carpintaria, na rua Espírito Santo. No ano seguinte, toda a firma passou a funcionar na rua Espírito Santo”. OLENDER, Marcos.

gerada pela força da água.<sup>473</sup> O êxito da iniciativa despertou o surto industrial na região, principalmente na produção de tecidos e esse êxito foi ainda mais saboroso para Bernardo que conseguiu executar todos esses feitos sem nenhum auxílio do governo.<sup>474</sup> Para Luiz Alberto do Prado Passaglia, a inauguração da fábrica de Mascarenhas na cidade “correspondeu a sua transformação de um simples local de passagem para um parque industrial embrionário”.<sup>475</sup> (Ver foto 52)



FOTO 52: Cia Têxtil Bernardo Mascarenhas em 1888.  
Fonte: *Tribuna de Minas*. 23 de fevereiro de 1986.

Com uma vida inteira marcada pelo trabalho e pelo estudo, esses não abandonaram Bernardo na hora de sua morte. Em 9 de outubro de 1899 depois do jantar, recebeu em casa os amigos Gustavo Pena e Pedro Schubert que levaram alguns cálculos para o industrial. Depois da saída dos convidados, Bernardo examinou os papéis, fez algumas anotações, apoiou-se no braço e morreu de síncope cardíaca aos 52 anos.<sup>476</sup> No entanto, todo o empreendedorismo e inovação que sempre estiveram ligados ao nome de Bernardo Mascarenhas tiveram um reconhecimento muito forte da população de Juiz de Fora. Seu enterro reuniu cerca de 2000 pessoas de todas as classes sociais, que seguiram o caixão pelas ruas da cidade. Em 4 de setembro de 1937, como forma de agradecimento, foi aprovado na Câmara de Juiz de Fora, o projeto de Ribeiro de Sá para a ereção de um monumento em homenagem ao industrial. Colocado no meio da praça Antônio Carlos, o busto tem à sua frente a primeira estação distribuidora de energia da *Cia Mineira de Eletricidade* (hoje conhecido como “Castelinho da Cemig”,

---

“Tudo é tão simples que cabe num cartão postal”: a Juiz de Fora dos Arcuri. In: **19&20**. Rio de Janeiro: 2009, v. 4, out.

<sup>473</sup> MASCARENHAS, N. L. Op. cit. p. 235 a 239.

<sup>474</sup> Idem, p. 244-245.

<sup>475</sup> PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. **A preservação do patrimônio histórico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Instituto de Pesquisa e Planejamento/ Prefeitura de Juiz de Fora, 1982. p. 36.

<sup>476</sup> MASCARENHAS, N. L. Op. cit. p. 255.

na rua Espírito Santo) e atrás o edifício da antiga tecelagem (hoje Centro Cultural Bernardo Mascarenhas). Ao lado do busto aparecem dois operários, um homem e uma mulher, em tamanho natural, simbolizando o trabalho na fábrica. Na face principal do monumento lê-se: “*A seu grande benfeitor Bernardo Mascarenhas, a gratidão de Juiz de Fora – 1937*”. Na fase posterior está gravado: “*Passou pela vida semeando exemplos de honradez, perseverança e trabalho; morreu e recebeu a benção do povo*”.<sup>477</sup> (Ver foto 53).



FOTO 53: Busto de Bernardo Mascarenhas na Praça Antônio Carlos.  
Fonte: <<http://www.megaminas.com>>. Acesso em 25 de maio de 2012.

### **As ampliações da fábrica**

A fachada original da fábrica construída por Bernardo Mascarenhas era voltada para a antiga estrada União e Indústria (atual Avenida Getúlio Vargas). Essa primeira etapa de construção do prédio não possui nenhuma referência iconográfica, porque logo em seguida o edifício foi aumentado e remodelado. Esse novo projeto foi realizado pelo arquiteto e engenheiro L. Sue, onde se concluiu a ala esquerda da tecelagem, expandindo-se os negócios<sup>478</sup>. Tal ampliação foi sendo realizada aos poucos e foi concluída na gerência de Angenor Barbosa, genro de Bernardo, que o substituiu após sua morte em 1899. Com a conclusão do novo edifício e com o desenvolvimento da fábrica, essa passou a produzir a própria matéria prima, montou a própria tinturaria, aperfeiçoou os tecidos, importou mais máquinas e uma nova tecelagem foi montada para a fabricação de flanelas, cobertores e colchas. Toda essa ampliação se traduzia

---

<sup>477</sup> Idem, p. 259-260.

<sup>478</sup> MASCARENHAS, E.G. Op. Cit. p. 10.

também no número de trabalhadores: segundo Enéas Mascarenhas, filho de Bernardo, na passagem do século, a tecelagem empregava cerca de 200 funcionários.<sup>479</sup>

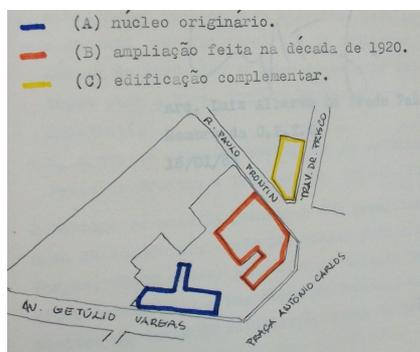


FOTO 54: Desenho das ampliações da Bernardo Mascarenhas  
Fonte: Processo de tombamento Bernardo Mascarenhas, p. 127.

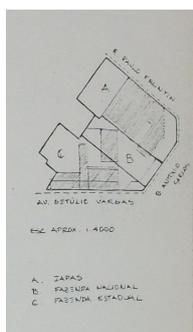


FOTO 55: Divisão da área da Cia Têxtil Bernardo Mascarenhas.  
Fonte: Processo de Tombamento CCBM. DIPAC. p. 19.

Em 1916, a viúva de Bernardo, Amélia Macedo Guimarães, faleceu e com esse fato foi feita a partilha dos bens entre os filhos<sup>480</sup>. Nascia assim a *Sociedade Anônima Cia Têxtil Bernardo Mascarenhas*. Com outra etapa de gerência e concorrência iniciada, o edifício foi novamente expandido e na década de 1920 foi concluída a ala que hoje faz frente à Praça Antônio Carlos. (Ver foto 54).

A fábrica sobreviveu até fins da década de 1970 quando foi repartida por ato judicial entre entidades públicas. Segundo a carta de adjudicação do imóvel, expedida pelo cartório do 2º Ofício do Crime e Execuções Fiscais, datado de 01 de agosto de 1977, os adquirentes foram: o *Instituto de Administração Financeira da Previdência e*

<sup>479</sup> Idem. p. 697.

<sup>480</sup> Bernardo Mascarenhas e “Amelinha” tiveram 12 filhos, sendo 9 homens e 3 mulheres. Destes, 3 faleceram jovens e um se tornou padre. MASCARENHAS, N. L. Op. Cit. p. 250.

*Assistência Social (IAPAS)*<sup>481</sup>, com 49,02% da área; a Fazenda Pública Estadual, com 32,5%; a Fazenda Pública Nacional, com 18,48%; e a Caixa Econômica Federal, que adquiriu toda a área do prédio anexo da antiga fábrica (edificação complementar da foto 40).<sup>482</sup> (Ver foto 55).

### **O tombamento do conjunto fabril**

O pedido de tombamento das antigas instalações da Tecelagem Mascarenhas foi justificado por Luiz Alberto do Prado Passaglia, em 27 de maio de 1982, com os seguintes termos: o edifício seria um marco da industrialização mineira e do segundo momento de expansão industrial em Juiz de Fora (o primeiro momento seria a construção da União e Indústria); faz parte da última praça construída na cidade, organizada principalmente, em função da Alfândega Ferroviária do Estado, por volta de 1893 e possui relevada importância histórica e arquitetônica marcando um período de expansão e inovação na cidade.<sup>483</sup> Passaglia destacou também a importância do imóvel para o desenvolvimento fabril do núcleo histórico da Praça Antônio Carlos, ao qual fazem parte juntamente com a antiga tecelagem, o edifício da Alfândega Ferroviária, a Cia Mineira de Eletricidade (pertencente atualmente a Cemig), a Escola Normal e as instalações da antiga Cia Pantaleone Arcuri & Spinelli (ao longo da rua Espírito Santo). No entanto, foi apenas a partir da chegada da tecelagem e principalmente, da eletricidade da usina criada por Bernardo, que a região desenvolveu-se com a instalação de indústrias nas proximidades, como a fábrica de meias de Antônio Meurer e a fábrica de cimento amianto e outros materiais de Pantaleone Arcuri.<sup>484</sup> Essa última inclusive, se transformaria na “*maior empresa de construção civil da Zona da Mata mineira*”, produzindo e comercializando “*todos os itens necessários às edificações e aos equipamentos urbanos, dos materiais aos projetos, dos pedreiros aos arquitetos, das fundações aos ornamentos*”.<sup>485</sup> O pedido de tombamento fazia referência também a duas medidas que seriam fundamentais para a preservação da fábrica: a reciclagem de todo o conjunto fabril e um eventual desmembramento da área para a realização da reciclagem

---

<sup>481</sup> Em 1994 o IAPAS passou a denominar-se Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

<sup>482</sup> Situação de propriedade da área da antiga Cia Têxtil Bernardo Mascarenhas. **Processo de tombamento da Bernardo Mascarenhas**. Juiz de Fora: PJF/DIPAC, processo n. 3649 de 1982. p. 17.

<sup>483</sup> PASSAGLIA, L. A. P. Justificativa do pedido de tombamento das antigas instalações da Tecelagem Mascarenhas. **Processo de tombamento da Bernardo Mascarenhas**. Op. Cit. p. 3.

<sup>484</sup> PASSAGLIA, L. A. P. Inventário de pesquisa do patrimônio arquitetônico e ambiental de Juiz de Fora. **Processo de tombamento da Bernardo Mascarenhas**. Op. Cit. p. 16.

<sup>485</sup> OLENDER, Marcos. **Ornamento, ponto e nó**: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri. Juiz de Fora: FUNALFA/Editora UFJF, 2011. p. 47.

proposta.<sup>486</sup> Esse desmembramento, segundo Passaglia, possibilitaria as definições dos três núcleos principais do conjunto: o núcleo de origem da Cia, voltada para a Avenida Getúlio Vargas; o edifício construído no final da década de 1910; e alguns pequenos anexos. A proposta apresentada para o parcelamento do terreno seria o de que o IAPAS e a Fazenda Estadual se responsabilizariam com os dois primeiros núcleos e a Fazenda Federal com o terceiro.

De acordo com um relatório de Passaglia, desde 1979 a Prefeitura de Juiz de Fora mostrou interesse em preservar a antiga fábrica. Quando essa perdeu sua função econômica, a ideia era substituir essa função pela cultural, assistencial e administrativa<sup>487</sup>, ou seja, o que se buscava era transformar a Bernardo Mascarenhas em um espaço cultural. No entanto, essa proposta esbarrava em duas questões: a primeira era a destinação da área dada pelos seus proprietários, a saber, o IAPAS queria usa-la para expandir seus serviços na cidade e a Fazenda Federal cogitava construir um prédio para abrigar seus setores em Juiz de Fora naquele local. Já a segunda questão era a própria destinação da área depois de preservada, pois cogitava-se implantar no local biblioteca, arquivo, pinacoteca e atividades de cunho museológico. Sobre esse segundo aspecto, o que se buscou fazer foi chegar a um denominador comum com propostas diversificadas para garantir uma ação conjunta de preservação e destinação do conjunto. Essa proposta (de cunho intencional) foi orientada em três setores: o primeiro na parte pertencente ao IAPAS (todo o setor voltado para a rua Paulo de Frontin) que possuía galpões industriais que poderiam ser reciclados; o segundo na parte da Fazenda Federal que possuía espaço para a construção de um novo edifício, desde que fosse respeitado o recuo e a arquitetura do imóvel; e o terceiro seria a parte da Fazenda Estadual (núcleo originário da fábrica), onde a Prefeitura entraria em acordo com o Estado para se implantar o Centro Cultural, onde funcionaria a Biblioteca Municipal, o Arquivo Histórico e o de Custódia, o Museu Bernardo Mascarenhas, o Museu da Cidade, a Pinacoteca Municipal e o Salão de Exposições.<sup>488</sup>

A partir do momento que a preservação da antiga tecelagem começou a ser discutida dentro da Prefeitura, o que se percebeu foi que o objeto de preservação não era apenas o prédio. Segundo relatório de Maria Inês G. Passaglia, datado de 11 de maio de

---

<sup>486</sup> PASSAGLIA, L. A. P. Justificativa do pedido de tombamento das antigas instalações da Tecelagem Mascarenhas. **Processo de tombamento da Bernardo Mascarenhas**. Op. Cit. p. 3.

<sup>487</sup> Utilização da área da Bernardo Mascarenhas. **Processo de tombamento da Bernardo Mascarenhas**. Op. Cit. p. 22.

<sup>488</sup> Idem. p. 23 e 24.

1982, a documentação administrativa da fábrica também deveria ser preservada por constituir um acervo muito rico para a história econômica de Minas Gerais. Nesses termos, foi encaminhado à administração municipal uma proposta de doação desses documentos para a *Comissão Permanente Técnico Cultural* (CPTC) e a criação de um museu com o nome de “Bernardo Mascarenhas” destinado a custodiar essa documentação, além de outros documentos importantes para a história econômicas do estado.<sup>489</sup>

Aberto o processo de tombamento, foi enviado um ofício comunicando a todos os proprietários do imóvel a abertura do mesmo. A partir desse momento uma nova batalha seria travada: a aceitação do tombamento pelos proprietários da antiga fábrica.

Em junho de 1982, a *Delegacia Regional do Serviço do Patrimônio da União* encaminhou ofício a Prefeitura dizendo que foi comunicada da pretensão de tombamento da Bernardo Mascarenhas, mas que pretendia construir no local um prédio para abrigar a sede da Delegacia da Receita Federal. Sendo assim, comunicava que era contrária ao tombamento, pois este não atendia aos interesses do Ministério Público.<sup>490</sup> O IAPAS também se manifestou contrário a preservação, alegando que, de acordo com a lei n. 3807 (*Lei Orgânica da Previdência Social*), o órgão fazia parte de uma autarquia administrativa descentralizada e possuía toda plenitude quanto aos seus bens. Dessa forma, a Prefeitura de Juiz de Fora não teria competência legal para tomar um imóvel de propriedade do governo federal. De acordo com o documento, “*admitir-se tal absurdo, será, data vênua, admitir-se possam, amanhã, os municípios, declararem o tombamento de todos os quais das Forças Armadas Federais ou mesmo das sedes dos diversos Ministérios, ou, até, dos Palácios dos Três Poderes da União Federal*”.<sup>491</sup> Nesses termos, pediu que a Prefeitura determinasse que a CPTC cessasse os estudos em andamento pela “*total impossibilidade do município tomar imóvel de propriedade da União Federal*”<sup>492</sup>.

Dos quatro proprietários do antigo conjunto fabril, apenas a União e o IAPAS se opuseram ao tombamento. No entanto, as justificativas que apresentaram foram rebatidas por Passaglia frente ao então coordenador da CPTC, Luiz C. Falabella, além

---

<sup>489</sup> PASSAGLIA, Maria Inês G. Análise da documentação administrativa da Cia Têxtil Bernardo Mascarenhas. **Processo de tombamento da Bernardo Mascarenhas**. Op. Cit. p. 41.

<sup>490</sup> Ofício enviado a Comissão Permanente Técnico-Cultural, em 22 de junho de 1982, pela Delegacia Regional do Serviço de Patrimônio da União. **Processo de tombamento da Bernardo Mascarenhas**. Op. Cit. p. 83 a 85.

<sup>491</sup> Ofício enviado a Comissão Permanente Técnico-Cultural, em 24 de setembro de 1982, pelo IAPAS. **Processo de tombamento da Bernardo Mascarenhas**. Op. Cit. p. 89.

<sup>492</sup> Idem. p. 88.

de terem sido encaminhadas também às instituições federais. Quanto ao ofício da União, Passaglia explicou que, no momento da abertura do processo, foi deixado claro a ideia de reciclagem do local, com o uso desse por seus proprietários.<sup>493</sup> Já na resposta ao IAPAS, Passaglia explicou que todo o parecer foi baseado na legislação federal e no parecer de juristas. De acordo com a Constituição de 1946, a proteção do patrimônio nacional deve ser feita pelo poder público (art. 175), não especificando se deve ser através da União, Estados ou Municípios, estando assim, todas as esferas sujeitas a fazer tal pedido. O arquiteto lembrou também que, através da autonomia municipal expressada da Constituição de 1967, art. 15, cabe aos Estados e Municípios “*o importante papel de não só reconhecer, avaliar e preservar os elementos que lhe dão as suas identidades, como também, atuar de forma criativa para o desenvolvimento nacional*”.<sup>494</sup> Assim, o que seria tombado pela União seria de interesse nacional e o que seria tombado pelos Estados e Municípios seria, nessa linha de pensamento, de interesse regional. Como conclusão, Passaglia destacou que o município poderia tomar bens imóveis e móveis de valor cultural e importância local, assim como áreas consideradas de interesse ecológico e ambiental, sendo que esse tombamento poderia se dar em bens privados e públicos,<sup>495</sup> uma vez que a preservação municipal, através da lei 6108 de 1982, se encontrava dentro dos preceitos constitucionais. Por fim, foi anexado o parecer de José Antunes de Carvalho, então assessor jurídico do *Instituto Brasileiro de Administração Municipal*, que informava que o tombamento não dependeria da vontade do Estado ou da União, mesmo em bens pertencentes a esse.<sup>496</sup>

Outro ponto que gostaríamos de destacar foi o fato de que, após os esforços de alguns membros da CPTC para abrir o processo de tombamento da Mascarenhas, um relatório sobre o caso, assinado por Paulo Medina, advogado e que também era membro da CPTC, encaminhado ao IPPLAN e a Passaglia em dezembro de 1982, mostrou uma inviabilidade do tombamento da antiga fábrica por respeito aos princípios de hierarquia de poder instituído em um regime federativo, ou seja, União, Estados e Municípios.

---

<sup>493</sup> Ofício enviado ao coordenador da CPTC, Luiz César Falabella e a Delegacia Regional do Serviço de Patrimônio da União, por Luiz Alberto do Prado Passaglia, em resposta ao ofício enviado por essa última. 26 de junho de 1982. **Processo de tombamento da Bernardo Mascarenhas**. Op. Cit. p. 86.

<sup>494</sup> Constituição de 1967, art. 15. Citado por Passaglia no parecer de resposta ao IAPAS. 28 de setembro de 1982. **Processo de tombamento da Bernardo Mascarenhas**. Op. Cit. p. 94.

<sup>495</sup> Para essa conclusão, Passaglia se baseou no artigo “O tombamento e a Cultura Urbana”, de Ana Cristina Palachy, publicado na Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro, 1978, v. 25 (143), jan./mar. p. 20. **Processo de tombamento da Bernardo Mascarenhas**. Op. Cit. p. 95.

<sup>496</sup> Parecer de José Antunes de Carvalho contra o ofício enviado à CPTC pelo IAPAS. **Processo de tombamento da Bernardo Mascarenhas**. Op. Cit. p. 97.

Explicando sua afirmação, o advogado alegou que essa hierarquia impedia que se criasse direitos contra as entidades superiores em favor das inferiores e citou duas leis para exemplificar seus dizeres: o artigo 2º da lei 3365, de 21/06/1941 (*Lei de Desapropriação*), que relatava que os bens dos Estados, Municípios e do Distrito Federal poderiam ser desapropriados pela União, assim como os Estados poderiam desapropriar os bens municipais, desde de que tenham autorização legislativa, mas o contrário não seria aceito por causa da hierarquia dos três poderes; e o artigo 2º do decreto-lei nº 25 de 1937, que também dizia que a União poderia desapropriar os bens da hierarquia inferior, porém não dizia nada sobre o fato ao contrário. Medina ainda citou o artigo 5º desse último, onde era permitido ao diretor do SPHAN se impor nesses casos, aconselhando assim, o município a mandar um ofício ao órgão nacional para que esse tomasse as providências adequadas. Caso não houvesse interesse dessa esfera, os motivos alegados pela União procederiam.<sup>497</sup> Dentro desse parecer de Medina destacamos o ponto da desapropriação. Até então não havia se falado em desapropriar a Bernardo Mascarenhas. A ideia era de tombar o antigo conjunto fabril e promover uma reciclagem da área para que os próprios proprietários pudessem usufruir de sua propriedade, respeitando a lei de tombamento. Apesar dessa medida de preservação impor alguns obstáculos a utilização prática do bem, como uma reforma de grandes proporções, o imóvel não é desapropriado e o direito de propriedade não é afetado.

Mesmo com o ofício contrário de Medina, o processo de tombamento não foi encerrado pela CPTC e, enviado ao prefeito da época (Mello Reis) para aprovação final (lei 6108, artigo 17º, § 1º), em 19 de janeiro de 1983 o decreto número 2866 tombava o antigo conjunto fabril Bernardo Mascarenhas pela sua importância histórica no processo de industrialização de Minas Gerais.

### **A transformação da fábrica de tecidos em “Fábrica de Cultura”: a campanha “Mascarenhas Meu Amor”.**

O movimento para transformar a antiga fábrica de tecidos em uma “fábrica de cultura” foi marcante na história desse período de Juiz de Fora. Na análise que nos propomos a fazer, consideramos esse como o exemplo-mor de movimento social pró-preservação na cidade. Além de ter sido o mais numeroso, contou também com reuniões, debates, manifestações nas ruas e um amplo apoio da população. Em seu

---

<sup>497</sup> Relatório de Paulo Medina ao IPPLAN e à Passaglia. 9/12/1982. **Processo de tombamento da Bernardo Mascarenhas**. Op. Cit. p. 100 a 105.

contexto, duas características individuais exaltaram a nossos olhos: o grande número de pessoas que aceitaram a causa e se manifestaram nas ruas e o fato de ter sido um movimento não para o tombamento do prédio em si, mas para o espaço abrigar um centro cultural. No entanto, é preciso deixar claro que o tombamento da antiga fábrica não ocorreu sem disputas, como foi demonstrado acima, mas essa luta inicial ficou por conta daqueles que faziam parte da CPTC, através das demonstrativas, feitas por esses, da importância histórica do edifício.

Depois de tombado o edifício, um grupo de artistas e produtores culturais da cidade deram início ao “*Mascarenhas Meu Amor*”, uma campanha autônoma, que buscava mobilizar a população da cidade para a importância de se preservar a antiga fábrica, transformando-a em um espaço cultural e em um lugar onde a memória do município estaria sempre presente.<sup>498</sup> Segundo o jornalista e poeta Walter Sebastião, foi organizado, pelo jornalista Jorge Sanglard, um encontro com vários escritores para dar apoio ao movimento. Entre esses estava Rubens Fonseca, que de forma sintática “*disse, na mesa, exatamente o que queríamos: fazer do prédio um centro cultural vivo e atuante*”.<sup>499</sup>

Desde 1982, alguns grupos culturais vinham se encontrando para discutir a cultura em Juiz de Fora. Com o tombamento da Bernardo Mascarenhas em janeiro de 1983, aquele espaço passou a ser requisitado por esses grupos que viam nas instalações da antiga fábrica um local ideal para se concretizar o sonho de Juiz de Fora possuir um local que abrigasse todas as formas de cultura. Segundo Henrique Simões, diretor de teatro e que participou do movimento, essas reuniões eram realizadas sempre em locais diferentes para que os artistas pudessem analisar o ambiente e chegarem a uma alternativa para o problema de falta de espaço que os setores artísticos da cidade enfrentaram. De acordo com seu relato, o primeiro a chamar a atenção para o prédio da Mascarenhas foi Walter Sebastião e depois dessa sugestão, decidiu-se que a próxima reunião seria realizada nas dependências da antiga fábrica.<sup>500</sup> Perguntado sobre o fato, o jornalista, fez questão de ressaltar que a iniciativa para o movimento foi coletiva. Fatos assim não contariam como atos individuais, tudo foi um “*movimento e um momento coletivo*”.<sup>501</sup>

---

<sup>498</sup> Entrevista a Reginaldo Arcuri. *Tribuna da Tarde*. Juiz de Fora, outubro de 1989. **Processo de tombamento da Bernardo Mascarenhas**. Op. Cit. p. 207.

<sup>499</sup> Depoimento de Walter Sebastião concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 25 de abril de 2012.

<sup>500</sup> Depoimento de Henrique Simões concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 5 de abril de 2012.

<sup>501</sup> Depoimento de Walter Sebastião concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 25 de abril de 2012.

Dessa forma, em abril de 1983, formou-se um grupo de mais ou menos 30 pessoas para visitar as instalações da antiga fábrica. Ao ser constatado o abandono do lugar, “*chegou-se à decisão de se lançar uma campanha junto a comunidade, dirigida às autoridades e entidades afirmando a importância do local para a criação de um centro de cultura da cidade*”.<sup>502</sup> (Ver foto 56). O grupo decidiu também lançar uma “*Carta da Bernardo Mascarenhas*”, que seria entregue ao prefeito, aos proprietários do imóvel e ao governador do estado e onde estariam as propostas do movimento, como a “*ocupação imediata do prédio, do jeito que se encontra, por grupos culturais*”, além de “*mostrar que o local pode dar à cidade um destaque cultural, projetando-a estadual e nacionalmente*”, possibilitando uma troca de experiências entre os grupos culturais.<sup>503</sup> O documento pretendia também tentar o apoio do *Projeto Memória*, desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho<sup>504</sup>, para a utilização do prédio, uma vez que essa havia, alguns anos antes, elaborado um projeto para transformar a antiga fábrica em um complexo cultural, mas com uma oposição por parte do IAPAS, o projeto não aconteceu.<sup>505</sup> Como a campanha contava com um apoio intensivo de setores culturais, a “*Carta da Bernardo Mascarenhas*” foi assinada por vários artistas plásticos, como Walter Sebastião, Dnair Rocha e Nívea Bracher, músicos como o sambista Mamão e Paulinho da Viola, que interrompeu um show seu no *Cine Theatro Central* (CTC) para falar da importância do movimento e assinar, junto com seus músicos, a referida “*Carta*”, produtores culturais, fotógrafos como Humberto Nicoline, jornalistas como

---

<sup>502</sup> TRIBUNA DE MINAS. “Grupo lança carta pró- Bernardo Mascarenhas”. *Tribuna de Minas*, 3 de maio de 1983.

<sup>503</sup> Idem.

<sup>504</sup> Criada em 1977 pelo jornalista Roberto Marinho, a fundação se destacou no cenário nacional por dar visibilidade a temas como educação, meio ambiente e patrimônio cultural. Nessa última área, vários projetos começaram a ser elaborados a partir de 1979, sendo que esses cresceram muito na década de 1980. De acordo com o site da fundação, durante toda a década foram desenvolvidos 77 projetos. Desses, 56 eram ligados ao patrimônio, incluindo lançamento de livros, seminários, exposições, prêmios e restaurações de imóveis, documentações e a valorização do patrimônio imaterial. Os projetos incluíram vários estados do país (com uma maior concentração no Rio de Janeiro – 18 projetos – e Minas Gerais – 9 projetos) e também outros países como a exposição *Índios Del Brasile*, realizada no Fórum Romano em 1983, com a cooperação técnica entre Brasil e Itália, e a *Jornada Luso Brasileiras de Patrimônio*, de 1984, em Lisboa, que contou com a participação de técnicos do Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Alguns desses trabalhos inclusive, contou como parceiro o IPHAN, como a restauração da Casa França-Brasil, no Rio de Janeiro, e a transferência do Arquivo Eclesiástico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro para a nova Catedral na avenida Chile, ambos realizados em 1986 com o apoio do Pró-Memória. (para mais informações sobre os projetos da Fundação Roberto Marinho ver site da instituição <<http://www.frm.org.br>>).

<sup>505</sup> Idem. Esse interesse da Fundação Roberto Marinho foi confirmada por Henrique Simões. Ele lembrou que na época, esse fato foi até um pouco preocupante por causa do receio, por parte dos artistas, de que a Fundação quisesse, além de restaurar o imóvel, administra-lo, objetivo esse também requisitado pelos grupos culturais. (Depoimento de Henrique Simões concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 5 de abril de 2012.).

Wilson Cid, Regina Gaio e Christina Mendes, poetas, profissionais do cinema, políticos, como o ex-prefeito de Juiz de Fora Adhemar de Andrade, e intelectuais de todas as áreas.



FOTO 56: Visita de grupos culturais à Bernardo Mascarenhas.  
Fonte: *Tribuna de Minas*, 3 de maio de 1983. Foto de Douglas Fedóceo.

O movimento continuou realizando reuniões para discutir os rumos da campanha e as datas dessas eram sempre noticiadas nos jornais, concretizando o apoio desse meio de comunicação. Nesses encontros discutia-se sobre diversos assuntos, como a decisão de que em toda realização cultural na cidade uma frase alusiva a Bernardo Mascarenhas ficaria em destaque.<sup>506</sup> O slogan da campanha: “*Mascarenhas Meu Amor*”, também foi criado em uma dessas reuniões. Elaborada pelo ator Guilherme Bernardes (Gueminho), inspirado no filme “*Hiroshima, mon amour*” (Alan Resnais, 1959), a frase fez a campanha ser vista de uma outra forma. De acordo com Guilherme, “*em uma das reuniões do movimento, no Pró Música, senti que precisávamos de um conteúdo de emoção, que expressasse amor pelo patrimônio*”.<sup>507</sup> “*A ideia do nome foi de criar uma relação afetiva com a campanha*”,<sup>508</sup> o que de fato aconteceu principalmente no momento do passeio cultural, ápice de todo o movimento.

Foi criado também um personagem para a campanha: o Bernardinho, que estampou camisetas e inspirou o projeto de transformá-lo em personagem de quadrinhos e de programas de rádio com a dramatização dos “Bernardinhos do Teatro de

---

<sup>506</sup> TRIBUNA DE MINAS. “Amanhã mais uma etapa na luta da Bernardo Mascarenhas”. *Tribuna de Minas*, 8 de maio de 1983.

<sup>507</sup> MOREIRA, Fabiano. “Mascarenhas, Meu Amor”. *Tribuna de Minas*, 31 de maio de 2005.

<sup>508</sup> Depoimento de Guilherme Bernardes concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 14 de maio de 2012.

Quintal”.<sup>509</sup> Segundo Gueminho, essa teria sido inclusive, “*uma peça de guerrilha*”, onde foi criado um “*esquete onde o fantasma de Bernardo Mascarenhas assombrava quem queria derrubar o prédio*”.<sup>510</sup> A ideia do personagem em quadrinhos teve resultados futuros, pois em dezembro de 2011 foi lançada no *Centro Cultural Bernardo Mascarenhas* uma exposição de quadrinhos intitulada: “*Bernardo Mascarenhas: um homem, várias histórias – da Cedro e Cachoeira até os dias de hoje*”, que narra a história da vida de Bernardo Mascarenhas, a sua chegada em Juiz de Fora e também fala sobre o movimento da década de 1980.<sup>511</sup>

Para Walter Sebastião, a iniciativa do movimento foi importante para chamar a atenção dos juizforanos para com sua cidade. Em suas palavras: “*a medida que a gente conseguir esse prédio, e tocar esse espaço para a frente, é possível chamar a atenção da comunidade em geral, para que todos os outros prédios e construções possam ser utilizados para utilizações criativas, suprimindo inúmeras lacunas*”.<sup>512</sup> Ainda segundo o jornalista, o movimento era inovador para o momento que aconteceu, pois,

Naquela época, parecia uma utopia completa. Uma fábrica gigantesca, caindo aos pedaços, e um bando de malucos vendo ali um centro cultural. O começo do movimento foi quase anárquico, em reuniões informais no DCE. Foi um sonho meio coletivo, pois todo mundo topou, como Henrique Simões, Marcos Marinho, Robson Terra. Não era a casa de algum barão, muitas famílias trabalhavam ali. Não lutávamos por uma casa de luxo, fechada. Foi um momento de virada, de atenção para a cidade, nunca houve uma ideia elitista. Não estávamos olhando para o passado, havia um desejo enorme de se plantar o futuro.<sup>513</sup>

O movimento foi ganhando cada vez mais visibilidade com o ápice no grande passeio cultural em julho de 1983, do qual falaremos abaixo, mas outras manifestações nas ruas da cidade conseguiram chamar a atenção da população e das autoridades. Uma dessas foi realizada em 28 de maio de 1983, “*com poesia, música, teatro, pintura e*

---

<sup>509</sup> O *Teatro de Quintal* – TQ – é um grupo popular de teatro em Juiz de Fora do qual faz parte Guilherme Bernardes, participante ativo do movimento pró-Mascarenhas. “Bernardinho (by UPI & Cia)”. *Diário Mercantil*. 7 de julho de 1983.

<sup>510</sup> Depoimento de Guilherme Bernardes concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 14 de maio de 2012.

<sup>511</sup> Para maiores informações sobre a exposição ver <<http://bernardo-mascarenhas.blogspot.com>>. Acesso em 10 de março de 2012.

<sup>512</sup> PAIVA, Rosa Lina. “A preservação da vida e sensibilidade da história local na luta pela Mascarenhas”. *Tribuna de Minas*, 29 de julho de 1983.

<sup>513</sup> MOREIRA, F. “Mascarenhas, Meu Amor”. Op. cit.

*muita animação*”,<sup>514</sup> onde foi lançado o primeiro panfleto que mostrava os objetivos do movimento. Em tal panfleto estava escrito:

Queremos fazer da fábrica Bernardo Mascarenhas um Centro Cultural lindo. Um espaço para abrigar todas as manifestações artísticas e culturais (teatro, cinema, artes plásticas, folclore, oficinas de arte, gráficas, bandas, etc.) com capacidade para receber um público amplo e diversificado. Atualmente o prédio se encontra em lastimável estado de abandono. Toda aquela área de aproximadamente 10 mil m<sup>2</sup>, sem uso nenhum. É urgente recuperá-lo, resgatando-o para uma utilização que será plenamente voltada para a coletividade. É preciso restaurar toda a sua arquitetura e colocar todo aquele espaço em funcionamento. Assim, a memória da cidade estará viva e preservada em um dos seus mais importantes monumentos da história industrial da região, onde trabalharam nossos pais e avós.<sup>515</sup>

Durante toda a manhã, o muro da rua Halfeld foi sendo coberto com desenhos e frases alusivas ao movimento. (Ver foto 57). No *Varal de Poesias* iam surgindo estrelas, pessoas, chaminés e slogans e um coral cantava uma marchinha de autoria de Guilherme Bernardes:

Masca, Masca, Masca, Mascarenhas / Mascarenhas Meu Amor / Masca, Masca, Masca, Mascarenhas / Mascarenhas a todo vapor / Primeiro a história / o ciclo industrial / agora a vanguarda / a era espacial / te cuida Mascarenhas / pois vou te fazer... / um lindo Centro Cultural.<sup>516</sup>

Em junho de 1983, aproveitando o lançamento do folheto de poesias “Abre Alas” (número 18), no Calçadão da rua Halfeld, no *Varal de Poesia* (Ver foto 58).foi lançado oficialmente o cartaz da campanha, criado pelo artista plástico e professor Jorge Arbach.<sup>517</sup>

---

<sup>514</sup> TRIBUNA DE MINAS. “No Calçadão, ontem, uma festa cultural em apoio à Mascarenhas”. *Tribuna de Minas*. 29 de maio de 1983.

<sup>515</sup> Idem.

<sup>516</sup> TRIBUNA DE MINAS. “No Calçadão, ontem, uma festa cultural em apoio à Mascarenhas”. Op. Cit.

<sup>517</sup> DIÁRIO MERCANTIL. “Varal de Poesia volta amanhã ao Calçadão”. *Diário Mercantil*. 24 de junho de 1983.



FOTO 57: Manifestação pró-Bernardo Mascarenhas.  
Fonte: *Diário Mercantil*. 29 de maio de 1983.

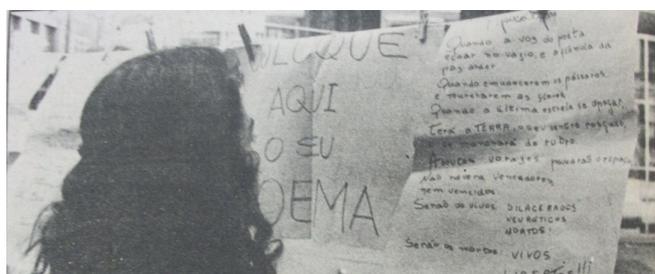


FOTO 58: Varal de Poesia.  
Fonte: *Diário Mercantil*. 28 de junho de 1983. Foto de Toninho Carvalho.

No mesmo mês, aproveitando a visita do então governador de Minas, Tancredo Neves, à Juiz de Fora, os artistas que participavam do movimento entregaram a esse a “*Carta Mascarenhas*” que mostrava a importância da cidade preservar e adquirir a antiga tecelagem. (Ver foto 59). Com esse ato, estava reforçado a importância da preservação da Mascarenhas não só para Juiz de Fora, mas para Minas Gerais, uma vez que, como acreditava Walter Sebastião, mudava um pouco a ideia de memória difundida no estado. Para o artista plástico:

Esta memória hoje, em Minas, ainda tem um conceito muito preso ao barroco. Acreditamos que com a ativação da Mascarenhas em termos artísticos e cultural, possamos fazer uma evolução, no sentido de que inúmeras cidades não têm o barroco, mas têm prédios mais ou menos antigos, e que são profundamente impregnados da história dessas cidades. Se a Bernardo Mascarenhas conseguir avançar pelo menos mais um pouco a discussão sobre essa nova visão de memória, já seria um ponto positivo.<sup>518</sup>

<sup>518</sup> PAIVA, Rosa Lina. “A preservação da vida e sensibilidade da história local na luta pela Mascarenhas”. Op. cit.



FOTO 59: Encontro de Tancredo Neves com representantes do movimento pró-Mascarenhas.  
Fonte: NICOLINE, H. *JF anos 80*. P. 141.

Para reforçar o movimento pró-Mascarenhas, foi organizada também uma mesa redonda intitulada “*O artista e a cidade*” que contou com a presença de vários artistas e intelectuais ligados à campanha.<sup>519</sup> No início do debate, Passaglia lembrou que o movimento era sustentado por grupos da cidade que viam na Mascarenhas uma forma de “*reivindicação de todos aqueles que trabalham de alguma forma com a cultura, reivindicam o direito a um espaço que seja livre para um projeto cultural que a muito vem sendo uma bandeira de todos os intelectuais brasileiros*”.<sup>520</sup> Guilherme Bernardes destacou também que todas as manifestações feitas até aquele momento não eram apenas para preservar a Bernardo Mascarenhas,

O que a gente pretende é muito mais do que fazer um museu, muito mais do que simplesmente preservar um edifício e muito mais do que fazer um centro onde aconteça atividades artísticas e eventos. A gente quer de verdade fazer um centro cultural que seja um coração a dar a vida pela cidade. Esse movimento não está sendo feito de qualquer maneira. Ele é um movimento cheio de consciência. É um movimento cheio de beleza, cheio de criatividade. Ele já é um movimento de criação.<sup>521</sup>

e falou da importância de se conseguir a Mascarenhas para a cultura:

O aproveitamento do edifício da fábrica Bernardo Mascarenhas como centro cultural, um centro de criação, uma fábrica de

<sup>519</sup> Essa mesa redonda foi gravada pela FUNALFA e pertence hoje ao seu acervo.

<sup>520</sup> Fala de Passaglia na mesa redonda “O artista e a cidade”. FUNALFA.

<sup>521</sup> Fala de Guilherme Bernardes na mesa redonda “O artista e a cidade”. FUNALFA.

cultura, como se quiser chamar, ela significaria a abertura de um espaço de incontáveis vantagens, para nós artistas, produtores e animadores de cultura. Naquele lugar a gente poderia encontrar a satisfação de uma série de projetos que significariam não só a satisfação dos projetos pessoais de um artista ou de um grupo, mas a intervenção na própria vida da comunidade.<sup>522</sup>

Além desses pontos, o encontro debateu ainda algumas formas de angariar fundos para a continuação da campanha e a destinação e administração da Mascarenhas depois que ela fosse adquirida pela prefeitura. Em uma avaliação mais geral, a mesa redonda acabou servindo para tirar as dúvidas sobre o movimento e deixar claro para a população o que se pretendia com todas aquelas manifestações em defesa de um prédio.

### **A grande passeata do movimento**

Todas essas iniciativas dos artistas para chamar a atenção da população de Juiz de Fora para a causa foram bem sucedidas. Walter Sebastião destacou que a população se simpatizou e acolheu bem o movimento, até porque o prédio, muito visível e presente na memória da população da cidade, estava abandonado e em ruínas. Porém, o jornalista destacou que “*esse apoio foi construído com enorme habilidade dos artistas com teatro, música, poesia, etc.*”. Ao lembrar dessa habilidade do meio artístico de chamar a atenção da população, Walter Sebastião relatou:

Nós achávamos que precisava inventar uma lenda. E o pessoal do Teatro de Quintal criou “A verdadeira história do Bernardinho” e montou. O enredo era de um menino que queria fazer teatro e o pai o obrigou a ser industrial. E dizia [a peça] que a alma dele só teria paz quando a Bernardo Mascarenhas fosse um centro cultural. (...) Esse pessoal do teatro foi muito importante nisso tudo.<sup>523</sup>

O movimento elaborou também alguns cartazes para sua melhor divulgação, mas o seu apogeu foi um grande passeio cultural que ocorreu do dia 30 de julho de 1983 pelas ruas da cidade, onde artistas, intelectuais e populares chamavam a atenção do poder público e da população para a cultura na cidade. Organizado em conjunto com a mesa redonda “*O artista e a cidade*”, o passeio foi “*um grito de alerta contra a*

---

<sup>522</sup> Fala de Guilherme Bernardes na mesa redonda “O artista e a cidade”. FUNALFA.

<sup>523</sup> Depoimento de Walter Sebastião concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 25 de abril de 2012.

*deformação da face da cidade e também um alerta para a necessidade vital da preservação de valores que, se forem destruídos, nunca mais serão recuperados*”, como lembrou o artista plástico Ruy Merheb.<sup>524</sup> Em entrevista ao jornal “*Tribuna de Minas*”, Walter Sebastião lembrou também que o movimento estava “*em ritmo irregular*”, com momentos de avanço e refluxo por falta de recursos para se continuar movendo as produções. Em decorrência disso, um segundo objetivo do passeio seria o de “*levantar dinheiro para imprimir mil adesivos sobre a campanha, os quais possibilitarão levantar algum dinheiro para se continuar produzindo outras promoções*”.<sup>525</sup>

O passeio que, de acordo com o jornal “*Tribuna de Minas*”, reuniu “*crianças, velhos, jovens, banda de música, gente fantasiada e paramentada, (...) gente importante e gente desconhecida*”, saiu de frente da Bernardo Mascarenhas, na Avenida Getúlio Vargas, contornou a rua Paulo de Frontin, passou pela Praça da Estação, subiu a rua Halfeld e terminou no Parque Halfeld. (Ver fotos 60 e 61). Entre as estimadas 800 pessoas participantes estavam nomes importantes como o dos escritores Rachel Jardim e Afonso Romano de Sant’Anna, artistas locais como Eugênio Maltrapôs, Walter Sebastião, Ruy Merheb, Marcos Kamil e Carlos e Décio Bracher, jornalistas, professores, educadores, cientistas, estudantes e populares. O movimento contou também com o apoio maciço dos jornais e programas de rádio da cidade (que divulgaram amplamente o movimento), foi apoiado por diversos órgãos, como a *Associação Comercial de Juiz de Fora* e recebeu também uma moção de solidariedade da *14ª Conferência Nacional dos Jornalistas Profissionais*, reunidos em Belo Horizonte que dizia: “*Nós, jornalistas, emprestamos nosso apoio ao Movimento Pró-Bernardo Mascarenhas Cultural, por entender que um projeto desta natureza e deste porte para que se concretize necessita do fundamental apoio e solidariedade de todas as camadas da sociedade*”.<sup>526</sup>

---

<sup>524</sup> PAIVA, Rosa Lina. “Passeio Cultural”. *Tribuna de Minas*, 30 de julho de 1983.

<sup>525</sup> PAIVA, R. L. “A preservação da vida e sensibilidade da história local na luta pela Mascarenhas”. Op. cit.

<sup>526</sup> *Tribuna de Minas*. 2 de agosto de 1983.



FOTO 60: Movimento Mascarenhas Meu Amor  
Fonte: *Diário Mercantil*, 31 de julho de 1983.



FOTO 61: Movimento Mascarenhas Meu Amor  
Fonte: *Tribuna de Minas*, 31 de julho de 1983.

O que nos chamou a atenção para esse movimento em particular, foi o grande carinho com que ele foi recebido pelos habitantes da cidade, o que foi um ponto positivo uma vez que o objetivo principal dessa manifestação foi que o cidadão juizforano parasse alguns minutos para refletir sobre a sua cidade. Manifestações destacando a importância do imóvel puderam ser percebidas por pessoas inseridas ou não com o movimento. No dia do passeio, o jornal “*Tribuna de Minas*” entrevistou uma senhora de 56 anos que ao receber um panfleto sobre o movimento disse: “*Ah, é a Mascarenhas. Sou a favor porque aquele local é ótimo para todo mundo fazer arte*”.<sup>527</sup> Outro popular, de 76 anos disse que seria um grande pesar se algum dia Juiz de Fora não pudesse mais mostrar a Mascarenhas, por isso aplaudia e incentivava, como cidadão juizforano, a campanha.<sup>528</sup> A antiga fábrica foi alvo ainda de pinturas, poemas, reportagens e dizeres carinhosos da população. (Ver anexo 5).

A campanha fez os seus idealizadores e participantes se sentirem animados pela repercussão positiva que causou. A escritora Rachel Jardim declarou que voltava a se sentir um ser nascido em Juiz de Fora e que a cidade estava “*retomando o seu espírito, pois ela tem que ter alma, do contrário ela fica estéril*”. Para Afonso Romano de Sant’Anna, Juiz de Fora se inseria, com o acontecimento, “*num clima nacional, onde as comunidades passam a ter voz ativa (...). É necessário, sempre, reativar na memória da população que Juiz de Fora é singular*”.<sup>529</sup> Nesse passeio ficou claro algo que vinha se mostrando desde o início do movimento: a união de todos por uma causa em comum, sem discursos políticos ou idealistas. Segundo o edital do jornal “*Diário Mercantil*”, de junho de 1983, no movimento não havia “*política partidária, preconceitos ou divisões grupais. Há uma chama de solidariedade a aquecer o empenho coletivo. É uma luta*

<sup>527</sup> SALGADO, Guilherme. “Juiz de Fora defende patrimônio com amor e alegria”. *Tribuna de Minas*, 31 de julho de 1983.

<sup>528</sup> Idem.

<sup>529</sup> PAIVA, Rosalina. “A comunidade passa a ter voz ativa”. *Tribuna de Minas*, 31 de julho de 1983.

*anônima e grandiosa, porque é impessoal e comunitária*".<sup>530</sup> Essas palavras foram reforçadas por Beatriz Domingues, professora do departamento de história da Universidade Federal de Juiz de Fora, que lembrou que na época que o movimento da Mascarenhas aconteceu, a agitação política na cidade era muito grande e um diferencial daquele foi o fato das pessoas de todos os partidos políticos esquecerem suas diferenças e atritos partidários para se unirem e lutarem junto por uma causa maior: a preservação da antiga fábrica e sua utilização como centro cultural.<sup>531</sup> O artista plástico Ramon Brandão também destacou que o movimento era político, mas não partidário.<sup>532</sup> Foi publicado ainda no jornal "*Diário Mercantil*" que o movimento suportava "*uma direção, mas não um direcionamento (...). E nisto está parte de sua vitalidade: o renascimento espontâneo de uma necessidade social*".<sup>533</sup> (Ver foto 62).



FOTO 62: Movimento Mascarenhas Meu Amor.  
Fonte: *Tribuna de Minas*, 31 de julho de 1983.

Esse passeio em especial, de acordo com um folheto homônimo à campanha "*era a declaração que a cidade fazia ao símbolo do resgate vivo da sua memória*".<sup>534</sup> Não encontramos melhores palavras para defini-lo.

### **A aquisição e a utilização da antiga fábrica**

O primeiro objetivo do movimento de fato ocorreu: a atenção da cidade se voltou para a antiga fábrica. Já a ideia de transformar toda aquela área em centro cultural encontrou um obstáculo "maleável" no meio do caminho: a prefeitura. Usamos

<sup>530</sup> *Centro Cultural. Diário Mercantil*. 4 de junho de 1983.

<sup>531</sup> Depoimento de Beatriz Domingues concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 16 de novembro de 2011.

<sup>532</sup> Depoimento de Ramon Brandão concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 28 de abril de 2012.

<sup>533</sup> MALTA, Eugênio. "Está na vez de um manifesto Mascarenhas". *Diário Mercantil*. 25 de junho de 1983.

<sup>534</sup> Folheto "Mascarenhas Meu Amor". Biblioteca Municipal Murilo Mendes, setor de memória.

a palavra “maleável” porque a administração municipal se interessou em adquirir o imóvel, mas cogitou-se também a destinar parte dele ao mercado municipal da cidade. Segundo Ramon Brandão, houve uma época que o movimento teve que pressionar muito para a prefeitura não fazer de toda a Bernardo Mascarenhas o mercado municipal. De acordo com o artista plástico, o que se falava na época era que queria-se que o mercado fosse instalado na parte da fábrica que ficava de frente para a Getúlio Vargas, parte essa requisitada para o centro cultural por ser a mais antiga das instalações. Se os artistas não tivessem pressionado o poder público como fizeram, com passeatas e apoio da população, talvez a ideia da “fábrica de cultura” não tivesse acontecido.<sup>535</sup>

As discussões sobre a reutilização do espaço era assunto frequente entre os artistas e produtores culturais desde abril de 1983. Como a proposta da prefeitura do local sediar também o Mercado Municipal batia de frente com as ideias do movimento, a FUNALFA solicitou aos artistas que entregassem a ela ideias mais objetivas sobre a utilização da Mascarenhas, até como forma de conseguir o apoio do prefeito, na época Tarcísio Delgado e verbas para a reforma do prédio.

No mês de maio de 1983, cerca de 60 representantes do movimento tiveram uma audiência com Tarcísio Delgado, para discutirem os propósitos da campanha. Tarcísio disse que concordava com a necessidade da cidade possuir um espaço para abrigar a sua produção cultural e mesmo se mostrando favorável ao movimento que vinha se desenvolvendo, lembrou que todas as propostas para utilização da antiga fábrica deveriam ser consideradas. Lembrou ainda que “*somente quando [a Mascarenhas] estiver em poder do município, teremos condições de discutir para que ela será utilizada*”.<sup>536</sup> A reunião, no geral teve um resultado positivo, de acordo com os próprios artistas e produtores culturais, uma vez que esses disseram sentir o interesse da municipalidade em adquirir o imóvel.<sup>537</sup>

Notamos que o movimento nunca foi questionado pela administração municipal. A única ressalva feita por essa era o fato de destinar todo o espaço da fábrica à cultura, uma vez que a ideia de levar para o local o mercado municipal ganhava cada vez mais força dentro da administração pública. Segundo Walter Sebastião, essa foi a única restrição que o movimento teve. No entanto, a prefeitura, na opinião do jornalista, demorou para aceitar a proposta do centro cultural e quando a aceitou, queria a sua

---

<sup>535</sup> Depoimento de Ramon Brandão concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 28 de abril de 2012.

<sup>536</sup> *Artistas recebem apoio de Delgado*. **Diário Mercantil**. 25 de maio de 1983.

<sup>537</sup> *Tarcísio propõe área cultural e mercado para a Mascarenhas*. **Tribuna de Minas**. 27 de maio de 1983.

administração, alegando que o meio artístico não tinha uma produção adequada para ocupar o local e que esse era desorganizado. Nesse caso, Walter Sebastião destacou uma ironia: “*achavam que os artistas iam destruir o local e o incêndio ocorrido no local veio da parte do mercado*”.<sup>538</sup>

O assunto também chegou a ser discutido na câmara de vereadores da cidade. Uns eram favoráveis do espaço abrigar o mercado municipal, como o vereador José Geraldo de Oliveira (PMDB), que indicava o *Cine Theatro Central* para as manifestações culturais; outros eram simpatizantes do movimento pró-Mascarenhas mas favoráveis a utilização do local também para outros fins, como o vereador do PMDB Wilson Coury Jabour, e aqueles favoráveis a fábrica virar espaço cultural, como os vereadores Marcus Pestana e João Carlos Campos (PMDB), Maria Luiza Morais, Moysés Bernardes e Luiz Gonzaga de Campos Bastos (PDS).<sup>539</sup>

Guilherme Bernardes, questionado sobre a questão através do jornal “*Diário Mercantil*”, disse que o movimento não era contra o mercado municipal, mas lembrou que a população não reivindicava isso e sim um Centro Cultural. Em suas palavras: “*Não tem feirante e dono de supermercado mobilizado. Essa é a primeira diferença. A proposta da Mascarenhas Cultural é da comunidade e a do mercado é da autoridade*”. Completou dizendo que o movimento não era “*contra a ideia de um mercado municipal, mas que isso seja um anseio tão autêntico quanto o do Centro Cultural*”.<sup>540</sup>

No entanto, para utilizar o imóvel para qualquer finalidade, esse precisava pertencer ao município e, como foi dito anteriormente, o interesse da prefeitura em adquirir o antigo conjunto fabril foi importante para que esse processo se concretizasse.

Ainda em 1983 a cidade conseguiu a doação da parte da Bernardo Mascarenhas pertencente ao Estado com grande ajuda do então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves. Segundo o ex-governador:

O edifício da antiga fábrica Bernardo Mascarenhas é uma reivindicação antiga da cultura de Juiz de Fora, que deseja aproveitar o prédio para instalações das mais diversas das suas atividades intelectuais e o governo do estado se sentiu muito feliz em poder atender e corresponder a essa reivindicação.<sup>541</sup>

---

<sup>538</sup> Depoimento de Walter Sebastião concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 25 de abril de 2012.

<sup>539</sup> Vereador é contra Centro Cultural na Mascarenhas. **Tribuna de Minas**. 29 de maio de 1983.

<sup>540</sup> LEAL, Henrique. *Centro de Criação Mascarenhas: quando é? Quando é?* **Diário Mercantil**. 17 de julho de 1983.

<sup>541</sup> TRIBUNA DE MINAS. “Bernardo Mascarenhas”. *Tribuna de Minas*. 11 de dezembro de 1983.

Tancredo ainda se mostrou favorável na transformação do imóvel em “fábrica de cultura”, pois “*essa é a reivindicação mais sentida. Pelo menos é o que mais tem chegado de maneira mais veemente das lideranças de Juiz de Fora*”.<sup>542</sup> Já a parte pertencente a CEF só foi adquirida pela prefeitura em março de 1987.<sup>543</sup>

Durante esses anos (1983 a 1987), com a demora das negociações para se adquirir o bem e os debates para sua destinação, a Mascarenhas foi um pouco esquecida. Mas houveram investidas, por parte dos artistas, para não deixar toda a agitação e apoio da população se apagar. Em 1985, Jorge Arbach, na época funcionário do IPPLAN e colaborador do “*Jornal do Brasil*”, reuniu alguns de seus trabalhos como ilustrador para fazer um livro. Com o título “*Penso, logo insisto*”, Arbach fez o lançamento da publicação no pátio, em ruínas, da Mascarenhas para chamar a atenção para o estado de abandono que o imóvel se encontrava mesmo depois de seu tombamento e de toda a manifestação popular que as ruas de Juiz de Fora presenciaram. O lançamento, como lembrou o professor, ocorreu em um sábado de manhã, contou com um grupo de chorinho e foi regado a café com leite e broa (Ver foto 63). A noite, realizou-se uma exposição das ilustrações no salão onde hoje funciona a central de atendimentos da prefeitura e que, na época, era reivindicado pelos artistas para ser o Museu da Cidade,<sup>544</sup> um local que serviria para contar um pouco da história de Juiz de Fora.



FOTO 63: Lançamento do livro de Jorge Arbach na Bernardo Mascarenhas.  
Fonte: NICOLINE, H. *JF anos 80*. P. 89.

Apesar de todas as discussões e o passar dos anos, a ideia da cidade ter um centro cultural não foi esquecida. Em 31 de maio de 1987 inaugurava-se o *Espaço Mascarenhas*, um local destinado a abrigar eventos culturais de diversas áreas. A antiga

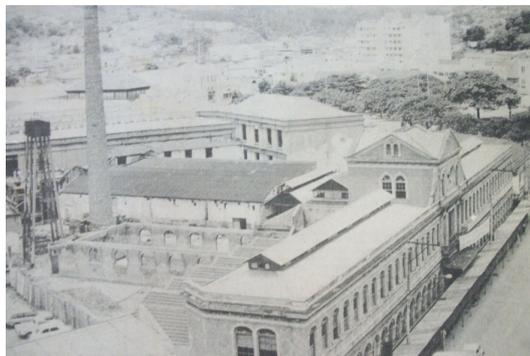
---

<sup>542</sup> Idem.

<sup>543</sup> **Processo de tombamento da Bernardo Mascarenhas**. Op. Cit. p. 284.

<sup>544</sup> Depoimento de Jorge Arbach concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 16 de dezembro de 2010.

tecelagem foi reformada (ver fotos 64 e 65) e a sua inauguração marcou uma vitória não só dos setores culturais da cidade que conseguiram, depois de tantas lutas, um espaço para preparar e apresentar sua arte. Em fevereiro de 1988, o então presidente da república José Sarney assinava a doação da parte pertencente a União ao município de Juiz de Fora,<sup>545</sup> e no final do mesmo ano era publicado a lei 7492, de 16 de dezembro, que legalizava o uso do espaço da antiga fábrica, sendo este destinado exclusivamente a atividades culturais, definidas pela FUNALFA.<sup>546</sup>



FOTOS 64 e 65: Bernardo Mascarenhas antes e depois da reforma de 1986.  
Fonte: *Tribuna de Minas*, 23 de fevereiro de 1986. Fotos de Humberto Nicoline e Márcio Brigatto.

Inaugurou-se um novo espaço, mas inauguraram também novos problemas. Segundo o jornal “*Tribuna da Tarde*”, desde a sua inauguração, o Espaço Mascarenhas vinha se esforçando para sediar eventos culturais importantes, mas ainda estaria longe daquilo que os intelectuais sonharam e lutaram.<sup>547</sup> Walter Sebastião, em entrevista ao citado jornal, relatou que o objetivo maior de toda a mobilização organizada ainda não havia sido atingido: a administração do espaço passar para as mãos de quem fazia arte em Juiz de Fora. Esse fato foi reforçado por Jorge Sanglard: “*da inauguração até hoje, o Espaço Mascarenhas tem sido mais um local de eventos do que o pretendido centro de produção, principalmente porque não ficou resolvida a questão da gestão do espaço*”.<sup>548</sup> Em sua opinião, se o local continuasse a depender da FUNALFA e da escassa verba destinada à cultura, o projeto da “*tão sonhada Fábrica de Cultura*” daria lugar a um “*mero centro reprodutor de ideias*”. Para se resolver o problema,

<sup>545</sup> Atas da reunião da CPTC de 26 de fevereiro de 1988.

<sup>546</sup> Lei n. 7492, de 16 de dezembro de 1988. **Processo de tombamento da Bernardo Mascarenhas**. Op. Cit. p. 207.

<sup>547</sup> “A ousadia chega em fim à Fábrica de Cultura”. *Tribuna da Tarde*, outubro de 1989. In: **Processo de tombamento da Bernardo Mascarenhas**. Op. Cit. p. 217

<sup>548</sup> Idem.

acrescentou ainda o jornalista, o Espaço Mascarenhas precisaria ter autonomia política e cultural e possuir também uma gestão séria.<sup>549</sup> Carlos Bracher, em um depoimento para o jornal “*Tribuna de Minas*”, destacou que os objetivos buscados com a preservação da Mascarenhas pelo movimento não se tornaram realidade por falta de reflexão da parte responsável pela antiga fábrica. Em suas palavras:

O pensamento primordial da Mascarenhas era de se fazer dali um excepcional centro de produção artística e de montagem, que na realidade jamais se efetivou no espírito de sonhar de uma concepção, a ponto de terem feito dele usos inadequados incluindo feira de produtos pecuários. Está errado. Praticamente em praça pública, ele foi defendido pelo clamor popular para outros mistérios. (...) Reflexão é a palavra chave.<sup>550</sup>

Apesar do Espaço Mascarenhas não ter se realizado como sonharam os idealizadores e participantes do “*Mascarenhas, Meu Amor*”, o movimento conseguiu sim algumas vitórias. Como foi destacado por Guilherme Bernardes, em entrevista ao jornal “*Tribuna da Tarde*”, duas ações foram importantes: “*a primeira foi a definição, através da prefeitura, de que a Mascarenhas era uma prioridade e a segunda foi a garantia de que uma parte do Espaço seria para a cultura*”. Entretanto, desde o início das negociações com o IAPAS, a partir de 1984, o movimento foi se esvaziando e a participação dos artistas foi se tornando limitada, participando “*mais aqueles que de alguma forma estavam ligados ao poder*”.<sup>551</sup>

### **O incêndio de 1991 e as reformas posteriores**

A partir do final da década de 1980, o antigo conjunto fabril passou a abrigar o Espaço Mascarenhas no prédio original da antiga tecelagem e o Mercado Municipal e a Pronta Entrega das Fábricas nas outras dependências. No entanto um grande desastre ainda aconteceria na história dessa construção: em 12 de setembro de 1991, um incêndio destruiria toda a área do mercado e da pronta entrega das fábricas. (Ver foto 66).

---

<sup>549</sup> Idem.

<sup>550</sup> BRACHER, Carlos. “Cultura: uma luta interminável”. *Tribuna de Minas*. 29 de dezembro de 1996.

<sup>551</sup> “A ousadia chega em fim à Fábrica de Cultura”. Op. Cit. p. 217.



FOTO 66: Incêndio na Bernardo Mascarenhas em 1992.  
Fonte: *Tribuna de Minas*. 7 de julho de 2002.

Após o desastre, os comerciantes foram instalados em outras dependências da Bernardo Mascarenhas, mas essas não ofereciam boas condições de trabalho, com boxes muito pequenos e pouco espaço para os clientes, ocasionando a perda desses. Outro problema enfrentado foi a demora da prefeitura em reconstruir o local destruído. Para chamar a atenção para o descaso do poder público, os lojistas chegaram a organizar, em 1992, uma campanha onde foram espalhados *out-doors* pela cidade mostrando a necessária urgência em se tomar alguma medida. Os lojistas, que chegaram a oferecer ajuda financeira à prefeitura para a reconstrução da parte incendiada, foram também responsáveis por grande parte da limpeza do local após o incêndio.<sup>552</sup>

Apesar de tardia, a ação da prefeitura não falhou. Foi elaborado, pelo IPPLAN-DIPAC, uma proposta de reconstrução do Mercado Municipal, de implantação da Biblioteca Municipal Murilo Mendes ao conjunto da Bernardo Mascarenhas, além de complementar as obras do Centro Cultural e executar obras de infraestrutura e recuperação de áreas complementares ao local. Em 31 de maio de 2000, como parte das comemorações do aniversário da cidade, o Centro Cultural Bernardo Mascarenhas reabriu suas portas depois de uma longa reforma, iniciada em 1997.<sup>553</sup>

A antiga fábrica, que teve seu espaço requisitado para tantos projetos acabou atendendo a todos: além do *Espaço Mascarenhas*, transformado em *Centro Cultural Bernardo Mascarenhas* que exhibe exposições e mostras culturais importantes na cidade, abriga também a Biblioteca Municipal Murilo Mendes, o Mercado Municipal e a Pronta Entrega das Fábricas. O local acabou ganhando mais visibilidade com a reforma e

---

<sup>552</sup> Informações retiradas do processo de tombamento da Bernardo Mascarenhas. p. 249.

<sup>553</sup> MOREIRA, F. “Mascarenhas, Meu Amor”. Op. cit.

reestruturação da Praça Antonio Carlos, que se tornou local de cultura na cidade. (Ver foto 67).



FOTO 67: Praça Antônio Carlos e Bernardo Mascarenhas.  
Fonte: foto de Humberto Nicoline.

Em 2010, o *Centro Cultural Bernardo Mascarenhas* passou por novas intervenções. (Ver foto 68). Com projeto aprovado pelo Fundo Estadual de Cultura, a obra foi realizada em quatro etapas: descupinização; restauro da parte estrutural; revisão geral do telhado e instalação de uma plataforma de acessibilidade para que cadeirantes ou pessoas com alguma dificuldade de locomoção possam usufruir também da cultura que o espaço oferece para a cidade.<sup>554</sup>

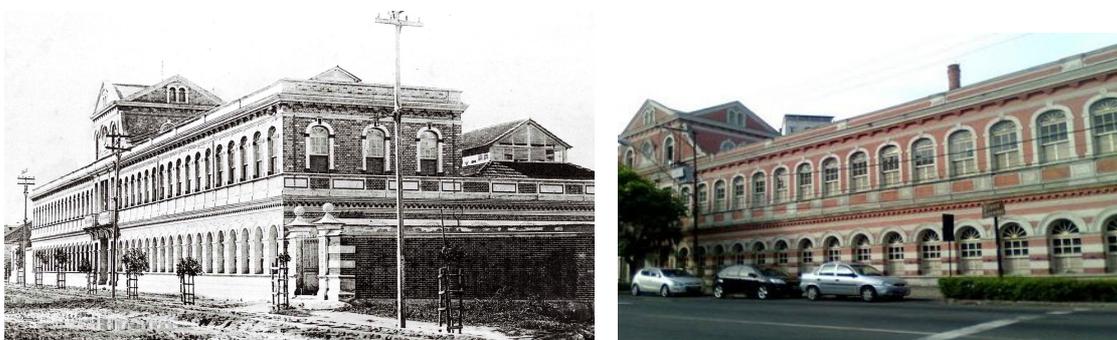


FOTO 68: Prédio da Bernardo Mascarenhas em 1900 e em 2011.  
Fontes: Wikipédia e <<http://wellersoncassimiro.blogspot.com>>.

### **A Bernardo Mascarenhas como lugar de memória**

Como vimos acima, o *Centro Cultural Bernardo Mascarenhas*, como funciona hoje, é algo muito distante daquilo que se reivindicava no movimento “*Mascarenhas Meu Amor*”, mas temos que ter em mente que Juiz de Fora possui esse centro cultural porque um grupo de artistas e intelectuais não teve medo de lutar por aquilo que

---

<sup>554</sup> Mais informações sobre essa reforma de 2010 podem ser obtidas no site da FUNALFA. Ver <<http://www.pjf.mg.gov./funalfa>>.

acreditava e por algo que não só beneficiaria sua classe mas sim a história de uma cidade e de seus habitantes. Para Walter Sebastião a história do movimento pró-Mascarenhas deve se manter viva e atuante (mesmo com suas contradições), porque “*a cidade continua precisando de ações como esta. Não iguais, mas com o mesmo espírito: criar ambiente com cultura e arte viva e atuante*”.<sup>555</sup>

Nessa perspectiva podemos falar sim que o movimento foi vitorioso, pois a cidade possui um local destinado a cultura. Diferente dos casos que vimos no capítulo 3, a antiga fábrica de tecidos continua agraciando a cidade com toda sua história e beleza. Mesmo assim, entendemos que a Bernardo Mascarenhas também é um lugar de memória, não da memória fabril nem da memória do industrial Bernardo Mascarenhas, mas sim um espaço de memória da cidade. Pierre Nora havia destacado que o lugar de memória vai muito além do local físico e a Bernardo Mascarenhas pode ser sim, a nosso entender, um lugar de memória porque quando a vemos a associamos a antiga fábrica, mesmo que sua função hoje seja apenas a de “uma fábrica de cultura”.

Por fim, gostaríamos de encerrar esse tópico com a declaração do escritor Afonso Romano de Sant’Anna, a qual achamos que explica muito bem todo o processo que a Bernardo Mascarenhas vivenciou:

A história recente da Mascarenhas é em tudo parecida com o que ocorre sempre no Brasil. Um grupo de idealistas saiu em frente para recuperar o antigo prédio da histórica fábrica. Conseguiu mobilizar gente de outras cidades, figuras da cidade que moram alhures, um desfile, parada, concentração, comício, enfim, uma barulhada foi feita para comover os poderes responsáveis. A Mascarenhas convertida em Centro Cultural, foi restaurada e reaberta, mas passou por vários percalços. (...). Agora fico sabendo que, de novo, graças as insistências dos mesmos idealistas, a Mascarenhas voltará a funcionar plenamente como centro cultural. Quase 20 anos se passaram. É assim o Brasil, sem persistência não se consegue nada. E o pouco que se consegue já é muito.<sup>556</sup>

---

<sup>555</sup> Depoimento de Walter Sebastião concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 25 de abril de 2012.

<sup>556</sup> Depoimento de Afonso Romano de Sant’Anna ao jornal Tribuna de Minas. 19 de janeiro de 2000.

## CONCLUSÃO

Em todo o Brasil, os anos 60 foram marcados por um processo intenso de urbanização. Ainda sofrendo as consequências do projeto desenvolvimentista “50 anos em 5” do governo Juscelino Kubitschek (1956/1961), o país passou, a partir dessa década, por mudanças políticas, econômicas e estruturais que acabaram afetando também a preservação do seu patrimônio cultural. Foi comum o quadro de demolições de edificações possuidoras de valor histórico e cultural, que ainda não haviam sido preservados nos centros de diversas cidades em decorrência da grande valorização dessas áreas e pela busca incessante de uma modernização e desenvolvimento econômico. Diante de tantas modificações, o órgão de preservação nacional (IPHAN) passou, a partir dessa mesma época por mudanças em sua estrutura para se adaptar a nova conjuntura. A “excepcionalidade” na seleção dos bens que seriam preservados, tão destacada nos primeiros anos de atuação do então SPHAN, cedeu lugar as “representações particulares”<sup>557</sup>. Os Compromissos de Brasília e Salvador, realizados respectivamente em 1970 e 1971, deram aos Estados e Municípios a mesma responsabilidade que a União já possuía quanto a preservação e isso resultou na defesa de bens importantes para a história das localidades, fazendo com que essas também pudessem construir, através de seu patrimônio, uma identidade própria. As mudanças sofridas no IPHAN, principalmente durante a administração de Aloísio Magalhães (1979-1982), interferiram na forma de se olhar o patrimônio. Os bens culturais passaram a ser parte da vida cotidiana da população. Segundo José Reginaldo Gonçalves “*o povo é entendido como o conjunto de diversos segmentos sociais e comunidades locais que compõem a sociedade brasileira. Em sua narrativa, eles são os personagens principais*”.<sup>558</sup>

Em Juiz de Fora as medidas legais de proteção do patrimônio local começaram em 1982 com a criação da lei n. 6108, mas a questão da preservação já vinha sendo discutida no município desde alguns anos antes. Em 1978, quando foi anunciada a venda do antigo Colégio Stella Matutina, o receio de sua demolição fez com que parte da comunidade do município que possuía algum envolvimento com o colégio se manifestasse, principalmente através dos jornais, para que ele não fosse demolido.

---

<sup>557</sup> SOUZA, Maria Julieta de. Preservação do patrimônio arquitetônico: uma trajetória. In: CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira; SOUZA, Maria Julieta Nunes de (orgs.). **Art déco e patrimônio arquitetônico**. Juiz de Fora: Cliodel/ UFJF. p. 21.

<sup>558</sup> GONÇALVES, op. cit. p. 77.

Vários artigos foram publicados nos periódicos destacando a importância do prédio e ajudaram a fazer o assunto a ser ampliado para as outras parcelas da população. O apoio popular talvez, só não foi maior porque pessoas renomadas na cidade levantaram dúvidas quanto a historicidade do prédio, como os historiadores Paulino de Oliveira e Dormevily Nóbrega, como pudemos ver no capítulo 3.

A nosso entender, outro fator também deve ser considerado no caso do Colégio Stella Matutina: a ausência de um instrumento legal de preservação no município na época que se discutia a preservação da antiga sede do colégio, fez com que sua não demolição dependesse unicamente de seu proprietário, o que não aconteceu. No entanto, a sua demolição acabou não sendo em vão. Como vimos no capítulo 2 e 3, depois que o Stella foi demolido, a cidade passou a presenciar uma série de medidas que favoreciam os assuntos culturais, como a criação da FUNALFA, ainda em 1978. Com a lei de preservação municipal, de 1982, os movimentos sociais passaram a contar com um importante aliado. A partir dessa, algumas vitórias puderam ser “saboreadas”, como a da antiga Cia Textil Bernardo Mascarenhas e o Cine Theatro Central.

No entanto, cabe aqui ressaltar que não basta o tombamento para a preservação do bem, ele tem que ser assumido pela comunidade como algo importante para a sua memória. Se a sociedade entende que a preservação de um imóvel é algo importante para se manter a sua história e a história de onde ela vive, passa a respeitar e admirar aquele bem, do contrário, não se preserva verdadeiramente.

### **A participação popular nos movimentos de preservação**

Segundo Marcos Paulo Miranda, a participação popular seria um dos princípios básicos da proteção ao patrimônio cultural. A partir dessa, a sociedade pode assessorar a União, os Estados e os Municípios na preservação, uma vez que o poder público não consegue sozinho assegurar tudo que rege. Ainda de acordo com o autor, desde 1967, com a Reunião dos Estados Americanos, a qual teve como resultado as Normas de Quito sobre a conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico, esse princípio já era solicitado:

Do seio de cada comunidade pode e deve surgir a voz de alarme e ação vigilante e preventiva. O estímulo a agrupamentos cívicos de defesa ao patrimônio, qualquer que seja sua denominação e composição, tem dado excelentes resultados, especialmente em localidades que não dispõem ainda de diretrizes urbanísticas e

onde a ação protetora em nível nacional é débil ou nem sempre eficaz.<sup>559</sup>

Marcos Paulo fala ainda da necessidade de se desenvolver uma “consciência cultural” nas pessoas para que essas percebam o quanto é importante preservar o patrimônio de sua cidade, estado e país. Essa consciência só seria conseguida através da educação patrimonial, que segundo Maria de Lourdes Horta, seria “*um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido*”.<sup>560</sup>

O envolvimento das comunidades, como mostramos acima, se mostra então fundamental para que o poder público decida pela preservação dos bens culturais. Em Juiz de Fora percebemos claramente essa afirmação nos movimentos para a preservação da fábrica Bernardo Mascarenhas e do Cine Theatro Central. Claro que nem sempre a mobilização da população ajudou na preservação, como vimos o caso da Casa do Bispo e da Capela do Stella Matutina, mas a pressão que esses movimentos geraram no poder municipal mostrou que uma parte da população não estava alienada sobre o assunto de preservar o passado arquitetônico e histórico da cidade. José Eduardo Ramos Rodrigues, citando Andreas Joaquim Krell, destacou que a análise de experiência em outros países mostrou que o poder público desenvolve maiores atividades na área de defesa patrimonial quando a população cobra essa atitude do governo.<sup>561</sup> A população seria a produtora e a beneficiária dos bens culturais, assim, ela apresenta legitimidade suficiente para determinar o valor que justifica a preservação de determinado bem.<sup>562</sup> Nesses termos, podemos ter uma ideia do quanto foram importantes os movimentos populares pró-preservação de Juiz de Fora, incluindo os que não resultaram na preservação dos bens em questão.

Todos os movimentos que analisamos nesse trabalho começaram incentivados por artistas e intelectuais da cidade, como pode ser percebido ao longo dos capítulos.

---

<sup>559</sup> Citado por: MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Princípios básicos da proteção ao patrimônio cultural. In: MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; ARAÚJO, Guilherme Maciel; ASKAR, Jorge Adbo (orgs.). **Mestres e conselheiros**: manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009. p. 20.

<sup>560</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>561</sup> Citado por: RODRIGUES, José Eduardo Ramos. Importância e responsabilidade dos Conselhos Municipais de patrimônio cultural. In: MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; ARAÚJO, Guilherme Maciel; ASKAR, Jorge Adbo (orgs.). **Mestres e conselheiros**: manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009. p. 31.

<sup>562</sup> RODRIGUES, José Eduardo Ramos. Ibidem. P. 31.

Quando, porém, o assunto das ameaças de demolições se tornou público, percebemos que pessoas não ligadas aos grupos artísticos e intelectuais começaram a apoiar os movimentos. No caso da luta pela não demolição dos Grupos Centrais, por exemplo, o movimento começou por ex-diretoras dos grupos escolares que funcionavam no local e no final conseguiu um significativo número de assinaturas por parte da população de Juiz de Fora. Rosa Lima Paiva, em reportagem escrita para o jornal “*Tribuna de Minas*”, ao se referir a antiga fábrica Bernardo Mascarenhas, destacou que o movimento, que começou na base e chegou a cúpula, foi iniciado por artistas mas atingiu e foi absorvido pela população.<sup>563</sup> Jorge Arbach, ao ser questionado sobre esse ponto na entrevista que nos concedeu, declarou que “*quem tinha uma visão mais ampla do que estava acontecendo, quem tinha um caráter mais formador de opinião e atuante eram os jornalistas, os intelectuais, o filósofo, o professor. Eles conhecem as dinâmicas sociais*”. Já o cidadão comum, continuou, “*não possuía essa visão. Ele é o ambiente social, mas não conseguiu perceber de cara os perigos que a cidade sofria*”.<sup>564</sup>

O que nós gostaríamos de destacar nessas notas conclusivas foi uma particularidade que nos chamou a atenção no decorrer desse trabalho: os movimentos para transformar a Bernardo Mascarenhas em Centro Cultural e pela preservação do Cine Teatro Central reuniram um número muito maior de populares que os movimentos em defesa da Casa do Bispo e da Capela do Stella Matutina. Para tentarmos entender esse fato, devemos partir da informação de que houve um maior envolvimento afetivo das pessoas com os bens que foram preservados. Isso fica claro com os depoimentos que recolhemos. Para Jorge Arbach, o que fez as pessoas participarem dos movimentos de preservação a imóveis da cidade foi justamente esse envolvimento emocional que tinham com os mesmos. O arquiteto, que participou das manifestações em defesa da antiga fábrica Bernardo Mascarenhas e do Cine Teatro Central, destacou que esses movimentos contaram com maior participação da população porque os imóveis em questão estiveram mais ligados a vida dos habitantes da cidade. A Bernardo Mascarenhas, uma antiga fábrica, empregou muitas pessoas na cidade, fazendo com que muitas famílias tivessem, de certa forma, uma ligação com ela. A indústria têxtil era reconhecida como cenário urbano e como passagem pessoal. O Cine Teatro

---

<sup>563</sup> PAIVA, Rosa Lima. *Passeio Cultural: hoje, uma caminhada decisiva no movimento pró- Bernardo Mascarenhas*. **Tribuna de Minas**. 30 de julho de 1983.

<sup>564</sup> Depoimento de Jorge Arbach concedido à Fabiana Aparecida de Almeida, em 16 de dezembro de 2010.

Central reunia, em suas seções de teatro e cinema, pessoas de todas as camadas sociais: ricos, classe média, homens, mulheres, jovens. Segundo Jorge Arbach, todos que viveram nessa época têm uma história afetiva com os dois bens: iam levar almoço para o pai ou avô na Mascarenhas, namoravam nas seções do Central, passeavam com a família aos domingos no teatro, etc. Já em relação aos movimentos em defesa ao Stella Matutina e Casa do Bispo, ainda segundo Jorge, não houve uma mobilização muito grande da população por serem esses imóveis um pouco mais elitizados. A beleza e importância de ambos para a cidade não são discutidas, mas a Casa do Bispo era antes uma residência particular onde só circulavam pessoas da elite juiz-forana e depois virou propriedade da Igreja Católica; o colégio Stella Matutina era um internato pago e frequentado por moças de família com boa condição social e a capela, depois de vendida, virou galeria de arte, ambiente frequentado por restritos grupos sociais. Mesmo assim, a demolição do antigo colégio, em suas palavras, “*foi lamentável. Foi uma apunhalada na cidade. Isso detonou a sensibilização. Doeu*”.<sup>565</sup>

Beatriz Domingues lembrou ainda o fato de que a luta pela Mascarenhas e pelo CTC reivindicavam os espaços para serem usados como algo para a população. Em sua opinião, o fato do CTC virar o teatro da cidade e a Bernardo Mascarenhas ser usada como mercado municipal e centro cultural, fez as pessoas participarem mais, pois usariam aqueles espaços. Já no caso da Capela e da Casa do Bispo, “*os movimentos ocorreram porque iam demolir prédios importantes para a cidade, mas se fossem usados com a finalidade de servirem a algum serviço público ao povo, acho que o número de pessoas participantes iria ser maior*”.<sup>566</sup> Essa visão ainda foi realçada pelo artista plástico Ruy Merheb, em entrevista ao jornal “*Tribuna de Minas*”: “*a conquista da Mascarenhas é que ela é uma coisa do povo, aberta a todos sem qualquer tipo de repressão, preconceito ou seleção*”.<sup>567</sup>

No entanto, todos os movimentos (os que deram certo e os que não deram) ocorreram por se tratarem da preservação de imóveis ligados à memória das pessoas. Inúmeros outros prédios e residências foram demolidos na cidade sem que a população tomasse consciência, mas quando se ameaçou imóveis que faziam parte da memória coletiva da localidade, algo tentou ser feito. Segundo Leonardo Mesentier “*o patrimônio*

---

<sup>565</sup> Depoimento de Jorge Arbach concedido à Fabiana Aparecida de Almeida, em 16 de dezembro de 2010.

<sup>566</sup> Depoimento de Beatriz Domingues concedido à Fabiana Aparecida de Almeida, em 16 de novembro de 2011.

<sup>567</sup> PAIVA, R. L. Op. Cit.

*edificado possibilita um contato coletivo da multidão anônima das cidades com referenciais da memória social*”<sup>568</sup>. E foi justamente essa memória social que buscou-se preservar em Juiz de Fora.

Jorge Sanglard relatou ainda que um ponto importante dentro da participação popular nos movimentos preservacionistas de Juiz de Fora foi que esses só vingaram porque a população se envolveu e as vitórias foram frutos de ações coletivas. “*A preservação não acontece por luta individual*”, lembrou o jornalista.<sup>569</sup> Nilo Azevedo, em sua dissertação de mestrado, já havia destacado a importância do coletivo. Citando Marcus Olson, disse que nas sociedades modernas “*muitas ações ligadas aos indivíduos não são realizadas de forma singular, mas de forma coletiva, pois existem determinados interesses que só podem ou são mais eficazmente alcançados através de ações coletivas*”.<sup>570</sup> Já para Paulo Affonso Leme Machado, em reportagem escrita para o jornal “*O Estado de São Paulo*”, “*a tarefa da conservação do patrimônio natural e cultural não é somente obrigação dos especialistas. Sem o apoio das populações locais, dificilmente se conseguirá o êxito da ação oficial conservadora*”.<sup>571</sup>

Um maior envolvimento das pessoas com os movimentos ligados a Mascarenhas e ao CTC contribuíram para que a preservação desses ocorresse, mas esse fato, a nosso entender, não foi sozinho decisivo para tal ato. Temos sempre que considerar o fato desses dois imóveis serem bens públicos (o CTC foi comprado pela parceria Prefeitura de Juiz de Fora/Governo Federal) e nesses casos, a preservação ocorre de forma mais facilitada. Quando se trata de bens particulares (caso Capela do Stella Matutina e da Casa do Bispo, apesar dessa ter tido um grande movimento popular), o fato em si de serem de propriedade privada já geram algumas limitações ao envolvimento popular. Isso porque quando se mexe com a questão do direito de propriedade (inclusive de propriedade da Igreja Católica, como no caso da Casa do Bispo) os caminhos são mais turbulentos. Outro fator interessante foi o interesse público nos imóveis acima citados. Como se percebeu nesse trabalho, nas lutas pelo CTC, Bernardo Mascarenhas e também dos Grupos Centrais, a prefeitura, o Estado e até a União se mostraram favoráveis as lutas. No caso da preservação do antigo colégio do Stella Matutina, a prefeitura não

---

<sup>568</sup> MESENTIER, L. M. Op. Cit. p. 12 e 20

<sup>569</sup> Depoimento de Jorge Sanglard concedido à Fabiana Aparecida de Almeida, em 24 de fevereiro de 2011.

<sup>570</sup> AZEVEDO, N. L. Op. Cit. p. 48.

<sup>571</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. O tombamento como instrumento de proteção à cultura. “O Estado de São Paulo”. 19 de setembro de 1982. In: **Processo de tombamento do Cine Theatro Central**. Op. Cit.

podia interferir por falta de uma legislação sobre o assunto, mas no caso da Casa do Bispo e da Capela do Stella, notamos que essa preferiu levar a decisão ao Conselho Comunitário, formado por pessoas que muitas vezes não eram especialistas em patrimônio ou eram cidadãos que não participavam cotidianamente dos assuntos culturais da cidade. Um exemplo que nos chamou a atenção foi a fala de um conselheiro, representante da SPM do bairro Nossa Senhora Aparecida, que disse ter votado a favor da demolição da Capela do Stella porque essa, ao contrastar com seus prédios vizinhos, boa parte construída a partir da década de 1970 estaria em desacordo com a aspecto geral da avenida Rio Branco!<sup>572</sup>

O mais importante porém, é que não percamos de vista o fato de que o sentimento que esteve presentes nas campanhas de preservação aqui estudadas estava ligado a memória das pessoas. Nota-se, em todos os casos, que o “despertar” da população para a preservação do patrimônio de Juiz de Fora foi inspirado pelo afetivo: aquilo que era importante para suas lembranças, suas histórias e suas vidas não podiam ser destruídos. A partir do momento que esses prédios que inspiravam todas essas lembranças começaram a desaparecer, a população se viu na obrigação de tentar impedir. Assim, surgiram todos os movimentos trabalhados no corpo desta dissertação. A perda desse patrimônio, inclusive, gerou vários discursos e narrativas, seja de intelectuais ou da população como um todo. No entanto, essas narrativas aconteceram pelo processo de perda que a cidade estava passando. Juiz de Fora foi desprovida de mostrar a seus futuros habitantes como essa região foi importante para a história de Minas Gerais. Infelizmente, muitas dessas histórias ficaram perdidas no tempo porque sua versão material não resistiu ao processo de modernização que a cidade sofreu. E por isso foram importantes os movimentos populares. Aloísio Magalhães já dizia que “*o melhor guardião de um bem cultural é sempre seu dono (as comunidades locais)*”.<sup>573</sup> O que faltou na época dessas destruições foi o “dono” do patrimônio de Juiz de Fora se importar um pouco mais com seus bens culturais.

Os movimentos, no entanto, foram importantes para mostrar como o envolvimento e a participação da população é importante para se conseguir melhorias para o local que se vive. Essa importância em Juiz de Fora está presente na própria lei municipal de preservação. Em seu capítulo 1, artigo único, podemos ler: “*O Município*

---

<sup>572</sup> **Atas do Conselho Comunitário Municipal.** 26 de fevereiro de 1986. Op. Cit.

<sup>573</sup> GONÇALVES, Op. Cit. p. 63.

*estimulará a participação da comunidade na preservação do Patrimônio Cultural*”.<sup>574</sup> Os movimentos pró-preservação só provaram, nas palavras de Marilde Ladeira, “*a vitalidade das manifestações populares*”<sup>575</sup>, e essas manifestações também provaram que uma cidade não precisa se desfazer de toda a sua história para se modernizar. O Centro Cultural Bernardo Mascarenhas é hoje um dos espaços mais importantes em termos de cultura na cidade e o CTC ficou entre os 10 melhores teatros do Brasil em uma análise feita por J. C. Serroni, no livro “*Teatros: uma memória do espaço cênico no Brasil*”, onde se considerou os aspectos técnicos e históricos de 892 teatros em todo o país.<sup>576</sup>

### **Os movimentos pró-preservação posteriores a década de 1980**

A participação dos movimentos sociais na preservação do patrimônio histórico e cultural de Juiz de Fora não ficou restringido a década de 1980. Podemos perceber a ocorrência desses antes e também depois dessa década. Pelo menos três manifestações necessitam ser ainda melhores estudadas, o que não realizamos nesse trabalho por fugir muito da cronologia aqui imposta: as referentes ao Colégio Magister, a Casa Marajoara e ao Castelinho do Bairu. Cabe aqui apenas uma pequena exposição das situações referentes as 3 edificações para, quem sabe, instigar pesquisas futuras.

### **O COLÉGIO MAGISTER**

O Colégio Magister (ver foto 69) ficava na rua Brás Bernardino no imóvel construído para ser a residência de Frederico de Assis, integrante de uma das famílias mais tradicionais de Juiz de Fora. A casa foi projetada por Arthur Arcuri, um dos principais arquitetos modernistas mineiros, e ficou pronta em 1955, contando ainda com 5 murais pintados por Guima, famoso pintor da região. Por pertencer a uma família numerosa (o casal possuía 13 filhos) a residência foi projetada com vários cômodos e com todo o conforto possível.

Em 1973, o imóvel foi alugado pelo Colégio Magister que permaneceu no local até 2002, quando o prédio foi colocado a venda. Como o colégio não tinha condições financeiras de adquiri-lo, esse foi comprado por dois grupos imobiliários da cidade: a Segura Empreendimentos Imobiliários e a Z. N. Empreendimentos Imobiliários. Esse

---

<sup>574</sup> PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Lei n. 10777, de 15 de julho de 2004**. Cap. 1, art. único.

<sup>575</sup> LADEIRA, Marilde. *Preto no branco: a primeira vitória*. **Tribuna de Minas**. 30 de agosto de 1983.

<sup>576</sup> Theatro Central está entre os dez melhores do Brasil. **Diário Regional**. 14 de setembro de 2002.

fato fez com que dois pedidos de abertura de processo de tombamento fossem entregues na Prefeitura. O primeiro foi solicitado por Patrícia Adriana Barbosa em 15 de fevereiro de 2002, alegando que a presença do imóvel “*remonta a ambiência de períodos apagados pela especulação imobiliária*”.<sup>577</sup> O segundo foi apresentado à Câmara Municipal pelo vereador Gabriel dos Santos Rocha (Biel) e foi aprovado por unanimidade.<sup>578</sup> Com tais solicitações, o processo de tombamento foi aberto pela CPTC e para que a integridade do imóvel fosse respeitada, o Ministério Público abriu uma ação cível cautelar para que a PJJ não concedesse alvará de demolição ou construção até que se decidisse sobre a preservação do imóvel.<sup>579</sup> Nesse momento também começaram as manifestações populares para a preservação da casa. Vários intelectuais e artistas se manifestaram a favor da preservação enviando cartas à prefeitura nas quais destacavam a importância da construção para a história e a memória de Juiz de Fora. Entre esses podemos citar as cartas dos professores José Luiz Ribeiro e Gilvan P. Ribeiro (professor de literatura brasileira da UFJF); a do Coral Victor Vassalo, a do engenheiro Haroldo de Oliveira e a do Departamento de Arquitetura da UFJF. Foram organizados também alguns abaixo-assinados: pelos alunos e ex-alunos do Colégio Magister (128 assinaturas); pelos professores de Juiz de Fora (50 assinaturas); pela população no geral (118 assinaturas) e um organizado pelos então professores do Magister que recolheram cerca de 750 assinaturas. Realizou-se ainda um manifesto cultural, que recaía sobre o mesmo ponto debatido nos movimentos preservacionistas da década de 1980: a identidade cultural, de acordo com o manifesto, era atingida por abalos culturais que descaracterizavam o perfil arquitetônico da cidade em nome do progresso, propiciando perdas irreparáveis.<sup>580</sup>

Para chamar ainda mais a atenção da população para com a causa defendida, foram organizadas manifestações em frente ao colégio, com faixas, panfletos e coleta de assinaturas para os abaixo-assinados. Foi feita ainda uma “Cantata Pró-Magister”, assinada pelo Padre David José Reis, pároco da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, do bairro Granbery.<sup>581</sup>

---

<sup>577</sup> Solicitação de tombamento do Colégio Magister. **Processo de tombamento do Colégio Magister**. Op. Cit.

<sup>578</sup> Requerimento do vereador Gabriel dos Santos Rocha à Câmara de Vereadores. 19 de fevereiro de 2002. IN: PJJ. **Processo de tombamento do Colégio Magister**. Processo n. 0599. Op. Cit.

<sup>579</sup> “MP entra com ação para resguardar imóvel”. *Tribuna de Minas*. 23 de fevereiro de 2002. IN: PJJ. **Processo de tombamento do Colégio Magister**. Processo n. 0599. Op. Cit.

<sup>580</sup> Todas as informações foram retiradas de: PJJ. **Processo de tombamento do Colégio Magister**. Processo n. 0599. Op. Cit.

<sup>581</sup> PJJ. **Processo de tombamento do Colégio Magister**. Processo n. 0599. Op. Cit.

Houveram também manifestações contrárias ao tombamento. No decorrer do processo de tombamento do bem, encontramos vários documentos elaborados pelos compradores do imóvel tentando demonstrar a falta de importância histórica do mesmo. Os lojistas da rua Brás Bernardino chegaram a organizar um abaixo-assinado com 82 assinaturas para não se tombar o imóvel, acreditando que esse “*acarretará um enorme prejuízo para todos nós que investimos no desenvolvimento de Juiz de Fora*”.<sup>582</sup> O próprio Arthur Arcuri se mostrou contrário ao tombamento, em entrevista ao jornal “*Tribuna de Minas*”, alegando que, a medida seria “*um ônus muito grande para o proprietário. Trata-se de uma rua central. O terreno vale mais do que a casa*”. No entanto, o arquiteto relatou que lamentaria se o novo proprietário destruísse a casa, pois a considerava um bom projeto seu.<sup>583</sup>

No meio das discussões o tombamento foi aprovado pela CPTC em reunião de 19 de novembro de 2002.<sup>584</sup> No entanto, o prefeito da época, Tarcísio Delgado, levantou uma dúvida sobre tal processo: ele pediu esclarecimentos do que seria preservado: o imóvel em sua totalidade, apenas fachada e volumetria e se os painéis e o fícus que ficava à frente do colégio estariam inclusos no processo.<sup>585</sup> Tais dúvidas fizeram o então prefeito pedir o encerramento de tal processo de tombamento e a abertura de outro com os devidos esclarecimentos.

O novo processo foi aberto então em 2003, a pedido da diretora da DIPAC, Maria das Graças de Aquino P. Marques destacando a importância do imóvel para a arquitetura moderna da cidade. A partir da abertura de tal processo, as manifestações pró e contra o tombamento do imóvel começaram novamente: os grupos imobiliários tentando demonstrar que o imóvel não possuía importância histórica e outros grupos demonstrando o contrário, como o IAB e o PERMEAR (Programa de Estudos e Revitalização da Memória Arquitetônica e Artística).

---

<sup>582</sup> Abaixo assinado dos lojistas da Brás Bernardino. In: PJF. **Processo de tombamento do Colégio Magister**. Processo n. 00954. Op. Cit.

<sup>583</sup> *Arquitetura e natureza*. Tribuna de Minas. 9 de fevereiro de 2003. In: PJF. **Processo de tombamento do Colégio Magister**. Processo n. 00954. Op. Cit.

<sup>584</sup> Em tal reunião, votaram contra o tombamento: Carlos Eduardo Christiano Manera e Vinícius Novaes Banhato. Abstiveram-se: Geraldo Ferreira Gomes e Wilson Coury Jabour Jr. A favor do tombamento votaram: Leonardo Soares de Paula, Wilson Cid, Sérgio Werneck Rodrigues, Paulo Gawryszewski, Fábio Martins de Lima e Rubens Bauman. Atas da reunião da CPTC de 19 de novembro de 2002. In: PJF. **Processo de tombamento do Colégio Magister**. Processo n. 0599. Op. Cit.

<sup>585</sup> A dúvida do então prefeito sobre o fícus que ficava a frente do colégio se baseava na aprovação de seu tombamento pela CPTC mas a negativa desse pelo DEPAD (Departamento de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável) e pelo DPGE (Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica). In: PJF. **Processo de tombamento do Colégio Magister**. Processo n. 0599. Op. Cit.

Novamente o assunto foi colocado em votação, agora pelo COMPPAC (substituto da CPTC a partir da lei municipal n. 10777 de 15 de setembro de 2004), em reunião de 8 de novembro de 2004. Depois das considerações sobre o imóvel, o tombamento desse foi colocado em votação. No entanto, dessa vez, a proposta foi negada por não ter conseguido a maioria absoluta dos votos.<sup>586</sup> Com esse resultado, tentou-se ainda, através do PERMEAR e do IAB uma preservação do imóvel pelo IEPHA, mas esse também não se realizou porque o processo não foi aberto a tempo de se evitar a demolição. Assim, mais uma vez, Juiz de Fora se viu desprovida de parte de sua memória. O imóvel foi demolido, a partir de um alvará de demolição expedido pela Secretaria de Obras de forma irregular, pois não passou pela aprovação do COMPPAC, conforme a lei n. 1077, de 15 de setembro de 2004, dando lugar a um edifício- galeria comercial.

#### A CASA MARAJOARA

Imóvel que também fazia parte do imaginário juizforano por ser um exemplar arquitetônico único na cidade, a residência conhecida como Casa Marajoara que, ficava na esquina da rua Delfim Moreira com a av. Rio Branco, ganhou esse apelido devido a frisos que possuía em toda a sua extensão que eram atribuídos a desenhos marajoaras. (Ver foto 70)

Segundo Márcio Alves Roiter, a maior ilha flúvio-costeira do mundo, Marajó, na Amazônia, antes da colonização portuguesa, passou por uma fase riquíssima de desenvolvimento: a fase Marajoara, que se estendeu de 400 a 1350. Tal período deixou artefatos como urnas funerárias, esculturas e adereços que foram decorados com desenhos que lembravam labirintos, e que, no início do século XX, quando essa arte começou a ser objeto de cobiça de exploradores, museus e colecionadores de todo o mundo, passou a ser muito usada na decoração de casas: “*uma verdadeira febre de objetos, móveis, luminárias, tapetes, enfim, tudo em que se possa imprimir labirintos, zigue-zagues, gregas e tramas geométricas derivadas dos desenhos marajoaras*”.<sup>587</sup> Na arte decorativa, o estilo marajoara, ainda segundo o mesmo autor, conseguiu fazer com

---

<sup>586</sup> Na reunião, foram favoráveis ao tombamento José Alberto Pinho Neves, Wilson Borrajo Cid, Sérgio Rodrigues Werneck, Paulo Gawryszewski, Júlio César Sampaio e Flávio Cheker. Absteram-se de votar Frederico Batittuci Halfeld, Ricardo Bastos e Wilson Coury Jabor Jr. Foram contrários ao tombamento, Vinícius Novais Banhato, Carlos Eduardo Christiano Manera e Suely Gervásio Ferreira. Ata da Reunião do COMPPAC. 8 de novembro de 2004. In: P.J.F. **Processo de tombamento do Colégio Magister**. Processo n. 00954. OP. Cit.

<sup>587</sup> ROITER, Márcio Alves. A influência marajoara no art-decò brasileiro. **Revista UFG**. Ano XII, n. 8, jul. 2010. p. 19.

que o Brasil “*que conjuga civilização e jungle*” possuísse um estilo próprio: o Art Decó Marajoara.<sup>588</sup>

Essa efervescência do estilo art déco marajoara que o país sofria deu frutos também em Juiz de Fora e na década de 1940 foi construída a residência em questão, única nesse estilo na cidade.

Esse fato, inclusive, levou o imóvel a ser alvo de tombamento pelo município. O processo foi aberto em 2009 e de acordo com a lei municipal, o bem alvo de tombamento tem sua proteção assegurada desde a abertura do processo até a sua conclusão. Essa cláusula, porém, não foi respeitada pelo proprietário do imóvel que o demoliu, no início de maio de 2009, em um final de semana, literalmente da noite para o dia.

Após o fato, houve um ato público em repúdio à demolição do casarão e várias organizações de defesa ao patrimônio se mobilizaram para apurar o fato. Por ter sido uma demolição irregular (como o processo de tombamento estava aberto, nenhuma modificação no bem poderia ter ocorrido sem a autorização do COMPPAC) a Prefeitura de Juiz de Fora entrou com uma ação no Ministério Público Estadual para punir os responsáveis pelo ato.

No entanto, nenhuma punição vai fazer Juiz de Fora ter novamente o seu exemplar Marajoara. Os monumentos possuem caráter irreparável. Segundo José Reginaldo Gonçalves, “*reproduzi-los, por mais minuciosamente perfeitos que seja o trabalho executado nesse sentido, equivalerá sempre a substituir a jóia verdadeira pela falsa*”.<sup>589</sup> Parte integrante do imaginário cultural de Juiz de Fora (algumas pessoas acreditavam em lendas onde os desenhos marajoaras na construção eram de referência macabra), a demolição gerou novamente um pesar muito grande na população da cidade, principalmente naquela que passava em frente à residência com frequência. Segundo Marcos Olender,<sup>590</sup> após a sua demolição, os jornais da cidade receberam várias cartas de moradores da região que lamentaram a perda do imóvel. No blog Maria do Resguardo, junto com a foto da residência tirada por Ramon Brandão (reproduzida abaixo), encontramos o comentário de um dos antigos proprietários do imóvel. Sem se identificar, o mesmo relatou que viveu a vida inteira no imóvel com os irmãos e ao

---

<sup>588</sup> Idem, p. 21.

<sup>589</sup> GONÇALVES, op. cit. p.93.

<sup>590</sup> Depoimento de Marcos Olender concedido a Fabiana Aparecida de Almeida em junho de 2009.

vendê-lo, após a morte do pai, não imaginavam que o novo comprador o demolisse, dizendo ainda que ele e os irmãos lamentaram muito a demolição.<sup>591</sup>

## CASTELINHO DO BAIRU

A mais recente manifestação popular que a cidade presenciou sobre a preservação de seu patrimônio foi a tentativa de se conseguir o tombamento do imóvel conhecido como “Castelinho do Bairu”, (ver foto 71) localizado na rua Irmão Martinho, n. 40, no Bairro Bairu. Tal imóvel teria sido uma das primeiras construções da região, datado da década de 1950, tendo sido construído por Jair Alberto Neumann e onde morou o empresário Alonso Ascensão de Oliveira, responsável pelos loteamentos que deram origem aos bairros Bairu, Jardim Glória, Bom Pastor, entre outros. Em estilo neo-colonial hispano-americano, o imóvel seria uma das quatro construções existentes na cidade nesse estilo, sendo as outras três, todas tombadas pelo município, a 12ª Circunscrição do Serviço Militar, a Escola Estadual Duque de Caxias e uma residência existente na rua Santos Dumont, n. 85, no bairro Granbery. Em entrevista ao jornal “*Tribuna de Minas*”, Júlio Sampaio, relator do processo de tombamento do “castelinho” e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFJF, o imóvel se enquadraria naquilo que se chamaria de “mission-style”, uma variante do estilo que faria referência à arquitetura típica das missões espanholas na América e que estaria presente em diferentes pontos da América Latina, Estados Unidos, Portugal e Espanha.<sup>592</sup>

O grande diferencial desse movimento é que, diferente daqueles que aconteceram na década de 1980 e que aqui trabalhamos, essa iniciativa partiu dos próprios moradores do bairro e não dos meios intelectuais. De acordo com o jornal “*Tribuna de Minas*”, a iniciativa teve início em 2009 através do *Movimento Memória do Bairro* com o intuito de chamar a atenção para o local e evitar que ele fosse demolido, mas foi em 2010 que realizou-se manifestações em frente ao imóvel pedindo a sua preservação. A moradora e integrante do movimento Ercília Brasil, disse, em entrevista ao citado jornal, que o movimento se organizou porque “*as pessoas que vivem no Bairu têm uma ligação afetiva muito forte com esse imóvel. Além disso, ele compõe um conjunto com a Praça da Baleia, que identifica nossa região*”.<sup>593</sup> Esse depoimento deixa claro aquilo que destacamos em vários pontos desse trabalho: os movimentos

---

<sup>591</sup> <<http://mariadoresguardo.blogspot.com.br>>. Acesso em 21 de junho de 2012.

<sup>592</sup> Castelinho do Bairu é tombado como patrimônio. *Tribuna de Minas*. In: <<http://www.ufjf.br/secom/2010/05/12/12-de-maio-de-2010>>. Acesso em 12 de maio de 2012.

<sup>593</sup> TOLEDO, Leonardo. Arquitetura afetiva. *Tribuna de Minas*. 9 de abril de 2010.

ocorreram pelo apelo sentimental que possuíam para as pessoas. Se os imóveis não fossem importantes para a vida das pessoas, essas não defenderiam a sua permanência naquele local.

Os moradores organizaram ainda um abaixo-assinado e um relatório com depoimentos dos moradores mais antigos do bairro falando da importância do imóvel. Tais iniciativas, entregues à prefeitura, fizeram com que um processo de tombamento fosse aberto e uma vistoria foi realizada no imóvel onde se constatou que o mesmo mantinha as principais características preservadas, apesar do estado de abandono em que o imóvel se encontrava.<sup>594</sup> Em votação na reunião do COMPPAC realizada em 10 de maio de 2010, foi aprovado o tombamento da fachada, volumetria, muros e jardins da edificação<sup>595</sup> mas infelizmente, o prefeito Custódio Matos (2009-2012) não acatou a decisão do conselho, que é consultivo, indeferindo o referido tombamento.

## ÚLTIMOS COMENTÁRIOS

Segundo Myriam Barros, as imagens seriam o ponto de partida para uma viagem ao passado, seriam o “*despertar de uma memória de sentimentos e emoções*”.<sup>596</sup> Com as demolições que Juiz de Fora sofreu, essa “viagem ao passado” ficou incompleta, pois as imagens dessas construções não podem ser mais vistas pessoalmente. Essas perdas, inclusive, ocorreram associadas a ideia de desenvolvimento e modernização da cidade, mas não se considerou o trauma que a destruição de referenciais tão importantes para a memória do município geraria em sua população. Lúcia Fontés, em parceria com outros autores, chamou a atenção para esse fato em um artigo publicado pela Revista do IPHAN. Segundo a autora, o patrimônio simboliza “*a relação entre lugar e seus habitantes, fatores importantes no desenvolvimento psicológico do homem*”. Assim, a perda de referências do passado poderia gerar dúvidas quanto ao desenvolvimento das cidades, pois as pessoas não são contra o progresso, elas simplesmente “*temem a ausência de elementos familiares, cuja presença é tão importante para o homem da cidade*”. A preservação, concluiu a autora, se torna importante para manter a estabilidade da cidade e isso porque “*as experiências vividas, no passado, criam*

---

<sup>594</sup> Castelinho do Bairu é tombado como patrimônio. *Tribuna de Minas*. Op. Cit.

<sup>595</sup> Idem.

<sup>596</sup> BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e família. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: 1989. v. 2, n. 3. p. 40.

*expectativas quanto ao futuro*".<sup>597</sup> Aproveitando o pensamento da autora, gostaríamos de encerrar, por hora, o nosso assunto com uma outra reflexão, levantada por Maria Elisa Barone. Nas palavras dessa: “*o progresso é bom, mas o que é bom é muito relativo. Será que sem história é bom?*”.<sup>598</sup> Será que o progresso da cidade foi mais importante que a preservação de sua história?



FOTO 69: Colégio Magister.  
Fonte: Arquivo antiga TV Panorama.



FOTO 70: Casa Marajoara.  
Fonte: <[http:// mariadoresguardo.blogspot.com.br](http://mariadoresguardo.blogspot.com.br)>.  
Foto de Ramon Brandão



FOTO 71: Manifestação pelo tombamento do Castelinho do Bairro.  
Fonte: *Tribuna de Minas*. 9 abril de 2010. Foto de Paula Rivello.

<sup>597</sup> FONTÉS, Lúcia Helena; et. ali. Preservação e desenvolvimento: as duas fases de uma moeda urbana. *Revista do IPHAN*. Rio de Janeiro: 1986. n. 21. p. 52.

<sup>598</sup> Depoimento de Maria Elisa Barone concedido à Fabiana Aparecida de Almeida, em 2 de maio de 2012.

## ANEXOS

### ANEXO 1: LEI 6108 DE 13 DE JANEIRO DE 1982.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a implantar o tombamento dos bens culturais situados no Município, móveis e imóveis; cria a Comissão Permanente Técnico-Cultural de preservação dos bens culturais, o Conselho Consultivo e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Juiz de Fora aprova e eu sanciono a seguinte lei:

#### CAPÍTULO 1: DO TOMBAMENTO:

Art. 1º: O Município procederá, de conformidade com esta lei, ao tombamento total ou parcial, de bens móveis e imóveis, de propriedade pública ou particular existente em seu território que, pelo valor histórico, arqueológico, etnográfico, paisagístico, paleográfico, bibliográfico, artístico, arquitetônico ou ambiental devam ficar sobre a proteção do Poder Público Municipal.

Art. 2º: O tombamento de que se trata esta lei, com os efeitos previstos pela Legislação Federal, processar-se-á independentemente de outros, podendo recair sobre bens já tombados pelo Poder Público Federal e ou Estadual.

Art. 3º: O tombamento será inscrito no livro do Tombo após decreto próprio do Poder Executivo e averbado no Registro de Imóveis da Comarca, se bem imóvel. O livro de Tombo, com os volumes que se fizerem necessários terão os efeitos e a destinação iguais aos definidos no Dec. Lei Federal nº 25 de 30/11/1937.

Art. 4º: A disposição, uso e gozo dos bens inscritos no livro de Tombo, ficam sujeitos às restrições instituídas pela Legislação Federal.

#### CAPÍTULO II – DA COMISSÃO PERMANENTE TÉCNICO-CULTURAL

Art. 5º: Fica criada a Comissão Permanente Técnico-Cultural, composta por 7 (sete) membros, de livre escolha pelo Prefeito do Município, a qual deverá, entre tanto, recair sobre 6 (seis) cidadãos de nível universitário completo e um de notório saber histórico e cultural.

§ 1º: Os 6 (seis) membros técnicos, deverão ser possuidores de nível universitário na área de ciências humanas ou exatas.

§ 2º: Por escolha do Prefeito Municipal um dos membros será designado Coordenador da Comissão.

Art. 6º: A Comissão Permanente Técnico-Cultural será vinculada ao IPPLAN/JF e se regerá por regulamento próprio a ser baixado por decreto ao Poder Executivo.

Art. 7º: A Comissão Permanente Técnico-Cultural terá como finalidade precípua, exercer a proteção dos bens culturais, móveis e imóveis de propriedade do Município ou particular que forem tombados na forma desta Lei, bem como atuar integrada com setores competentes que planejam e legislam sobre uso das edificações.

Art. 8º: Compete ainda à Comissão Permanente Técnico-Cultural:

a) Inventariar os bens considerados de valor histórico, arqueológico, etnográfico, paisagístico, paleográfico, bibliográfico, artístico, arquitetônico ou ambiental existente no Município e cuja conservação seja de interesse público e propor seu tombamento.

b) Proceder estudos para a elaboração e aperfeiçoamento de recursos institucionais legais, genéricos ou específicos, para a defesa do Patrimônio Cultural.

c) Promover, organizar e coordenar atividades culturais através de estudos, pesquisas, publicações, simpósios, seminários e cursos relacionados ao Patrimônio Cultural do Município.

d) Formular diretrizes para a política de preservação e valorização dos bens culturais do Município.

e) Elaborar normas ordenadoras e disciplinadoras de preservação e manutenção dos bens culturais.

f) Analisar projetos de construção, conservação, restauração, reparação, acréscimo e demolição em bens tombados e emitir parecer técnico sobre a obra desejada.

g) Analisar e emitir parecer sobre pedidos de licenciamento de funcionamento de atividades comerciais ou de prestação de serviços em imóveis tombados.

h) Prestar assistência técnica, no âmbito de suas atribuições a todos os setores do Poder Executivo e Legislativo do Município a entidades culturais de natureza pública ou privada e ao proprietário do bem imóvel tombado ou em processo de tombamento.

i) Realizar projetos de obras de conservação, reparos, restauração e reciclagem, diretamente ou através de convênio ou contrato com pessoas de direito privado ou público.

j) Manter sistema de vigilância permanente para proteção dos bens culturais, próprios ou contratados, podendo ainda, solicitar a cooperação de órgãos policiais do Estado ou União.

k) Diligenciar no sentido de obtenção de recursos estaduais, da União ou particulares, técnicos ou financeiros, para conservação de programas de valorização e vitalização dos bens culturais de Juiz de Fora.

l) Verificar estado de conservação do bem tombado bem como fiscalizar e acompanhar a execução de qualquer obra nos mesmos bens.

m) Ter sob sua guarda e escriturar o Livro de Tombo bem como comunicar o tombamento aos órgãos próprios do Poder Federal e Estadual.

### CAPÍTULO III – DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 9º: O Conselho Consultivo será formado por cidadãos indicados pelas diversas entidades representativas da comunidade e será composta por 9 (nove) membros à escolha do Prefeito do Município.

Art. 10º: São entidades representadas no Conselho:

1. Associação Comercial.
2. Centro Industrial.
3. OAB – Sub-seção de Juiz de Fora.
4. Clube de Engenharia.
5. Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora.
6. Sindicato dos Jornalistas de Juiz de Fora.
7. Universidade Federal de Juiz de Fora.
8. Câmara Municipal de Juiz de Fora.
9. A Comunidade.

Art. 11º: Compete ao Conselho Consultivo opinar e emitir parecer sobre toda e qualquer questão pertinente ao tombamento se consultado pelo Prefeito Municipal.

Art. 12º: O Conselho Consultivo se regerá por regimento próprio aprovado pelo Prefeito Municipal.

Art. 13º: O exercício da função de conselheiro é considerada múnus público.

### CAPÍTULO IV – DO PROCESSO DE TOMBAMENTO

Art. 14º: O processo de tombamento iniciar-se-á com a proposta de tombamento que pode partir de:

1. Comissão Permanente Técnico-Cultural.
2. As pessoas de Direito Público.
3. Entidades Culturais do Município.

4. Proprietário do bem.

5. Qualquer do povo.

§ 1º: As propostas deverão ser sempre por escrito, devidamente instruídas, fundamentadas e encaminhadas à Comissão Permanente Técnico-Cultural.

Art. 15º: as propostas deverão versarem sobre os bens relacionados no art. 3º do Dec. Lei Federal nº 25 de 30/11/37, serão rejeitadas liminarmente.

Art. 16º: Recebida a proposta, será notificado o proprietário, para o prazo de 15 (quinze) dias oferecer as razões que tiver para a impugnação do tombamento.

§ Único: Vencido o prazo, será considerado o silêncio do proprietário como aquiescência ao tombamento.

Art. 17º: Com as razões de impugnação ou na falta delas, o processo terá continuidade na Comissão Permanente Técnico-Cultural que sobre ela deliberará.

§ 1º: Com a deliberação o processo será encaminhado ao Prefeito Municipal que decretará o tombamento ou, se assim o entender, ouvirá o Conselho Consultivo antes de decretar ou não o tombamento.

§ 2º: Decretado o tombamento, será providenciada a averbação no Registro de Imóveis da Comarca, se bem imóvel e inscrito no Livro de Tombo.

Art. 18º: desde a proposta até final decisão do bem em exame, terá a mesma proteção do bem tombado.

## CAPÍTULO V – DO CANCELAMENTO DO TOMBAMENTO

Art. 19º: Admitir-se-á o cancelamento do tomo, se houver a superveniência de motivo altamente relevante que justifique a medida, ouvida a Comissão Permanente Técnico-Cultural e o Conselho Consultivo que opinarão a respeito.

Art. 20º: Com os pareceres, o Prefeito poderá ou não determinar o cancelamento que, se bem imóvel, deverá ter o registro no Cartório próprio cancelado, como também, o registro no Livro do Tombo.

## CAPÍTULO VI – DO CUSTEIO

Art. 21º: O custeio das atividades geradas por esta Lei, será proveniente de verba orçamentária do Município.

Art. 22º: Para dar cumprimento ao disposto nesta Lei, é o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito especial, até o valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de

cruzeiros) no exercício de 1982, cancelando, para tanto, total ou parcialmente, dotações orçamentárias, daquele exercício.

## CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23º: Todos os bens imóveis tombados em virtude desta Lei receberão o incentivo fiscal, enquanto durar o tombamento, da ordem de 10 à 80 % (dez a oitenta por cento) incidente sobre o imposto predial e territorial urbano, sobre o imóvel tombado, de acordo com o entendimento da Comissão Permanente Técnico-Cultural.

§ 1º: O incentivo de que fala o caput do artigo, poderá ser cancelado em caso de qualquer violação aos preceitos legais relativos ao tombamento do imóvel.

Art. 24º: Enquanto vigir o tombamento, assistirá ao proprietário do bem, assistência técnica a ser prestada pela Comissão Permanente Técnico-Cultural.

Art. 25º: Em casos especialíssimos, a critério único e exclusivo da Comissão Permanente Técnico-Cultural a assistência técnica poderá ser entendida ao campo de ajuda financeira, dentro dos recursos disponíveis, no sentido de preservação do bem.

Art. 26º: A estruturação da Comissão Permanente Técnico-Cultural, será procedida por decreto do executivo, regulamentador desta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 27º: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura de Juiz de Fora, 13 de janeiro de 1982.

FRANCISCO ANTÔNIO DE MELLO REIS

Prefeito Municipal.

LAIR DA SILVA ADÁRIO

Secretário de administração.

## **ANEXO 2: QUEM FOI O JUIZ DE FORA?**

Há várias especulações por parte de vários estudiosos, mas não existe, ou pelo menos ainda não foram encontrados, documentos que provem o nome do verdadeiro juiz de fora. Dois nomes aparecem com mais frequência nos estudos sobre o assunto: Luis Fortes de Bustamante e Sá e Vital Casado Rotier. Ambos ocuparam o cargo de juiz

de fora, que em Minas Gerais, só passou a existir depois que foram criadas as chamadas “vilas do ouro” em 1711. Vale destacar também que, geralmente, os juizes de fora, escolhidos pelo rei, não eram bem vistos nas regiões que legislavam, pois sua função era regular as medidas tomadas pelos juizes ordinários, além de receberem os tributos para a coroa.<sup>599</sup>

Vital Casado Rotier exerceu o cargo de juiz de fora em 1713 e fora citado por Albino Esteves como o suposto dono da referida fazenda. Segundo o historiador, em sua cansativa pesquisa pela Biblioteca Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo Nacional e Arquivo Público Mineiro, acabou encontrando, nesse último, o índice geral dos livros de sesmarias, com a informação de que no 9º livro, à página 258V, havia a citação de que o juiz de fora do Rio de Janeiro – Vital Casado Rotier – recebera, em 1717, da Fazenda de Minas Gerais, uma sesmaria próxima onde se localiza hoje Juiz de Fora. Além desse fato, Esteves também enumerou outros fatores para validar sua hipótese: Rotier teve parentes nessa região – Marçal Casado Rotier, lavrador; fora procurador da Coroa e da Fazenda da comarca de São João Del’Rei após ter sido juiz de fora; foi o único juiz de fora a possuir sesmaria em Minas Gerais entre 1717 e 1719 e o foi fazendeiro na capitania de Minas Gerais, pois em 1720, “*ofereceu-se, com Marçal Casado Rotier, para, com escravos de sua propriedade, ir em defesa do governo, na sedição de Vila Rica*”. No entanto para provar sua teoria, o autor buscou documentos que comprovasse que a sesmaria de Rotier ficava ao lado do Caminho Novo. No entanto, relata que não conseguiu nada na Prefeitura de São João Del’Rei e no Arquivo Nacional. Quanto ao Arquivo Público Mineiro, recebeu a seguinte resposta da instituição:

Diretoria do Arquivo Público Mineiro – Belo Horizonte, 20 de agosto de 1940.

Cabe-me informar-vos, tomando em consideração o pedido constante de vosso requerimento de 31 de julho próximo passado, o seguinte:

1º - O livro de Sesmarias, número 9 e a que vos referis, não existe nesse arquivo. É o que me informaram os funcionários desta repartição. O Arquivo Público Mineiro está atravessando um período de reorganização e providências estão sendo tomadas, por esta diretoria, para que voltem a seus lugares os livros por ventura extraviados. Nenhuma informação, pois, posso vos dar sobre o assunto do referido livro.

---

<sup>599</sup> PINTO, José Damasceno. *Comprovações de topônimo*. **Diário Mercantil**. 12 de junho de 1982.

2º - Sesmaria de Marçal Casado Rotier: data de concessão: 18 de outubro de 1721. Quantidade: uma légua de terra em quadra. (Livro n. 12, p. 24V).

3º - Vital Casado Rotier: nomeado procurados da Coroa e Fazenda da comarca de São João Del'Rei em 18 de dezembro de 1717. (Livro n. 12, p. 24).

4º - Marçal Casado Rotier: do livro n. 12 não consta sua nomeação para qualquer cargo.

São estas as informações que posso vos mandar, lamentando não poder fornecê-las, tão integralmente como desejava quando solicitastes.

Qualquer outra informação que desejais, para o mesmo fim histórico vos serão remetidos caso delas necessite e estejam ao alcance das fontes existentes no arquivo.

Aproveito a oportunidade para apresentar-vos os protestos de minha admiração – O Diretor, Oscar Bhering.<sup>600</sup>

Sobre essa hipótese levantada por Esteves, Lindolfo Gomes, ilustre intelectual de Juiz de Fora e que tentou preservar a antiga fazenda, escreveu em sua coluna no jornal “*Diário Mercantil*”, intitulada “*Nótulas*”, que o índice do referido livro 9º das Sesmarias (que não fora encontrado por Albino Esteves) foi publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro (ano XXI de 1927) pelo historiador Feu de Carvalho. Nesse documento estaria indicado o local da sesmaria concedida a Vital Casado Rotier, e essa não ficava em Juiz de Fora:

13 de julho de 1917:

A Vital Casado Rotier, morador no Bequinho, freguesia de S. Antonio do Arraial Velho, comarca do Rio das Mortes, foi-lhe concedida por Sesmaria meia légua de terras em quadra que pedia “na mesma paragem”, que “princiariaria na cerca do serviço de água que foi dos religiosos do Carmo, para parte da ponta do morro (...).<sup>601</sup>

Dias após a publicação de Lindolfo Gomes que “desmentia” Albino Esteves, esse enviou a Lindolfo uma carta comentando o assunto. Tal correspondência foi publicada na mesma coluna e segue abaixo:

Caro Lindolfo,

Lamento que você, com o fascículo do Feu (o único que me faltava), com “dois trancos” haja inutilizado a trabalhadeira de tantos anos! Enfim, é verdade. Recomeçemos. Teremos que ir ao fim. Agora, o “juiz” aparecerá, ou desaparecerá, de vez, pois as fontes se esgotam. (...). Eu

---

<sup>600</sup> ESTEVES, Albino. Quem foi o Juiz de Fora? *Suplemento literário de “A Manhã”*. 4, vol. 7, n. 17, domingo, 19 de novembro de 1944.

<sup>601</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótula*. *Diário Mercantil*. 24 de setembro de 1940.

continuo a supor, por certos motivos, que Vital Casado Rotier é o nosso ansiosamente aguardado “juiz”. O fato de haver ele conseguido uma sesmaria no local indicado (...) não o impedia adquirisse outra, no Caminho Novo, e ali fosse fazendeiro. (...).  
Com um novo abraço, fraternalmente, o Albino Esteves.<sup>602</sup>

Lindolfo Gomes não considerava a hipótese levantada por Esteves deveras sem fundamento. Para ele o que faltava era a documentação que provasse que Rotier teria tido terras na região do Caminho Novo. No mesmo mês de outubro, o professor voltou ao assunto em sua coluna dizendo que J. Lopes Sobrinho, historiador e ex-tabelião de São João Del’Rei, enviou-lhe um documento sobre a sesmaria pertencente a Rotier. Tal propriedade teria sido concedida pelo referido juiz enquanto exercia o cargo de juiz de fora na freguesia de Santo Antônio do Arraial Novo, comarca do Rio das Mortes, que hoje é São João Del’Rei, no local chamado “Biquinha”, e não “Bequinho”, como havia dito anteriormente. Assim, concordou com Esteves ao se questionar: se o juiz de fora possuiu essas terras “*não seria também aceitável a hipótese de que além dessas terras lhe fossem concedidas outras lá para as bandas do Caminho Novo, nas proximidades da Manchester Mineira?*”.<sup>603</sup> Apenas a tipo de informação, Lindolfo ainda destacou que Rotier não fora juiz de fora de São João Del’Rei entre 1717 e 1719, uma vez que o cargo só foi criado para essa localidade em 1811, e sim, foi procurador da Coroa e da Fazenda, lembrando que o juiz de fora podia exercer também outros cargos ao mesmo tempo.<sup>604</sup> No entanto, o professor admitiu que, “*por suposição*”, Rotier poderia ter residido temporariamente no sobrado do juiz de fora apesar de sua sesmaria ter ficado em outra região (hipótese cabível pelo cargo de procurador da coroa que ocupava) ou também poderia estar de visita a algum parente e ter ficado conhecido por “juiz de fora” pelo cargo que ocupara anteriormente.<sup>605</sup>

O outro personagem citado, Luis Fortes de Bustamante e Sá, fora juiz de fora em 1711 e segundo o historiador Edelweiss Teixeira, teria possuído uma sesmaria fronteira a São João Del’Rei, porém havia uma pergunta indispensável: quando ele adquiriu a sesmaria? Segundo o historiador, o juiz também teria residido em Ibitipoca, falecendo inclusive nessa localidade em 1742, podendo assim, ter adquirido terras

---

<sup>602</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótula. Diário Mercantil*. 10 de outubro de 1940.

<sup>603</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótula. Diário Mercantil*. 24 de outubro de 1940.

<sup>604</sup> Fato observado e narrado por Saint Hilaire em sua “Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais”..

<sup>605</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótula. Diário Mercantil*. 25 de outubro de 1940.

também próximo ao Caminho Novo. Esses 2 fatos o fizeram supor ser Bustamante e Sá o desconhecido juiz.

Sinval Batista Santiago concordava com Edelweiss e afirmou que o juiz que nomeara o sobrado fora: “(...) *Dr. Luis Forte Bustamante e Sá, que a vendeu em 1728, com a citada nomeação*”.<sup>606</sup> Segundo esse autor, o governador da Capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, Dom Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, concedeu em 1712 a seu secretário de governo, João de Oliveira, uma sesmaria que abrangia as margens do rio Paraibuna. No ano seguinte esse a vendeu ao ex-juiz de fora do Rio de Janeiro, Luis Fortes Bustamante e Sá, “*conforme escritura lavrada em casas de morada do comprador, naquela cidade*”. Bustamante fora intermediário entre o governo e as forças corsárias francesas e, ao ser substituído no cargo de juiz de fora por Rotier, teria se estabelecido nessa capitania<sup>607</sup>. O juiz então, “*construiu o prédio da sede da fazenda, que herdou o nome de sue cargo*”, e em 1719, o local já era denominado “*Juiz de Fora*” pelo governador da Capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, Dom Pedro de Almeida e Portugal, Conde de Assumar. Em 1728, Bustamante e Sá teria vendido à propriedade ao genro e juiz do fisco, Roberto Carr Ribeiro, que a vendeu, em 1738, a Antônio Vidal, fundador da primeira capela da localidade. Para comprovar seus dizeres, Sinval esclareceu:

São fatos, que estão devidamente elucidados pela pena brilhante do nosso prezado amigo e distinto confrade, Dr. Alexandre Miranda Delgado, com a modesta parcela de nossa colaboração em alguns casos, estando os “xerox” dos documentos comprovantes em nosso poder (...).<sup>608</sup>

Após a morte de Antônio Vidal, em 1765, a propriedade foi partilhada entre a viúva, Dona Tereza Maria de Jesus e os filhos varões. Segundo Paulino de Oliveira, a propriedade foi descrita no inventário da seguinte forma:

Uma fazenda que ela inventariante vive, que se compõe de casa de vivenda de sobrado, rancho de passageiros e várias casas, mais paiol, moinho com sua roda de mandioca, também tudo coberto de telhas e algumas de capim com suas árvores de espinho, (...) com todos os mais

---

<sup>606</sup> SANTIAGO, Sinval Batista. *Controvérsias históricas. Diário Mercantil*. 2 de julho de 1982.

<sup>607</sup> FAZOLATTO, Douglas. Juiz de Fora: primeiros tempos. In: NEVES, José Alberto Pinho; DELGADO, Ignácio José; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (orgs.). **Juiz de Fora: história, texto e imagem**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2004. p. 8.

<sup>608</sup> SANTIAGO, Sinval Batista. *História e pesquisa. Diário Mercantil*. 1 de maio de 1982.

pertences da dita fazenda, que parte de uma banda com a fazenda chamada Marmelo e de outra com a fazenda chamada Alcaide Mor e das ilhargas de uma e de outra parte com sertões e dentro desta fazenda fez ela inventariante e o defunto seu marido o patrimônio para um seu filho, que este avaliou separadamente, cuja fazenda foi vista e avaliada pelos ditos avaliadores em 4:600\$000.<sup>609</sup>

**ANEXO 3: POEMA DE CLÉRIA JARDIM CANADIO SOBRE O PALÁCIO EPISCOPAL, ESCRITO EM 1985.**

Havia uma Avenida  
Com árvores  
Onde pássaros  
Nelas cantavam  
Nelas construíam seus ninhos  
E os caminhantes se resguardavam  
Na Avenida se construiu monturos  
Engramados  
Cercados pelos semáforos  
Pelo gás das máquinas  
Correndo – correndo  
Sobre quatro rodas  
Nessa Avenida  
Um casarão sobrexistiu no tempo  
Em meio asfaltos – cimentos  
E seus jardins: o verde – azáleas  
Ainda são bálsamos  
Entre o progresso  
E a corrida rumo ao fim do século  
Certo dia o homem  
Com marteladas  
Inicia o seu desfecho  
E cada madeira desprendida

---

<sup>609</sup> OLIVEIRA, Paulino. História de uma estrada. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora, 3/out./1982.

E cada vidro destruído  
Foram como punhais  
Ferindo o passado, no presente  
E seus tijolos antes unidos pela mão do homem  
Soltaram-se no ar  
Desfiguram no tempo  
O retrato – a cultura – a história  
De uma cidade  
Pensar que cada árvore centenária  
Querem já trocar  
Pelo “shopping”  
E a florzinha  
Florindo nesta primavera  
Esteja envolta pelos matos daninhos  
E o casarão, outrora abrindo o amor  
Seja um dia abrigo do consumo  
Oh! É triste! É pesadelo  
Sim é  
Pois o juizforano nato  
Ou morador  
Ao acordar – veremos  
O tudo não passou de um sonho ruim  
Lá está  
O homem não o destruiu e nem sequer pensou  
Foi mesmo um sonho  
Ninguém o trocou pelos bilhões  
Nas transas econômico-financeiras  
Acordemos e bendigamos  
O homem de aqui hominizou-se  
Na duração espaço-tempo

**ANEXO 4: ACRÓSTICO SOBRE A BERNARDO MASCARENHAS DE AUTORIA  
DE SEBASTIÃO SILVÉRIO (PRESIDENTE DA SPM DO BAIRRO CARLOS**

CHAGAS), LIDO NA REUNIÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO MUNICIPAL DE 21 DE JULHO DE 1987.

“Baluarte seu favor foste do nosso nascente parque industrial. És então digna hoje, desta página de nossa história memorial. Ratificada com honras foste pelo nosso ex-presidente Tancredo Neves. Na verdade o teu surgimento reminiscente a este brasileiro dever. Agora com justiça, estás sendo eternizada na história de Minas Gerais. Realmente com méritos és agora inserida e cremos que ninguém jamais deixara, na ‘Manchester Mineira’, de reconhecer teu lídimo e invejável lugar”.

“Os nossos parabéns aos nossos dirigentes que hoje estão a te consagrar!”

“Memorável é este dia quando renasces graciosa e toda engalamada”.

“A nossa Juiz de Fora vibrando está contigo deveras bonita e remodelada. Sentindo-se muito feliz está o nosso dinâmico prefeito Tarcísio Delgado. Confessa-se de fato contente ao ver este evento agora realizado”.

“A história da América do Sul registra aqui, a primeira hidrelétrica, regogizamo-nos contigo, se não estás original, és autêntica réplica, és além de tudo um cenário novo de reunião da nossa gente juizforana na notabilizada és e serás, bem como ponto de encontro dessa nossa terna bacaria”.

“Hoje te saudamos e te aplaudimos como mais uma opção de afirmação, ao prefeito Tarcísio Delgado que, como administrador rico de autenticidade sela com selo de ouro, esta página indelével, como administrador desta cidade”. (31/05/1987).<sup>610</sup>

VERSOS DE DONA MARIA, POETIZA DO BAIRRO BANDEIRANTES LIDOS DURANTE O PASSEIO CULTURAL DE 30 DE JULHO DE 1983

“Mascarenhas nossa vida,  
Mascarenhas nosso amor.  
Com trabalho na Mascarenhas,  
Veremos qualquer doutor.”<sup>611</sup>

---

<sup>610</sup> Atas do Conselho Comunitário Municipal. 21 de julho de 1987.

<sup>611</sup> SALGADO, Guilherme. *Juiz de Fora defende patrimônio com amor e alegria*. **Tribuna de Minas**. 31 de julho de 1983.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo; BELLUCCO, Hugo; KNAUS, Paulo. Esfinges urbanas: quadros da imaginária urbana. In: KNAUS, Paulo (org.). **Cidade vaidosa**: imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

ARANTES, Antônio Augusto (org.). **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984. 255 p.

AZEVEDO, Nilo Lima. **Democracia e patrimônio cultural**: as práticas da gestão participativa em Juiz de Fora. 2007. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF/Mestrado em Ciências Sociais. 218 f.

BAENDERECK, Bruno. **História e amnésia**. UNESP. Disponível em <[HTTP://www.unifacef.com.br/referência](http://www.unifacef.com.br/referência)>. Acesso em 12/dez./2010. p. 92 a 106.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e família. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: 1989. v. 2, n. 3.

BORGES, Célia Maia. A memória e o espaço sagrado: os colonos e a apropriação simbólica dos lugares. In: **Locus**. Juiz de Fora: UFJF, 2011, v. 16, n. 20. p. 119 a 130.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. 4ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994. 484 p.

BOTELHO, Angela Vianna; REIS, Liana Maria. **Dicionário Histórico Brasil**: Colônia e Império. 6ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 360 p.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (res) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. 558 p.

BUENO, Silveira. **Silveira Bueno**: minidicionário da língua portuguesa. São Paulo: FTD, 2000. 666 p.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1978. 78 p.

CARDOSO, Ruth C. L. (org.). **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 156 p.

CHAGAS, Mário. **Memória e poder**: dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 19. P. 43 a 69.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001. 173 p.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **A Europa dos Pobres**: Juiz de Fora na *Belle-Époque* mineira. Juiz de Fora: Edufjf, 1994.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira (org.). **Juiz de Fora**: história e pesquisa. Juiz de Fora: UFJF, 1990. 260 p.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**, V. 4, n. 7, jul./dez. 2003. p. 313 a 333.

CRESPO, Ana Maria; YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes. **Os primeiros Grupos Escolares de Juiz de Fora**. P. 663 a 671. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/nephe/images/arq-ind-nome/eixo8/completos/primeiros-grupos.pdf>>. Acesso em 23 de maio de 2012.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANPOCS, 1995. 356 p.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986. 183 p.

ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. 2ª ed. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008.

FERNANDES, Fernanda Pires Alvarenga; PASQUINI, Teo Salgado. **Jornalismo cultural e preservação do patrimônio**: o caso da Capela do Stella. Fortaleza: VII

Encontro Nacional de História da Mídia. 19 a 21 de agosto de 2009. Disponível em <<http://paginas.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/7o-encontro-2009-1/Jornalismo%20Cultural%20e%20preservacao%20do%20patrimonio.pdf>>. 13 p.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: as várias dimensões de um conceito. In: **História em revista**. Pelotas: dezembro de 2010, v. 10. p. 29-39.

FERREIRA, Sandra Cristina. **Dinâmica demográfica e cidades de porte médio na configuração de rede urbana do estado do Paraná**. Disponível em <<http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/fca4374499af01d4d1dc934b8cc1453f.pdf>>. Acesso em 21 de abril de 2012. 20 p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-IPHAN, 2005. 261 p.

FONTÉS, Lúcia Helena; et. ali. Preservação e desenvolvimento: as duas fases de uma moeda urbana. **Revista do IPHAN**. Rio de Janeiro: 1986. n. 21.

GAWRYSZEWSKI, Paulo. **Cultura e educação: uma aliança para a preservação do patrimônio cultural em Juiz de Fora**. 2008. Monografia do curso de especialização em Gestão do Patrimônio Cultural, Faculdade Metodista Granbery, Juiz de Fora, 2008. 150 p.

GENOVEZ, Patrícia Falco; et. ali. **Núcleo histórico e arquitetônico das ruas Halfeld e Marechal Deodoro (parte alta): nota prévia de pesquisa**. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 1998. 70 p.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 598 p.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: ED. UFRJ/MINC-IPHAN, 1996. 152 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004. 197 p.

HUYSSSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. 116 p.

IEPHA-MG. **Bem informado**. Belo Horizonte: IEPHA-MG, ano 2, n. 13, out. 2008. 6 p.

IPHAN. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1980. 143 p.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 5ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. 553 p.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros**: do Caminho Novo à Proclamação da República. Juiz de Fora: UFJF/FUNALFA, 1985.

MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1997. 262 p.

MAIA, Tatyana. **A construção do “senado da cultura nacional” em tempos autoritários (1967-1975)**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/MinC, 2011. 65 p.

MARIANE, Alayde. Memória popular e registro do patrimônio. **Revista do IPHAN**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999. n. 28. p. 156 a 173.

MARTINS, Clerton (org.). **Patrimônio Cultural**: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Rocca, 2006. 198 p.

MESENTIER, Leonardo Marques de. **Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania**. Disponível em:

<[http://www.artigocientifico.com.br/uploads/artc\\_1151514709-69.pdf](http://www.artigocientifico.com.br/uploads/artc_1151514709-69.pdf)>. Acesso em: 28 de setembro de 2011. 23 p.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; ARAÚJO, Guilherme Maciel; ASKAR, Jorge Adbo (orgs.). **Mestres e conselheiros**: manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009. 215 p.

MIRANDA, Sonia Regina. **Cidade, capital e poder**: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira. 1990. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense. 331 f.

MASCARENHAS, Nelson Lage. **Bernardo Mascarenhas**: o surto industrial de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Aurora, 1954.

MESENTIER, Leonardo Marques de. **Patrimônio Urbano, construção da memória social e cidadania**. p. 3. Disponível em: <<http://www.artigocientifico.com.br/uploads/artc-1151514709-69.pdf>>. Acesso em 28/set./2011.

MORAES, Mauro. Capela: espaço sagrado da arte. **Palco**. Juiz de Fora: UFJF/Pró-Reitoria de Cultura, outubro de 2011. Ano IV, n. 22. p. 5.

NICOLINE, Humberto. **JF anos 80**. Juiz de Fora: Funalfa, 2011.

NEVES, José Alberto Pinho, et. ali. (orgs.) **Juiz de Fora**: história, texto e imagem. Juiz de Fora: Funalfa, 2004. 192 p.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. O patrimônio em questão. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP, 2000, abril. p. 289 a 299.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC/SP, 1993, n. 10, dez. p. 7 a 28.

OLENDER, Marcos. **Ornamento, ponto e nó**: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri. Juiz de Fora: FUNALFA/Editora UFJF, 2011. 312 p.

OLENDER, Marcos. “*Tudo é tão simples que cabe num cartão postal*”: a Juiz de Fora dos Arcuri. In: **19&20**. Rio de Janeiro: 2009, v. 4, out. Disponível em: <[http://www.dezenovevinte.net/artedecorativa/ad\\_olender.htm](http://www.dezenovevinte.net/artedecorativa/ad_olender.htm)>. Acesso em: 1/08/2012.

OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures de (org). **Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata Mineira**. Juiz de Fora: Editar, 2006. 220 p.

OLIVEIRA, Paulino. **História de Juiz de Fora**. 2ª ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. **A preservação do patrimônio histórico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: PJF/IPPLAN, 1982. 193 p.

PEREIRA, Júlia Wagner. **O tombamento**: de instrumento a processo de construção de narrativas da nação. 2009. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/MAST. 131 p.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: 1992, v. 5, n.10, p. 200 a 212. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.fgv.br/ojs>>. Acesso em : 9 de maio de 2011.

POMPERMAYER, Malori José (org.). **Movimentos sociais em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1987. 232 p.

REIS, Francisco Antônio de Mello. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/latur/files/2010/12/Hist%C3%B3rico-Mello-Reis.pdf>>. Acesso em 21 de abril de 2012. 3 p.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornais: memória ou amnésia? In: **Revista Tempo e Presença**. 1999, n. 305, maio/jun. p. 28-30.

ROITER, Márcio Alves. A influência marajoara no art-decô brasileiro. **Revista UFG**. Ano XII, n. 8, jul. 2010. p. 19 a 27.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história: as origens, os antecedentes e os trabalhos do SPHAN: 1936-1967**. 1992. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 206 f.

RUSKIN, Jonh. **A lâmpada da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008. 48 p.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. n. 19. p. 121 a 150.

SILVA, Daniel Roberto dos Reis. **De Cine-Theatro à alma da cidade: Cine Theatro Central e a construção dos discursos da categoria patrimônio na cidade de Juiz de Fora**. 2007. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ. 168 f.

SILVA, Érica Aleixo Ferreira. **Os inventários e a política de proteção do patrimônio cultural de Juiz de Fora**. 2008. Monografia do curso de especialização em Gestão do Patrimônio Cultural, Faculdade Metodista Granbery, Juiz de Fora, 2008. 114 p.

STEINBERGER, Marília; BRUNA, Gilda Collet. **Cidades médias: elos do urbano-regional e do privado-público**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/cidadesmediabrasileiras/capitulo2-cidademedias.pdf>>. Acesso em 21 de abril de 2012. P. 35 a 77.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauro**. 51 f.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José; et. ali. **Memória social e documento: uma abordagem interdisciplinar**. Rio de Janeiro: UNI-RIO/Mestrado em Memória Social e Documento, 1997. 184 p.

## **Fontes Orais.**

ARBACH, Jorge. Depoimento concedido em 16 de dezembro de 2010.  
BARONE, Maria Elisa. Depoimento concedido em 2 de maio de 2012.  
BERNARDES, Guilherme. Depoimento concedido em 14 de maio de 2012.  
BRANDÃO, Ramon. Depoimento concedido em 28 de abril de 2012.  
DOMINGUES, Beatriz. Depoimento concedido em 16 novembro de 2011.  
NICOLINE, Humberto. Depoimento concedido em 21 de março de 2012.  
OLENDER, Marcos. Depoimento concedido em junho de 2009.  
SANGLARD, Jorge. Depoimento concedido em 24 de fevereiro de 2011.  
SEBASTIÃO, Walter. Depoimento concedido em 25 de abril de 2012.  
SIMÕES, Henrique. Depoimento concedido em 5 de abril de 2012.

## **Jornais.**

Correio da Mata: 1985: 20 nov.; 21 nov.; 26 nov.; 23 dez.

Diário Mercantil: 1917: 19 fev.

1942: 26 fev.; 12 maio; 1 set.

1977: 5 abr.; 6 abr.; 13 abr.; 15 abr.; 20 abr.; 27 abr.; 2 maio; 3 maio;  
6 maio; 14 maio; 21 maio;

1978: 27 jan.; 2 fev.; 12 e 13 fev.; 3 mar.; 4 maio.

1981: 7 jan.;

1982: 30 mar.; 1 maio; 7 maio; 9 maio; 3 jun.; 16 jun.; 5 set.;

1983: 2 jan.; 30 jan.; 5 de fev; 22 fev.; 10 maio; 22 maio; 25 maio; 4  
jun.; 24 jun.; 25 jun.; 28 jun.; 7 jul.; 17 jul.;

1984: 2 fev.;

Diário Regional. 2002: 14 set.

Em Tempo. Jornal da UFJF. 11 de junho de 1995.

Jornal do Brasil. 1981: 4 maio.

Jornal do Servidor. Junho de 1996.

Palco. Juiz de Fora: UFJF, março de 2009, ano II, n. 4.

Panorama. 2004: 7 mar.; 14 mar.;

Tribuna da Tarde. 1991: 30 jul.;

Tribuna de Minas. 1982: 11 jun.;

1983: 1 jan.; 28 jan.; 24 abr.; 3 maio; 8 maio; 10 maio; 27 maio; 29 maio; 29 jul.; 30 jul.; 31 jul.; 2 ago.; 13 ago.; 30 ago.; 11 dez.;

1984: 2 fev.; 9 ago.;

1985: 7 jun.; 6 dez.

1986: 23 de fev.

1996: 11 nov.; 16 nov.; 29 dez.;

2000: 19 jan.;

2002: 7 jul.;

2005: 31 maio;

2010: 9 abril.

### **Fontes primárias.**

ARQUIVO HISTÓRICO DA UFJF. **Atas das reuniões do Conselho Comunitário Municipal.** Juiz de Fora: Arquivo Histórico da UFJF. Coleção “Puxando pela memória”, série 002.

BIBLIOTECA MUNICIPAL MURILO MENDES. **Folheto “Mascarenhas Meu Amor”.** Juiz de Fora: Biblioteca Municipal Murilo Mendes/Setor de Memória.

COMPROMISSO DE BRASÍLIA. I Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. Ministério da Educação e Cultura/IPHAN. Abril de 1970.

COMPROMISSO DE SALVADOR. II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil. Ministério da Educação e Cultura/IPHAN. Outubro de 1971

IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Rio de Janeiro: Arquivo Noronha Santos. Série Inventários. Notação IMG-0947.01.

IPHAN. **Processo de tombamento federal do CTC**. Rio de Janeiro: Arquivo Noronha Santos. Processo n. 1327-T-93. Vol. 3.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Atas das reuniões da CPTC**. Juiz de Fora: PJF/DIPAC.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **LEI 6108 de 13 de janeiro de 1982**.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Lei nº 6866, de 27 de dezembro de 1985**.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Lei nº 7282, de 25 de fevereiro de 1988**.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Lei nº 1077, de 15 de julho de 2004**.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Mesa redonda “O artista e a cidade”**. Funalfa. Gravação de áudio.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Processo de tombamento da Bernardo Mascarenhas**. Processo n. 3649. 1982. Juiz de Fora: PJF/DIPAC.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Processo de tombamento Capela do Stella Matutina**. Processo n. 500/86. 1986. Juiz de Fora: PJF/DICOM.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Processo de tombamento do Cine Theatro Central**. Processo n. 3821.1982. Juiz de Fora: PJF/DIPAC.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Processo de tombamento do Colégio Magister**. Processo n. 0599. 2002. Juiz de Fora: PJF/DIPAC.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Processo de tombamento do Colégio Magister**. Processo n. 00954. 2003. Juiz de Fora: PJF/DIPAC.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Processo de tombamento dos Grupos Centrais/Palacete Santa Mafalda**. Processo n. 3936. 1982. Juiz de Fora: PJF/DIPAC.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Processo de Tombamento Palácio Episcopal**. Processo n. 03647. 1982. Juiz de Fora: PJF/DICOM.

#### **Fontes On-line**

- <http://www.museudantu.org.br/Galeria/beijamao.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2012.
- <http://www.ricardoarcuri.com.br>. Acesso em 23 de maio de 2012.
- <http://www.historiadocinemabrasileiro.com.br>. Acesso em 5 de maio de 2012.
- [http:// mariadoresguardo.blogspot.com.br](http://mariadoresguardo.blogspot.com.br)>. Acesso em 21 de junho de 2012.
- [http://: www.ufjf.br/secom/2010/05/12/12-de-maio-de-2010](http://www.ufjf.br/secom/2010/05/12/12-de-maio-de-2010)>. Acesso em 12 de maio de 2012.